

número 164

Dossiê
Memórias
Urbanas

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Julho • 2023

número 164

ISSN 1678-3484

Dossiê
Memórias
Urbanas

re
vis
ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 103, n.164, 2023.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 164 (2023)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

281p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Fotografias de Daniela Marzola Fialho e José Daniel Craidy Simões.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs

Facebook: facebook.com/IHGRGS/

Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2022-2024

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira
Diretor Financeiro: Pedro Câncio
Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Earle Diniz Macarthy Moreira.

Membros Efetivos

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittencourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Antônio Carlos Soares, Arnaldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniele Machado Vieira, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, Leandro Goya Fontella, Luis Fernando Spinelli Pinto, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Pedro Paulo Pons, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Dossiê “Memórias Urbanas”

Dra. Daniela Marzola Fialho

Me. José Daniel Craidy Simões

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luís Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior

Carlos Otaviano Passos (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Adriano Malikoski (UCS), Ailson Barbosa de Oliveira (UECE),
Alan Dutra de Melo (UFPEL), Alexandra Begueristain da Silva (FURG),
Aline Sônego (UFSM), Antonio de Ruggiero (PUCRS),
Camila de Freitas Silva Bogéa (Unirio), Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM),
Cesar Felipe Pereira (UFC), Clarissa Maroneze Garcia (UFRGS),
Daniela Marzola Fialho (UFRGS), Débora Grando Schoffel (UFRGS),
Débora Soares de Araújo (UFPR), Edson Romario Monteiro Paniagua (UNIPAMPA),
Jennifer Paola Umaña Serrato (UEM), Jorge Luís Stocker Júnior (UFRGS),
Juremir Machado da Silva (PUCRS), Kenny Sontag (UFSM),
Lano Alves Costa (UFRGS), Luciana Echegaray (UFRGS),
Marcos Pascotto Palermo (UFRGS), Nataniel Vicente (SEMECT),
Paulo Vitor de Souza Pinto (USP), Régis João Nodari (UFMG),
Rodrigo dos Santos (Unicentro), Rodrigo Luis dos Santos (IFFarroupilha),
Rute Teixeira (UFPEL), Vânia Oliveira Freitas (UNICRUZ), William Mog (UFRGS).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



NOTA

Os Editores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul apresentam este dossiê em comemoração ao aniversário da cidade de Porto Alegre, como o segundo volume relacionado ao mesmo esforço, cujo primeiro foi lançado em dezembro de 2022, intitulado “O Urbanismo e Porto Alegre”. Além dos artigos contidos neste dossiê, apresentado por seus coordenadores abaixo, outros também foram incluídos por fluxo contínuo, abrangendo áreas como história do jornalismo, história da imigração, literatura rio-grandense, ensino, bem como documentos relacionados à promoção da Igualdade Racial desde 1773, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Pampa.

Esperamos que tanto os artigos quanto os documentos apresentados tenham um impacto significativo nos leitores e contribuam para o desenvolvimento da ciência e cultura em nossa região.

Porto Alegre, 27 de julho de 2023.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos

Editor-Junior

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ MEMÓRIAS URBANAS

Os artigos contidos neste dossiê se configuram em diversas memórias urbanas, já que ao trazerem histórias diversas de cidade ajudam no resgate da sua memória coletiva.

Maurice Halbwachs (1990), um dos primeiros sociólogos a se preocupar com o problema da memória coletiva, salienta a importância das “pedras da cidade” (ou patrimônio tangível) constituídas por referências fixas, objetivas, visíveis e comuns. Segundo ele:

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço -- aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (p.143).

O resgate que as memórias urbanas desse dossiê permitem se configuram de suma importância já que as cidades se transformam e essa transformação da cidade pode levar à perda de referências, de significados e de memórias. No dossiê as presenças de vestígios tangíveis podem contribuir para minimizar essa perda já que com ela as pessoas podem não mais encontrar seu lugar na cidade. Como disse Natsume Soseki (apud Lynch, 1972): “*Over the ground from which all vestiges of the past had been taken away, he walked like a man lost...* (p. 61)”.

Rossi (1995) ao ampliar - segundo ele mesmo - a tese de Halbwachs, diz que a cidade é o “*locus da memória coletiva*” (p. 198). O conjunto de artigos aqui reunidos nos traz diferentes abordagens que constituem estratégias discursivas que dão significado à cidade e aos seus habitantes, pois:

[...] preservar a memória da cidade é manter sua identidade: uma cidade precisa ter referências, ter um sentido de lugar. Ao nos preocuparmos com a proteção dos bens

1 “Sobre o chão do qual todos os vestígios do passado tinham sido levados embora, ele andou como um homem perdido...” (tradução dos autores)

culturais, estamos, na verdade, em busca da preservação da nossa identidade como nação. Essa identidade inclui o acervo cultural que nos foi legado [selecionado] por gerações passadas e que hoje temos o dever de preservar para as gerações futuras (Weisz, p.31, a observação entre colchetes é dos autores).

Nesse sentido espera-se que os artigos deste dossiê ao se preocuparem com diversos aspectos da memória de cidades nos mostrem, em termos de identidade e memória, que a figuração ‘imagética’ da cidade produz, com seus sentidos, a cidade concreta habitada pelos homens (Pesavento, 2002, p. 15).

Esperamos que o presente dossiê contribua com a reflexão e a compreensão das memórias das cidades contemporâneas.

São os votos dos organizadores do dossiê,

Porto Alegre, 20 de julho de 2023.

Dra. Daniela Marzola Fialho

Me. José Daniel Craidy Simões

Organizadores do Dossiê “Memórias Urbanas”

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990

LYNCH, Kevin. *What time is this place?* Massachusetts and London: The MIT Press Cambridge, 1972.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre)*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995

WEISZ, Suely de Godoy. *Inventário de bens móveis e integrados: a experiência mineira*. In: Anais do 1º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística. Perspectivas para a sua preservação. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992

SUMÁRIO

ARTIGOS DO DOSSIÊ “MEMÓRIAS URBANAS”

- 15 **A virada dos 1900 e a ampliação das sociabilidades públicas na modernização de Porto Alegre**
The turn of 1900 and the expansion of public sociabilities in the modernization of Porto Alegre
Clara Natalia Steigleder Walter
- 41 **Os ouvidores e suas ruas: a participação de juízes régios no ordenamento urbano da Porto Alegre colonial (1781 e 1810)**
The ombudsmen and their streets: royal judges and the urban planning of colonial Porto Alegre (1781 and 1810)
Aluíso Gomes Lessa
- 57 **A modernidade rebelde da Porto Alegre de Francis Pelíček**
Porto Alegre's rebellious modernity as portrayed by Francis Pelíček
Ana Luiza Goulart Koehler
- 87 **“No intuito de promover os melhoramentos materiaes e moraes da nossa bella província”: atuação e redes do mediador Menandro Rodrigues Fontes (Rio Grande do Sul, séc. XIX)**
“With the purpose of promoting material and moral improvements in our beautiful province”: performance and networks of the mediator Menandro Rodrigues Fontes (Rio Grande do Sul, 19th century)
Vitor Luiz Soares Figueiredo
- 117 **A capela da Guarda Velha: lugares coloniais e a paisagem de Santo Antônio da Patrulha do século XVIII**
La capilla de la Guardia Vieja: lugares coloniales y el paisaje de Santo Antônio da Patrulha del siglo XVIII
Antonio Soares
- 145 **O formato gazeta enquanto gênero precursor do jornalismo periódico ibero-americano**
The gazeta format as a precursor genre of ibero-american periodic journalism
Eduardo Comerlato
Antonio Hohlfeldt

- 161 **Imigração e Federalismo – Estado da arte e o diálogo na produção acadêmica**
Immigration and Federalism – State of the art and dialogue in academic production
Angelita De Mello Rubin
Cyro Porto Martins
Maria Medianeira Padoin
- 185 ***O Tempo e o Vento: a imagem da tecelã como performance e stimmung nas personagens Ana Terra, Bibiana e Luzia***
O Tempo e o Vento: the image of the weaver as performance and stimmung in the characters Ana terra, Bibiana and Luzia
Greicy Pinto Bellin
Thais dos Santos Pires
- 207 **A (auto)narrativa e a experiência promovendo a (auto) formação no contexto histórico do ensino militar do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria - RS**
The (self)narrative and experience promoting (self)training in the historical context of military education at Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria - RS
Tatiana Teixeira dos Santos

RESENHAS

- 223 **O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Pampa do Brasil Meridional**
Anderson Romário Pereira Corrêa

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 237 **Porto Alegre cidade, 1822**
Adriano Comissoli
- 261 **Discurso de posse de Bruno José Queiroz Ceretta como sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**
Bruno José Queiroz Ceretta

DOCUMENTAÇÃO

- 267 **A carta de lei de 1773 e a promoção da igualdade racial**
Alexandre Veiga

ARTIGOS DO DOSSIÊ
“MEMÓRIAS URBANAS”

A VIRADA DOS 1900 E A AMPLIAÇÃO DAS SOCIABILIDADES PÚBLICAS NA MODERNIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE

THE TURN OF 1900 AND THE EXPANSION OF PUBLIC SOCIABILITIES IN THE MODERNIZATION OF PORTO ALEGRE

Clara Natalia Steigleder Walter¹

RESUMO

As transformações que Porto Alegre começa a vivenciar em meados do século XX mostram as contradições e os conflitos de um Brasil em vias de modernizar-se, mas ainda com traços caracteristicamente arcaicos. Os espaços de sociabilidade não se restringem mais apenas ao ambiente privado, estendendo-se para espaços públicos, como as ruas, cinemas, cafés, transportes, praças etc. Mudam os lugares e mudam os frequentadores e suas práticas, tornando-se mais diversificada a convivência no meio urbano. Entre o espaço da casa e seu entorno imediato, os arrabaldes, onde os habitantes da cidade desenvolviam relações de proximidade com seus vizinhos ou conhecidos, e o centro da cidade, que passava por intensas e diversas transformações, num fluxo cada vez maior de pessoas e veículos, os porto-alegrenses iam, aos poucos, ampliando as sociabilidades, encontrando-se entre desconhecidos e configurando multidões. Este artigo discute as mudanças que ocorreram nos usos dos espaços públicos a partir da ampliação das sociabilidades públicas. O tempo histórico é do final do século XIX até a década de 1940, período conhecido como o da modernização da cidade. A sociabilidade, “habilidade do social” na perspectiva de Georg Simmel (1976), se apresenta como uma dimensão da modernidade e permite problematizar as interações entre os indivíduos no espaço urbano. Olhar o passado, a partir desse conceito e em perspectiva dialética com o presente, é uma das formas encontradas para pensar os espaços públicos e as interações ético-políticas que nele ocorrem nos dias atuais.

Palavras-chave: Porto Alegre. Modernização. Espaço Público. Sociabilidades.

ABSTRACT

The transformations that Porto Alegre began to experience in the mid-twentieth century show the contradictions and conflicts of a Brazil in the process of modernizing itself, but still with archaic and patrimonial traits. Sociability spaces are no longer restricted to the private environment, extending to public spaces such as streets, cinemas, cafes, transport, squares, etc. The places change and the regulars and their practices change, making the coexistence in the urban environment more diversified. Between the space of the house and its imme-

¹ Cientista Social, mestre em Sociologia e doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas, na área de Tecnologia em Transporte Terrestre.

diate surroundings, the outskirts, where the city's inhabitants developed close relationships with their neighbors or acquaintances, and the city center, which was undergoing intense and diverse transformations, in a greater flow of people and vehicles, the people from Porto Alegre were, little by little, expanding their sociability, finding themselves among strangers and configuring crowds. This article discusses the changes that occurred in the uses of public spaces from the expansion of public sociabilities. The historic time is the end of the 19th century until the 1940s, a period known as the modernization of the city. Sociability, "the skill of the social" from the perspective of Georg Simmel (1976), presents itself as a dimension of modernity and allows us to problematize the interactions between individuals in the urban space. Looking at the past, from this concept and in a dialectical perspective with the present, is one of the ways found to think about public spaces and the ethical-political interactions that take place in it today.

Keywords: Porto Alegre. Modernization. Public Place. Sociabilities.

Passavam de um lado e outro transeuntes de todas as espécies, desde o crioulo espadaúdo e retinto, que no tombo da farra ia esperar fretes no trapiche da Fluvial, até ao mais belo tipo e mulher, alta, branda, escultural e soberba, de andar ritmado e cadencioso, de cabeça triunfalmente erguida, e com uma rosa escarlate de fina estirpe agonizando plantada na neve levemente rósea do seio farto. O rapazio, ardente e trêfego, cruzava a rua, num zumbido permanente de zangão, e as moças, as mesdemoiselles, como dizia um enfatuado, pedante e nulo, paravam em frente das vitrinas resplandecentes das joalherias e das vitrinas multicores das lojas.²

INTRODUÇÃO

Dentre os paradoxos vividos na contemporaneidade, talvez o da relação espaço-tempo seja o mais presente no nosso cotidiano, uma vez que ambas categorias são estruturadoras da vida nas cidades. Viver nas cidades possibilita encontros, estar com o outro, defrontar-se e descobrir um outro diferente de si. Esses encontros, que são a vida social da cidade, ocorrem no espaço público por excelência. Entretanto, com a modernização, a velocidade transformou dimensões do fazer cotidiano, como caminhar pelas ruas, andar de ônibus, metrô, trens, dirigir, conversar, em movimentos que passam a ser vivenciados num "ambiente construído" em que a relação tempo-espaço, está cada vez mais, marcada por uma razão instrumental³. Os locais onde o "mundo da vida" poderia desenvolver-se, nos quais os encontros e as trocas poderiam ser mais espontâneos, transformam-se em

² TOTTA; AZURENHA; LOBO, 1997, p. 85-86.

³ HABERMAS, 1984.

espaços de passagem, nos quais a pressa e a indiferença para com os outros definem o ritmo dos habitantes.

Para Sennet,⁴ o desenho urbano moderno busca “libertar o corpo da resistência associada ao medo do contato”. Disso derivam os inúmeros espaços segregados, as vias expressas, os condomínios fechados, shopping centers, a divisão espacial entre pobres e ricos etc. Em relação ao espaço público, esse “libertar o corpo” também pode levar a um fechamento em si mesmo, atrofiando, ou simplesmente não estimulando, o desenvolvimento de dimensões ético-políticas em direção a si e, principalmente, em direção ao outro. Ainda, segundo o autor, o que ocorreria seria uma espécie de tentativa de entorpecimento dos corpos, transformando-nos em meros consumidores da vida, que jogam para um segundo plano o complexo exercício cotidiano do ato ético-político tão importante para a vida em coletividade.

Norteados pela História Cultural, este artigo discute as mudanças que ocorreram nos usos dos espaços públicos e a ampliação das relações de sociabilidade a partir do final do século XIX em Porto Alegre até a década de 1940, período conhecido como o da modernização da cidade. Olhar para o passado, numa perspectiva dialética com o presente, foi uma das formas encontradas para pensar os espaços públicos e as interações que nele ocorrem nos dias atuais. As contribuições de Sandra Pesavento, Fábio Augusto Steyer e Charles Monteiro, no que concerne a memória da cidade, as vivências e os espaços apresentados em suas análises foram fundamentais. Buscou-se resgatar também autores como Achylles Porto Alegre, Sérgio da Costa Franco, Archymedes Fortini, entre outros, que apresentam em seus escritos o imaginário presente na época sobre estas sociabilidades.

A sociabilidade, na perspectiva de Simmel⁵, é a “habilidade do social”, e se apresenta como uma dimensão da modernidade, pois implica na passagem de uma sociedade de relações pessoais, tradicionais, para relações impessoais. Na virada do século XIX para o XX, os espaços de sociabilidade em Porto Alegre não se restringiam mais apenas ao ambiente privado, estendendo-se, de forma crescente, para os espaços públicos, como ruas, cinemas, cafés, praças entre outros. Mudaram os lugares e também mudaram os frequentadores e suas práticas, tornando-se mais diversificada a convivência na cidade.

Este artigo está organizado da seguinte forma: uma breve introdução, na qual é apresentada a proposta do artigo e os pressupostos teórico-metodológicos utilizados; a seção um trata da história de Porto Alegre na

4 SENNET, 2018, p. 17.

5 SIMMEL, 1976.

virada dos 1900, início do século XX, considerado o início da modernização da cidade. Embelezamento, medidas sanitaristas, abertura de grandes vias etc. marcam as mudanças no espaço urbano, seus lugares e a expansão da cidade. Nesta seção, o trabalho de Célia Ferraz de Souza foi norteador ao tratar da evolução da cidade.

A segunda e a terceira seções tratam do tema das sociabilidades públicas e sua ampliação com a entrada da cidade no período de modernização dos espaços e das gentes. Esta seção é de análise e a mesma é realizada a partir da literatura e de imagens dos espaços públicos no período analisado, por último as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas no artigo.

1. PORTO ALEGRE E O INÍCIO DE SUA MODERNIZAÇÃO

Para compreender como se caracterizou a evolução urbana de Porto Alegre nos primeiros 40 anos do século XX é importante considerar que de 1889 até a década de 1940 houve uma sucessão de quatro administrações muito relevantes para a cidade: José Montaury que governou de 1897 a 1924, Otávio Rocha, de 1924 até sua morte súbita em 1928, quando assume interinamente seu vice Alberto Bins, que concorre no mesmo ano, tornando-se prefeito e governando a cidade até 1937. Depois dele, assumiu Loureiro da Silva, governando até 1943, praticamente durante todo o período do Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas, que inicia em 1937 e se estende até 1945.⁶

Nestes primeiros anos da República e sob influência Positivista, é aprovado um novo Código de Posturas Municipais em Porto Alegre, documento que, por ser reflexo do que se considerava o ideal burguês de urbanidade, buscava, na visão de Pesavento, controlar e disciplinar socialmente a vida pública.

No processo de transformação burguesa, as classes menos abastadas e seus territórios passaram a sofrer uma investida dos notáveis da comunidade local no sentido do controle social e da disciplinarização das socialidades. A nova ordem burguesa estabeleceu suas normas, valores e procedimentos na busca de uma vida urbana adequada.⁷

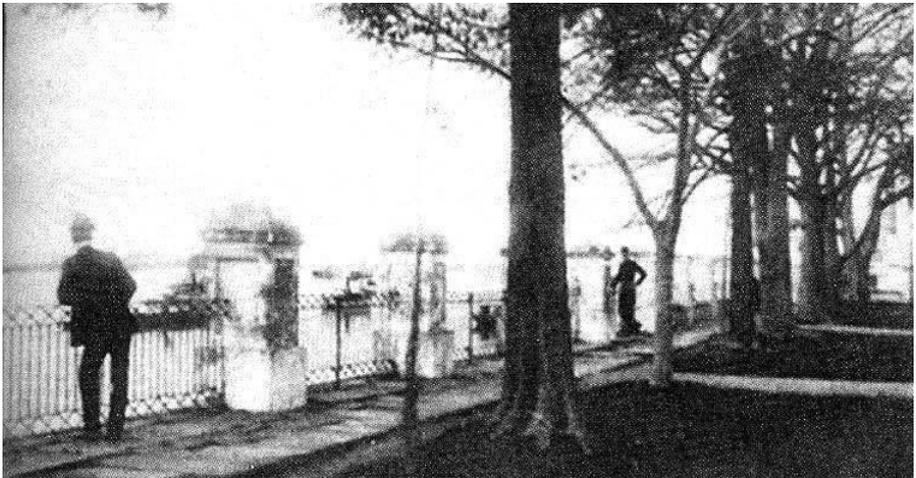
Segundo Monteiro, os melhoramentos propostos foram implementados primeiro na área central de Porto Alegre, pois atendendo à concepção

6 SOUZA, 2007.

7 PESAVENTO, 1991, p. 24.

burguesa de cidade para a elite, *o centro deveria ser o lugar da conduta “civilizada”*.⁸ Exemplo disso é a transformação dos antigos largos em praças, que já vinha ocorrendo desde o século anterior, mas que passa a abarcar também a Praça XV de Novembro e a Praça Montevideú, que compunham o Largo Paraíso. A Praça da Harmonia, apresentada na Figura 1, era considerada *o passeio mais lindo da cidade às margens do Rio Guaíba*⁹, e foi totalmente reformulada com a ampliação do porto a partir de 1911.

Figura 1. Praça da Harmonia, 1911.



Fonte: Museu Joaquim Felizardo

Atual Praça Brigadeiro Sampaio, é delimitada pela Rua dos Andradas, a Rua Siqueira Campos, a General Portinho e a Primeira Perimetral. Sua remodelação na década de 1910 faz parte de uma série de melhoramentos também nas áreas de lazer com a urbanização dos largos, por exemplo.¹⁰

Tendo como prioridade a redefinição dos limites urbanos e suburbanos da cidade, o crescimento de Porto Alegre estava condicionado a uma série de intervenções que começam a ser realizadas a partir desse momento por parte de seus gestores. José Montaury estava decidido a modernizar a cidade, melhorando o abastecimento de água potável na cidade, que até então era vendida em barris, até a limpeza das ruas, que eram entupidas e, por isso, a dificuldade de escoar a água da chuva.¹¹ Diversas obras marcaram esse período, mas especialmente duas são muito importantes para a

8 MONTEIRO, 1995, p. 34.

9 op.cit. p. 35.

10 FRANCO, 2013, p. 185.

11 BAKOS, 1994.

expansão da cidade: a ampliação do Porto entre 1911 e 1922 e a abertura da Av. Farrapos em 1940. Esta última foi um indicativo da nova política na área de transportes por rodovias, em detrimento do transporte hidroviário e ferroviário: *a Avenida Farrapos e a sua continuidade, a atual BR 116, nos primeiros vinte anos do período seguintes, foram as catalisadoras da implantação industrial e da habitação popular na futura área metropolitana.*¹²

As mudanças operadas em Porto Alegre buscavam acompanhar o apogeu vivido no país nas primeiras décadas do século XX, fruto do padrão de acumulação capitalista baseado na exportação do café. Isso possibilitou que progressivamente fosse se consolidando uma ordem urbano-industrial, para a qual a cidade era, além do centro comercial, financeiro e industrial, o lugar privilegiado de propagação dos valores e padrões burgueses, bem como, dos conflitos de classes. Pesavento compreende que até 1924 Porto Alegre vai tentar consolidar essa ordem burguesa, para depois, sim, iniciar o seu período de modernização que vai até 1945.

No final do século XIX, Porto Alegre havia estendido seu núcleo central, consolidando o movimento de incorporação dos arraiais pré-existentes, uma vez que eram territórios importantes para o seu crescimento econômico e comercial, investindo em melhorias nos caminhos que lhe davam acesso.¹³ As áreas intermediárias começavam a ser valorizadas para fim de loteamentos, tendo início os primeiros núcleos habitacionais que mais tarde viriam a conformar os bairros Partenon, Floresta, Bom Fim, Independência, Moinhos de Vento entre outros. Do ponto de vista dos transportes, em 1874 entrou em funcionamento a primeira linha férrea da cidade. Inicialmente fazendo a ligação entre Porto Alegre e São Leopoldo, sendo dois anos depois estendida a Novo Hamburgo.¹⁴ O serviço de bondes também iniciou nesse período, sendo o primeiro a circular na cidade em 1873.¹⁵

O núcleo urbano vivia as contradições inerentes a um espaço que estava sofrendo alterações. Para alguns, caminhar pelo centro da cidade era insuportável. Há relatos, por exemplo, de que as condições de urbanização eram incipientes, a cidade era suja, cheirava mal e *parecia um burgo colonial: um labirinto de ruelas e becos sórdidos.*¹⁶ Esta era a impressão de A. Bierce, jornalista americano que, segundo Décio Freitas, teria estado em Porto Alegre cobrindo a Guerra Civil ocorrida no estado entre os anos 1892 e 1895, a Guerra da Degola. E acrescenta:

12 SOUZA; MÜLLER, 2007, p. 79.

13 PESAVENTO, 1991.

14 MONTEIRO, 1995.

15 OVADIA, 1976.

16 FREITAS, 1999, p. 28.

Só em algumas poucas ruas centrais havia calçamento de paralelepípedos, predominando nas demais um calçamento de pedras irregulares, nas quais se tornava penoso caminhar. O efeito do todo era o de uma cidade que parara no tempo.¹⁷

Mas essa não era a única impressão que a cidade causava nesse período. Diversos viajantes que estiveram no Rio Grande do Sul e que, em especial, se detiveram em Porto Alegre, achavam a cidade encantadora desde a primeira vista, muitas vezes de um navio aportando no Guaíba. Moritz Sachnz, comerciante alemão que esteve no Brasil e residiu no Rio de Janeiro, visitou Porto Alegre em 1890. Suas percepções da cidade, por um lado, criticam o ar poluído contaminado de cheiros desagradáveis e o sistema de esgoto a céu aberto escorrendo nas sarjetas, mas, por outro, mostram certo encantamento com a arquitetura e o desenvolvimento do sistema de transportes:

Há, em Porto Alegre, inúmeras construções elegantes. São casas limpas e simpáticas. Em consequência, as ruas estão preparadas para receber, também nos dias de festa, iluminação com energia elétrica, o que acontece todas as noites nas lojas situadas em ruas principais. As linhas de bonde de tração animal, além de inúmeros barcos que circulam pelos rios, em curtos trajetos locais, propiciam o transporte regular entre a cidade e seus arredores.

Duas vezes ao dia transitam trens em cada direção. A estação situa-se um tanto distante da cidade, junto ao rio Jacuí;¹⁸ entre ele e através de um simpático subúrbio, logo se alcança a campanha.¹⁹

Certamente corroborou para essa percepção sobre Porto Alegre o fato de que a partir da segunda metade do século XIX já haviam sido incorporados à cidade diversos equipamentos públicos, dentre eles: o Teatro São Pedro (1858), a Hidráulica Porto-Alegrense (1865), o Largo do Arsenal e a Praça Senador Florêncio (atual Praça da Alfândega) são urbanizados, transformando-se o primeiro na Praça da Harmonia mais adiante. O Largo do Paraíso passa a ser ocupado pelo novo Mercado Público, obra muito importante para a cidade nesse período, o antigo mercado, localizado na área atualmente ocupada pelo Chalé da Praça XV, data de 1844 e foi demolido

17 op. cit.

18 Schanz referia-se ao Guaíba.

19 SCHANZ (1890) *in*: NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 17.

em 1870. Estas mudanças davam ares de cidade desenvolvida para Porto Alegre, principalmente do ponto de vista cultural. Pesavento traz esse sentimento a partir de matéria publicada no Jornal “O Independente”.

Está ficando inteiramente cosmopolita a população de Porto Alegre. Há meio século passado, sua quietude era admirável, poucos os estrangeiros, simples os costumes. (...) Mudou tudo. (...) Foram-se os palanquins, as cadeirinhas, mas possuímos carros, bondes, automóveis, velocípedes, *trainways*, estradas de ferro. Amanhã teremos ruas a asfalto, bondes elétricos, balões de Santos Dumont, jardins suspensos, espetáculos nas nuvens, telefones sem fios, fotografia teleférica, ressurreição dos mortos...

E Porto Alegre velho cederá lugar a um Porto Alegre novo, com uma população esquisita, num requinte supimpa: moças à *vol-d'oiseau*, vestidas de tecido circassiano, custoso, chique, provocante, numa liberdade antiga.²⁰

Alfred Hettner, em visita à cidade em 1891, faz a seguinte observação: *Dentre os prédios públicos, a Catedral, o Teatro e alguns outros são dignos de menção. São, quase sempre, construídos de pedras areníticas de cor avermelhada.*²¹ Max Lyon, viajante suíço que também esteve em Porto Alegre no mesmo período, teve percepções parecidas ressaltando as belezas naturais da cidade, mas também elogiando questões como pavimentação e iluminação:

a cidade estava localizada num sítio risonho, encostado às colinas; suas construções são em tijolos ou em pedras de talha; as ruas são bem pavimentadas, e como em quase toda parte na América do Sul, há bondes em quase todas as ruas principais; ruas e casas iluminadas a gás e eletricidade.²²

As praças e as ruas centrais, aos poucos, perdiam seu aspecto colonial e se adequavam aos padrões burgueses de estar em público: à diversificação das atividades produtivas, culturais e sociais, somavam-se diferentes “tipos” de pessoas que, de uma forma ou de outra, conviviam nos espaços públicos. Eram trabalhadores, ex-escravos, estudantes, intelectuais, comerciantes, enfim, a paisagem urbana começava a mudar. Com a ampliação da área urbana e a diversificação de atividades e pessoas, viver em Porto Alegre começava a significar vivenciar um tipo de vida urbana aos moldes de como se vivia na Europa. Era a burguesia imitando a forma de viver tanto do francês, como do inglês.

20 Jornal “O Independente”, de 01/03/1900 in: PESAVENTO, 2008, p. 51.

21 HETTNER (1891) In: NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 128.

22 LYON (1891) In: NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 20.

2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS E A AMPLIAÇÃO DAS SOCIABILIDADES

Uma das características que marca a modernidade de qualquer espaço urbano é a mudança nas relações que, antes mais pessoalistas, próximas, passam a ter um caráter mais individualista, marcadas por uma maior proximidade física, já que cresce o número de habitantes e de encontros em espaços sociais, ao mesmo tempo em que se dá um maior distanciamento psíquico.²³ Esse movimento de aproximação e distanciamento vai contribuir para que o indivíduo, num processo de individualização crescente, desenvolva determinadas habilidades importantes para que a relação com os outros ocorra no plano do social e, a partir de uma alteridade positiva, possa reconhecer-se, reconhecendo o outro. Embora a noção de aproximação esteja relacionada com a dinâmica social, também são necessários espaços que possibilitem essa aproximação.

Durante o século XIX, no Brasil, os lugares predominantes do desenvolvimento das sociabilidades eram aqueles ligados à esfera privada, dentro de espaços familiares restritos e ampliados apenas para parentes e amigos. Não que somente no ambiente privado as pessoas se encontrassem, mas eram mais raros os encontros nos ambientes públicos. Segundo Monteiro,²⁴ os lugares preferidos para o desenvolvimento das sociabilidades públicas, no século XIX em Porto Alegre, eram os largos e as praças: espaços dinâmicos que possuíam diversos significados em função da diversidade de usos que as pessoas faziam, sendo utilizados para festas, como as do Divino, da Páscoa, da Quaresma e de Nossa Sra. dos Navegantes.

Além das questões relativas à religião e diversão, as sociabilidades estavam relacionadas também ao comércio. Um dos largos mais famosos, por estar localizado na entrada da cidade pela via do Porto, era o Largo da Quitanda, mais adiante denominado Praça da Alfândega, depois Praça Senador Florêncio e, novamente, Praça da Alfândega. Como era um local bastante movimentado, frequentado por viajantes que vinham conhecer a cidade, imigrantes, compradores e vendedores, em sua grande maioria negros, para facilitar o embarque e desembarque de mercadorias e pessoas foi construído um trapiche à margem do rio. A praça defronte ao trapiche era chamada de Praça da Quitanda e ficava junto ao prédio da primeira Alfândega da cidade, localizada na Rua da Praia.²⁵

Outro local de sociabilidades era o Largo ou Praça do Paraíso, que abarcava a área da praia localizada entre a Rua Voluntários da Pátria e o Beco da Ópera (atual Rua Uruguai), chamada de Porto dos Ferreiros. Ali

23 SIMMEL, 2006.

24 MONTEIRO, 1995.

25 FRANCO, 2013.

a circulação de pessoas era intensa, pois era onde estavam as diversas oficinas que atendiam comerciantes e viajantes das embarcações ancoradas no Largo do Paraíso. Situado ao lado do Mercado Público, o Largo Paraíso tinha este nome pois *era o lugar do prazer imaculado nas tabernas do entorno*²⁶.

O Largo dos Ferreiros, além do movimento que as lojas, hotéis, bares e restaurantes proporcionavam, foi o espaço dos mascates, dos comerciantes ambulantes que abasteciam suas carretas e depois saíam a vender produtos pelos arrabaldes. Seu lado mais movimentado era próximo à Doca das Frutas pela proximidade com a Rua Voluntários da Pátria que no início do século XX estava se desenvolvendo comercial e industrialmente. Com a construção do Chalé na década de 1910, as sociabilidades nesse local aumentaram significativamente. A Figura 2 mostra a Praça XV de Novembro em 1910, quando ainda era conhecida como Largo dos Ferreiros. Até os dias atuais é possivelmente o local de maior movimentação de pessoas no centro da cidade, uma vez nela também está localizado atualmente um Terminal Rodoviário.

Figura 2. Praça XV de Novembro, 1910.



Fonte: Museu Memória Carris

Outro espaço muito importante das sociabilidades públicas eram as festas oficiais. Dentre as festas religiosas, aquelas que mais congregavam pessoas eram a do Divino Espírito Santo mostrada na Figura 3, a Festa dos

²⁶ MONTEIRO, 1995, p. 25.

Navegantes e o Natal. A primeira até o início do século XX ocorria na Praça da Matriz e, segundo Achylles Porto Alegre, era a mais querida dos porto-alegrenses. Os moradores construía um grande barracão, no qual, além de um coreto para alegrar a festa, havia tendas para a venda de café, pães, doces, gengibirra, refrescos, pinhões, peixes frito, balas e outras quitandas. Vinham pessoas de todos os lugares da região para assistir aos fogos, das vilas próximas até as ilhas todos queriam participar da festa.

Ali mesmo na praça, os chefes, verdadeiras figuras patriarcais estendiam esteiras e passavam, com os seus, os três dias e as três noites de fogos, ao ar livre, sob o doce azul do firmamento, comendo o seu churrasco de espeto com farinha seca e chupando o seu adorado chimarrão.²⁷

Figura 3. Praça da Matriz, Festa do Divino na década de 1910.



Fonte: Museu Joaquim Felizardo

A festa de Nossa Sra. dos Navegantes e a de Natal tradicionalmente eram comemoradas no Arraial do Menino Deus. No dia 1 de fevereiro a imagem de Nossa Senhora era levada até a Igreja do Rosário no centro da cidade e, no dia seguinte, seu retorno era via rio. Como o transporte fluvial da santa era um tanto complicado pela localização do Arraial do Menino Deus, com o tempo a santa foi colocada na capela, hoje, Igreja dos Navegantes, no bairro de mesmo nome cuja localização é próxima do rio. Segundo Pesavento,

27 PORTO ALEGRE, 1994, p. 80.

Nas tradicionais festas dos Navegantes, as ruas engalanadas viram passar procissões, andores, anjinhos, beatas desafiando o rosário, penitentes no pagamento de promessas, com os olhos postos no céu, enquanto os moleques punham os olhos nas vistosas e coloridas melancias à venda em frente da Igreja. E a festa do Divino? Com suas quermesses, fogos de artifício, seus jogos inocentes – (as sortes, a pescaria, o tiro ao alvo) – todos têm prêmios de gosto duvidoso. Famílias inteiras concentravam-se na rua em frente ao Divino, brincando de ser feliz.²⁸

Depois da mudança de local da festa dos Navegantes, o movimento popular nos dois dias de festa passou a ser muito grande, tanto na Praça da Alfândega, como no ponto de bondes e no cais do Mercado Público, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4. Festa de Nossa Sra. dos Navegantes em 1890.



Fonte: Porto Alegre Antigo: Dos Antepassados ao Século XXI

28 PESAVENTO, 2008, p. 81.

À direita, observa-se um bonde puxado a burros. Durante a procissão, muitos embarcavam no vapor em direção ao Arraial Navegantes, mas outros, preferindo o passeio pela estrada de ferro, tomavam o rumo da Rua Voluntários da Pátria para pegar o trem no Viaduto da Conceição. Segundo Porto Alegre,

O Guaíba nesses dias tinha um aspecto grandioso. Todos os navios surtos no porto embandeiravam em arco. Além disso, pequeninas embarcações, com suas alvas velas soltas, ao sol, pareciam gaivotas em ponto grande, deslizando nas águas cristalinas. A cidade em peso ia para o pitoresco arraial. Do porto, da Praça da Alfândega, da Estação do Caminho Novo, os vapores pareciam repletos de passageiros e bem assim os bondes e os comboios da estrada de ferro.²⁹

Mas, segundo Porto Alegre, a festa de Natal talvez fosse a mais bonita da cidade. Nesse dia, a solidão do Arraial do Menino Deus aos poucos era povoada. O movimento começava pela tarde, mas quando chegava a noite ouvia-se *ao longe uma banda de música que vinha em marcha batida rumo à capela, e algum tempo depois irrompiam as vozes de uma outra música mais distante ainda – eram a Firmesa e Esperança e a “União Brasileira”*.³⁰ O movimento na estrada que ia dar na capelinha aumentava pouco a pouco

com a passagem de um tálburi, com duas lanternas verdes acesas, como um casal de enormes vagalumes que viesse esvoejando pelo caminho deserto; mais atrás era uma carroça com tolda de aniagem, solta ao vento, como bambinelas; mais distante, acompanhando uma carreta de bois, chiando, apinhada de gente, vinham grupos de moços, bem montados, em trajas gaúchos; ainda, pela mesma estrada, um ônibus ronceiro, já descascando a pintura, e a arraia miúda com trouxas à cabeça e samburás atulhados de garrafas e fiambres. E, de vez em quando, o sino a igreja alegrava a solidão com seus toques festivos, lembrando aos devotos a missa do galo.³¹

Dentre as festas populares, ainda havia o Carnaval e o Entrudo; as Cavalhadas, que eram essencialmente atividades gaúchas; as touradas na várzea; os jogos de rua, como a sapata, o emboque, o meu boi fugiu, cata

29 PORTO ALEGRE, 1994, p. 85.

30 Segundo Porto Alegre (1994), “Firmesa e Esperança” e “União Brasileira” eram duas bandas de música que participavam tradicionalmente dos festejos de Natal. Uma trajava roupa branca de brim e a outra para se diferenciar, vinha de roupa amarela, quase cor de canário.

31 PORTO ALEGRE, 1994, p. 97.

à cega, entre outras, e o batuque, festa tradicionalmente de africanos que ocorria principalmente no Campo do Bom Fim.³²

Até o final do século XIX, às sociabilidades públicas, às vivências na cidade como se referia Pesavento (1991), que ocorriam até então nos becos, nas ruas, nos largos, nos espaços do mercado informal, das sessões de batuque, dos jogos de entrudo, das festas do Divino, contrapunham-se as sociabilidades privadas que aconteciam nas casas de famílias da elite porto-alegrense, que nos saraus, nos passeios campestres e nas noites nos teatros, consagravam a vida burguesa aos moldes da europeias. Nas primeiras décadas do século XX, as sociabilidades privadas se expandem e se afirmam como sociabilidades públicas, entretanto os espaços nos quais elas ocorrem continuam se diferenciando de acordo com a classe social.

Com o seu perímetro urbano dilatado, Porto Alegre se projetava como espetáculo burguês do “viver em cidades”. As confeitarias, os cafés, os teatro, as associações carnavalescas, os hipódromos, o footing da Rua da Praia, as sessões dos cinematógrafos constituem ambiências e as socialidades que atuam como palco de uma moda europeia para a burguesia porto-alegrense.³³

Os arraiais cresciam em tamanho e importância, sendo também lugares nos quais aconteciam muitas atividades recreativas, pois neles estavam localizados, por exemplo, os hipódromos, lugar onde a burguesia tinha encontro marcado toda a semana. No Arraial Menino Deus havia o Hipódromo Rio-Grandense, o Arraial São Miguel tinha o Hipódromo Boa Vista, o São Manuel, com o Hipódromo Independência e o dos Navegantes.³⁴ Dentre as atividades de lazer, as práticas esportivas também tinham importância e, junto com elas, o hábito de frequentar clubes sociais e sociedades agremiativas. Segundo Monteiro, esse hábito estava relacionado à influência da cultura alemã que, desde o final do século XIX, estimulou a prática de esportes como o *ciclismo*, o *remo* e o *tiro*, *valorizava-se o rio e os arraiais para passeios e piqueniques*.³⁵

Como ambientes de sociabilidade e de realização de práticas esportivas desse período, podem ser citados também o Clube Germânia e a Sociedade Leopoldina Juvenil, o Grêmio Náutico União, a Sogipa, e o próprio Parque Farroupilha, no qual havia um Velódromo, local de grande con-

32 op. cit. 1994.

33 PESAVENTO, 1991, p. 44.

34 MONTEIRO, 1995.

35 op.cit. 1995, p. 33.

centração de pessoas quando eram realizadas competições. Segundo SANTUCCI, em meados de 1895,

o velocípede de duas rodas caiu no gosto de alguns jovens como forma de deslocamento, e passeios começaram a ser organizados partindo dos Campos do Bom Fim para os arraiais. (...) A prática do ciclismo em Porto Alegre originou-se destas excursões que, mesmo após a construção das próprias sedes e velódromos pelas associações, continuaram a acontecer para diversos lugares, como Belém Velho, Tristeza, Tramandaí, Ponta do Dionysio, Teresópolis, Canoas e Cascata.³⁶

Na época, o ciclismo era um dos esportes favoritos dos porto-alegrenses, inclusive de pessoas destacadas da sociedade. Segundo Fortini³⁷, havia duas sociedades bem organizadas: a “União Velocipédica” e “Bllits”. A primeira tinha seu próprio velódromo com pista de cimento onde atualmente se encontra o Instituto Parobé, em frente à Rua Sarmento Leite, entre a Av. Osvaldo Aranha, o Parque Farroupilha e a rua Dr. Luiz Englert.

Figura 5. Velódromo da União Velocipédica no Parque Farroupilha: Redenção em 1913



Fonte: Porto Alegre – uma história fotográfica

36 SANTUCCI, 2005, p. 71.

37 FORTINI, 1966.

No cenário artístico-cultural, existia desde 1868 o Partenon Literário formado por um grupo de jovens escritores, liderados por Apolinário Porto Alegre, que se reuniam para realizar leituras e estimular o pensamento crítico na cidade. Durou até 1925, mas pela sua significância foi recriado em 1997. Além da literatura, outra dimensão cultural que estimulava a vivência urbana eram os cinemas e teatros. Steyer³⁸ destaca que, se bem não havia ainda o conceito de “sala de cinema”, nem por isso o porto-alegrense deixava de assistir a espetáculos, pois as exibições cinematográficas podiam ocorrer também em salões, teatros, clubes e até em praças.

Era comum, por exemplo, a realização de sessões de cinema na Praça da Matriz ou na Praça da Alfândega. Estas sessões atraíam tanto a população economicamente mais abastada, como os habitantes mais humildes, pois os preços eram bem mais acessíveis que nas salas de cinema. Mas não eram somente sessões de cinema que ocorriam na Praça da Alfândega. Na virada do século XX, a praça também era palco de diversão à noite. Em algumas ocasiões podia-se ouvir uma banda de música alegrando o passeio noturno.

A construção de novos e monumentais prédios públicos na cidade também contribuiu também para a expansão das sociabilidades públicas, uma vez que tornou os espaços mais aprazíveis e condizentes com o gosto burguês. Mas modernizar a cidade também implicava em novas práticas e hábitos, alterando muitas dimensões da vida social e os espaços no qual ela ocorria. Uma delas diz respeito à circulação das mulheres em público, mas não somente, havia muito mais gente circulando pelas ruas, a dimensão do espaço público se tornou muito mais presente no cotidiano de homens e mulheres que queriam sentir-se parte das mudanças que estavam ocorrendo. Essa burguesia emergente imitava a burguesia francesa, e, em menor intensidade, a inglesa, principalmente no que dizia respeito aos costumes, gostos e na criação de novidades. A procura dos Cafés, Confeitarias, *Restaurants*, Teatros, Cinemas, equipamentos que até então não existiam em proporções significativas, passam a ter um incremento maior, com a aceitação da presença das mulheres, agora circulando pelas ruas, assumindo status de consumidoras.³⁹

38 STEYER, 2001.

39 SOUZA; STEIGLEDER, 2014.

A Rua da Praia era considerada a principal rua da cidade pelos seus prédios luxuosos, os cafés que reuniam os intelectuais da cidade, as lojas cheias de novidades nas vitrines. Era o lugar mais movimentado do centro da cidade, principalmente no trecho entre a rua Vigário José Inácio, onde fica a Igreja do Rosário e a Praça da Alfândega. Várias lojas, cafés, livrarias e cinemas foram ponto de encontro também de senhores que ficavam parados nas calçadas fumando seus charutos, conversando e observando o movimento de pessoas. Segundo Martins,

Porto Alegre era uma capital de província com os seus 250 mil habitantes; possuía, porém, o que a maioria das capitais da Federação não tinha: um coração quente e um cérebro acelerado. Esses órgãos estavam concentrados na Rua da Praia e seu nódulo era a Livraria do Globo. Ali, os intelectuais da terra encontravam, nas prateleiras, as novidades francesas lançadas apenas três meses antes em Paris. Era também a passarela pela qual desfilavam airoso as mulheres belas, nos sábados de tarde, e nos domingos de manhã, após a missa das dez, ainda sob o fascínio da eloquência sacra dos pregadores de elite da Catedral e da Igreja do Rosário. O *footing* das mocinhas, das moças e das ousadas senhoras quarentonas confluía da Catedral, das Dores, e da Igreja do Rosário para o passeio obrigatório ao longo daquelas duas quadras compridas da Rua da Praia, prá lá e prá cá, entre o Café Colombo e a Esquina Masson.⁴⁰

Junto com a Rua da Praia, a Praça da Alfândega era considerada um dos lugares mais bonitos do centro da cidade. Em 1912, o antigo prédio da Alfândega que se situava dentro da praça foi demolido. Isto permitiu a realização de melhoramentos que embelezaram ainda mais o local. No início das obras de ampliação do Porto foram aterrados quase 100 metros em direção ao portão central do cais, sendo construídos nesta área dois prédios muito similares que formaram um eixo no centro da praça. Em 1920 os jardins da Praça da Alfândega eram considerados os mais frequentados da cidade.⁴¹

40 MARTINS, 2000, p.89.

41 FRANCO, 1988.

Figura 6. Praça da Alfândega em 1919.



Fonte: Porto Alegre – uma história fotográfica

Segundo Franco⁴², a Praça da Alfândega foi um dos primeiros logradouros a receber atenção por parte do poder público. Data de 1830 as preocupações com a remoção de detritos acumulados nesse local. Dentre os melhoramentos realizados, em 1868 foram colocados bancos no passeio no alinhamento da Rua dos Andradas e o espaço dos despachantes e quitandeiros começava a tomar a forma de jardim público, tendo inclusive um quiosque instalado para as vendas.

3. PROXIMIDADE E RESERVA E A “HABILIDADE DO SOCIAL”

Além dos espaços, existem algumas diferenças nas características da sociabilidade. Enquanto no século XIX as relações eram mais próximas, no século XX essas relações se tornam mais distanciadas. Isto ocorre primeiro, porque as mudanças na organização dos espaços buscam disciplinar as práticas sociais, tornando-as menos espontâneas e mais adequadas a um determinado padrão de comportamento, criando, assim, as chamadas contenções sociais ou máscaras sociais como observa Sennet⁴³. Segundo, porque com o crescimento da cidade, um número maior e mais diversificado de pessoas passa a circular e frequentar os espaços públicos, provocando

42 FRANCO, 1988.

43 SENNET, 2014.

o distanciamento psíquico e a atitude de reserva, que segundo Simmel⁴⁴ caracteriza as sociabilidades nas cidades modernas. Nesse sentido, Pesavento observa que:

A ideia de modernidade implicava uma reformulação dos territórios em termos de abertura da cidade à franca circulação e articulação das suas partes; na verticalização da área central e na busca de uma uniformidade da paisagem, com a paulatina eliminação de espaços do ponto de vista da sua estrutura física e das socialidades aí desempenhadas.⁴⁵

O relato nostálgico de Augusto Meyer sobre a Praça da Matriz remete a esse período de mudança pelos quais passavam os espaços e as pessoas. Conta que foi morar ali em 1924 e que naquela época a molecada ainda mandava na praça. Entre os “habitantes” da praça estava Maria Paraguaia. A senhora costumava aconchegar *carinhosamente ao seio murcho um filho feito de trapos sujos, cantarolando todo o seu repertório de acalanto; ninava o nada*.⁴⁶ Meyer está observando como aos poucos a Praça da Matriz vai se transformando, agregando novos frequentadores, e ao ser embelezada ganhou fama o passeio ladrilhado, “o redondo”, como dizia o povo. Era o lugar dos passeios digestivos durante as noites de verão até o fim do veranico; a iluminação nova atraía as mariposas burguesas. Ao chegar a grande festa do Divino, tornou-se o refúgio predileto dos namorados.

Além das praças, outro lugar muito frequentado pelos porto-alegrenses como espaços de sociabilidades públicas eram os teatros e cinemas. Nesles, inúmeras sensações dessa proximidade entre as pessoas eram experimentadas. Dentre os teatros, o principal era o Teatro São Pedro em frente à Praça da Matriz. Construído em 1858, era frequentado predominantemente pela elite econômica. O Teatro Polyteama fundado em 1898 era localizado na Praça Pinto Bandeira esquina com a Rua Voluntários da Pátria. Este teatro era muito mais simples que o São Pedro, era todo feito de madeira e funcionava precariamente, sendo demolido em 1907. No Campo da Redenção havia o Teatro do Parque, inaugurado em 1901 por ocasião da Exposição Estadual. Funcionava ao ar livre e, como estava situado num dos locais preferidos de passeios pela população, seu público era muito diversificado, sendo frequentado também pela “gente de bom gosto”.⁴⁷

44 SIMMEL, 1976.

45 PESAVENTO, 1991, p. 71.

46 MEYER, 1971, p. 34.

47 STEYER, 2001, p.54.

Além dos teatros, havia vários cinemas na cidade, e os porto-alegrenses tinham o hábito de frequentá-los, o que fez com que o cinema fosse um lugar de ampliação das sociabilidades públicas nas primeiras décadas do século XX, estendendo-se até a década de 1990 aproximadamente, quando os cinemas de rua começam a ser fechados e passam a funcionar predominantemente nos Shopping Centers. Muitos namoros começaram nos cinemas, assim como diversos conflitos também.

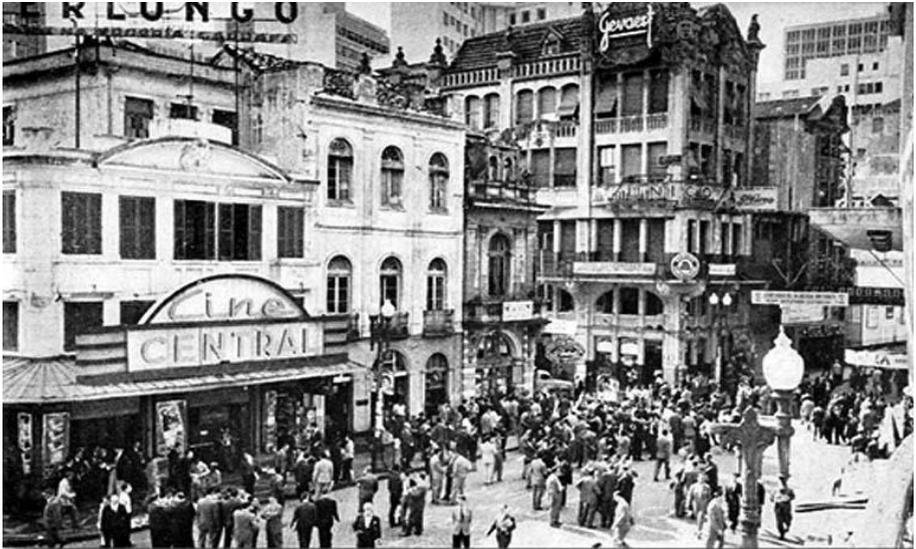
Para Steyer, é interessante observar o que acontecia do lado de dentro do cinema. Havia, inclusive, o termo *flirts* para designar as cantadas e os namoricos que ocorriam no “escurinho do cinema”, mas também não eram incomuns as brigas porque este ou aquele “mexeu” com a irmã ou esposa do outro. Ruschel também reforça essa sociabilidade pública que as salas de cinema proporcionavam ao observar que,

Nos intervalos, os rapazes levantavam-se e recostavam-se no espaldar da cadeira, ficando de frente para a plateia. Não propriamente a plateia, mas para o que de mais interessante estivesse pelo meio dela. Começavam por ali muitos namoros. E para disfarçar chupavam balas que se vendiam pelos corredores.⁴⁸

A Figura 7 mostra o Cinema Central, construído em 1921 e localizado na Rua dos Andradas, e era um dos mais frequentados na época.

48 RUSCHEL, 2001, p.140.

Figura 7. Cinema Central, 1921.



Fonte: Porto Alegre – uma história fotográfica

O interior das salas, portanto, era um local que, para além do filme, estava recheado de situações que, muitas vezes, exigia dos frequentadores a “habilidade do social”, desde lidar com as senhoras e seus enormes chapéus atrapalhando a visão da tela até se desvencilhar de uma grosseira cantada. Dramas comuns a toda sociedade que se expande e amplia seus espaços de convivência pública.

As sessões de cinema não ocorriam apenas no centro da cidade, havia também os cinemas de bairros, cujos ingressos eram mais acessíveis. Além das exhibições de filmes nas praças como foi assinalado anteriormente, os salões e as paróquias também acabavam sendo utilizados para esse fim. Nas festas religiosas como a do Divino Espírito Santo quando ocorria na Praça da Matriz, depois das celebrações religiosas durante o dia, à noite era o momento da quermesse e do cinema. O cinema também estava presente na festa de Carnaval e nas comemorações da proclamação da República no dia 15 de novembro. A festa de Nossa Sra. dos Navegantes, por exemplo, terminava com uma sessão de *cinematographo* e fogos de artifício. No final das festas, o bonde chegava para levar os porto-alegrenses para suas casas. Sua contribuição também pode ser percebida na experiência noturna da cidade quando as pessoas podiam experimentar outro tipo de movimento e de sociabilidades.

Percebe-se como cotidianamente as sociabilidades públicas estão presentes ao circular pela cidade que, aos poucos, ia se modernizando. Passar pelas praças e parques era uma oportunidade para conhecer pessoas, sair do âmbito privado e “jogar-se” na multidão. Da mesma forma, o transporte com seus bondes e seus terminais também eram espaços cotidianos de sociabilidades, eram espaços onde, por exemplo, vizinhos podiam encontrar-se e conversar no trajeto casa-trabalho-casa. Muitas vezes não havia troca de palavras, apenas olhares selavam esse contato. Em outros momentos, os pedidos de licença, os conflitos de espaço negociados, a gentileza, o encontro com um velho amigo, enfim, inúmeras formas de sociabilidade ocorriam ou havia a premência dessa possibilidade ao sair do espaço privado e jogar-se no espaço público. Movimentos em direção às relações impessoais, de desenvolvimento de habilidades sociais, que contribuíram para inserir os habitantes pouco a pouco na cidade que crescia e se modernizava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, que teve como objetivo reconstruir caminhos de sociabilidades públicas na cidade de Porto Alegre, mostrou que a construção de um *ethos* político a partir das interações sociais necessita de políticas de planejamento urbano, embelezamento e qualificação dos espaços públicos permeadas pela concepção de espaço público como espaço de diálogo, de constante construção ético-política em relação a si e ao “outro”. Pensar dessa forma implica em compreender o espaço público como o lugar também do contraditório, do conflito, da defesa e da contraposição de ideias. Por isso, se bem pode-se pensar o espaço público como um espaço físico com uma estrutura que sustente as práticas a partir dos elementos ali disponibilizados, também é importante considerar que, numa relação dialética entre espaço e indivíduo, as práticas sociais vão dando contornos a esse mesmo espaço construído, ressignificando-o. Assim, espaços que possibilitem maior liberdade de ação tendem a possibilitar práticas sociais politicamente mais engajadas com o cuidado com a cidade, com o outro, com a convivência urbana.

Infelizmente, a maior parte das cidades brasileiras vivencia, atualmente, diversos problemas relacionados ao uso dos espaços públicos. Em muitos contextos ele é quase inexistente, principalmente se pensarmos no espaço para além da dimensão material, concreta, mas incorporando dimensões relacionadas aos aspectos simbólicos e imateriais da vida, onde diversos recursos (educacionais, de saúde, de bem estar etc.) tem grande relevância nas relações que estabelecemos. Este é um tema que tem pauta-

do as questões relativas ao desenvolvimento sustentável das cidades, não apenas pelo impacto ambiental e econômico, mas também pelo impacto social, onde questões como desigualdade, acessibilidade, acesso a equipamentos, segurança etc. são incorporadas ao se pensar no planejamento do urbano. Em parte vive-se um ideário de desenvolvimento econômico que privilegia formas individualistas e patrimonialistas de apropriação do espaço público, nas quais as ações coletivas ficam mais prejudicadas. A deterioração dos espaços de circulação, como paradas e terminais de ônibus e trens, entre outros, também contribui para uma permanência precarizada das pessoas nesses ambientes públicos e, logo, para que ocorram menos interações entre elas.

Por tudo isso, a importância de investigar e reconstruir o caminho da modernização de Porto Alegre, no que diz respeito à configuração espacial estabelecida a partir dos usos da cidade, do arranjo dos espaços livres e edificados, das práticas sociais nos espaços destinados a passeio e permanência, praças, parques, enfim, uma infinidade de espaços públicos pensados e criados para gerar fluxos de pessoas, mas acima de tudo, sociabilidades públicas. Compreender a relação dialética entre espaço físico e práticas sociais instiga a pensar possibilidades de diálogo, de desenvolvimento do nosso *ethos* político de forma positiva, generosa e orientada para o entendimento entre os diferentes habitantes da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKOS, Margaret M. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Colab. Cláudia Mauch...[et. al.]. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/ E. UNISINOS, 1994.
- FORTINI, Archymedes. Histórias da nossa história: Porto Alegre entre 1900 à 1965 – como era diferente! Porto Alegre: Editora Grafipel, 1966.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia Histórico. 1º edição. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre ano a ano: cronologia histórica: 1732 -1950. 2ª edição. Porto Alegre: Letra & Vida: Editor da Cidade, 2013.
- FREITAS, Décio. O homem que inventou a ditadura no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- HETTNER, Alfred. Die Stadtgedessudlichsten Brasiliens. In: *Unsere Zeit*. Leipzig, 1891, Bd II. Fragmento traduzido por Hardy Bathelt. In: NOAL FILHO, Valter Antonio; COSTA FRANCO, Sérgio. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- Jornal “O Independente”, de 01/03/1900. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- LYON, Max. Description de l’Etat de Rio Grande do Sul (Brésil). In: *Comptes-Rendus des Seances de La Société de Geographie de France*. Paris, 1891, n. 18, PP. 515-525. Fragmento traduzido por Sérgio da Costa Franco. In: NOAL FILHO, Valter Antonio; COSTA FRANCO, Sérgio. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- MARTINS, Cyro. Regionalismo, Modernismo e o surgimento do Romance de 30. In: MASSINA, Léa; APPEL, Myrna Bier (Org.) *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul. Literatura e artes plásticas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- MEYER, Augusto. Na Praça da Matriz. In: APPEL, Carlos Jorge; SCLiar, Moacyr et al. *Porto Alegre ontem e hoje*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1971.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre – Urbanização e Modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- OVADIA, Maurício. *Cento e onze anos de transporte – do bonde de mulas ao transporte seletivo*. Porto Alegre: SMT, 1976.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994.
- RUSCHEL, Nilo apud STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SANTUCCI, Natália de Noronha. *Memórias apagadas - os velodromos esquecidos de Porto Alegre*. In: 1^o Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade, 2015, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre, 2015. p. 712-727.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- SENNET, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. 1^a edição. Rio de Janeiro, Record, 2018.

- SCHANZ, Moritz. Quer Durch Süd-Amerika: Reiseskissenausdem Jahre 1890; Rio Grande do Sul, Montevideo, Argentinien, Paraguay, Anden-Uebergang, Chile. Hamburg: W. MaukeSöhne, 1891. Fragmento traduzido por Hardy Bathelt. *In*: NOAL FILHO, Valter Antonio; COSTA FRANCO, Sérgio. Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno Urbano. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia – indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. Porto Alegre e sua evolução urbana. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SOUZA, Célia Ferraz de; STEIGLEDER, Clara Natalia. Retomando Marshall Berman e a questão da modernidade e da modernização das cidades. *In*: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 2014, Brasília, DF: Universidade Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- STEYER, Fábio Augusto. Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TOTTA, Mário; AZURENHA, Paulino; LOBO, Souza. Estrychnina. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

Submetido em 01/12/2021

Aceito em 04/05/2022

OS OUVIDORES E SUAS RUAS: A PARTICIPAÇÃO DE JUÍZES RÉGIOS NO ORDENAMENTO URBANO DA PORTO ALEGRE COLONIAL (1781 E 1810)

THE OMBUDSMEN AND THEIR STREETS: ROYAL JUDGES AND THE URBAN PLANNING OF COLONIAL PORTO ALEGRE (1781 AND 1810)

Aluíso Gomes Lessa¹

RESUMO

Este artigo analisa a participação de ouvidores régios no ordenamento urbano de Porto Alegre entre o final do século XVIII e início do XIX através de normas redigidas por estes juízes letrados, que determinavam uma série de melhoramentos urbanos a serem executados na povoação. O texto está centrado na análise de dois documentos, os provimentos de correição do ouvidor Manuel Pires Querido Leal, que datam de 1781, e as posturas municipais elaboradas com participação do ouvidor Antônio Monteiro da Rocha em 1810. Por meio da comparação entre estes dois instrumentos normativos, escritos em um intervalo de cerca de três décadas, o presente texto apresenta a importância de se observar como os juízes letrados enviados pela Coroa também participaram ativamente do processo de organização das vilas no Império português.

Palavras-chave: Urbanismo colonial. Ouvidores régios. Justiça. Melhoramentos urbanos. Rio Grande de São Pedro.

ABSTRACT

This article analyzes the participation of royal ombudsmen in the colonial urbanism of Porto Alegre through the rules that these literate judges drafted, which determined that a series of urban improvements were carried out in the village. The text focuses on the analysis of two documents, the Provisions of the ombudsman Manuel Pires Querido Leal, dating from 1781, and the Municipal Postures presented by the ombudsman Antônio Monteiro da Rocha in 1810. By comparing these two normative instruments, written over an interval of about three decades, this text presents the importance of observing how the judges sent by the Crown also actively participated in the process of organizing colonial villages in the Portuguese Empire.

Keywords: Colonial urbanism. Royal ombudsmen. Justice. Urban improvements. Rio Grande de São Pedro.

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2021). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016).

INTRODUÇÃO

Ao escrever sobre a história de Porto Alegre, Franco (2018, p.92) aponta que em fins do século XVIII a atual rua General Câmara passou a ser conhecida como “rua do ouvidor”, por conta do ouvidor Lourenço José Vieira Souto, que em 1799 determinou o seu calçamento à câmara municipal. No presente artigo a participação de ouvidores régios na organização urbana da povoação meridional será analisada através da comparação entre dois instrumentos normativos: os provimentos de correição de 1781 e as posturas municipais de 1810.

No momento em que ambos foram escritos, o Continente do Rio Grande de São Pedro não contava com uma ouvidoria própria, integrando a comarca de Santa Catarina, que era responsável pela justiça régia de toda esta porção meridional da América portuguesa, formada por estas duas capitanias. Ao ouvidor cabia, também, supervisionar em nome do rei a execução das justiças locais, de responsabilidade das câmaras de cada uma das vilas sob sua jurisdição. Os ouvidores eram, portanto, juízes letrados com formação específica, enviados pelos monarcas como seus “olhos e ouvidos” para, entre outras funções, verificar a administração local dos domínios portugueses, comandada por vereadores e juízes ordinários, não letrados e escolhidos dentro das próprias localidades. Por conta disso, transformava-se em um encontro comumente conflituoso entre um representante do “poder do centro” do Império e os representantes dos interesses locais (MELLO, 2017).

É neste contexto que deve ser observada a solicitação, por parte do ouvidor Vieira Souto, para que os vereadores de Porto Alegre realizassem o calçamento da “rua do ouvidor”. Neste sentido, alguns estudos vêm revelando a importância da colaboração de agentes régios para o ordenamento de ruas e edificações no que tange o urbanismo aplicado na América Portuguesa, entre os quais estão envolvidos ouvidores, engenheiros militares e governadores. Bicalho e Araújo (2017) abordaram de forma pioneira a atuação de juízes letrados enviados pela Coroa para os domínios ultramarinos, o que os transformava em grandes conhecedores, modificadores e construtores do território. As autoras, ao resgatarem a muito debatida (e em muitos sentidos superada) formulação dos tipos ideais de “semeadores e ladrilhadores” de Holanda (2016), acabam por definir estes juízes letrados da América portuguesa, por conta de sua atuação em termos territoriais e urbanísticos, por meio da ideia de “ouvidores como ladrilhadores”. Rhoden (1999, p.155), por sua vez, já havia apontando, no contexto específico da fronteira meridional, para essa participação de juízes do processo de implementação das primeiras vilas na região ao apresentar o caso de Rio

Grande. Já no âmbito mais global do Império português, autores como Subtil (1993) e Camarinhas (2009) vêm aprofundando os conhecimentos sobre a justiça lusitana, chamando atenção para o alargamento de competências dos ouvidores régios no período, o que se relaciona à própria amplitude da concepção de justiça no Antigo Regime. Isto porque até o início do século XIX predominou uma concepção jurisdicionalista de governo, centrada na justiça como essência de toda a boa administração e função primordial de um monarca. É neste sentido de amplitude de jurisdição, portanto, que a participação de juízes em uma área aparentemente distante do campo da administração da justiça, como o ordenamento urbano, será interpretada neste artigo.

O ordenamento espacial promovido por estes juízes acabava por incluir também, em uma esfera mais local, a própria ordenação urbana, na medida em que as instruções que estes ouvidores deixavam para as câmaras municipais, a quem cabia a administração das vilas, incluíam uma série de ordenamentos urbanos que poderiam tratar de arruamentos, edificações e até mesmo uma preocupação com o aprimoramento estético do conjunto urbano de forma mais ampla. Será sobre a participação, em maior ou menor grau, destes oficiais na implantação das vilas do Rio Grande de São Pedro, especialmente de Porto Alegre, em dois momentos distintos de sua história – na transição do século XVIII para o XIX – que este trabalho tratará. Inicialmente será discutida a presença dos primeiros ouvidores na região, por meio de sua participação da fundação da vila do Rio Grande. Na segunda parte, serão apresentados os contextos específicos em que os dois instrumentos normativos analisados foram produzidos. Por fim, se apresentará uma comparação entre ambos, buscando perceber o quanto podem expressar as mudanças pelas quais a região passava na virada para o século XIX.

1. A vila de Rio Grande e os primórdios da presença meridional de ouvidores

Embora a historiografia chame a atenção sobretudo para o papel de engenheiros militares no ordenamento urbano do período colonial brasileiro – caso de José Custódio de Sá e Faria quando governou o Rio Grande de São Pedro entre 1764 e 1769 (ROCCA; GUTIÉRREZ, 2020) –, não podemos nos esquecer do papel que os juízes letrados desempenharam nesse mesmo processo, ao normatizarem o espaço urbano das vilas que visitavam. Especificamente no sul da América portuguesa, uma figura-chave foi o ouvidor de São Paulo Rafael Pires Pardini. Ao passar em correição, entre 1720 e 1721, pelas povoações existentes mais ao sul do Brasil até então (Laguna, Desterro, São Francisco do Sul, Curitiba e Paranaguá), deixou provimentos que eram:

(...) extensos e ricos documentos legislativos com vários trechos diretamente referentes à forma das vilas, à regulação da demarcação e concessão das terras no rossio da vila, ao alinhamento das ruas e questões ligadas à estética urbana. (BICALHO; ARAÚJO, 2017, p.248).

Nesse sentido, e por ter sido o primeiro juiz letrado que passou pelas mais meridionais vilas portuguesas à época (com exceção de Paranaguá, já previamente visitada por seus antecessores), pode ser visto como uma espécie de inaugurador de um ordenamento urbano orientado por ordens régias nas porções mais meridionais dos domínios portugueses. Duas décadas mais tarde, participou das discussões no Conselho Ultramarino sobre a elaboração da carta régia (datada de 1747) que determinava que a povoação do Rio Grande fosse elevada à categoria de vila (BICALHO; ARAÚJO, 2017, p.245). Assim como os provimentos que Rafael Pires Pardini havia deixado em sua viagem meridional entre 1720 e 1721, as posteriores cartas régias para fundação e elevação de vilas continuam igualmente algumas instruções relativas ao ordenamento urbano. O documento de 1747 para a fundação da vila do Rio Grande, por exemplo, expressa isto nos seguintes termos:

(...) fui servido ordenar ao referido Ouvidor Geral de Paranaguá por Resolução de 11 do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, passe logo aquele presidio e que nele se crie uma Vila (...) dividindo e assinando seu termo com o da Vila da Laguna pela Costa do mar; e com a Vila de Curitiba pelo sertão e serra acima; e para ordenar melhor o dito Ouvidor os arruamentos desta nova vila, sua praça e obras da Matriz, Casa da Câmara e Cadeia lhe mandei remeter a instrução, que fui servido aprovar e se mandou ao Ouvidor do Ceará para criar uma nova vila no lugar do Aracati, e que faria ele Ouvidor de Paranaguá, sem se intrometer nas fortificações, que se tiverem feito na mesma povoação... (SÃO LEOPOLDO, 1982, p.212-213).

É observada na citação o quanto as funções de um engenheiro militar e de um ouvidor não se confundiam, e não deveriam se sobrepor, no momento da fundação de novas vilas. O ouvidor designado para fundar a vila do Rio Grande não deveria “se intrometer nas fortificações”, que haviam sido criadas pelo engenheiro e governador José da Silva Pais, delimitando sua atuação em termos de ordenamento urbano, aos “arruamentos desta nova vila, sua praça e obras da Matriz, Casa da Câmara e Cadeia”. A indicação de uma outra carta régia para a vila cearense de Aracati indica também que a atuação urbanística destes juizes passava a obedecer a uma certa pa-

dronização, já que as instruções enviadas para aquela vila três meses antes (RHODEN, 1999, p.156) serviriam também para a fronteira meridional.

A criação da vila do Rio Grande só ocorreria em 1751, sob comando do primeiro ouvidor de Santa Catarina, Manuel José de Faria, ao contrário da previsão da carta acima, que direcionava esta função ao ouvidor de Paranaguá. Na década seguinte, após ser invadida pelos castelhanos em 1763, a capital se deslocou inicialmente para Viamão, até se fixar definitivamente em Porto Alegre, em 1773. É a partir deste momento que se registram as primeiras tentativas de realização de correições por ouvidores régios na nova sede. Com isto, os ouvidores passaram a visitar a povoação, apesar de muita resistência por parte dos poderes locais (COMISSOLI, 2006, p.167-168). Seguindo os passos de seus antecessores, como Rafael Pires Pardini, começaram a deixar provimentos que incluíam recomendações sobre os cuidados com o ordenamento urbano, entre uma série de outras instruções à câmara de Porto Alegre.

Passaremos a analisar agora duas normativas urbanísticas deixadas por ouvidores régios da comarca de Santa Catarina, que estiveram em Porto Alegre em dois momentos distintos da povoação. O primeiro trata-se de Manuel Pires Querido Leal, que esteve na sede da capitania entre fins de 1780 e início 1781, quando deixou registrados seus longos provimentos de correição. Já o segundo foi Antônio Monteiro da Rocha, que em 1810 participou da elaboração de um conjunto de posturas municipais, em um momento de reorganização territorial da capitania que integraram uma série de transformações ocorridas no período joanino.

2. O contexto de produção dos Provimentos de 1781 e das Posturas de 1810

O primeiro documento a ser analisado é composto por um conjunto de 89 provimentos que foram registrados nos livros da câmara de Porto Alegre em 17 de março de 1781, visando a boa administração e organização da mesma. Atualmente encontram-se transcritos e publicados nos Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre (1996, p.15-32). Seu autor foi Manuel Pires Querido Leal, que tomou posse em 1780 como quarto ouvidor nomeado pela Coroa para a comarca de Santa Catarina. No mesmo ano, partiu da Ilha de Santa Catarina para Porto Alegre, onde realizou suas primeiras correições na região, conforme determinava a administração portuguesa, ocasião em que registrou os provimentos em questão.

Logo na abertura do documento, o ouvidor Manuel Pires Querido Leal deixou claro o quanto aquelas terras estavam apartadas da presença de um juiz letrado e o quanto era prejudicial:

A perdição do arquivo da Câmara da vila do Rio Grande, invadida pelo inimigo espanhol em o ano de 1762 (sic), em cuja lastimosa tragédia se perderam também os públicos cartórios, é sem dúvida ser a causa do pouco regime que há nos povos deste Continente e também proceder esta da total ignorância que nela há das sagradas leis dos Nossos Soberanos, ao que atendendo ele Ministro pela obrigação do cargo que Sua Majestade do mesmo sem merecimentos confiou, viu-se precisado nos seguintes provimentos deixar tudo quanto respeita a cada um dos indivíduos da corporação da Justiça e o que lhe pareceu resultante ao bem público... (PORTO ALEGRE, 1996, p.16).

Os provimentos citados propõem um reencontro da câmara municipal com as justiças régias, após anos sem correições, gerando uma situação de “total ignorância que nela há das sagradas leis dos Nossos Soberanos”. Neste sentido, podem ser aproximadas dos provimentos que Rafael Pires Pardini havia levado pela primeira vez para as povoações meridionais entre 1720 e 1721, igualmente apartadas de qualquer justiça régia naquele período. A dimensão dos documentos deixados por cada um destes ouvidores também possibilita uma interessante comparação, pois estes 89 capítulos deixados por Querido Leal se aproximam das muitas dezenas de capítulos produzidas pelo ouvidor Rafael Pardini sessenta anos antes, ao passar pelo sul (ALMEIDA, 2000). Apesar destas semelhanças e da repetição de muitos dos temas, as normas deixadas em Porto Alegre em 1781 não são uma mera replicação de um modelo, pois abordam, em diversos momentos, as especificidades da localidade, como será visto adiante neste trabalho, e, ao mesmo tempo, preocupações específicas daquela época – marcada pelo impacto das reformas pombalinas. Ainda sobre o seu contexto de produção, é importante frisar que embora o ouvidor tenha conseguido realizar suas correições naquele momento, sua publicação não significava que todas, sem qualquer resistência, seriam cumpridas pelos moradores e autoridades locais. Esta oposição ao representante da Coroa no Continente de São Pedro também pode ser vista nas tentativas posteriores de retorno à capitania feitas pelo ouvidor Manuel Querido Leal, em 1783 e 1785, quando enfrentou grande resistência por parte do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral (COMISSOLI, 2006). Mesmo assim, os livros da câmara com os provimentos de corregedores, atualmente sob guarda do Arquivo Histórico de Porto Alegre, além de registrarem os provimentos de Manuel Querido Leal de 1781, também anotam seu retorno em 1786, desta vez com capítulos bastante mais breves do que os que analisados neste artigo.

O segundo documento que será apresentado, - as Posturas de Porto

Alegre de 14 de dezembro de 1810, compostas por 31 itens – foram integralmente transcritas e publicadas por Rhoden (2013, p.159-165), que chamou atenção para o fato de ser um documento praticamente ignorado pela historiografia, apesar de seu pioneirismo enquanto registro de posturas municipais, no que se refere àquela vila (2013, p.50). Diferentemente dos provimentos, as posturas não eram determinações impostas pela Coroa através dos ouvidores, mas sim um documento sobre o qual os vereadores teriam autonomia em sua elaboração. Isto não excluía, no entanto, a participação do ouvidor em sua criação, inclusive com a repetição de uma série de temas já tratados anteriormente por Manuel Pires Querido Leal em 1781. A participação do juiz letrado, enviado pela Coroa, em sua elaboração pode ser inclusive percebida na abertura do documento:

(...) nesta capital de Porto Alegre em a (sic) casa da Câmara desta vila onde foi vindo o Doutor Corregedor desta Comarca Antônio Monteiro da Rocha, com a corporação da Câmara desta mesma vila, com a nobreza e povo da mesma para efeito de procederem as posturas, e acordam para o bom governo e prol comum dos povos desta vila (...) sendo aí todos presentes convieram e acordaram nas posturas. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.159).

Por fim, as posturas ainda precisariam passar pela Mesa do Desembargo do Paço, o que no caso de Porto Alegre demoraria uma década para ocorrer, sendo aprovadas com dez alterações em relação ao texto original, em 13 de outubro de 1821 (RHODEN, 2013, p.50).

No momento em que seu autor, o ouvidor Antônio Monteiro da Rocha, foi até Porto Alegre, encontrou a sede da capitania em uma posição de maior importância do que Manuel Pires Querido Leal a havia encontrado na década de 1780. Isto porque em 1807 o Rio Grande de São Pedro foi elevado à Capitania-Geral, o que significava deixar de estar subordinada ao governo do Rio de Janeiro, garantindo maior autonomia para tratar diretamente com a Coroa. Para Silva (2008, p.90), este momento simbolizou a “consolidação da fronteira no Sul e a proeminência política e econômica que esse estabelecimento passou a exercer na região Meridional do Império Luso-Brasileiro.” Dois anos depois, em 1809, o único município existente na capitania foi dividido em quatro vilas: Rio Grande, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha. É neste momento que o ouvidor Monteiro da Rocha participa da criação das posturas direcionadas a cada uma das novas vilas, entre 1810 e 1811 (RHODEN, 2013, p.48-49).

Soma-se a isto o fato de que em 1812 ocorre a transferência da sede da ouvidoria, da vila do Desterro (na Ilha de Santa Catarina) para Porto

Alegre, que passa a se chamar Ouvidoria de São Pedro do Rio Grande e de Santa Catarina. O primeiro ouvidor a deixar a residência em Santa Catarina para se instalar na vila que adquiria a importância de ser a nova “cabeça” da comarca foi, inclusive, o mesmo Antônio Monteiro da Rocha que participou da criação das posturas.

3. Aproximações entre os Provimentos e as Posturas Municipais

Partindo desta breve apresentação dos dois documentos, analisa-se alguns dos paralelismos entre ambos, na medida em que, apesar de não serem idênticos, integram um mesmo universo normativo do Império português, que se expressava também em termos urbanísticos. Desse modo, tanto os provimentos de 1781 quanto as posturas de 1810 trazem capítulos que acabam por sintetizar alguns dos principais deveres da câmara de Porto Alegre em relação aos cuidados urbanos. Em 1781, por exemplo, o ouvidor Manuel Pires Querido Leal menciona no 27º provimento as principais despesas que caberiam aos vereadores:

Proveu que observassem, estes, quando tratassem das despesas feitas pelos bens do Conselho, o que lhes é ordenado pelo seu Regimento, sendo as obras públicas e de utilidade em que fala o mesmo, fontes, pontes, calçadas, rocios, pelourinho, curral do conselho, estradas, porém não em terras de sesmaria, por serem os senhores delas obrigados às ditas pontes e estradas. (PORTO ALEGRE, 1996, p.21).

Surge no trecho acima a menção a um elemento central para a organização urbana colonial – o pelourinho – que deveria estar localizado em um ponto central das vilas como símbolo da justiça régia. Além disto, Marx (1991, p.62) lembra o mesmo enquanto “símbolo de autonomia municipal”. Era exatamente através da negociação entre os desejos da Coroa e de autonomia das elites locais que as normativas urbanas acabavam sendo debatidas.

O mesmo documento, em provimento anterior, o 14º, aponta para a importância do pelourinho enquanto espaço público de punição dos transgressores das normas vigentes da sociedade no período, conforme aponta a seguinte citação:

Proveu que atendendo a desordem, por experiência mostrada, do uso de armas curtas e proibidas, como faca de ponta, pistolas, bacamartes e outra qualquer arma de fogo, entre peões, pretos cativos e pessoas ínfimas da plebe, mandou se desse inteiro cumprimento, sem o menor disfarce à extravagante de 24 de janeiro de 1756 para que logo que os ser-

vos fossem compreendidos no crime de facas e mais armas contempladas, se executasse nestes a pena de mil açoites, dados com interpolação em dez dias sucessivos, no lugar público do Pelourinho, ou em outra qualquer parte que possa ser visto para exemplo... (PORTO ALEGRE, 1996, p.18).

Cabia, portanto, ao ouvidor lembrar aos vereadores da necessidade de que naquela vila houvesse espaços públicos para que culpados por infringir as normas do reino fossem exemplarmente punidos, à vista de todos. O ordenamento urbano colonial se colocava, assim, a serviço da manutenção da ordem e da soberania régia, cabendo ao ouvidor cobrar dos administradores locais que tais espaços fossem mantidos para punições. Nestes eventos que necessitavam de um local público para sua execução, não apenas eram reiteradas as proibições (no caso específico trazido pelo documento as relativas ao porte de armas) como o lugar de cada um naquela sociedade hierarquizada, “peões, pretos cativos e pessoas ínfimas da plebe”, segundo o trecho anteriormente citado, uma vez que a maior ou menor “qualidade” (ou seja, posição social) influenciava em penalidades respectivamente mais brandas ou mais severas para os condenados.

A designação de espaços públicos para punições e cumprimento de penas reaparece nas posturas municipais de 1810, em seu 4º item, desta vez não mais na forma do pelourinho, mas trazendo a construção de uma cadeia entre as responsabilidades que caberiam à administração local:

Acordaram, que sendo ainda assim mesmo com os aforamentos de alguns terrenos que se adquiram diminutos os rendimentos desta Câmara, que é obrigada a despender com a educação dos expostos, com as calçadas da vila, e pontes, que ainda precisa construir uma cadeia... (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.159)

O espaço público, no entanto, não é somente apresentado como local de punições exemplares, mas igualmente de convivência e de comércio, e como tal, deveria ser normatizado em benefício do bem comum. É neste sentido que ambos os documentos estabelecem lugares específicos para vendas de gêneros alimentícios. Em 1781, uma banca de peixes deveria ser implementada “no lugar da Praia”, segundo os provimentos 50 e 51:

Proveu que incontinenti mandariam fazer uma banca pública para vendagem. do peixe ao povo sexta-feira, no lugar da Praia, onde mais cômodo fosse aos pescadores e moradores desta vila.... Proveu que os referidos pescadores, debaixo da pena de seis mil reis pagos da Cadeia e para as

obras públicas do Conselho, não vendessem o seu pescado em outra parte que não fosse o da banca, como destinado para este fim. (PORTO ALEGRE, 1996, p.25)

Em 1810, este tema voltaria a aparecer em algumas posturas, como a de número 28:

Acordaram se estabeleça uma banca onde o peixe se vá vender, com a assistência dos Almotacéis depois de dizimado. Com a pena de dois mil reis contra o pescador que vender peixe fora da banca pela primeira vez, e pela segunda quatro mil reis, e pela terceira e mais vezes em seis mil reis, e trinta dias de cadeia. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.164).

É interessante, no entanto, notar indícios em 1810 de uma maior complexidade das atividades comerciais na vila e de crescimento urbano, pois acrescenta-se também uma longa regra, na 27ª postura, sobre quitadeiras, o que não se via no documento de 1781:

Acordaram que os Almotacéis não consintam quitadeiras, nem outro qualquer vendedor de gêneros parados pelas ruas, mas que andem sempre girando pelas ruas por onde será licito vender quaisquer gêneros comestíveis: E parados a venderem só poderão fazer na praça do Trapiche, ou na do Pelourinho enquanto se lhe não destina praça própria. Com declaração que não será licito a nenhum quitandeiro de qualquer natureza, que seja, levantar barraca de qualquer espécie sem licença da Câmara, a qual lhe concederá, ou negará segundo achar conveniente. Por cuja licença concedida pagará cada barraca para o Concelho duzentos reis por mês. E a mesma Câmara lhe destinará a grandeza, e forma da barraca, que lhe poderá mandar demolir quando bem lhe parecer. Incorrendo, o que contravier esta postura em quinhentos reis pela primeira vez, e pela segunda e mais vezes em mil reis para o Concelho. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.164).

Em meio às inúmeras responsabilidades que caberiam às câmaras, como a regulamentação do espaço público, fossem para punições ou para o comércio, este trecho também auxilia na percepção de que não se tratava de uma simples imposição da Coroa sobre as câmaras. Verifica-se que havia uma negociação envolvida nestas cobranças que eram realizadas pelos ouvidores a mando do rei, em que também as elites locais que dominavam a administração das vilas obtinham algum ganho.

Se por um lado a realização das obras públicas exigidas dependia

de recursos municipais, por outro, tanto os provimentos, quanto as posturas, acabavam chancelando o poder local destes vereadores, uma vez que caberia a eles aplicar e gerir as normatizações urbanas. Um exemplo pode ser visto no trecho anterior, ao mencionar que caberia somente à câmara conceder ou negar licença para instalação de barracas, “segundo achar conveniente”. Logo em seguida, é observado que não somente as licenças solicitadas, mas também as multas aplicadas, acabavam trazendo rendimentos para a própria câmara. É algo percebido também em 1781, quando o 64º provimento destina o valor arrecadado em multas para ser empregado pela câmara nas obras sob sua responsabilidade, ao determinar “que a totalidade de semelhantes condenações seria aplicada para as obras públicas do Concelho”. (PORTO ALEGRE, 1996, p.27).

Nem todas as responsabilidades, no entanto, caberiam às câmaras, embora fosse em seus livros que estas normatizações ficassem registradas. Como já visto no primeiro excerto apresentado (27º provimento, de 1781), foi feita uma ressalva de que nem todos os gastos com os melhoramentos urbanos caberiam à câmara, uma vez que no caso de estradas em terras de sesmaria, os responsáveis por sua manutenção seriam os senhores das propriedades. Surgem ainda outras figuras designadas para cumprir determinadas tarefas relacionadas ao ordenamento urbano. É o caso dos juízes almotacés, a quem caberia, pelo 70º provimento (1781), o “cuidado [que] devem ter na limpeza das ruas e servidões públicas, condenando os transgressores das posturas que deve haver, segundo se determina pelo provimento”. (PORTO ALEGRE, 1996, p.28). E ainda, pelo 71º provimento, seria a eles que:

(...) pertence, como juízes privativos, os litígios provenientes de paredes, janelas feitas, eirados e canos, segundo a Lei do L^a 1^a, tit. 68. § 22, e da mesma forma pertence-lhes o conhecimento das esterqueiras e imundícies lançadas onde se não devem. (PORTO ALEGRE, 1996, p.28).

Já nas posturas de 1810, a 12^a acaba por apresentar em conjunto uma série destes oficiais responsáveis por zelar para que as edificações fossem feitas conforme as normas:

(...) que se não faça edifício algum na vila, nem se deitem materiais nas ruas públicas sem licença da Câmara a qual mandará o arruador alinhar o terreno, não havendo nisto demora da parte da mesma Câmara. O dono da obra será obrigado depois de [...] cheios os seus alicerces, quando queira assentar as soleiras, a chamar o arruador para examinar na presença do Almotacel se a obra vai conforme o

alinhamento dado: incorrendo o que contravier a esta postura na pena de quatro mil reis para o Concelho, e de se lhe demolir a obra contra o alinhamento. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.161).

O cumprimento de tais deveres tanto pelos vereadores quanto pelos almotacés, arruadores ou ainda sesmeiros poderiam, contudo, demorar – como o próprio documento de 1810 faz questão de lembrar em relação à cadeia, quando menciona “que ainda precisa construir” (RHODEN, 2013, p.159). Esta menção à obra como algo pendente, acaba por repetir uma observação que já havia sido feita pelo ouvidor Manuel Pires Querido Leal em seu 89º provimento (1781) para Porto Alegre:

Proveu que fizessem representação à sua Majestade pelo seu Tribunal de Desembargo do Paço, da falta que havia naquela vila do Rio Grande e nesta das precisas e necessárias prisões da Justiça, para se fazerem, havendo a mesma Senhora por bem, isto no preciso termo de um mês... (PORTO ALEGRE, 1996, p.32).

Outra preocupação presente nestes documentos, produzidos com a participação de juízes letrados, dizia respeito às restrições de circulação dentro do núcleo urbano. Em 1781, por exemplo, Manuel Pires Querido Leal estabeleceu no 54º provimento que:

(...) nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que fosse, corresse a cavalo dentro desta vila, pelo prejuízo resultante às pessoas de pé e crianças, visto por experiência se ter mostrado as infelicidades provenientes das mesmas corridas, debaixo da pena de seis mil reis pagos da Cadeia para as obras do Conselho. (PORTO ALEGRE, 1996, p.28).

Por sua vez, as posturas do início do século XIX não apenas repetem este mesmo tema, mas a 11ª (1810) acaba avançando em outras restrições de circulação nas ruas da vila, deixando claro que tais medidas eram necessárias como forma de garantir a manutenção da ordem urbana:

(...) que se não traga dentro na vila carro algum sem condutor, ou candieiro adiante a pé, sendo condenado o dono do carro, que se encontrar sem o dito candieiro em seiscentos reis para as despesas do Concelho, sendo além disto responsável por qualquer dano que faça na povoação por não levar candieiro a pé (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.161).

Em relação aos animais que poderiam provocar desordens nas vilas, tais documentos não se referem apenas a cavalos, mas igualmente a cães nas ruas, mencionados em ambos os documentos. Inicialmente, foi tratado no 55º provimento (1781) da seguinte maneira:

(...) atendendo igualmente a numaredidade (sic) de cães inúteis e sem préstimo mais do que o de morderem as pessoas, dilacerando os fatos que trazem vestidos, deixava o poder de qualquer indivíduo os pudesse matar, sem que deste procedimento ficasse lugar aos donos virem a juízo pedirem o valor dos cães ou por nu mesmo ação de injúria contra os que os matarem, porquanto a utilidade pública assam permite, como também o permite que aqueles que forem do conhecido préstimo, tenham, seus donos, presos em suas casas. (PORTO ALEGRE, 1996, p.28).

Já na 9ª postura de 1810, esse mesmo tópico reaparece como parte das obrigações municipais para manutenção da ordem no núcleo urbano, substituindo a possibilidade de matar os cães que trouxessem prejuízos por multas a serem pagas por seus donos:

(...) que nenhuma pessoa tenha nas ruas desta vila ou nas estradas públicas cães daninhos, que possam fazer dano aos viandantes, [...] incorrendo os donos dos cães na pena de pagarem o dano, que os cães fizerem, na de seis mil reis pela primeira vez e pela segunda, ou mais vezes na mesma pena, e em trinta dias de cadeia. Em as sobreditas incorrerão os que fizerem gogos, ou outras coisas, que prejudiquem os caminhos públicos, e danifiquem os viandantes. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.161).

Por fim, resta ainda um último apontamento na breve comparação entre os aspectos urbanos presentes nestes dois instrumentos normativos. É interessante ressaltar como algumas das determinações dos provimentos do ouvidor Manuel Pires Querido Leal acabaram de fato sendo mencionadas como já executadas em 1810. O 33º provimento estabelecia em 1781, por exemplo, que:

(...) as pontes que daqui em diante se fizessem nesta vila, fosse sua construção de pedra e cal, e do mesmo material cobertas, porque sendo assim se evitam as anuais despesas que encontro nas contas dadas pelos tesoueiros do Conselho na presente correição com tábuas e mais madeiras, além do que posto seja despesa excessiva se acautelam contudo

as amiudadas que se fazem todos os com as mesmas pontes. (PORTO ALEGRE, 1996, p.22).

Tal assunto não parecia ser irrelevante para o ouvidor, pois no mesmo documento de 1781 há um segundo provimento (87º) especificando uma das pontes a serem construídas:

Proveu, a requerimento dos mesmos oficiais, nobreza e povo, que atendendo ser a ponte denominada do Vigário uma das mais úteis e necessárias como situada (sic) em estrada pública para os viajantes que vêm a esta vila, e achar-se a mesma quase demolida, seriam obrigados todos os estancieiros que têm carretas e se utilizam da mesma ponte, ou outra qualquer pessoa que também carretas tenha, a reedificá-la de todo o preciso e necessário, logo que pela Câmara forem notificados, debaixo da pena de trinta dias de cadeia e de mil réis de condenação aplicados para a mesma reedificação. Bem entendido que sendo a predita ponte em terras de sesmaria, esta entrará com a sexta parte da despesa que se fizer nela. (PORTO ALEGRE, 1996, p.31).

Em 1810, finalmente percebe-se que não apenas uma ponte de pedra havia de fato sido construída, como ela acabaria sendo um marco para definição da malha urbana da vila, conforme expressa a 1ª das posturas:

que os limites desta vila, em que devem compreenderem-se os prédios chamados urbanos sejam pelo antigo valo por onde foi cercada esta povoação desde o riacho pelo portão até o caminho novo, onde tem uma ponte de pedra. (POSTURAS *in*: RHODEN, 2013, p.159).

Neste aspecto, encerra-se a comparação entre os dois documentos observando que tais ordenamentos levados por juízes letrados não podem ser resumidos a meras normas a serem cumpridas sob ameaça de penalidades em caso de desobediência. As intervenções destes oficiais no território do município, como a determinação de construção de pontes, ruas e caminhos, acabava por definir o espaço em que transcorria esta experiência urbana compartilhada pelos moradores. A convivência necessitava ser normatizada visando o bem comum, ao mesmo tempo em que as edificações públicas se transformavam em marcos da presença do poder régio e da soberania portuguesa – até mesmo naquela distante fronteira do Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com as diferenças entre os dois documentos analisados, tanto os provimentos de correição de 1781 quanto as posturas municipais de 1810 oferecem uma importante aproximação do cotidiano urbano na fronteira meridional da América portuguesa. Por meio das normas redigidas por Manuel Pires Querido Leal e das posturas que contaram com algum grau de participação do ouvidor Antônio Monteiro da Rocha, foi possível observar que mesmo distante dos grandes centros do Império, os portugueses conferiram a Porto Alegre instrumentos normativos trazidos por juízes letrados – enquanto representantes da Coroa – em suas passagens pela povoação.

A partir dos apontamentos apresentados em relação a estes dois documentos normativos escritos em um intervalo de trinta anos, na passagem do século XVIII para o XIX, faz-se necessária a revisão dos documentos referentes aos ouvidores para a complementação da história urbana de Porto Alegre, dentro do período Colonial. As normas contidas nestes documentos recaíam sobre o espaço urbano, para além de uma “rua do ouvidor” no centro da povoação. Analisando os mesmos, infere-se que a participação dos ouvidores nas vilas, sob jurisdição de sua comarca, excedia normas relativas a calçadas, existindo uma preocupação mais ampla com o conjunto urbano e o ordenamento jurídico da Porto Alegre colonial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio Cesar de Almeida (org.). *Revista Monumenta*. Curitiba, vol. 3, nº 10, inverno/2000.
- BICALHO, Maria Fernanda; ARAÚJO, Renata Malcher de. *O ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil, século XVIII*. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria A.; MELLO, Isabele. *Justiça no Brasil Colonial. Agentes e Práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- CAMARINHAS, Nuno. *O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800)*. Almanack Brasiliense, nº 9, maio de 2009.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense: 2006.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 5ª ed. Porto Alegre: Ed. Edigal, 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O semeador e o ladrilhador*. In: *Raízes do Bra-*

- sil. Edição crítica. SCHWARTZ, Lilia Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EDUSP: Nobel, 1991.
- MELLO, Isabele de Matos Pereira. *Ouvidores-Gerais e Príncipes das Comarcas: O andar em correição na América Portuguesa*. In: Bicalho, M. F., Assis, V. M. A. D. & Mello, I. (eds.). *Justiça no Brasil colonial: Agentes e práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho*: v.3. Coordenação de Berenice Ana Toson. 2.ed. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996.
- POSTURAS de Porto Alegre de 14 de dezembro de 1810 (Transcrição Integral). In: RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo e arquitetura na região fronteira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013, pp.159-165.
- RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo e arquitetura na região fronteira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.
- ROCCA, Luisa Durán; GUTIÉRREZ, Ramón. *José Custódio de Sá e Faria: um engenheiro na América além das fronteiras*. Buenos Aires: CEDODAL, 2020.
- SÃO LEOPOLDO, Visconde de (José Feliciano Fernandes Pinheiro). *Anais da província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/USP, Tese de Doutorado, 2008.
- SUBTIL, José. “Os poderes do centro. Governo e administração”. In: HESPANHA, António Manuel Hespánha. *O Antigo Regime (1620-1807)*, Quarto Volume da História de Portugal, direcção de José Mattoso. Lisboa, Editorial Estampa: 1993.

Submetido em 01/12/2021

Aceito em 10/06/2022

A MODERNIDADE REBELDE DA PORTO ALEGRE DE FRANCIS PELÍCHEK

PORTO ALEGRE'S REBELLIOUS MODERNITY AS PORTRAYED BY FRANCIS PELÍCHEK

Ana Luiza Goulart Koehler¹

RESUMO

Este artigo discute a relação do artista tcheco Francis Pelíček (1896-1937) com a cidade de Porto Alegre nas décadas de 1920 e 1930, período em que ali viveu e exerceu sua profissão de artista, professor de desenho e pintura e também artista de imprensa. Através da discussão de uma gama variada de suas obras, tais como telas a óleo, aquarelas e desenhos presentes em seus diários e na imprensa, é possível perscrutar a forma como o artista vivia a cidade, mostrando-se um observador atento de seu entorno. Contudo, o seu olhar peculiar parecia recusar-se à sedução do discurso modernizador, voltando-se continuamente para as paisagens de Porto Alegre que desapareceriam com as grandes reformas urbanas, bem como para os personagens que permaneciam excluídos dos benefícios que elas traziam.

Palavras-chave: Francis Pelichek. Porto Alegre. Artes Visuais. Cidade. Modernidade. Reformas Urbanas.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the czech artist Francis Pelíček (1896-1937) and the city of Porto Alegre in the decades of 1920 and 1930, where he lived as a painter, cartoonist, and art teacher. By analyzing oil paintings, watercolors, sketches in his diaries, and illustrations for the press, one is able to have an idea of how the artist experienced the city and perceived his urban context with attentiveness. However, his way of looking at the city did not seem to be seduced by modernizing discourses, choosing instead to portray the parts of the city condemned by the relentless remodeling of the time, as well as marginalized people unable to enjoy the benefits of the modernization.

Keywords: Francis Pelichek. Porto Alegre. visual arts. City. Modernity. urban remodeling.

INTRODUÇÃO: O ARTISTA

Francis Pelíček², em tcheco František Josef Pelíšek (1896-1937), foi um artista gráfico, ator de cinema e pintor nascido na cidade de Kutná Hora, na Boêmia, atual República Tcheca, que emigrou para o Brasil em

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS - História, Teoria e Crítica de Arte.

2 Optou-se aqui pela grafia com acento no *i* baseada na grafia original tcheca *Pelíšek*, diferente da grafia adotada na literatura produzida anteriormente em que essa letra não é acentuada.

1920. Dono de uma constituição física peculiar³ que também o tornava um personagem notório, o jovem Pelíček frequentava intensamente os círculos artísticos de seu país natal, então a Tchecoslováquia surgida após a dissolução do Império Austro-Húngaro ao fim da I Guerra Mundial. Estudou desenho e pintura já na sua cidade natal e seguiu com seu aprendizado artístico na Escola de Belas Artes de Praga sob a orientação, entre outros, do professor Josef Chvojan (1879–1939), onde muito provavelmente teve uma formação de caráter tradicional. Embora pouco ainda tenha sido levantado a respeito de seus anos iniciais na atual República Tcheca, é possível dizer que seu envolvimento com as novas sociabilidades e novas tecnologias de comunicação de massa da modernidade foi intenso: há registros de sua atuação como provável cenarista ou ator de cabaré⁴, cartazista, ilustrador de imprensa e ator de cinema⁵. Além disso, o artista também parecia ter bastante familiaridade com a fotografia, como atestam os numerosos registros fotográficos e negativos presentes nos seus diários e arquivos.

De acordo com Sylvie Keilová, Pelíček é convidado pelos seus amigos Karel Kotovský e Leo Marten⁶ a partir de Praga em janeiro de 1920 rumo ao Rio de Janeiro numa viagem espontânea e movida pelo espírito de aventura⁷, não inteiramente planejada. Pode-se especular que a situação de miséria que seguiu a destruição da I Guerra em muitos países, combinada com as promessas de enriquecimento e renovação associadas ao continente americano, tenha atraído o artista e seus amigos para o Brasil, dando início a uma longa peripécia por diversas cidades do Sudeste e que culmina na sua chegada a Porto Alegre em março de 1922. Nessa cidade, estabelece-se finalmente como artista e professor de desenho e pintura no então Instituto Livre de Belas Artes⁸ sob a chefia do diretor e também pintor Libindo

3 De acordo com Sylvie Keilová (2011) e Júlio Herbristh, (2012), o artista possuía uma deficiência congênita que lhe provocou a formação de uma deformidade na coluna, baixa estatura e frequentes problemas respiratórios. Exames presentes no seu acervo pessoal, presente Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS, trazem o diagnóstico “mal de Pott” como causa dessa deformidade.

4 Um contrato de trabalho no *Kabaret Rokoko*, em Praga, ainda é preservado no acervo do artista presente no Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS (AHIA).

5 Segundo a Base de Dados Cinematográficos Tcheco-Eslovaca (Česko-slovenská Fimolvá Databáze), constam como filmes em que Pelíček atuou os títulos de 1918, *Dobrodružství Joe Focka e A vášeň vítězí* e, de 1919, *Teddy by kouřil, Sivoooký démon, Oklamáný hypnotisér Swengali, Ohněm a mečem e Dáma s malou nožkou*. Destes, apenas este último e *A vášeň vítězí* se conservam. Disponível em: <https://www.csfd.cz/tvurce/24976-frantisek-pelisek/>

6 Leo Marten era o nome artístico de Leopold Vymlátil, nascido em 1897 na atual República Tcheca e falecido no Rio de Janeiro em 1961. Foi conhecido pelos filmes *Dzungle Velbomesta* (1930), *Direito de Pecar* (1940) e *Almas Adversas* (1952).

7 KEILOVÁ, 2011, s.p.

8 Atualmente, o Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ferrás. Esse percurso, pontuado por momentos de extrema incerteza e dificuldades financeiras dramáticas no esforço de estabelecer-se como artista imigrante, foi registrado em seus diários íntimos, conservados atualmente no arquivo pessoal do artista presente no Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS. Além de suas pinturas de paisagens e costumes, é também nesses diários que a cidade de Porto Alegre é frequentemente encontrada em esboços, fotografias e reproduções de suas pinturas. O presente artigo discute essa relação peculiar do artista e professor tcheco com a cidade que o acolheu até sua morte e cuja expressão vai além do mero retratar a paisagem urbana que se modernizava em ritmo acelerado. Pelíček interessava-se, particularmente, pelos personagens humildes que a percorriam, como se seu olhar fosse continuamente atraído por aqueles que, como ele mesmo, conheciam a dor da miséria e da estigmatização. Por outro lado, o artista também conservava um tom humorístico, especialmente em suas ilustrações e charges para a imprensa⁹, onde retratava não só a paisagem porto-alegrense como também as suas sociabilidades naquele momento de profundas mudanças.

1. Um artista no ambiente da modernidade

A Segunda Revolução Industrial, ocorrida em meados do século XIX, trouxe mudanças dramáticas para a vida humana e as formas pelas quais o mundo é percebido. Naturalmente, as inovações trazidas pela introdução do motor a vapor, a mecanização da produção de bens e os meios de comunicação de massa também começaram a se fazer sentir nas artes, introduzindo inovações e revoluções estéticas estreitamente ligadas à nova percepção do mundo agora acelerado pelas novas tecnologias, ensejando o surgimento de movimentos artísticos como o Impressionismo, o Fauvismo e o Cubismo. Por outro lado, a crescente concentração humana nas grandes cidades tornava sensível como tema da arte a questão social, da qual eram protagonistas especialmente os trabalhadores urbanos e as suas péssimas condições de vida. Essa problemática inspirava artistas a substituir as paisagens bucólicas da pintura histórica de inspiração greco-romana e heroica, passando a denunciar a brutalidade do trabalho no campo ou na cidade e as grandes desigualdades sociais que nem sempre conviviam pacificamente nas metrópoles. No contexto sulino brasileiro, Neiva Bohns assinala que:

9 Francis Pelíček produziu ilustrações de imprensa para diversos veículos da época em que atuou em Porto Alegre, como os jornais *Correio do Povo* e *Estado do Rio Grande*, a revista *A Máscara* e a *Revista do Globo*.

No que concerne ao processo de gradativo abandono das premissas acadêmicas [...], observa-se que os primeiros sinais de assimilação da arte moderna foram mais propriamente temáticos do que técnicos. Embora não tenha havido uma supressão radical de certas temáticas em detrimento de outras, o gosto pela pintura de paisagens começou a ceder espaço para um interesse crescente em temas sociais e urbanos, o que já significava uma irreversível adesão ao pensamento moderno¹⁰.

Ora, é neste contexto que Francis Pelíček aporta no Brasil, vindo da periferia europeia, em que a modernidade se implantava com mais firmeza, para a periferia global de um país eminentemente agrário e que recém abolira a escravidão. Nesse sentido, é importante considerar que processos de modernização não foram uniformes geográfica e temporalmente, conforme afirma Perry Anderson:

[...] mesmo o modernismo deve ser enquadrado em alguma concepção mais diferencial de tempo histórico. Um segundo ponto relacionado a este é que, uma vez tratado deste modo, é surpreendente o quanto sua distribuição, do ponto de vista geográfico, é de fato desigual. Mesmo no mundo europeu ou ocidental de modo geral, existem importantes áreas que praticamente não deram origem a nenhum *momentum* modernista¹¹.

A realidade brasileira da época era, portanto, diferenciada da europeia em sua assimilação da modernidade. Aqui, o convívio contraditório da modernidade, que chegava aos poucos, com as permanências do passado arcaico, produzia conflitos e desigualdades que se expressavam no espaço das grandes cidades brasileiras: capitais como Salvador, Belém do Pará, Recife, São Paulo e o próprio Rio de Janeiro, então capital federal, mobilizavam-se para implantar à força a modernidade urbana parisiense de Haussmann¹² sobre seus tecidos urbanos de origem colonial portuguesa e populações ainda marcadas pelas divisões sociais originadas no regime escravista.

10 BOHNS, 2005, p. 144.

11 ANDERSON, 1986, p. 7.

12 Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), conhecido também Barão de Haussmann, foi o prefeito de Paris responsável pela radical modernização daquela cidade nas décadas de 1850 a 1870. Os grandes bulevares retilíneos e largos, abertos graças à demolição de largas extensões do tecido urbano medieval, tornaram Paris o modelo de modernidade urbana mundial nas décadas que se seguiram.

Iniciando seu périplo brasileiro pelo Rio de Janeiro, Francis Pelíček encontra uma cidade já transformada pelo famoso “bota-abaixo” do prefeito Francisco Pereira Passos¹³. No lugar de antigos casarões coloniais e cortiços, surgia a Avenida Central, com suas vitrines iluminadas exibindo produtos importados da Europa, sua iluminação elétrica, sua largura avantajada e contornos retilíneos. Além disso, também surgiam cafés, cinemas e cabarés, muitos deles registrados nos diários de Francis Pelíček, que parece buscar anotar e desenhar cada momento de suas experiências naquela cidade. Não apenas o artista tcheco registrou as paisagens mais conhecidas e prestigiadas do Rio de Janeiro do início dos anos 1920, mas também as agruras por que passou em seus esforços de viver de sua arte: seus diários trazem com franqueza gráfica o declínio de seu aspecto físico, de suas condições de habitação e das dificuldades de obter não apenas materiais artísticos necessários ao seu trabalho, mas o próprio alimento. Pode-se dizer que toda essa sua experiência, desde o seu impulso de emigrar para outro continente, possibilitado pela aceleração dos meios de transporte, até o deslustramento inicial com uma grande capital moderna, ainda que periférica, para finalmente vivenciar a sua miséria e instabilidade de suas condições de vida, configura aquilo que Marshall Berman caracteriza como a experiência ambiental da modernidade:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia¹⁴.

Ou seja, o percurso de Pelíček é eminentemente um percurso na modernidade que caracteriza tantas outras trajetórias individuais de emigrantes europeus vindos para a América Latina tentar nova vida diante de uma Europa arruinada pela Guerra. No seu esforço em desbravar sozinho esse novo contexto de sua existência, Francis Pelíček deixou o Rio de Janeiro por Curitiba e também percorreu o interior do Paraná, onde manteve

13 O “bota-abaixo”, de 1902 a 1906, foi um dos primeiros momentos de modernização urbana do Rio de Janeiro. Como o nome sugere, foi marcado pela demolição de quadras inteiras de casarões coloniais e de época imperial que abrigavam cortiços, pensões e outras concentrações de populações pobres e trabalhadoras para a abertura de grandes avenidas inspiradas nos *boulevards* parisienses. A paisagem da então capital federal passava, assim, a espelhar o ideal urbanístico da Paris reformada por Haussmann e considerado o mais moderno de seu tempo.

14 BERMAN, 1986, p. 15.

contato com seus conterrâneos emigrados. Nessa trajetória, ele registrava as paisagens locais em seus diários enquanto seguia na sua trilha de sobreviver como artista em terras brasileiras.

2. Pelíček em Porto Alegre

Finalmente, no início de 1922, seu amigo e companheiro de viagem Leo Marten já está em Porto Alegre e manda-lhe dizer para vir para a cidade, onde teria uma oportunidade de trabalho no Instituto Livre de Belas Artes. Em março daquele ano, começa a história de Francis Pelíček em Porto Alegre, cidade que se tornaria sua morada até sua morte prematura em 1937. Ali, o artista aventureiro, que tinha sofrido com tantas incertezas e privações em seu percurso brasileiro, encontraria não apenas a segurança de um emprego estável como professor de desenho e pintura, mas também uma inserção formidável nos círculos artísticos e intelectuais daquele momento¹⁵.

Porto Alegre era então palco de intensos debates a respeito da modernização da arte sulina, no momento em que, em São Paulo, se desenrolava a Semana de Arte Moderna de 1922. Se a criação do Instituto Livre de Belas Artes, em 1908, como afirma Círio Simon, “[...] fornece uma amostra da corajosa atitude republicana da criação de uma Escola de Artes, num conjunto praticamente vazio do sistema de Artes Plásticas”¹⁶, por outro lado também a emergência das revistas ilustradas, ao demandar e empregar artistas com habilidades voltadas à criação para a imprensa, abriam novas sendas na exploração de possibilidades estéticas inspiradas nas inovações das vanguardas europeias. Nesse sentido, Paula Ramos (2016) explica a maior abertura do desenho de imprensa à inovação estética:

“[...] justamente por não serem produzidas com *finalidades artísticas*, as imagens impressas libertaram seus autores para composições e tratamentos até então inexplorados. A informalidade do suporte também se revelou decisiva para tal postura: não se estava diante de uma tela, com o peso dos grandes mestres à espreita: estava-se diante do corriqueiro e desprezioso papel. Emancipados de um certo compromisso com a tradição e cômicos de que os livros,

15 Segundo BOHNS (2005, p. 142-143), Pelíček integrou o *Grupo dos Treze*, criado para organizar o *I Salão de Outono*, em 1925, talvez o mais importante evento de exposição e debate da renovação das artes no Rio Grande do Sul: “o grupo pretendia aproximar os artistas entre si, divulgar os trabalhos realizados, socializar os conhecimentos sobre arte, despertar a atenção e o interesse do público, da imprensa e do Estado”.

16 SIMON, 2002, p. 101.

revistas, cartazes e impressos em geral funcionavam, em sua materialidade, como *objetos*, os artistas podiam se sentir motivados a ousar mais. E foi o que muitos efetivamente fizeram¹⁷.

Dada a condição periférica do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, sua capital ainda não contava com um *sistema* de arte plenamente desenvolvido¹⁸, mas já havia exposições de arte coletivas e individuais nas dependências da Casa Jamardo¹⁹, o que impulsionava um interesse na comercialização das obras e, conseqüentemente, ajudava a tornar viável a própria atividade artística. Além disso, essas exposições também legitimavam e reconheciam diante da população da cidade não apenas artistas consagrados, mas também estrangeiros recém-chegados, como foi o caso de Francis Pelíček.

Ao mesmo tempo, a paisagem de Porto Alegre começava a mudar aceleradamente. A década de 1920 foi um momento crítico, marcado pela transição da cidade que mantinha ainda *as ruas ladeirentas e estreitas, os casarões acaçapados*²⁰ das suas origens no urbanismo colonial português para uma cidade de largas e retilíneas avenidas ao modelo Haussmaniano, pontuadas por postes de iluminação elétrica, percorridas por trilhos de bondes e capaz de acomodar uma frota crescente automóveis. A permanência do Partido Republicano Riograndense na Intendência²¹, na figura do engenheiro militar Otávio Rocha, estava condicionada à modernização urbana na forma de grandes obras viárias e de embelezamento que iriam torná-la a “sala de visitas do Estado”²². Segundo Charles Monteiro, as classes comerciais e industriais de Porto Alegre exigiam obras de melhorias urbanas afim de facilitar o trânsito de mercadorias:

As estreitas ruas de Porto Alegre do período colonial com em média 6 metros de largura, muitas delas de calçamento deficitário, irregular e sem passeios, não correspondiam às

17 RAMOS, 2016, p. 43-44.

18 SIMON, 2002; BOHNS, 2005.

19 Movelaria de luxo da família espanhola Jamardo, que teve um papel muito importante na tarefa de socializar a arte e legitimar diversos artistas em Porto Alegre através de suas exposições e da comercialização de suas obras. Para mais detalhes, ver COSTA, Carolina Medina da. *A Casa Jamardo e a formação do sistema artístico em Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História da Arte, pelo Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 162 f. Porto Alegre, 2018.

20 Ver descrições de espaços da cidade em PORTO ALEGRE, 1940.

21 Como se chamava à época a Prefeitura.

22 Conforme BAKOS, s.d., p. 2.

novas necessidades do desenvolvimento comercial e industrial de Porto Alegre [...] ²³.

Como resposta a essas demandas, começou a ser implementado o Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, elaborado pelo engenheiro João Moreira Maciel ainda em 1914. Este plano de remodelação urbana previa a abertura e saneamento de diversos becos, transformando-os em largas avenidas que facilitavam a circulação de automóveis e bondes, a ampliação de redes de esgoto e iluminação, o ajardinamento de praças e outras medidas no sentido de transformar a paisagem da cidade, conferindo-lhe um aspecto comparável ao de cidades como o Rio de Janeiro e Paris.

3. Um olhar rebelde sobre a modernidade

Contudo, a grandiosidade almejada pelas reformas urbanas da época parece não ter sido o principal impulso para o instinto criador do artista tcheco. Antes, parecem ter sido os espaços, sociabilidades e personagens populares que ocuparam mais as suas telas e papéis, começando pela majestosa tela *Festa do Divino (imagem 1)*, traz uma cena noturna na Praça da Matriz, diante da antiga Igreja Matriz de Porto Alegre, de arquitetura colonial portuguesa, e da antiga Capela do Divino, tendo o obelisco do monumento a Júlio de Castilhos à sua frente. Contra estes monumentos iluminados pela luz feérica da praça, veem-se as silhuetas da massa de populares que se reúnem em grupos na comemoração da festa de devoção da Irmandade do Divino Espírito Santo, uma das mais tradicionais de Porto Alegre. O poeta e cronista Augusto Meyer compõe um retrato vívido das sociabilidades e atrações dessa festa popular, exemplificado pelas guloseimas à venda em bancas como a retratada no canto inferior direito da tela:

Junto ao meio-fio das calçadas, em volta do Tesouro e do Teatro São Pedro, na Rua da Ponte ou para os lados da Bailante, os doceiros e quitandeiros improvisavam as suas tendas, onde vendiam pinhões, pipocas, amendoim torrado, peixe frito, sonhos e broinhas de milho, balas de ovos, cocadas cor-de-rosa, balas de côco e puxa-puxa, grandes cartuchos de bala americana, que partiam ali mesmo sobre uma prancha, com a machadinha curta, de dois gumes.²⁴

Além disso, Pelíček pinta a Capela do Divino exatamente como Meyer a descreve por ocasião da festa: “ao anoitecer, a capela do Espírito

23 MONTEIRO, 1995, p. 72.

24 MEYER, 1996, p. 64.

Santo parecia uma simples armação de luzes multicores, uma fachada feita de bicos de luz, contra o céu noturno²⁵.

Há que atentar para o fato de que, durante o tempo de vida de Pelíček em Porto Alegre, tanto a antiga Igreja Matriz quanto a Capela do Divino estavam já condenadas à demolição para dar lugar à atual catedral metropolitana, o que faz desta pintura também um registro da cidade antiga que desaparecia, com suas festas e sociabilidades populares, para dar lugar à moderna.

Imagem 1 – Festa do Divino, 1925. Óleo sobre tela.



Fonte: Galeria Bolsa de Arte, Porto Alegre.

A iminência dessa e outras profundas transformações urbanas não passou despercebida por Francis Pelíček e é justamente nos catálogos de suas primeiras exposições na Casa Jamardo que se tem indícios desse olhar especial do artista sobre Porto Alegre, sobretudo nos dois quadros retratando o *Beco do Rosário*²⁶ (imagens 3 e 4) e naquele que traz o *Beco do Poço*²⁷ (imagem 5).

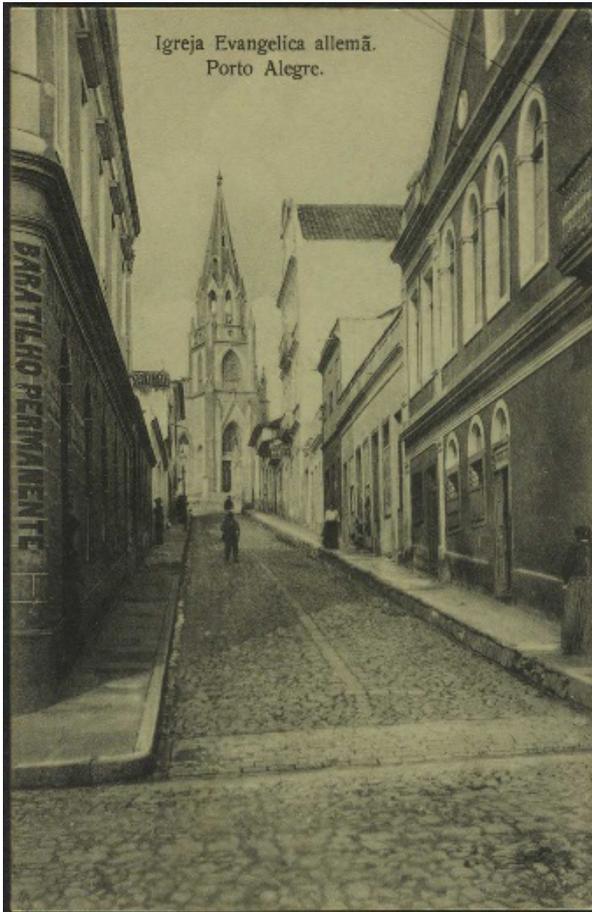
25 MEYER, 1996, p. 63.

26 Também era conhecido como Rua 24 de Maio antes de ser parcialmente demolido para dar lugar à atual Avenida Otávio Rocha a partir de meados da década de 1920.

27 O Beco do Poço era um trecho da longa e estreita Rua General Paranhos, que se estendia da Rua Andrade Neves até a Rua Coronel Genuíno. Famoso espaço de pobreza, criminalidade e prostituição na Porto Alegre da virada do século XIX para o XX, essa rua abrigava ainda o Beco do Freitas e o Beco do Meirelles. Deu lugar à obra grandiosa e cartão-postal da modernidade

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 164, p. 57-86, julho de 2023.

**Imagem 2 – Cartão postal intitulado Igreja Evangelica allemã.
Porto Alegre, s. d., autor desconhecido.**



Fonte: acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon858453/icon858453.jpg Acesso em: 29/11/2021.

porto-alegrense, a Avenida Borges de Medeiros, com seu viaduto Otávio Rocha, que só foi plenamente inaugurada em 1942 pelo então prefeito José Loureiro da Silva.

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 164, p. 57-86, julho de 2023.

Imagem 3 - Detalhe da fotografia da exposição de Francis Pelíček na casa Jamardo em 1926, identificado como a tela Becco do Rosario, Porto Alegre (óleo) no catálogo da exposição.



Fonte: Diários do artista, Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS.

Imagem 4 – Beco do Rosário, 1923. Óleo sobre tela.

Fonte: Coleção Sepé Tiaraju Silveira Souza.

Infelizmente não foi possível localizar a obra listada como *Becco do Rosario, Porto Alegre (óleo)* no catálogo da exposição individual de Pelíček em 1926, porém é possível identificá-la no detalhe de uma fotografia em que o artista posa à frente de suas obras (*imagem 3*). Tomada de ponto de vista muito semelhante a um cartão postal mais antigo (*imagem 2*) mas também reconhecível a partir de outros documentos, esta pintura provavelmente registra um dos lugares da cidade que o artista deve ter percorrido habitualmente: o Beco do Rosário era uma rua estreita e estigmatizada no imaginário urbano, mas que ligava a Rua Senhor dos Passos, onde se localizava o antigo casarão do Instituto Livre de Belas Artes, à Praça XV de Novembro, cujo famoso Chalé foi muito frequentado pelo artista e seu

círculo de amigos²⁸. Além disso, esta praça é contígua ao Mercado Público, outro ponto frequentado por Pelíček²⁹ e seus pares. Porém, o artista não escolhe para sua tela nem a Praça XV nem o Mercado, mas o beco que, no ano daquela exposição, já estava começando a ser demolido para a abertura da atual avenida Otávio Rocha. Esta escolha permite pensar que o artista tenha tido a intenção de registrar um espaço marginalizado em vias de desaparecimento, mas que deve ter feito parte de suas vivências quotidianas na cidade.

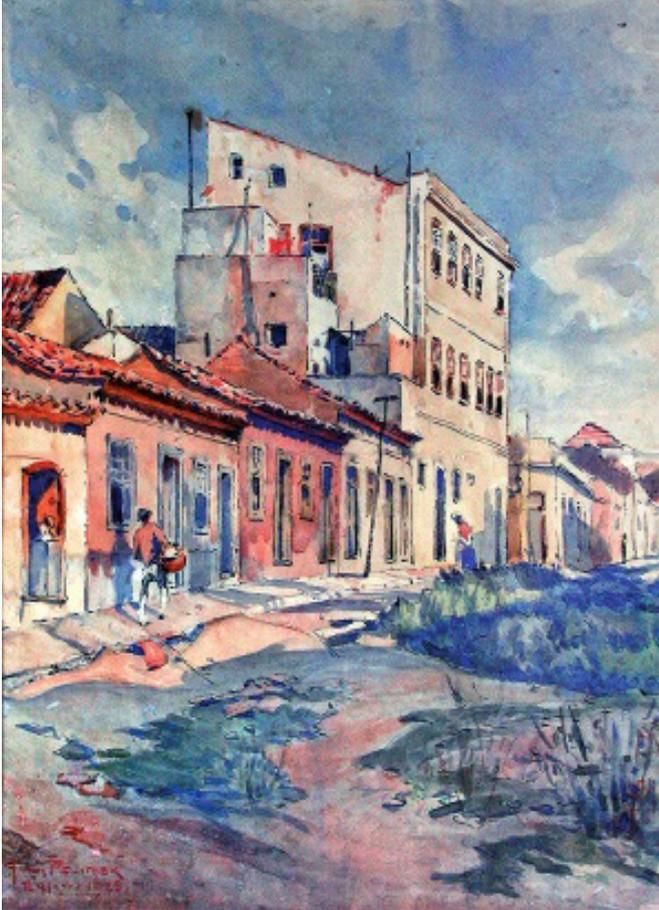
A outra pintura *Beco do Rosário*, presente na coleção particular de Sepé Tiarajú Silveira Souza (*imagem 4*), também demonstra o apreço de Francis Pelíček pelos espaços e personagens da Porto Alegre que desaparecia. Nela, é possível ver um menino humilde sendo servido por um aguadeiro contra o fundo de um trecho do Beco do Rosário, sociabilidade esta que estava condenada ao desaparecimento pela modernização urbana. Tanto neste como no quadro anterior, é possível identificar, a partir das edificações que compõem a paisagem do quadro, que o espaço retratado se trata da esquina do antigo Beco do Rosário com a atual Rua Doutor Flores, conforme pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado da pesquisadora³⁰.

28 GOUVEIA, 1976, p. 20.

29 REVERBEL, 1941, p. 22-23.

30 KOEHLER, 2015, p. 210.

Imagem 5 - Beco do Poço, 1925. Aquarela e nanquim sobre papel.



Fonte: Pinacoteca Aldo Locatelli, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Como se vê, o olhar para os espaços e personagens marginalizados da paisagem urbana é que dará o tom da Porto Alegre de Francis Pelíček.

Da mesma maneira, a aquarela *Beco do Poço* (imagem 5), de 1925, hoje na Pinacoteca Aldo Locatelli da Prefeitura de Porto Alegre, retrata um espaço da cidade que, como o Beco do Rosário, era estigmatizado por ser habitado pela pobreza e ser palco de sociabilidades reprováveis: suas casas de jogos e prostituição eram decantadas na imprensa desde os fins do século XIX como os maiores focos de criminalidade e imoralidade a macularem o coração da cidade. Já havia notícias da intenção de alargar e higienizar aquela via por parte da população desde 1891³¹, mas o começo das desapro-

31 Segundo DAMÁSIO, 1996.

priações e demolições para o alargamento da mesma se deu em 1922, ainda na administração de José Montauray. Ou seja, quando Pelíček chega em Porto Alegre, a Rua General Paranhos já está em processo de desocupação e alargamento, muito embora isso pareça ter sido relativamente lento devido à extensão da via. A aquarela executada pelo artista, talvez mesmo numa sessão de pintura ao ar livre, apresenta o beco em vias de desaparecer, com seu antigo sobrado de meia-água ao fundo e suas casinhas térreas, provavelmente coloniais, servindo de pano de fundo a atividades e sociabilidades pré-modernas: a moradora que espia ociosamente a vizinhança da janela, o homem negro que carrega nos ombros um cesto, exatamente como se a pintura fosse uma janela para o século XIX. No chão, o calçamento irregular entremeado de vegetação denota os passos lentos da obra, como se todos aqueles restos de paisagens e sociabilidades arcaicas resistisse ao ritmo acelerado e utilitarista que a modernidade impunha à cidade.

De acordo com Flávio Krawczyk, o tempo das demolições também era o tempo da anamnese do espaço urbano:

É a anamnese do espaço urbano, o espaço físico propriamente dito. A partir dos anos 20, o Centro de Porto Alegre e adjacências sofreram uma mudança drástica no seu traçado com a abertura de novas vias, a demolição de casarios do século XIX e o progressivo aterro das margens do Guaíba. Frente à modernização do espaço urbano, diversos artistas plásticos respondem, também, silenciosamente [...] produzindo imagens da cidade que não mais existiam³².

É esse o caso da pintura *Beco do Poço* (imagem 5), feita na iminência do desaparecimento daquela paisagem.

Também é uma aquarela de Francis Pelíček o quadro *Riacho* (imagem 6), onde se vê também a Ponte de Pedra, ponto bucólico de Porto Alegre e bem menos estigmatizado do que os dois becos descritos anteriormente. A conhecida ponte sobre o Arroio Dilúvio, retratada posteriormente por Libindo Ferrás e Ângelo Guido, foi executada por Pelíček no ano de sua chegada a Porto Alegre. Pode-se especular que esse marco temporal justifique a escolha de uma paisagem mais conhecida da cidade num primeiro momento de estabelecimento do pintor em Porto Alegre e que a decisão de retratar logradouros estigmatizados como o Beco do Poço e o Beco do Rosário, em 1925, tenha vindo com uma vivência mais longa da cidade. Infelizmente não foi possível levantar a data de execução da tela *Beco do Rosário* que consta no catálogo da exposição de 1926 na Casa Jamardo. De qualquer

32 KRAWCZYK, 2010, p. 175.

forma, a pintura *Riacho* (imagem 6) traz, além do próprio riacho³³ que lhe dá o título, um olhar atento do pintor à tessitura urbana que a cerca na forma do casario circundante, representado à direita e nos últimos planos.

Imagem 6 – Riacho, 1922. Nanquim, aquarela e guache sobre papel.



Fonte: Coleção Rolf Zelmanowicz.

Nestes planos, destaca-se a silhueta das torres da Igreja da Dores em meio às dos telhados dos casarios, forma de representação que aparecerá novamente nas *skylines*³⁴ de Porto Alegre esboçadas em seus diários (imagens 7 e 8):

33 Córrego antigamente chamado de *Rio Jacaré*, e que atravessa as zonas Sul e Leste de Porto Alegre. Atualmente, é conhecido como *Riacho Ipiranga* ou ainda como *Arroio Dilúvio*.

34 Linha formada pelo contorno de prédios ou construções de uma cidade recortados contra o céu ao fundo, configurando seu horizonte.

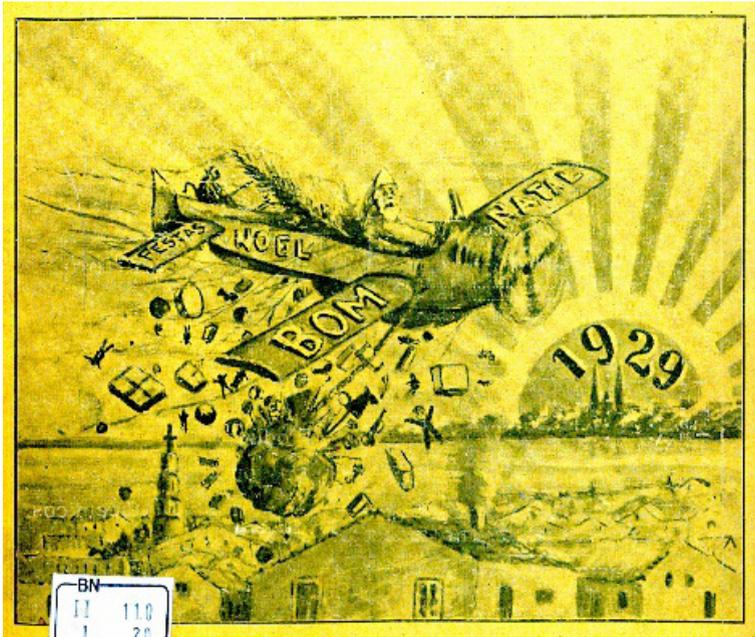
Essas *skylines* também remetem a cartões postais mais antigos (*imagem 9*), em que a cidade, vista do Rio Guaíba – na perspectiva de quem chega ao seu porto –, estende-se sobre o relevo da ponta da península ainda com um tecido urbano caracterizado por construções relativamente baixas, ou seja, de até três ou quatro andares. Neste momento, as torres da Igreja das Dores dominam a paisagem urbana, configurando um marco característico da *skyline* em diversas representações na forma de desenhos, ilustrações de imprensa (*imagem 10*), fotografias e gravuras. Atento ao seu contexto, Francis Pelíček certamente teve contato com essas imagens da cidade, incorporando-as ao seu repertório:

Imagem 9 - Porto Alegre vista do Rio Guaíba por Virgílio Calegari. Nota-se a Igreja das Dores com suas torres dominando a paisagem.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman, Museu Joaquim José Felizardo de Porto Alegre.

Imagem 10 - Detalhe da capa da Revista do Município de Porto Alegre, Ano III, Num. 17, janeiro de 1929. Artista desconhecido. Nota-se a semelhança da representação do skyline da cidade com as torres da Igreja das Dores.



Fonte: Hemeroteca da BNDigital.

Pelíček teve uma atuação múltipla em Porto Alegre: com seu trabalho de cunho mais tradicional, esforçou-se por ganhar o gosto do público local com suas telas a óleo de paisagens locais e retratos; como professor, foi responsável pela formação de novos artistas³⁵ a partir do método de copiar fielmente modelos em gesso, mas também modelos vivos; como desenhista de imprensa, por outro lado, deu vazão ao seu traço rápido, dinâmico e moderno, usando pena, pincel e tinta nanquim em caricaturas, charges e ilustrações publicitárias publicadas em revistas e jornais. Nelas, a paisagem urbana de Porto Alegre também está marcadamente presente nas imagens levantadas até o momento, como na charge ironizando a demora na construção do prédio da Alfândega (*imagem 11*) e naquela criticando os custos das remodelações urbanas, em que a escultura *A Samaritana* aparece à frente da fachada do prédio da Prefeitura, retratando assim a praça Montevideó (*imagem 12*).

35 Entre suas alunas estão as artistas Christina Balbão, Judith Fortes e Regina Simonis. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 164, p. 57-86, julho de 2023.

Imagem 11 - Charge ironizando a demora na construção do prédio da Alfândega. Diário de Notícias, 16/10/1925.



Fonte: COSTA, 2018, p. 30.

Imagem 12 - Charge criticando os custos das remodelações urbanas. Correio do Povo, 16/04/1929.



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho.

Assim como a paisagem urbana, as sociabilidades e os problemas urbanos modernos também aparecem nos seus trabalhos para a imprensa. Em seus diários, está reproduzida a charge “Entre deux amours mon coeur balance” (*imagem 13*), retratando o então prefeito, Alberto Bins, entre os dois modais de transporte que disputavam as ruas da cidade no final da década de 1920: os ônibus e os bondes. Também a ineficácia das autoridades municipais no combate à criminalidade urbana é o tema da charge “Na última reunião dos gatunos” (*imagem 14*).

Imagem 13 - Entre deux amours mon coeur balance, charge presente nos diários do artista.



Fonte: Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS.

Imagem 14 – Na última reunião dos gatunos, charge para o Correio do Povo, 05/05/1926.



Fonte: Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Além do tema da criminalidade, o cotidiano urbano vai ser retratado de forma humorística por Pelíček na série “Cartazes de cinema” (*imagens 15 e 16*), publicada pela *Revista do Globo* em 1931. De acordo com Paula Ramos:

Apropriando-se do formato ligeiro do pôster cinematográfico e tratando o espaço da página como uma grande avenida, o artista permitiu que as mais distintas companhias cinematográficas oferecessem seus programas de entretenimento: “Pandemonium Film Corporation”, “Lar Production”, “Programa Oficial”, “Fígado-Rins-Stragation Company”, “Esperança Film”, “Footing Film”, “Crise Production”. Cinema para todos os gostos, satirizando dirigentes políticos, figuras públicas, expressões populares, hábitos da sociedade ou mesmo os lançamentos da Livraria do Globo. O extrovertido, irônico e perspicaz artista, que há muito sabia rir de si próprio, manteve o espaço por várias edições³⁶.

36 RAMOS, 2016, p. 172-174.

De fato, nota-se o artista à vontade na criação do humor gráfico, na caricaturização dos personagens e também na linguagem concisa e cheia de referências àquela dos modernos cartazes de cinema, mostrando a sua intimidade com o meio e sua linguagem, como atestam os exemplos abaixo:

Imagem 15 - Revista do Globo, Num. 064, 20/07/1931, p. 41.



Fonte: Coleção Júlio Petersen da Biblioteca Central Irmão José Otão, PUCRS.

Imagem 16 - Revista do Globo, Num. 067, 01/08/1931, p. 37.



Fonte: Coleção Júlio Petersen da Biblioteca Central Irmão José Otão, PUCRS.

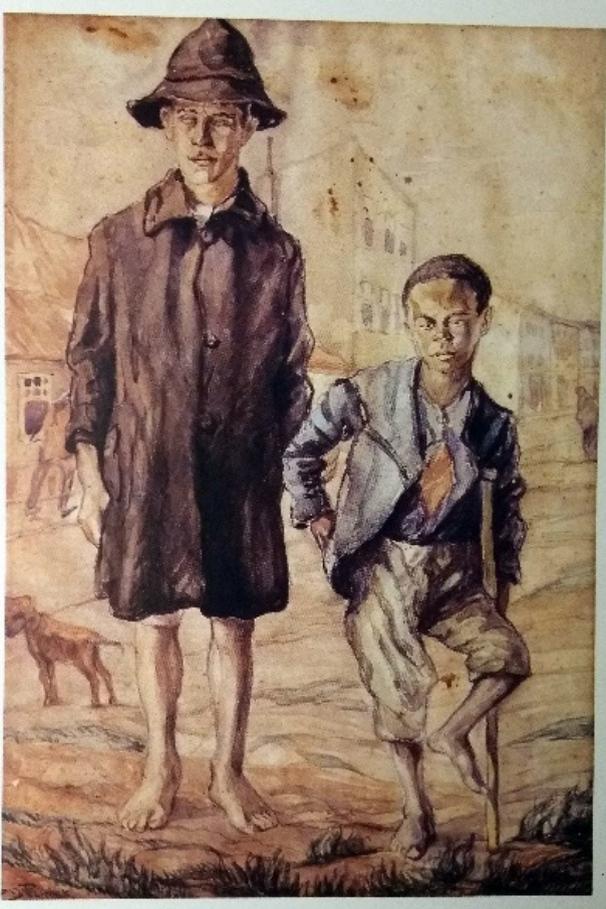
Cabe ainda destacar o olhar atento que Francis Pelíček dirigia aos personagens da cidade, em especial os humildes e desfavorecidos que viviam às margens da modernização urbana. Uma aquarela, sem título ou data, presente na coleção do Dr. Aldo Dias Rosa (*imagem 17*), traz o retrato pungente de dois meninos pobres e andrajosos, sendo o mais alto possuidor de um olhar vazio que sugere cegueira e, o outro, um menino negro com uma perna encurtada, apoiando-se numa muleta. O fundo é de um casario triste e de aspecto antigo e o chão, sob os pés descalços dos meninos, é mal pavimentado e está entremeado de relva. Nesse sentido, o cenário para estes dois personagens em muito se assemelha à aquarela *Beco do Poço* (*imagem 5*), discutida acima, e pode-se especular se não foi feita também naquele mesmo logradouro. A ilustração de capa para a *Revista do Globo* (*imagem 18*) também traz um retrato da população negra urbana: contra um fundo de calçada, meio-fio e uma parede gasta pelo tempo e com uma mureta tomada por vegetação, um velho homem negro toca violão enquanto uma menina dança à sua música, sorridente. As vestes simples dos dois personagens e a singeleza do gesto do músico, que toca violão sentado a uma cadeira na rua, parece ter capturado a atenção de Pelíček, conforme se vê nos detalhes de cada elemento da composição. Segundo Neiva Bohns, a própria forma não-caricatural com que Pelíček representava estes personagens humildes e populares o diferencia de outros ilustradores contemporâneos:

Embora pouco saibamos sobre as práticas políticas do artista, é certo que se sensibilizava especialmente com a situação de abandono dos velhos e das crianças pobres na sociedade gaúcha. Desconhecemos registros artísticos – a não ser aqueles caricaturais – anteriores à chegada de Francis Pelíček a Porto Alegre que tratem de temas pouco atrativos, a um só tempo realísticos e patéticos, como estes³⁷.

De fato, o tema da pobreza e da marginalização social permeia o trabalho do artista tcheco desde a formação em sua terra natal, passando pelos lugares que percorreu em suas inúmeras viagens. São diversos os indícios desse interesse presentes no seu acervo pessoal preservado no Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS, e que compõem um conjunto de cartões postais, fotografias e esboços que certamente serviram de material de referência e estudos preparatórios para os trabalhos citados neste artigo.

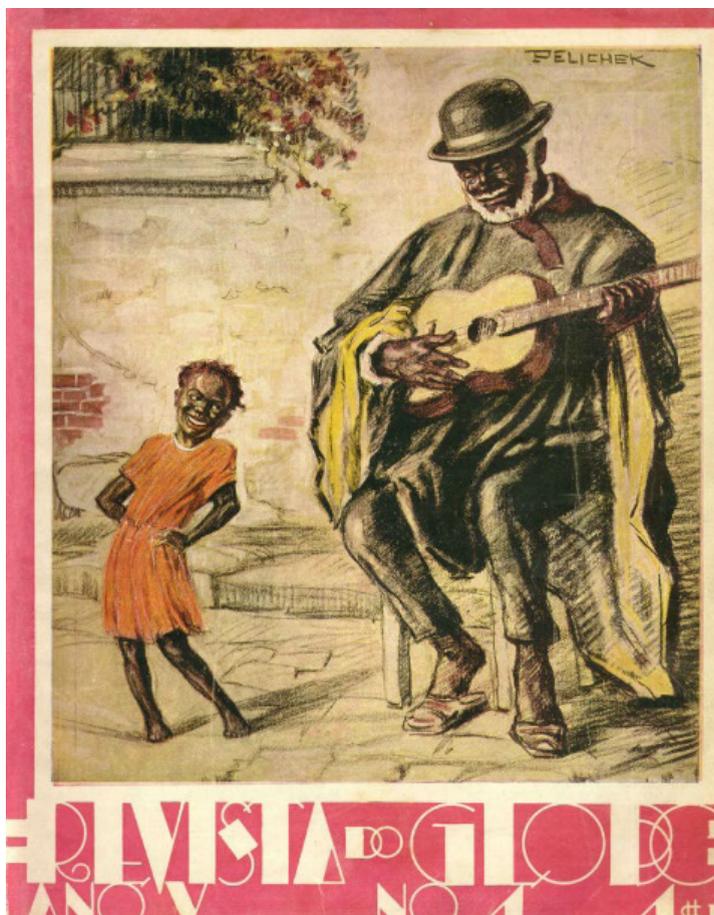
37 BOHNS, 2005, p. 145-146.

Imagem 17 - Sem título. Aquarela sobre papel, sem data.



Fonte: Fonte: Coleção Dr. Aldo Dias Rosa.

Imagem 18 - Revista do Globo, capa do Num. 103, 14/01/1933.



Coleção Júlio Petersen da Biblioteca Central Irmão José Otão, PUCRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A considerar a análise deste conjunto de obras do artista tcheco retratando Porto Alegre, onde se estabeleceu e se inseriu nos círculos intelectuais e artísticos com prestígio e influência incontestáveis, pode-se dizer que Francis Pelíček lançou um olhar atento, mas rebelde, sobre sua cidade adotiva. Assim como na sua Tchecoslováquia natal, em que ele já mostrava interesse especial pelos tipos e sociabilidades comuns das ruas de Praga, também em Porto Alegre ele se mostrava muito mais cativado pelas figuras excluídas da cidade, pelas suas cicatrizes de demolições que revelavam ainda paisagens e cotidianos de seus tempos mais antigos e pelos seus espaços condenados ao desaparecimento.

Tem-se assim um artista que, ao mesmo tempo em que vive intensamente os ritmos e sociabilidades da cidade moderna, não perde de vista o reverso dessa moeda. É possível pensar que seu próprio percurso de privações ao longo de sua trajetória no Brasil até chegar em Porto Alegre, bem como as limitações de sua condição física, tenham-no sensibilizado para colocar como protagonistas em suas obras os espaços e os personagens “menores” da cidade. De qualquer forma, é certo que Pelíček viveu intensamente Porto Alegre no momento de início das maiores obras de remodelação do seu centro histórico, como testemunham a riqueza de detalhes com que retratou a cidade tanto em sua paisagem, como em seu dia-a-dia e personagens.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: 1986, nº 14, p. 2-15. Disponível em < http://www.iiiep.org.br/livros/modernidade_e_revolucao.pdf>.
- BAKOS, Margaret Marchiori, s. d. Eternos intendententes de Porto Alegre. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a7.pdf>, p. 2. Acesso em: 29/11/2021.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOHNS, Neiva Maria Fonseca. Continente Improvável: Artes Visuais no Rio Grande do Sul do final do século XIX a meados do século XX. 383 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- COSTA, Carolina Medina da. A Casa Jamardo e a formação do sistema artístico em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado

- como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História da Arte, pelo Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 162 f. Porto Alegre, 2018.
- DAMÁSIO, Cláudia Pilla. Porto Alegre na década de 30: uma cidade idealizada, uma cidade real. Dissertação de Mestrado, PROPUR-UFRGS. Porto Alegre, 169 p., 1996. p. 106-107.
- GOUVÊA, Paulo de. O grupo: outras figuras, outras paisagens. Porto Alegre: Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1976.
- HERBSTTRITH, Júlio César da Rosa. Dois diários ou o Moderno Prometeu de Pelicheck. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- KEILOVÁ, Sylvie. František Pelíšek (1896–1937). Czech painter in Brazil: the analysis of his notes. Faculty of Arts (FF), Institute of Romance Studies (21-URS). Univerzita Karlova, Praga, 2011.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. 2015. 271 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- KRAWCZYK, Flavio. Paisagens silenciosas: Porto Alegre na Pinacoteca Aldo Locatelli. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.). Leituras da cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 175.
- MEYER, Augusto. Segredos de infância; No tempo da flor. Porto Alegre: IEL/Editora da Universidade/UFRGS, 1996. P. 60-68.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- PORTO ALEGRE, Achylles. História popular de Porto Alegre. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940.
- RAMOS, Paula. A modernidade impressa: artistas ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.
- REVERBEL, Carlos. A vida boêmia de Francis Pelicheck. In: Revista do Globo. Porto Alegre. Livraria do Globo, 22/11/1941. Ano 13, nº 308, p. 22-23.
- SIMON, Círio. Origens do Instituto de Artes da UFRGS – Etapas entre 1908 e 1962 – Contribuições na Constituição de Expressões de Autonomia no Sistema de Artes Visuais do Rio Grande do Sul. 2002. 561 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SIMON, Círio. 184 – Iconografia sul-riograndense: 17.º - Uma obra de Francis Pelichek. Artigo de 14.10.2016, disponível no blog do autor em <http://profciriosimon.blogspot.com/2016/10/184-iconografia-sul-rio-grandense.htm>

Submetido em 30/11/2021

Aceito em 10/06/2022

“NO INTUITO DE PROMOVER OS MELHORAMENTOS MATERIAES E MORAES DA NOSSA BELLA PROVÍNCIA”: ATUAÇÃO E REDES DO MEDIADOR MENANDRO RODRIGUES FONTES (RIO GRANDE DO SUL, SÉC. XIX)

*“WITH THE PURPOSE OF PROMOTING MATERIAL AND
MORAL IMPROVEMENTS IN OUR BEAUTIFUL PROVINCE”:
PERFORMANCE AND NETWORKS OF THE MEDIATOR
MENANDRO RODRIGUES FONTES (RIO GRANDE DO
SUL, 19TH CENTURY)*

Vitor Luiz Soares Figueiredo¹

RESUMO

A longa duração do sistema político do Segundo Reinado deve-se, em grande parte, aos mediadores que desempenharam a função de negociar as demandas das elites locais com os interesses do governo central. Neste artigo, pretende-se analisar alguns fragmentos da trajetória de Menandro Rodrigues Fontes, um mediador político específico e secundário. A hipótese é de ele que foi recrutado pela elite da periférica Freguesia do Arroio Grande, localizada no espaço fronteiro meridional do Rio Grande do Sul, para intermediar a aproximação do local com o centro de poder provincial, visando a obtenção de recursos por vias institucionais na década de 1870. Contudo, a mediação de Menandro está repleta de ações aparentemente contraditórias. Nesse sentido, acredita-se que a análise dessas particularidades pode contribuir para o conhecimento histórico sobre o sistema e as realidades dos grupos políticos atuantes no bojo de uma conjuntura específica da província rio-grandense.

Palavras-chave: Brasil Império. Mediação política. Elites.

ABSTRACT

The long duration of the Second Reign's political system is largely due to the mediators who played the role of negotiating local elite demands with interests of the central government. In this article, the intention is analyzing some trajectory fragments of Menandro Rodrigues Fontes, a specific and secondary political mediator. The hypothesis is that he was recruited by the peripheral parish's elite of Arroio Grande, located in the southern border area of Rio Grande do Sul, to mediate the approximation of the place with the provincial power center, to obtain resources through institutional means in the 1870s. However, Menandro's mediation is full of apparently contradictory actions. In this sense, it is believed that the analysis of these particularities can contribute to the historical knowledge about the system and the

¹ Graduando do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHG).

realities of the political groups acting in the midst of a specific conjuncture in the province of Rio Grande do Sul.

Keywords: *Brazil Empire. Political mediation. Elites.*

INTRODUÇÃO

Durante o quase meio século de sua duração, a atuação do Conselho de Estado no Segundo Reinado, conforme Maria Fernanda Vieira Martins (2006), foi fundamental para a consolidação do Estado nacional brasileiro assentado na manutenção da ordem escravagista e em uma hierarquia social excludente. Nesse sentido, o processo de formação do Estado centralizado não pode ser compreendido como um fenômeno de mão única, imposto do centro para as periferias do Império por um grupo específico e encastelado na Corte. Martins (2006) concluiu que a sustentação da ordem só foi possível porque a elite interessada nessa permanência participou ativamente do processo de sua construção, fazendo-se representar no Conselho a partir da continuidade, em longa duração, de redes de relacionamento e da elaboração de estratégias destinadas a controlar os interesses e mediar, através das instituições governamentais, os conflitos ocorridos no interior das elites regionais e locais.

Em que pese a validade da hipótese explicativa de Martins (2006) sobre a existência de forças centrípetas, constituídas por dezenas de famílias da elite política que, da Corte imperial no Rio de Janeiro estendiam, através de relações interpessoais, os braços do poder imperial até as periferias do país, Jonas Vargas (2010) propõe uma análise das forças que atuaram no sentido diametralmente inverso. Sua pesquisa visa explicar a aproximação do mundo cortesão por uma elite periférica do país, nesse caso, a elite do Rio Grande do Sul.

Para tanto, Vargas (2010) parte da hipótese de que as famílias da elite rio-grandense possuíam projetos familiares no sentido de inserir parentes na elite política nacional. Tal empreendimento significava um reforço às suas práticas econômicas e sociais, as quais, ameaçadas pelo clima de incerteza que condicionava as ações naquela sociedade agrária e fronteiriça com o belicoso mundo platino, estendiam-se para além dos espaços formais de poder e contemplavam relações verticais e horizontais com vários grupos sociais. Logo, “a presença de um filho, sobrinho ou genro no círculo de relações que levava ao parlamento provincial ou geral aumentava, mas não garantia, uma maior segurança para a realização dos seus investimentos”, bem como, em perspectiva imaterial, “da manutenção do seu status e prestígios sociais e da sua sobrevivência enquanto setor da elite” (VARGAS, 2010, p. 29).

Nesse sentido, conforme Amanda Both (2016), o Estado imperial estava alicerçado mediante um acordo que tornou possível a inserção das elites de todo o país em um sistema comum, organizado a partir do interesse na reprodução social e na manutenção da ordem. A esse sistema impulsionado por uma complexa teia de relações acionadas pelo clientelismo, no qual os intermediários políticos foram os responsáveis pela tarefa de torná-lo compreensível e por acomodar os interesses, geralmente divergentes, das elites locais, provinciais e o governo central, a autora denomina como “a trama que sustentava o Império”.

Com efeito, a elite política rio-grandense que se aproximou do centro de poder no último decênio do Império era formada por ministros de Estado, senadores e deputados gerais. Ao serem recrutados para os referidos cargos, esses atores políticos assumiam a função de governar e legislar, ao passo que desempenhavam o papel de mediadores políticos, atuando para diminuir a barreira espacial e temporal que separava os locais de onde provinham e a Corte imperial, núcleo político e econômico da Nação. Assim, a conquista da privilegiada condição lhes investia do “poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (favores, crédito, status e prestígio social) para as suas províncias e servir de informante tanto aos seus coprovincianos como ao governo central” (VARGAS, 2010, p. 21).

As reações ante o esgotamento da história quantitativa e serial tradicional introduziram, sobretudo a partir da década de 1980, uma renovação epistemológica na historiografia ocidental que proporcionou o retorno da dimensão política, bem como do indivíduo enquanto objeto de pesquisa, embora nunca isolados do social. Em diálogo com essas transformações e a partir de uma abordagem microanalítica, nos últimos anos alguns historiadores vêm dedicando especial atenção ao estudo dos mediadores no sistema político do Segundo Reinado. O foco das análises tem sido a trajetória de atores que ascenderam até as mais altas posições institucionais, como Manuel Luís Osório, Henrique d’Ávila e José Francisco Diana, que, ocupando o Senado ou os gabinetes ministeriais, conectavam as paróquias de suas províncias diretamente com a Corte. O estudo desses casos contribuiu para a revisão do processo geral da política imperial na medida em que a aparente especificidade pôde ser generalizada para o estudo de outras províncias.

O esquecimento dispensado ao protagonismo dos mediadores políticos que atuavam no interior do sistema político monárquico, geralmente realizando a conexão de suas comunidades de origem com a capital das províncias ou pouco mais do que isso, justifica-se pela virtualmente ínfima contribuição que o estudo de um desses atores proporcionaria para o

conhecimento histórico a respeito das práticas políticas do Brasil oitocentista. Contudo, sentimo-nos tentados a rever esse paradigma e acreditamos que, a partir da análise de alguns fragmentos da vida política de Menandro Rodrigues Fontes, um desses “intermediários de segunda categoria”, é possível observar a política imperial tanto quanto através de Osório, D’Ávila ou Diana.

Partimos da hipótese de que Rodrigues Fontes foi recrutado por uma parcela da elite da periférica Freguesia do Arroio Grande para aproximar essa comunidade do centro de poder provincial em Porto Alegre, dele buscando obter vantagens e benefícios institucionais. Esse tipo de mediação adquire contornos singulares no caso aqui analisado, pois acreditamos que o mediador utilizou de alianças aparentemente contraditórias, as quais, submetidas a uma análise intensa, contribuem para a interpretação dos limites e realidades dos grupos políticos em ação em uma conjuntura específica do Rio Grande do Sul nas décadas de 1860 e 1870.

A singularidade do espaço onde atuou a elite local que se tornou a base de Menandro merece explicação. O território mais meridional do Rio Grande do Sul, situado abaixo do rio Piratini, foi colonizado tardiamente, a partir de fins do século XVIII. Nesse sentido, a povoação que se estabeleceu próximo a um acampamento militar nas margens do rio Jaguarão, por fazer fronteira com a Banda Oriental e ser o local “mais acompanhado de moradores, o mais fértil e mais bem disposto para o estabelecimento de charqueadas” (FRANCO, 1980, p. 46), foi rapidamente elevado à categoria de freguesia, sob a invocação religiosa do Espírito Santo em 1812, e, posteriormente, a de município, em 1833. Ao seu turno, o povoado situado na margem do arroio Grande, cerca de 50 km ao nordeste, desamparado pela localização pouco útil para a economia, minado por disputas entre moradores e pela endemia bélica que assolou a região, só receberia o status de freguesia, sob a proteção de Nossa Senhora da Graça, em 1846. Por isso, esse atraso precisava ser recuperado e a recuperação se dava por via institucionais.

Considerando que o termo elite aparece frequentemente nesse trabalho, é necessário explicar como o empregamos. Segundo Vargas (2010) e Both (2016) o conceito não possui uma definição única entre os historiadores. Logo, os autores recomendam a adoção de um parâmetro maleável, pois os critérios de recrutamento para esse grupo variam em cada sociedade. Portanto, quando falamos de elites, estamos nos referindo a atores sociais que se diferenciam dos demais por disporem, momentaneamente, de recursos materiais e imateriais inacessíveis ao grosso da população. A ocupação de um cargo institucional, por exemplo, é uma fonte desses cabedais.

Dito isso, dividimos o estudo em duas partes: inicialmente reconstruiremos a trajetória da família ampla a qual Menandro Fontes aliou-se, focando a problematização na trajetória do fazendeiro Máximo Pereira Machado, seu sogro. Posteriormente, analisaremos a atuação política de Rodrigues Fontes em dois momentos de seu primeiro mandato na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul (1873-1874): quando mediou os interesses locais através da apresentação de projetos de lei e quando, provavelmente, aliou-se ao presidente da província em busca da efetiva obtenção dos recursos demandados por sua base social.

Embora não pretendamos fazer deste um trabalho de Micro-História, utilizaremos dois princípios metodológicos comuns à abordagem em sua matriz italiana: a *redução da escala de observação* do objeto de pesquisa, a qual, conforme Justo Serna e Analet Pons (2012), é o procedimento no qual o pesquisador desce ao rés do chão das relações cotidianas para compreender aspectos que se relacionam a problemas mais amplos e que passariam despercebidos em uma abordagem oposta e mais relacionada à Macro-História; bem como o *paradigma indiciário*, renovada epistemologia que investiga a partir dos indícios, isto é, ainda segundo Serna e Pons (2012), os elementos presentes nas fontes históricas que se apresentem como extremamente reveladores sobre o objeto de pesquisa. Isso implica em reconhecer que a realidade histórica não pode ser atingida de forma direta, mas é passível de ser reconstruída pelo pesquisador, uma vez que ele trabalha com conjecturas ao invés de certezas.

1. Fazendeiro, prestamista e político de aldeia: notas sobre Máximo Pereira Machado

De acordo com Maria Dutra da Silveira (2019), Máximo era filho de Nicolau Pereira Machado e de Francisca Soares Louzada, tendo nascido em 13 de fevereiro de 1809. Seu pai, tenente da Legião de Cavalaria da Capitania de São Pedro do Rio Grande, tomou parte na conquista territorial da Guerra das Laranjas, em 1801, sendo premiado pela Coroa Portuguesa com a concessão de uma sesmaria localizada perto da nascente do arroio Bretnha, afluente da Lagoa Mirim, mais ou menos a meio caminho dos povoados de Arroio Grande e Jaguarão.

Proprietário de considerável parte do patrimônio fundiário e do gado deixado pelo pai falecido em 1828, Máximo Pereira Machado, segundo Silveira (2019), casou sete anos depois, com Maria Clementina de Souza, filha do casal Eleutério Jerônimo de Souza e Ana Ignacia de Siqueira e Silva e neta paterna de Manuel Jerônimo de Souza, outro colonizador do território próximo do Arroio Grande, bem como poderoso sesmeiro na região. Atra-

vés desse casamento, Máximo tornou-se parente de Irineu Evangelista de Souza, sobrinho de Eleutério, então um obscuro jovem rio-grandense que começava a ascender socialmente na Corte Imperial, ao ser admitido como sócio de uma empresa de importação dirigida por ingleses. Pedro Jayme Bittencourt Jr. (2009) anota que Máximo e Maria Clementina tiveram pelo menos cinco filhos, mas apenas dois alcançaram a idade adulta: Joaquina Clementina² e Olivério Pereira Machado. Posteriormente, este último acrescentaria ao sobrenome o topônimo “Bretanha”.

O matrimônio era o principal evento da vida de um homem adulto nas sociedades agrárias e pré-industriais. Uma melhor apreciação das implicações simbólicas desse ato passa pela compreensão do conceito de família naquela sociedade. Sobre ela, Richard Graham (1997) produziu uma descrição da qual nos apropriamos: “Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos”, a proteção, prossegue o autor, “estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento” (GRAHAM, 1997, p. 34), abarcando, ainda, os laços construídos a partir do parentesco ritual, isto é, o compadrio. Certificando a bilateralidade dessa estrutura familiar ampla, Luís Augusto Farinatti (2007) afirma que, além da mera transferência de um filho ou filha de uma família para outra, a união do casal criava um elo de comunicação, uma aliança entre grupos, na qual, “através de uma vasta teia parental circulavam favores, proteção, lealdade, serviços, crédito, informações, cuidados” (FARINATTI, 2007, p. 211).

O recorte temporal que começa ao fim da intervenção militar brasileira na Argentina contra os caudilhos Oribe e Rosas (1851-52) e se estende até o princípio da guerra contra o Paraguai (1864-1870) foi o mais longo em que durou a paz na fronteira mais ao sul do Império. Logo, esse momento foi propício para a realização de negócios e o crescimento econômico e populacional. A significativa presença da mão de obra escravizada em Arroio Grande é sintomática dessa conjuntura. Uma compilação de recenseamentos provinciais elaborada pela Federação de Economia e Estatística (1981) aponta que o levantamento realizado em 1858 identificou 1.833 escravizados vivendo ali – 1.144 apenas no 2º Distrito – perfazendo 46,65% de toda a população da freguesia. A paridade entre livres e cativos não se repetiu

2 Para Bittencourt Jr. (2009; 2018) a referida filha de Máximo e Maria Clementina Pereira Machado chamava-se Maria Joaquina. Acreditamos que o autor tenha se confundido, pois conforme consta em vários documentos oficiais, especialmente no inventário de Eleutério e Ana Ignacia de Souza (sobre o qual falaremos adiante), seu nome correto – tal como se designava em assinatura – era Joaquina Clementina Pereira.

em outras partes do município naquele ano: em comparação, os escravizados de Herval totalizaram 37,63%, enquanto os de Jaguarão representavam 34,30% dos habitantes do local.

Entrementes, a criação de gado continuava cada vez mais sendo o carro chefe da economia rio-grandense. Segundo Vargas (2013), é possível dizer que cerca de cinco milhões de bovinos pastavam nos campos do Rio Grande do Sul por volta do ano de 1858. Considerando que as fêmeas foram a matéria-prima da indústria charqueadora, esses animais eram criados prioritariamente para abastecer o principal polo saladeiril, situado em Pelotas, e, secundariamente, para consumo próprio dos provincianos. Os núcleos charqueadores de Rio Grande e Jaguarão igualmente recebiam parcela significativa desses rebanhos, que também provinham por vias legais e ilegais do norte do Uruguai, onde os rio-grandenses dominavam cerca de 30% do território, julgado mais qualificado para a atividade pastoril. Provavelmente, enquanto fazendeiro, Máximo Pereira Machado abastecia as charqueadas da região com o gado internado em suas propriedades. Sua atuação econômica, contudo, era mais diversificada.

Buscando compreender o perfil social de Máximo Pereira Machado, recorreremos aos inventários *post mortem*, fonte privilegiada para a reconstrução das hierarquias socioeconômicas, mas não encontramos os processos de Máximo e Maria Clementina. Contudo, a qualificação de grande proprietário consignada em muitos documentos oficiais, além da participação como beneficiário em várias transações de bens, é um sintoma de que Máximo pertencia aos quadros da elite local, e talvez ele estivesse entre os mais afortunados daquela sociedade agrária e fronteiriça. Assim, em busca de respostas para essa hipótese, e com base na epistemologia indiciária, analisaremos alguns fragmentos da vida social do fazendeiro.

Graças aos relatos (que circularam nacionalmente pela imprensa) de um assalto ocorrido em 1877, pudemos saber a localização da principal fazenda de Máximo Pereira Machado. A propriedade supostamente era a sesmaria de seu pai, pois situava-se próxima à nascente do arroio Bretanha, no lugar denominado Cerrito³. Sintomática da expansão de seu patrimônio fundiário, possivelmente visando ampliar a prática da pecuária foi, entre 1856 e 1860, a aquisição de algumas frações de campo adjacentes ao arroio das Pedras e na “Estrada do Cerrito”⁴, ou seja, perto da referida fazenda,

3 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Monitor** (BA), 13/03/1877, p. 3.

4 As escrituras citadas foram lançadas, respectivamente, em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelaionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, **Transmissões e Notas, Livro nº 2 (1850-1856)**, fls. 40v.-42; **Livro nº 3 (1856-1864)**, fls. 3v.-5 e 77v.-78v.

para as quais despendeu quase 3 contos de réis. Sobre o tamanho dessas terras, Silveira (2019) apresentou-nos um indício: a primitiva estância do tenente Nicolau Pereira Machado, da qual o filho Máximo herdou significativa parcela, posteriormente acrescida pelo patrimônio de sua mãe, possuía 15.246 hectares.

De Jaguarão, Máximo Pereira Machado tornou-se um dos mais importantes prestamistas da região. Por ora, limitamo-nos a explicar os significados dessa qualificação. Conforme Tiago Gil (2020), a economia de uma sociedade agrária e pré-industrial, como essa da qual falamos, era pouco monetarizada. Em vista disso, a sobrevivência ou enriquecimento das atividades econômicas obrigou homens e mulheres a adquirir bens, que podiam ser pagos à vista, mas geralmente o eram à fiado. Para tanto, recorriam a grandes fazendeiros e comerciantes que, em consequência do acúmulo de riqueza material, transformaram-se nos outorgantes de cobiçado numerário a juros, mediante a hipoteca de propriedades pelo outorgado. Foi assim que Máximo Pereira tornou-se um agente de crédito. A sua atuação registrada nos livros notariais é eloquente do poder adquirido: as treze hipotecas das quais foi credor em Arroio Grande e Jaguarão, entre 1855 e 1874, renderam-lhe mais de 27 contos de réis, montante superior aos exatos 25 contos e 224 mil réis pelos quais foram avaliados os 4.652 hectares de terra e as 1.200 reses de criar, principais bens arrolados na partilha extrajudicial do inventário de Eleutério Jerônimo e Ana Ignacia de Souza, seus sogros, em 1869⁵.

Além de centro administrativo do município formado pelas freguesias de Herval e Arroio Grande, desde antes da guerra civil Farroupilha (1835-1845), a povoação de Jaguarão tornou-se o núcleo econômico do espaço social situado abaixo do rio Piratini. Mencionamos anteriormente que a localização próxima a uma relevante hidrovia foi uma das principais razões pelas quais Jaguarão recebeu as prerrogativas administrativas em detrimento de Arroio Grande ainda no começo do século XIX. A localização estratégica fez valer o privilégio que condicionou o desenvolvimento do local, e, desse modo, conforme aponta Roberto Duarte Martins (2001), aproximadamente dez estabelecimentos de charqueada funcionaram nas margens do rio Jaguarão durante o auge econômico das décadas de 1850 e 1860.

Arroio Grande também dispunha de um local fundamental para a navegação comercial: no antigo território do 2º Distrito da freguesia corre o canal São Gonçalo, também referido como Sangradouro, via fluvial respon-

5 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, **Transmissões e Notas, Livro nº 4 (1863-1873)**, fls. 34v.-35.

sável por estabelecer a ligação entre as lagoas Mirim e dos Patos. O aproveitamento dessa passagem estratégica, através da qual era possível acessar a barra do Rio Grande, onde se localizava o único porto marítimo exportador da província, tomou impulso após a Guerra dos Farrapos, com o crescimento de um povoado denominado Santa Isabel e seu respectivo ancoradouro. É possível dizer, aproveitando as contribuições de Mário Maestri (2011), que a produção da indústria saladeiril instalada nas margens da Lagoa Mirim, próxima do São Gonçalo, atingira o ápice quando, em janeiro de 1865, no contexto da intervenção brasileira em defesa dos proprietários rio-grandenses no Uruguai, os rumores sobre uma insurreição de escravizados insuflada pelo Partido Blanco fizeram com que o presidente da província ordenasse o transporte de todos os cativos para a margem oposta do canal.

Portanto, cremos que Máximo Pereira Machado integrava a elite econômica local e, assim sendo, era esperado que se envolvesse na política. Quando o caos econômico e social do decênio farroupilha começava a se dissipar, em 1848, na primeira eleição realizada após a elevação de Arroio Grande à freguesia, Máximo recebeu votos, ainda que insuficientes para ser eleito um dos juízes de paz do 1º Distrito⁶. No ano seguinte, quando a freguesia possuía o direito de eleger três eleitores, foi o segundo mais votado, compondo o colégio eleitoral com Thomaz Bento da Silva e Maximiano Soares Lima⁷. Posteriormente, expandindo o horizonte de atuação, o fazendeiro e prestamista direcionou sua atenção para Jaguarão, terminando a eleição de 1852 como um dos suplentes dos vereadores eleitos para a Câmara do município⁸.

Convém destacar que, apesar da imposição de uma renda mínima aos votantes de primeiro turno, essa exigência não foi um obstáculo ao exercício da cidadania (especialmente vinculada, durante o período imperial, ao direito de votar) até 1881, quando a implementação da Lei Saraiva, apesar de extinguir a eleição indireta, proibiu o voto dos analfabetos e aumentou a renda mínima exigida. Portanto, o comparecimento eleitoral não se limitava à classe dominante, pois “basta um exame das atas eleitorais para afastar tal impressão, pois as urnas, embora fechadas para o candidato errado [...] eram abertas em outro sentido a quase todos os homens adultos livres, independente de classe ou raça” (GRAHAM, 1997, p. 147-148).

6 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de vereadores e juízes de paz na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande e distrito anexo (1848-1873)**, fls. 2v-3.

7 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de eleitores da Paróquia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande (1847-1872)**, fl. 5v.

8 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. **Livro nº 4 de Atas da Câmara Municipal de Jaguarão**. Sessão nº 305, 15/07/1852, fls. 30-32.

Em seu clássico trabalho, Graham afirma que “O clientelismo constituía a trama de ligação política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político. A vitória eleitoral dependia sobretudo de seu uso competente” (GRAHAM, 1997, p. 15). O clientelismo, para o autor, significava tanto a concessão de cargos públicos através do governo quanto a proteção de pessoas pobres pela elite, em troca de lealdade pessoal. Contudo, Both (2016), apesar de reconhecer a importância do conceito para melhor explicar as dinâmicas relacionais do sistema político imperial, faz ressalvas à tese de Graham. Para a autora, o clientelismo foi um meio, mas não pode ser considerado como a finalidade da ação política.

Segundo Carl Landé (1977), as clientelas são agrupamentos de dimensão média que abarcam ligações diádicas construídas para alcançar objetivos limitados em determinado espaço de tempo. Nesse sentido, relação diádica significa relação direta e pessoal envolvendo algum tipo de interação entre indivíduos. No clientelismo político, “uma relação patrão-cliente é uma aliança diádica vertical, isto é, uma aliança entre duas pessoas de status, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferir a si mesmo” (LANDÉ, 1977, s./p.)⁹.

Demonstrando a importância da casa e da família ampla enquanto “unidades básicas da ordem política” oitocentista, Graham (1997) afirma que, ao longo do tempo famílias bem-sucedidas dedicaram-se a aumentar os seus recursos, e as conexões responsáveis por garantir o controle de cargos públicos e o domínio local representavam parte importante desse cabedal. Em que pese a validade da interpretação de Graham (1997), é necessário torná-la mais complexa. A política local na qual Máximo Pereira estava imerso não era estanque, tampouco a atuação das autoridades locais restringia-se aos limites dos distritos onde viviam.

Destarte, os pleitos seguintes seriam desastrosos para as pretensões de Máximo Pereira Machado. Em 1856, ele recebeu votos para juiz de paz do 1º Distrito de Arroio Grande e vereador de Jaguarão, mas passou longe de sequer ter sido suplente dos eleitos. Posteriormente, sofreu suas duas maiores derrotas eleitorais. Em 1860, tentou uma vaga para o juizado de paz, mas ao receber 58 votos, só conseguiu obter a primeira suplência. Retomando a candidatura quatro anos depois, repete o resultado, dessa vez totalizando 73 votos, um a menos que Felisberto Machado de Souza, o último dos quatro juízes eleitos¹⁰.

9 Excerto traduzido para fins didáticos da obra referenciada.

10 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de vereadores e juizes de paz na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande e distrito anexo (1848-1873)**, fls. 9-17.

Ao pesquisarmos a trajetória do capitão Rogerio José de Freitas (FIGUEIREDO, 2019), um político local que derrotou Máximo Pereira Machado muitas vezes, tanto nas eleições para juízes de paz quanto nas de eleitores, percebemos que o exemplo daquele (o remediado proprietário que venceu o rico fazendeiro) se prestava exatamente como um estudo de caso útil para analisar as particularidades da concepção de poder relacional adotada pela historiografia moderna. Freitas, a despeito de seus medianos recursos econômicos, casou Deolinda, sua única filha, com José, irmão do médico paulista Agostinho da Silva Campos. Esse matrimônio conectou a família com o mundo exterior, especialmente da capital do Império, que Agostinho conhecia por ser médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro. No entanto, a maior façanha do capitão talvez tenha sido – e ele não viveu tempo suficiente para ver – a construção das redes de sociabilidade que permitiram que seu filho mais jovem, Herculano, se formasse bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1889.

Em parte, o sucesso de Rogerio nas eleições locais pode ser debitado às suas habilidades no uso das práticas políticas locais. Contudo, os grandes responsáveis pela posição social privilegiada que ele desfrutou na Freguesia do Arroio Grande (e que ele conseguiu reproduzir, direta e indiretamente para os filhos) foram os seus padrinhos políticos. Em meados da década de 1860, Rogerio era integrante das facções políticas comandadas pelo General Manuel Luís Osório e pelo advogado Henrique Francisco d’Ávila, ao passo que Máximo pertencia a um grupo adversário daquele. A posição dos atores nessa arena só ficou nítida para nós a partir da leitura de um discurso pronunciado por José Francisco Diana na Assembleia Provincial em decorrência do citado assalto de 1877. Ao referir-se à Máximo Pereira Machado, o deputado jaguarense classificou-o, expressamente, como sendo uma “influência conservadora”¹¹.

Segundo Helga Piccolo (1998), são pouco consistentes as “definições” político-partidárias no Rio Grande do Sul durante o Segundo Reinado. No arco temporal de 1850 a 1860, a província viveu uma conjuntura específica, na qual não se reproduziram as coligações entre liberais e conservadores tecidas à nível nacional no âmbito da política de conciliação que orientava a presidência do gabinete ministerial. Sustentando que as alianças partidárias eram nocivas para os princípios ideológicos do liberalismo e apresentando um programa de reformas políticas, o Partido Liberal Histórico, chefiado pelo General Osório e pelo advogado Felix da Cunha, surgiu

11 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. **Annaes da Assembleia Legislativa da Provincia de São Pedro do Sul. 17ª Legislatura. Primeira Sessão de 1877.** Porto Alegre: Typ. de A Reforma, 1877, Apêndice, p. 17.

nas eleições de 1860 para fazer oposição ao Partido Liberal Progressista no Rio Grande do Sul, por sua vez liderado pelo Barão de Porto Alegre. Até o fim daquela década, esses dois grupos seriam as principais forças políticas da província.

Por outro lado, ao defender que a elite política rio-grandense que se aproximou do poder central ao fim do período monárquico só pode ser compreendida a partir da análise de sua atuação dentro do mundo político provincial, e que esse mundo não pode ser dissociado dos aspectos sociais e econômicos, Vargas (2010) argumenta que o papel dos programas partidários e discursos políticos têm pouco a contribuir para o conhecimento histórico se tomados isoladamente. Para Vargas (2010), o resultado dessa abordagem reducionista foi o esquecimento do General Osório pela historiografia, pois ele não discursava nem escrevia para a imprensa. Ao focar o protagonismo dos atores políticos e suas redes de relações, Vargas (2010) dialoga com Graham (1997), ao concluir que os cidadãos não se dividiam “por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais, tornando as siglas dos partidos seriamente enganosas tanto no nível nacional quanto local” (GRAHAM, 1997, p. 198).

Portanto, é à luz dessa conjuntura específica da província do Rio Grande do Sul que as derrotas eleitorais de Máximo Pereira em 1860 e 1864, quando tentou ser eleito juiz de paz, devem ser compreendidas. Ademais, esses fracassos ajudam a explicar o papel da magistratura leiga no processo de centralização administrativa do Segundo Reinado. A historiografia clássica sustentou que, após as contrarreformas da década de 1840, as elites locais perderam o interesse em ocupar o cargo de juiz de paz. Logo, esse magistrado leigo, que chegou a ocupar funções judiciais e policiais durante a experiência reformista e descentralizadora liberal das Regências na década de 1830, teria sido relegado a desempenhar meras funções conciliatórias em litígios envolvendo pequenas quantias monetárias.

No estudo de caso que produzimos sobre os juizes de paz do 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande (FIGUEIREDO, 2020), percebemos que, após ter sido incumbido de presidir o processo de qualificação dos votantes e a eleição de primeiro turno propriamente dita, ou seja, depois de tornar-se o personagem-chave do processo eleitoral, o cargo passou a ser bastante disputado. O acirramento da conjuntura política provincial intensificou as tensões pelo controle do juizado na década de 1860, e, num período de 23 anos, quatro indivíduos dominaram o cargo: Thomaz Bento da Silva, João Alberto Baptista (dois dos fazendeiros mais ricos da região ao final do século XIX), Hildebrando Soares Lima e Rogerio de Freitas foram eleitos quinze vezes. Além disso, todos eram chefes das facções liberais. Sil-

va parece ter sido o líder mais relevante desse grupo, pois ao contrário dos outros, estava conectado diretamente com D’Ávila.

Em vista disso, convém assinalar que o protagonismo adquirido pelo juiz de paz nas eleições locais a partir da rearticulação política rio-grandense na década de 1860 não se circunscreveu à Freguesia do Arroio Grande. Ao buscar compreender a formação de territórios políticos e grupos de poder na fronteira oeste da província através de uma análise das diferentes votações ocorridas entre 1852 e 1867 no município de Alegrete, Edson Paniagua (2012) foi quem inicialmente percebeu a transformação no status do juizado, que naquela localidade saiu do ostracismo expresso na ausência de cidadãos dispostos a assumir o cargo, para “ressurgir” enquanto posição valorizada pelas novas forças políticas em disputa na referida conjuntura. Nesse sentido, Paniagua (2012) demonstrou como a atuação de várias autoridades que ocupavam posições estratégicas – e estavam inseridas na rede política de David Canabarro, aliado de Osório –, dentre as quais se destacou o juiz de paz do 1º Distrito, conjugada à mobilização de práticas comuns à política local, como a fraude e a ameaça de uso da violência contra os adversários, asseguraram a conquista do colégio eleitoral de Alegrete na votação de 1860, amealhando um espaço até então dominado pelo grupo ligado ao Barão de Porto Alegre. Logo a seguir, no pleito de segundo turno, os eleitores de Alegrete contribuíram decisivamente para a vitória dos deputados vinculados ao nascente Partido Liberal Histórico.

Depois de 1864, Máximo Pereira Machado não se candidatou a qualquer cargo público. Em 16 de abril de 1867, sua esposa, Maria Clementina Pereira, faleceu aos 58 anos. Entrementes, rearticulações partidárias, o fim de uma guerra e o crepúsculo da indústria charqueadora proporcionariam ao velho fazendeiro uma nova oportunidade de interferir no mundo político, dessa vez pela mão de um jovem bacharel em Direito que retornou à Jaguarão.

2. “No intuito de promover os melhoramentos materiaes e moraes da nossa bella província”: sobre a feitura de um mediador político

Menandro Rodrigues Fontes foi um dos muitos sujeitos que recorreram a Máximo Pereira Machado em busca de crédito. Em 18 de julho de 1866, poucos meses após a morte do pai, ele (representado por Hermógenes Rodrigues Maia, seu procurador em Jaguarão) e sua mãe, Dona Maria Benvida, hipotecaram, por quatro anos, um prédio de sotéia com benfeitorias, situado entre as ruas do Comércio e das Trincheiras, na Cidade de Jaguarão, como garantia para o pagamento dos seis contos de réis que Máximo

lhes emprestou¹². Naquele momento, Menandro cursava o terceiro ano do curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo provável que o numerário tenha sido, pelo menos em parte, empregado para bancar os deslocamentos, matrículas, livros, roupas, alimentação e, não raro, algumas luxuosas extravagâncias de solteiro – partes significativas do custoso empreendimento que era a obtenção de um diploma de curso superior em uma instituição localizada a centenas de quilômetros dali.

Nada sabemos acerca do que ocorreu entre a data do empréstimo e o final de fevereiro de 1868, quando Menandro Rodrigues Fontes desembarcou na capital paulista acompanhado de sua esposa, Joaquina Clementina Pereira¹³. Cabe dizer que não era a primeira vez que o estudante se casava. Em julho de 1863, quando residia na Paróquia da Sé, centro da Cidade de São Paulo, contraiu matrimônio com Dona Luiza Eugênia de Britto e Barros, que morreu cerca de três meses depois, vitimada pela varíola¹⁴. Após cinco anos de viuvez e já novamente casado, quando o destino da guerra no Paraguai começava a virar em favor dos brasileiros e seus aliados, Menandro concluiu o curso jurídico, recebendo o título de bacharel em Direito¹⁵.

A meteórica ascensão de Menandro Fontes, que em pouco tempo passou de devedor à genro de Máximo Pereira, impõe-nos dúvidas. Seria o resultado de uma paixão arrebatadora entre ele e a filha de seu credor? Embora quase impossível de ser verificada, essa probabilidade não exclui a existência de outra: naquela sociedade, onde, segundo Gil (2020), as informações circulavam, sobretudo, a partir da oralidade, crédito era sinônimo de confiança, isto é, confundia-se com a reputação social do devedor. Em vista disso, Menandro, talvez por ser estudante do curso jurídico em São Paulo, provavelmente era visto como um “homem de bem”, além de ser considerado assíduo pagador de suas dívidas em Jaguarão. Mas não é só isso.

Já mencionamos que, conforme a análise de Vargas (2010), muitas famílias da elite rio-grandense, visando reduzir a imprevisibilidade que orientava os seus negócios, buscaram inserir integrantes nos parlamentos provinciais e geral. Vargas (2010) entende esse projeto familiar como uma estratégia, no sentido empregado pela Micro-História de matriz italiana.

12 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, **Transmissões e Notas, Livro nº 10 (1863-1866)**, fls. 114-115v.

13 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Ypiranga** (SP), 28/02/1868, p. 2.

14 Cf., respectivamente: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Paróquia da Sé. **Casamentos de Livres, Livro nº 6 (1862-1868)**, fl. 26v; Idem, **Óbitos de Livres, Livro nº 13 (1860-1864)**, fl. 74.

15 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Correio Paulistano** (SP), 31/10/1868, p. 1.

Logo, para Giovanni Levi (2000), estratégia é o uso de uma racionalidade limitada, voltada à transformação do mundo social e natural a partir das informações disponíveis. Ao passo que Levi (2000) se refere à ação de setores populares da Itália pré-industrial, geralmente visando a reprodução biológica e uma melhor segurança para suas atividades produtivas, Vargas (2010) apropriou-se do conceito para explicar os projetos dos segmentos mais prósperos do Rio Grande do Sul oitocentista no sentido de, a partir da política, reproduzir o seu status de elite.

Nascido na Vila de Jaguarão¹⁶ em 1840, Menandro, possivelmente, não era um desconhecido dos Pereira Machado. Contudo, a posição de sua família nas hierarquias econômicas daquela sociedade fronteiriça parece relativamente díspar. Em 1866, Francisco Rodrigues Fontes, seu pai, foi descrito como sendo abastado fazendeiro de Jaguarão por um jornal da Corte¹⁷. Dois anos antes tinha sido listado entre os votantes do município como residente no 2º Distrito, local onde também ocupava o cargo de 1º juiz de paz, e qualificado como criador¹⁸, posição geralmente atribuída aos médios proprietários. Entretanto, uma análise intensiva das particularidades dessas famílias de elite fica prejudicada, porque também não encontramos o inventário de Francisco Fontes. Não obstante, a união de Menandro e Joaquina pode ser interpretada como o “casamento entre iguais” de que Farinatti (2007) faz alusão, pois convém reproduzir a advertência do autor: não havia família exatamente igual a outra. Portanto, é mais seguro afirmar que “os casamentos conectavam famílias que tinham recursos diferentes e alguns recursos semelhantes, potencializando-os” (FARINATTI, 2007, p. 241).

Sem dúvidas, o diploma de bacharel em Direito representava o recurso mais precioso que Menandro dispunha. Para Vargas (2010), a aposta na formação superior restringia-se a famílias que especificamente possuíam um projeto de intervenção qualificada no mundo político. Embora arriscado, o retorno desse investimento poderia materializar-se na conquista de um cargo na magistratura – embora condicionado ao partido da situação –, bons casamentos, bem como na expansão da rede social da família através de relações exteriores, com elites de outras províncias, ou intestinas, com militares e grandes comerciantes rio-grandenses.

16 No registro de seu primeiro casamento, Menandro declarou que era “natural e batizado na cidade de Jaguarão, Província do Rio Grande do Sul”. Cf.: **Casamentos de Livres**, Op. cit.

17 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Correio Mercantil** (RJ), 24/03/1866, p. 2.

18 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Eleições. Maço 02. **Jaguarão. Junta de Qualificação. Lista dos cidadãos votantes do 1º e 2º distritos, 1864.**

Quando retornou definitivamente ao Rio Grande do Sul, Menandro encontrou um panorama político diferente de quando esteve na província pela última vez. Sobre esse período, Helga Piccolo (1998) aponta que a queda do gabinete ministerial chefiado por Zacarias de Góis provocou a reorganização do Partido Conservador, para o qual uniram-se antigos liberais progressistas e velhos conservadores. Uma parcela desses progressistas formou, junto com o grosso dos liberais históricos, o Partido Liberal. Essa conjuntura, novamente exclusiva da província, desencadeou a cisão entre os conservadores, que se dividiram em dois blocos: os “lobos”, conservadores tradicionais; e os “cordeiros”, antigos liberais-progressistas.

Por essa época, Menandro Rodrigues Fontes já integrava as facções liberais, filiação que perdurará por toda a vida. As sociabilidades desenvolvidas na Faculdade de Direito de São Paulo podem ter sido a origem dessa vinculação. Nessa instituição, Menandro foi colega, tornou-se amigo – e será aliado político – de Fernando Osório, filho do General Manuel Luís, chefe do Partido Liberal na província. José Francisco Diana fez parte da mesma turma de Menandro e, uma década e meia antes Henrique d’Ávila, havia estudado em São Paulo. Após concluírem a formação, todos tornaram-se deputados pelo partido de Osório. Tendo em vista esse fenômeno, Vargas (2010) teorizou que a forte vinculação dos liberais com São Paulo e a convivência de rio-grandenses em várias turmas podem ter contribuído para uma maior coesão entre seus líderes, fator adicional que possivelmente ajudou a reforçar a condição hegemônica do partido no Rio Grande do Sul durante os anos finais da monarquia.

Em vista disso, os liberais aproveitaram a cizânia dos conservadores para conquistar todas as trinta cadeiras da Assembleia Provincial para a 15ª Legislatura (1873-1874). A inclusão de Rodrigues Fontes na chapa dos candidatos liberais pelo 2º Distrito Eleitoral da Província foi especialmente solicitada por Henrique d’Ávila, seu patrono, à Manuel Osório: “O General risque o meu nome e coloque o do Menandro. E’ um nosso grande empenho essa mudança”¹⁹.

Ser eleito deputado provincial significava obter acesso a uma via para o exercício de específica interlocução, embora não transformasse, automaticamente, Menandro em mediador. Mas quem era esse ator social e por que foi tão valorizado naquela sociedade? Julgamos útil consumir algumas linhas deste trabalho respondendo a essas questões. Em resumo, mediador é a tradução mais comum do conceito originalmente escrito na

19 Carta de Henrique d’Ávila a Manuel Luís Osório, Jaguarão, 23/07/1872. In: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO (filho), Fernando Luís. **História do General Osório**, vol. 2. Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1915, p. 674.

língua inglesa como *broker*. Na escola antropológica de estudos influenciados pela noção de cultura, Eric Wolf (2003) foi o primeiro autor a utilizar o termo como definição para os atores sociais que, em comunidades camponesas, estabelecem a conexão entre diferentes esferas de poder.

Reconstruindo as dimensões históricas das relações entre grupos no México desde o processo colonizatório, Wolf (2003) concluiu que as vinculações entre o local e o nacional eram tecidas a partir de uma extensa rede de relações sociais, nas quais: “os funcionários das instituições nacionais desciam até as comunidades, ao mesmo tempo que indivíduos e grupos das comunidades forjavam laços com controladores de recursos e de poder fora das comunidades”. No decorrer desse processo, prossegue o autor, “os dois grupos – o dos orientados para a comunidade e o dos orientados para a nação – usavam mediadores que hauriam então recursos e influências de suas posições intermediárias” (WOLF, 2003, p. 73).

Ao problematizar as estratégias sociais de uma comunidade piemontesa na Itália de fins do século XVII, Levi (2000) refere que as forças locais responderam de formas variadas ao acelerado processo de inclusão em um sistema político, administrativo e econômico mais vasto e homogêneo. No que tange à liderança, conforme o autor, a consequência mais urgente foi o surgimento e a afirmação do mediador, um indivíduo especializado que, ao explorar as incoerências dos sistemas de normas e valores existentes nos diversos níveis daquela sociedade, estava dotado das condições necessárias para articular as práticas e demandas da comunidade local com as necessidades e ponderações do sistema centralizado que surgia.

Salientando as particularidades do mediador em relação à sua comunidade originária, Vargas (2010) aponta a posse de qualidades específicas como o principal fator de diferenciação social na conquista da legitimação necessária para estabelecer ligações entre o nível local e os centros de poder. Nesse sentido, sujeitos inseridos em redes sociais que ultrapassavam a esfera da sua comunidade de origem, tais como fazendeiros, grandes comerciantes e oficiais militares detentores de patente superior, poderiam exercer a mediação. Entretanto, o mediador do qual tratamos neste trabalho pertence a um tipo singular: por ser parlamentar e, portanto, utilizar as vias institucionais como canal de interlocução, atores como o deputado Menandro Rodrigues Fontes eram, especificamente, mediadores políticos.

Em seu estudo sobre a elite política rio-grandense, Vargas (2010) estabelece dois tipos de mediador: o que vincula a sua freguesia ou município à capital da província e o que liga a província à Corte Imperial. Definindo os deputados provinciais como o primeiro degrau de uma elite regional, pois muitos não possuíam recursos para conquistar cargos mais importantes,

nem redes sociais expressivas, Vargas (2010) classifica esse mediador como de segunda grandeza, responsável apenas por estabelecer uma conexão regional. O deputado provincial, portanto, é um mediador político inferior ao que conecta a província com a Corte.

Dito isso e não perdendo de vista a necessária vinculação do mundo da política provincial com os aspectos sociais e econômicos do Rio Grande do Sul oitocentista, podemos formular algumas hipóteses explicativas para a ascensão de Menandro Fontes. Centrando a análise nos projetos por ele apresentados na Assembleia durante a 15^a Legislatura, é possível inferir que o deputado mediava os interesses de uma base concentrada na Cidade de Jaguarão, onde morava, e na Freguesia do Arroio Grande, onde mantinha negócios e parentes, mas também integrada por aliados que residiam nos municípios de Pelotas, Canguçu e Rio Pardo.

Em Arroio Grande, parte da rede social de Menandro Rodrigues Fontes pode ser visualizada a partir dos atores envolvidos em um episódio ocorrido anos depois. Em setembro de 1877, um grupo liderado pelo fazendeiro Thomaz Bento da Silva e integrado, entre outros, por seu cunhado, o delegado José Maria de Souza, tentou impedir a transferência da Câmara Municipal de Arroio Grande, ordenada por uma composição majoritariamente formada por membros do Partido Conservador. A casa onde funcionava o órgão era propriedade de Dona Joaquina Caetano de Freitas, viúva do chefe liberal Rogerio e tia da esposa de Menandro. Sentindo o desfalque dos 480 mil réis anuais que recebia pelo aluguel do imóvel, Joaquina solicitou a intervenção do influente parente, que, por sua vez, esperou o Partido Liberal ascender ao poder para contatar o presidente da província. Informado dos problemas na base de apoio, o mandatário interpelou a edilidade arroio-grandense com o envio da petição encaminhada “pelo Doutor Menandro Rodrigues Fontes, fazendeiro n’este municipio, representando contra alguns actos d’esta camara municipal [...]”²⁰, através do qual solicitava respostas para as queixas do reclamante. Valendo-se da nova conjuntura política, a Câmara, então controlada pelos suplentes ligados ao Partido Liberal, retornou ao imóvel de Joaquina no início de 1879. Com a mediação, Menandro também conseguiu a recondução dos funcionários municipais ligados aos liberais e exonerados durante a administração dos conservadores²¹.

20 Acervo do Museu Municipal Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Arroio Grande (1873-1881)**, Ata nº 137, sessão de 13/12/1878, fls. 134v.-135v.

21 *Ibidem*, Ata nº 138, sessão de 14/12/1878 e Ata nº 141 da sessão de 15/04/1879, fls. 137-142.

Mas voltemos a 1873. Naquela fronteira do império, a indústria charqueadora entrou em colapso após a Guerra do Paraguai e a conjuntura vivida por Arroio Grande é ilustrativa: em 1867, pelo menos sete moradores da freguesia foram vinculados, pelas listas de qualificação dos votantes, à ocupação de proprietário de charqueada. Oito anos depois, restava apenas o charqueador Antônio Gonçalves de Aguiar²². Conforme Martins (2001), os motivos dessa crise foram os períodos de guerra prolongada, a insegurança em razão da onipresença de criminosos e contrabandistas e, principalmente, a obstrução das depressões do Sangradouro da lagoa Mirim. Este óbice dificultava a plena navegação por barcos de médio e grosso calado, impedindo a conexão direta de todo o município jaguarenses com o porto de Rio Grande, necessária não apenas para o transporte de passageiros, mas também para a importação do sal destinado ao preparo do charque e a exportação dos produtos manufaturados nas charqueadas.

Além da crise econômica, a situação de Arroio Grande era agravada por sua condição periférica em relação à capital da província. No estudo da trajetória de Rogerio de Freitas, identificamos que, em comparação com a Freguesia do Herval e a Cidade de Jaguarão, Arroio Grande não recebia prioridade na execução de obras e no preenchimento dos cargos públicos. No local não havia tabelião, faltava uma escola para o sexo feminino e, há décadas, a construção de uma ponte sobre o arroio circundante ao povoado – de suma utilidade pública, pois o ribeiro representava um obstáculo à franca ligação terrestre de Jaguarão com Arroio Grande e, por sua vez, de Jaguarão com as cidades de Pelotas e Rio Grande, as quais utilizavam uma estrada que passava pela freguesia para a efetivação das mais importantes transações comerciais, como, por exemplo, o trânsito do gado que era abatido nas charqueadas pelotenses²³ –, subsistia como um projeto do governo. Contudo, sem dúvida, a principal reclamação da base social de Menandro dizia respeito ao vilamento da freguesia: elevação esperada há anos e talvez postergada pelos conflitos bélicos que provocaram a redução das atividades administrativas na fronteira sul.

Nesse ponto, voltemos à hipótese delineada na introdução deste trabalho. É na perspectiva da aproximação de sua base em Arroio Grande com a capital provincial, visando a obtenção de recursos e vantagens, que

22 Acervo do Museu Municipal Visconde Mauá (Arroio Grande, RS). **Livros de atas das juntas de qualificação e revisão das listas dos votantes nas eleições da Freguesia (1868-1873) e Vila (1874-1880) do Arroio Grande.**

23 Sobre a dificultosa comunicação terrestre entre Jaguarão-Arroio Grande e o centro econômico da província, ver o relatório da Câmara Municipal de Jaguarão apresentado à Assembleia Provincial em 1872. In: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. *Jornal Reforma* (RS), 03/03/1872, p. 1.

a especificidade da interlocução política realizada pelo deputado Menandro Fontes adquire nitidez. Nesse sentido, conforme lembrou Both (2016), podia haver variação entre os centros e periferias onde o mediador atuava, pois, alguns atores políticos, como os senadores, conseguiam realizar a conexão entre todas as esferas de poder, ao passo que outros mediavam entre esferas locais, como nas relações município-município.

Com efeito, naquela altura, a mediação política já era bem conhecida em Arroio Grande. Ao serem eleitos vereadores de Jaguarão, Thomaz Bento da Silva, em 1864, e Olivério Bretanha, em 1871, ganharam legitimidade para mediar a execução de obras públicas e a nomeação de funcionários e comissões para os seus distritos de origem. Bem distante dali, Irineu Evangelista de Souza (o sobrinho de Eleutério que vivia na Corte), homem mais rico do Brasil, banqueiro e empresário nobilitado com o título de Barão de Mauá, dessa vez, conforme registrou Both (2016), sob o direto patrocínio de Osório e D'Ávila, tomava posse do seu quinto mandato como deputado geral pelo 2º Distrito da província, representando os interesses dos eleitores de Arroio Grande, Jaguarão, Pelotas e arredores.

Portanto, mediadores políticos não faltavam. Entretanto, a solução dos problemas de Arroio Grande não estava tão longe que somente Mauá pudesse interceder, nem tão perto para que bastasse acionar Thomaz Bento e Olivério. A família ampla, da qual uma parcela significativa também funcionava como aliados políticos, os grandes e médios proprietários locais que o apoiaram e, principalmente, Máximo Pereira Machado, tinham a consciência de que Menandro Rodrigues Fontes não era o único, mas talvez fosse o melhor candidato para realizar a específica interlocução. O fato de ter sido ele o escolhido, e não Silvestre Nunes Gonçalves Vieira, José Francisco Diana ou Henrique d'Ávila (os três outros políticos com base social na fronteira sul que foram eleitos à Assembleia em 1873), reforça essa hipótese.

Além do mais, a conjuntura de enfraquecimento dos conservadores na província, bem como, segundo aponta Vargas (2010), a influência do bacharelismo político, fenômeno que enceta uma lenta mudança a se processar no perfil social de recrutamento dos deputados, exigindo cada vez mais capacidades intelectuais e de formação para o acesso aos parlamentos provincial e geral, fechou a entrada daquele espaço para o sogro de Menandro.

Por conseguinte, a mediação demandava a posse de certas habilidades e características indisponíveis não somente para o grosso da população, como também para significativa parcela das elites locais. Referimo-nos aos modos de agir e falar comuns aos locais conectados pelo mediador, uma vez que “para os jovens oriundos das localidades mais distantes, a formação educacional nas faculdades do Império era a principal forma de apreender

tais práticas”, pois, “desse modo, dominavam dois códigos de conduta distintos, o que os habilitava a circular por diferentes mundos” (BOTH, 2016, p. 53-54 e 76). Provavelmente, Máximo Pereira tinha uma consciência limitada dessas mudanças e das conseqüentes barreiras impostas à sua atuação política. Em vista disso, é possível dizer que as vantagens esperadas pelo fazendeiro superavam os riscos da aliança estabelecida com um parlamentar ligado às facções adversárias.

Logo na quarta reunião da primeira sessão da Assembleia Legislativa, realizada na abafada tarde do dia 6 de março de 1873, o deputado Menandro Rodrigues Fontes, demonstrando que não tinha tempo a perder, pronunciou um inspirado discurso no qual buscou vincular suas propostas a uma pretensiosamente neutra “sciencia administrativa”, declarando que “no intuito de promover os melhoramentos materiaes e moraes da nossa bella província” apresentava dois projetos: um elevando a freguesia do Arroio Grande à categoria de município, e outro criando, no mesmo lugar, uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino²⁴.

Se a protelação do vilamento da Freguesia do Arroio Grande tornou-se inaceitável e a indústria charqueadora local entrou em colapso no começo de 1870, pelo menos um fator positivo justificava a obtenção da emancipação política: conforme Martins (2001), a pecuária, que gradualmente se aperfeiçoaria graças à introdução do banho de desinfetante nos rebanhos e da cerca de arame nos campos, foi a principal atividade econômica que impulsionou uma nova conjuntura de crescimento na fronteira de Jaguarão, a qual perduraria até meados da década seguinte. Assim, no discurso de apresentação dos projetos em favor de Arroio Grande, Menandro, bem informado, não hesitou em argumentar que a principal fonte de riqueza da freguesia, ao contrário das charqueadas, estava no “grande número de estancias de criação de gado vacum e de agricultura” existentes em seus dois distritos²⁵.

Menandro Rodrigues Fontes foi o recordista de projetos de lei apresentados durante a 15ª Legislatura da Assembleia Provincial. Entretanto, a aprovação das propostas por seus colegas parlamentares significava apenas a metade de um longo processo que poderia culminar, ou não, no investimento do orçamento provincial nas obras públicas solicitadas.

24 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. **Annaes da Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Sul. 1ª sessão de 1873. Decima Quinta Legislatura.** Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1873, p. 16.

25 Ibidem, p. 17.

3. “A minha pretensão é segredo”: negociando com os adversários, ou quando as alianças reais superam as ideologias abstratas

A celeridade da tramitação dos projetos em benefício de Arroio Grande, considerando que em apenas dezoito dias a proposta de elevação foi apresentada à Assembleia, três vezes votada em plenário, recebeu a redação final e, por fim, a sanção presidencial, sugere a ocorrência de negociações entre o deputado liberal Menandro Fontes e o presidente da província. Se a aproximação de fato ocorreu, não seria a única naquele tempo e espaço. De acordo com Sérgio da Costa Franco (2004), o deputado Henrique d’Ávila esforçou-se para conseguir a aprovação das obras de desobstrução do Sangradouro, fundamental para a navegação e o comércio na região de Jaguarão. Em 1873, a Assembleia aprovou a contratação das obras nos canais da Sarangonha, na Lagoa dos Patos, e da Mirim, na ligação com o canal São Gonçalo. Entretanto, Franco (2004) anota que o presidente da província, João Pedro Carvalho de Moraes, atendeu a apelos de Jaguarão e deu prioridade às obras no Sangradouro, tendo sido publicamente elogiado por D’Ávila através de artigos no periódico *Atalaia do Sul*, publicado naquela cidade.

Não foi ocasional o vínculo que uniu o liberal Henrique d’Ávila e o conservador João Pedro Carvalho de Moraes naquela conjuntura de 1873. Conforme aponta Both (2016), a amizade entre ambos começou no tempo em que estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo. Esse relacionamento dialoga com as contribuições de Vargas (2010), segundo as quais o diploma de bacharel funcionou como uma via privilegiada para o estabelecimento de laços entre as elites das províncias periféricas com as do centro do país, que eram mais ricas e influentes no governo. Se bem aproveitadas, as relações interpessoais criadas desde a faculdade podiam ser acionadas para ajuda mútua em caso de necessidade, exatamente conforme teorizado por Landé (1977) sobre as alianças diádicas horizontais.

Com efeito, parece que João Pedro Carvalho de Moraes foi uma aposta do gabinete ministerial do Visconde do Rio Branco para dissolver as tensões entre os conservadores na província. Franco (2004) afirma que um dos presidentes anteriores, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, não teria tido a habilidade necessária para negociar com os correligionários, pois ao entregar os principais cargos de nomeação para a facção dos “cordeiros”, desagradou os conservadores tradicionais ao ponto de fazer com que a Assembleia, dominada por seus partidários, lhe fizesse inédita e pesada oposição.

Durante o governo de Figueira de Melo, Menandro foi demitido do cargo de promotor da Comarca de Piratini, que ocupava desde 1868. Ao desligamento, seguiu-se a troca, pela imprensa partidária, de uma série de provocações e insinuações: de forma irônica, o ex-promotor defendeu-se, exibindo no jornal do Partido Liberal de Jaguarão a resposta enviada ao presidente da província após ser informado da demissão: “[...] resolvo V. Ex. demitir-me do cargo de promotor publico da comarca de Piratiny por assim convir ao serviço publico, cumpre-me agradecer a V. Ex. a honra com que distinguio-me julgando-me incompatível com a actual situação de nosso paiz”²⁶. Por outro lado, o jornal do Partido Conservador em Porto Alegre revidou, justificando a demissão ao alegar que Menandro “não cumpria tão zelosamente os seus deveres” e “não tem mesmo cumprido com as ordens terminantes do governo”²⁷.

De fato, os ânimos se acalmaram com a conciliação adotada por João Pedro Carvalho de Moraes. Uma breve incursão pelos debates parlamentares pode contribuir para a compreensão dessas prováveis alianças entre liberais e conservadores: apesar de ter proferido poucos discursos (talvez nem todos foram publicados nos Anais do parlamento provincial), percebemos que a retórica crítica ao grupo situacionista não esteve presente nas falas de Menandro Rodrigues Fontes na Assembleia. Logo, podemos dizer que essa escolha foi parte de uma estratégia adotada para se aproximar dos recursos controlados pelos conservadores. No entanto, não podemos acreditar na unilateralidade dessas negociações.

Em junho de 1873, o jornal do Partido Liberal de Jaguarão publicou um manifesto dos habitantes de Arroio Grande em agradecimento pelos serviços prestados por Menandro ao “engrandecimento do lugar” na Assembleia Provincial. Entre os signatários, consta o nome do líder conservador Emílio Lorena de Aguiar, delegado de polícia e candidato derrotado pelos liberais na primeira eleição para vereadores do novo município²⁸. Em julho, Rodrigues Fontes foi nomeado, pelo governo conservador, juiz municipal e de órfãos do Termo de Rio Pardo²⁹. Sua exoneração, pouco depois do fim da gestão de Carvalho de Moraes, em 1875, sugere que estava sob a proteção daquele presidente – situação provável, pois, conforme vimos anteriormente, Moraes era amigo e temporariamente aliado de D’Ávila, seu patrono político.

26 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal **Reforma** (RS), 28/03/1872, p. 2.

27 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Constitucional** (RS), 04/05/1872, p. 2.

28 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal **Reforma** (RS), 12/06/1873, p. 3.

29 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Diário do Rio de Janeiro** (RJ), 09/07/1873, p. 1.

Portanto, Menandro Fontes, atuando como mediador político, cumpriu a função de vincular, por curto espaço temporal, a sua base social em Arroio Grande ao centro de poder provincial, ao passo que se tornou aliado momentâneo do mandatário provincial, controlador dos recursos. A transitoriedade da conexão remete ao postulado por Wolf (2003), segundo o qual os mediadores encarregam-se de determinados interesses dos grupos voltados para a nação e dos grupos comunais. Sendo assim, “eles não podem resolvê-los, pois nesse caso, acabariam com sua própria utilidade para os outros. Desse modo, agem amiúde como amortecedores entre grupos, mantendo as tensões que alimentam a dinâmica de suas ações” (WOLF, 2003, p. 88).

A análise de outro caso joga luz sobre a força das relações pessoais ante a fragilidade das ideologias partidárias. Menandro Rodrigues Fontes, em carta para o amigo Fernando Osório – então aluno da Faculdade de São Paulo –, ao passo que atacava os conservadores pela promulgação de um decreto regulatório dos exames naquela instituição, solicitava:

No dia 4 de janeiro entrante vaga aqui o lugar de juiz municipal e orphãos e eu desejo muito ser nomeado, por isso peço-te que logo que chegue o teu velho lhe peças que escreva ao Rio Branco pedindo a minha nomeação, assim como recomendando também a outros amigos d'elle. As cartas manda d'ahi dirigidas ao Benevides, registradas para a côrte; o nome d'elle todo é – Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a quem já mandei a procuração para requerer. Também, se quizeres, dirige diretamente ao Paranhos a carta.

No *post scriptum* da missiva, Menandro deixa transparecer a periculosidade do pedido: “A minha pretensão é segredo”³⁰. Na prática, ele estava acionando parte da rede de relações constituída durante os anos em que estudou em São Paulo, visando a nomeação para um cargo público cujo preenchimento dependia do governo Central: o Francisco Benevides citado foi seu colega na Faculdade de Direito, bem como parceiro no empreendimento do “Colégio Piratininga”, tendo sido professor de Inglês daquela escola preparatória enquanto Menandro era o diretor³¹. O mencionado Paranhos, por sua vez, era José Maria da Silva Paranhos Júnior, filho do Visconde do Rio Branco e estudante do segundo ano do curso jurídico quando Menan-

30 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Carta de Menandro Rodrigues Fontes a Fernando Luís Osório**, Jaguarão, 14/12/1871. Fundo General Osório. Lata 236. Pasta 34. Documento 1.

31 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. **Jornal Diário de São Paulo** (SP), 28/02/1867, p. 4

dro matriculou-se, em 1863. Por fim, presumimos que o acesso a uma figura proeminente como o Visconde só podia ser realizado pelo General Osório, também nobilitado com o título de Marquês do Herval e referido como o “velho” de Fernando Osório na carta. Daí a sua importância como intermediário do amigo e ex-colega. Apesar da poderosa rede social acionada por Menandro, o contemplado com a nomeação foi o bacharel Rufino Tavares de Almeida, por decreto publicado pelo Ministério da Justiça em 31 de janeiro de 1872³².

Curiosamente, as alianças tecidas no âmbito privado entre atores de facções opostas não foram toleradas quando exibidas em público. Depois de saudar na tribuna da Câmara Geral o conservador Visconde do Rio Branco, chefe do ministério, o Barão de Mauá foi desafiado pelo colega e líder liberal, Gaspar Silveira Martins: os eleitores da província seriam novamente consultados, dessa vez informalmente, e o perdedor do repto deveria renunciar ao mandato. O escrutínio revelou que nem mesmo os conterrâneos de Mauá que o haviam elegido, incluindo Thomaz Bento da Silva, seu parente, o apoiaram. Da Assembleia, Menandro assinou um manifesto de desagravo a Mauá, organizado pelos deputados liberais, criticando-o por dedicar-se “com estranho devotamento” a um governo que visava “aniquilar os partidos do paiz”³³.

Findo o mandato de deputado provincial em 1874, Menandro Rodrigues Fontes parece ter se decidido a reforçar sua base social na região da fronteira meridional do Império. Foi eleito vereador de Jaguarão em 1876, para três anos depois ser reconduzido à Assembleia Provincial em seu último mandato como parlamentar, na 18ª Legislatura (1879-1880). Landé (1977) recorda que uma aliança diádica é fácil de criar, mas difícil de ser mantida, pois o laço ganha força na medida em que há continuidade nas trocas de recursos. Em vista disso, podemos elaborar uma hipótese explicativa para a subsequente ascensão de Menandro. O septênio do Partido Liberal no comando do governo central (1878-1885) foi o período em que o Rio Grande do Sul mais se aproximou do coração administrativo e econômico do Império. Atores como o General Osório, Henrique d’Ávila e José Diana foram eleitos ou recrutados para assumir posições no topo da elite política, ocupando, assim, os principais espaços de mediação entre a província e a Corte. Eleito senador e alçado ao posto de Ministro da Agricultura, D’Ávila pediu exoneração do cargo de 1º vice-presidente do Rio Grande do Sul em 1883. Provavelmente, o senador trabalhou para fazer de Menandro Rodri-

32 Center for Research Libraries. **Relatório do Ministro da Justiça Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1873, p. 124-125.

33 **Annaes**, 1873, Op. cit., p. 20.

gues Fontes o seu sucessor³⁴, que exerceu interinamente a presidência por 45 dias, entre 1º de junho e 16 de julho daquele ano.

Tempos depois, conforme aponta Vargas (2010), Henrique d'Ávila transferiu para Menandro Rodrigues Fontes a responsabilidade pelo pagamento de diversas hipotecas contraídas, demonstrando que a aliança entre ambos se reiterou ao longo do tempo. Por fim, uma série de derrotas eleitorais abreviou a carreira política do último, o qual, desde o seu segundo mandato como deputado até a queda da monarquia, não ocuparia qualquer cargo público eletivo. A morte de Máximo Pereira Machado, seu sogro e aliado, em 1887, seria seguida pela do próprio Menandro, que morreu no dia 7 de abril de 1892, vitimado por uma “lesão orgânica do coração” em sua casa na Cidade de Jaguarão. Uma poética coincidência levaria Joaquina Clementina Pereira, a amada esposa, a falecer seis anos depois, exatamente no mesmo dia e local, em decorrência de tuberculose, quando tinha 58 anos³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança do Deus romano Jano, o mediador tem a face voltada para duas direções simultaneamente: a comunidade e o centro de poder, sendo requisitado tanto pelo exterior para agir no interior da comunidade quanto pela comunidade para atuar no exterior dela. Neste trabalho, buscamos reconstruir parte da trajetória de um mediador político que conectou as comunidades onde possuía base de sustentação com um dos centros de poder. Conforme vimos, Menandro Rodrigues Fontes foi educado e treinado para exercer essa privilegiada posição, sendo um dos muitos rio-grandenses provenientes das elites locais enviados para São Paulo a fim de concluir a primeira etapa de um custoso e arriscado projeto familiar. O retorno desse investimento foi proporcionado pela conjuntura política e econômica específica existente na província do Rio Grande do Sul a partir de meados da década de 1860: a ascensão da facção política liberal à condição de principal força regional e a aproximação aos recursos emanados do centro de poder provincial demandados pelas suas redes sociais condicionaram a reiteração de antigas e o estabelecimento de novas alianças diádicas por Rodrigues Fontes.

34 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Gazeta de Notícias** (RJ), 02/05/1883, p. 2.

35 Cf., respectivamente: Cartório Civil da Cidade de Jaguarão. **Livro de Registro de Óbitos “C-4” (1892-1894)**, fl. 17v.; Idem, **Livro “C-6” (1898-1900)**, fl. 11.

Demonstramos que o deputado Menandro Fontes foi bem-sucedido em conectar sua base em Arroio Grande com a capital rio-grandense, conseguindo atos públicos, cargos, favores e proteção através da aprovação de projetos de lei, cuja efetivação, negociada com os mandatários provinciais, beneficiou parentes e aliados. Aparentemente paradoxais, os métodos utilizados na mediação que resultou no vilamento da sobredita localidade, são perfeitamente coerentes com os limites e as realidades da política faccional anterior a formação dos modernos partidos, na qual a liderança pessoal se sobrepõe a ideologias abstratas. Para o sucesso desses acordos, contudo, a descrição era uma condição imprescindível. Nesse sentido, acreditamos que o caso de Menandro contribui para o conhecimento histórico a respeito do sistema político imperial a partir da singularidade da relação centro-periferia por ele mediada.

Contudo, apesar do acesso aos desejados recursos materiais e imateriais do centro provincial, Arroio Grande permaneceu em condição periférica na sequência da elevação à município. Indício dessa continuidade é fato de que, até o fim da vida, Menandro Rodrigues Fontes manteve sua residência na urbe de Jaguarão. Essa escolha dialoga com a posição de intermediário exercida pelo parlamentar, pois, nesse sentido, ele tirou proveito dos conflitantes interesses de um grupo e outro que conectou, atuando como agente conciliador. De outro modo, a inexistência de tensões implicaria no fim de sua utilidade enquanto mediador.

Finalmente, malgrado a formação superior em Direito e a ascensão à elite política provincial durante uma década, Menandro Rodrigues Fontes tentou, mas não obteve acesso direto ao mundo da Corte. A análise desse fracasso, talvez tão eloquente para o conhecimento histórico quanto os sucessos, escapa ao escopo desta pesquisa. Portanto, não há dúvida de que a trajetória de Menandro rende estudos mais densos. O que analisamos no presente trabalho consiste apenas em algumas interpretações sobre parte da realidade possível de ser reconstruída.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT JR., Pedro Jayme. Máximo Pereira (o personagem). **Autorretrato**, 2009. Disponível em: <http://autoretratopedro.blogspot.com/2009/08/maximo-pereira-o-personagem.html>. Acesso em: 27 Abril 2022.
- BITTENCOURT JR., Pedro Jayme. Dr. Menandro. In: BITTENCOURT JR., Pedro Jayme (org.). **14 personagens, 5 vultos históricos (e outras personalidades e tipos populares) do Arroio Grande**. Arroio Grande: Prefeitura de Arroio Grande/SECULT/SME, 2018. p. 322.

- BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império**: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH da PUCRS, 2016.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS da UFRJ, 2007.
- FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do RS – censos do RS**: 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.
- FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. **“De princípios austeros [...] foi ele sempre garantia segura da fiel execução da lei, mesmo nas épocas tormentosas das eleições”**: a trajetória do capitão Rogerio José de Freitas (segunda metade do século XIX). TCC (Graduação em História). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2019.
- FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. A atuação local como estratégia política: perfil social dos juizes de paz eleitos no 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande (Sul da Província de São Pedro do Rio Grande, 1848-1871). In: HOGETOP, Denise Nauderer; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (orgs.). **Anais da XV Mostra de Pesquisa do APERS**. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2020.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: UCS/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)**: crônica histórica. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). Brasília: Editora da UNB, 2020.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LANDÉ, Carl Herman. Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, Steffen Walter et. al. **Friends, followers and factions**: a reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977. p. xiii-xxxvii (versão traduzida e datilografada em português).
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAESTRI, Mário. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 25, p. 61-76, Jul./Dez. 2011.

- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 178-221, Jan.-jun 2006.
- MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitetura, 2001.
- PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A Construção da Ordem Fronteiriça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: PPGH da UNISINOS, 2012.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19**. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SERNA, Justo ; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? *In*: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 15-72.
- SILVEIRA, Maria Dutra da. Histórias de Famílias Jaguarenses (compilação de Ana Rita Bretanha). **Cadernos Jaguarenses**, Jaguarão, v. 11, p. 109-192, Jan./Dez. 2019.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGH da UFRJ, 2013.
- WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003. p. 73-91.

Submetido em 12/05/2022

Aceito em 28/07/2022

A CAPELA DA GUARDA VELHA: LUGARES COLONIAIS E A PAISAGEM DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA DO SÉCULO XVIII

LA CAPILLA DE LA GUARDIA VIEJA: LUGARES COLONIALES Y EL PAISAJE DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA DEL SIGLO XVIII

Antonio Soares¹

RESUMO

Há um manifestado dissenso historiográfico acerca das localizações da capela original da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, da Guarda e do Registro de Viamão, instituições fundantes da povoação que deu origem à atual cidade de Santo Antônio da Patrulha. Este ensaio busca ler a paisagem a partir das fontes disponíveis – textos, mapas e cultura material – dos séculos XVIII e XIX em seus respectivos contextos, analisadas sob um estilo metodológico formado a partir de teorias resultantes dos impactos da Virada Linguística e da fenomenologia nas ciências sociais. Uma abordagem construída para esta finalidade, que conjuga leituras em Antropologia, Arqueologia, Filosofia, História e Geografia. Diante de uma evidente ausência de fontes documentais produzidas pelas instituições estudadas, a leitura da paisagem como artefato a partir de pressupostos multidisciplinares, se torna um recurso prospectivo que pode complementar as pesquisas pretéritas e nos revelar a história dos lugares coloniais originais de uma das mais antigas possessões portuguesas do atual Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Paisagem. História Colonial. Arqueologia. Fenomenologia. Caminho das Tropas.

RESUMEN

Existe un desacuerdo historiográfico manifiesto sobre la ubicación de la capilla original de la Parroquia de Santo Antônio da Guarda Velha, Guarda y el Registro de Viamão, instituciones fundadoras de la villa que dio origen a la actual ciudad de Santo Antônio da Patrulha. Este ensayo busca leer el paisaje a partir de las fuentes disponibles – textos, mapas y cultura material – de los siglos XVIII y XIX en sus respectivos contextos, analizados bajo un estilo metodológico formado a partir de teorías resultantes de los impactos del Giro Lingüístico y la fenomenología en la ciencias sociales. Un enfoque construido para este fin, que combina lecturas de Antropología, Arqueología, Filosofía, Historia y Geografía. Ante una ausencia evidente de fuentes documentales producidas por las instituciones estudiadas, la lectura del paisaje como un artefacto a partir de supuestos multidisciplinares, se convierte en un recur-

1 Historiador e arqueólogo, analista em assuntos culturais da Secretaria da Cultura do RS (Sedac), diretor do Museu Arqueológico do RS (Marsul), membro pesquisador do IHGRGS, sócio efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), mestre e doutorando em História pelo PPGH/PUCRS.

so prospectivo que puede complementar investigaciones pasadas y puede revelar la historia de los lugares coloniales originales de una de las ciudades portuguesas más antiguas del actual Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Paisaje. Historia Colonial. Arqueología. Fenomenología. Camino de las Tropas.

INTRODUÇÃO

Quando eu pesquisava e acessava fontes do século XVIII, em 2019, deparei-me com o mapa manuscrito produzido em 1738 pelo jesuíta Diogo Soares (figura 1), onde são representadas a “Guarda” e algumas paragens do caminhos originais da colonização portuguesa nas paisagens denominadas como “Campos de Viamão”. O fato de outra paragem na margem sul do Rio dos Sinos, além da Guarda, ser representada em posição invertida da defendida pela historiografia conhecida, causou um estranhamento que instigou o início de uma pesquisa.

Conheci a história da “Guarda Velha” durante a graduação em História, ao participar de um curso de extensão em Arqueologia promovido pela FAPA, em 2007, ministrado por André Luiz Jacobus, com escavações em um sítio escola no centro histórico de Santo Antônio da Patrulha. Na oportunidade, guiados pelo professor, visitamos o sítio arqueológico denominado “RS-S-263: Guarda Velha 2” e outros da região, quando nos foram apresentados os resultados das suas pesquisas, parte da materialidade escavada no âmbito do projeto “Pasap”, e sua hipótese sobre a instalação e funcionamento do Registro de Viamão.

O Projeto de Pesquisas Arqueológicas de Santo Antônio da Patrulha (Pasap), foi um dos mais importantes projetos arqueológicos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul)², entre 1995 e 2007. A partir das pesquisas arqueológicas realizadas pelo projeto é que Jacobus, seu coordenador, então diretor técnico do museu, elaborou sua dissertação de mestrado intitulada *Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS)* defendida em 1996.

No ano de 2020, diante de uma fotografia da Vila de Santo Antônio da Patrulha datada do final do século XIX, retratando a antiga “Rua Direita”, atual Avenida Borges de Medeiros, percebi uma vila que se conformou no entorno de um caminho (figura 2). Diante destes primeiros indícios, parti em busca de mais fontes e de bibliografia, quando percebi a exiguida-

2 O Museu Arqueológico do RS (Marsul) é uma instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do RS, sediada em Taquara/RS, criada em 1966 por Decreto Estadual para salvaguardar os acervos resultantes das pesquisas de Eurico Theófilo Miller, e sua participação no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (1965-1970).

de de documentos sobre o Registro de Viamão, uma ausência completa de documentos produzidos pela Guarda ou pelo Registro, e um dissenso na bibliografia sobre a localização dos primeiros lugares coloniais do município.

Busquei reunir um conjunto documental, referenciais teóricos e metodológicos para construir uma hipótese a partir indícios manifestados nas fontes e da leitura sobre a paisagem. A hipótese, que foi ficando mais evidente e sustentável, considera que o Caminho das Tropas, que ligava Colônia do Sacramento a Sorocaba, aberto e melhorado entre os séculos XVII e XVIII, passava pelo atual centro histórico de Santo Antônio da Patrulha. Por esta hipótese, a partir das atividades econômicas no entorno do Registro de Viamão e sob a proteção da Guarda, se formou o povoado que se tornaria “Villa da Patrulha” e, posteriormente, a atual cidade. A capela original, sobre a qual trataremos neste texto, que a narrativa historiográfica consolidada pressupõe ter dado origem à vila, foi transferida das terras do sesmeiro Inácio José de Mendonça para o “povoado da Guarda” décadas depois da sua inauguração, como buscaremos demonstrar a partir dos indícios nas fontes, da bibliografia que dispomos e do método formado diante das leituras teóricas.

Ultimamente venho discutindo sobre a percepção da paisagem, suas teorias e aplicações nas ciências sociais, sobretudo na História e Arqueologia (SOARES, 2020, 2022). Este artigo é uma (con)sequência desses esforços, das leituras sobre o assunto, do contato com as fontes e, obviamente, da revisão de conhecimentos previamente produzidos. É uma construção possível, que se formou ao longo da minha vivência acadêmica e percepção profissional. A teoria interdisciplinar expressa neste ensaio, de maneira reduzida, nos dá uma ideia de como pretendemos ler as fontes e contextualizar suas representações em seus respectivos tempos e espaços, sobretudo no século XVIII. Período em que a paisagem foi percebida e representada de maneira distinta da forma como atualmente percebemos e representamos. A começar pelo sistema de medidas subjetivo que se baseava no corpo humano para representar as distâncias e volumes³. As noções de proximidades também eram distintas das atuais, como demonstraremos.

Para além da evidente importância para a história colonial do Rio Grande do Sul, ao tratar de seus primeiros lugares coloniais nos “Campos de Viamão”, este ensaio, que aborda uma parte de uma pesquisa em an-

3 Polegadas, palmos, braças, pés, etc., são formas de medir os espaços tendo o corpo humano como referência. A légua terrestre portuguesa era a unidade de medida mais frequente para as distâncias entre os locais, caminhos e grandes propriedades no século XVIII, ficando a braça como unidade mais comum para medir propriedades rurais menores e o palmo como unidade de medição das propriedades urbanas (GIL, 2009, p. 116).

damento, pode contribuir para a compreensão dos processos de construção historiográfica. Ao fazer releituras sobre as fontes e acessar arquivos a partir do nosso contexto, dispondo de atuais técnicas e meios, podemos complementar os resultados das pesquisas pretéritas, criticar o trabalho dos nossos antecessores e contribuir para a construção do conhecimento científico.

1. Contexto e paisagem

Na História enquanto disciplina, os discursos e conceitos passaram a ser objetos de análise sincrônicas e diacrônicas a partir da segunda metade do século XX, muito mais em decorrência da Virada Linguística que, a grosso modo, textualizou os objetos de estudos de várias disciplinas. Movimento no qual se inscreve a subdisciplina denominada História intelectual, tendo Domenick LaCapra (1998) como um dos seus representantes. LaCapra afirma que o historiador reconstrói a realidade, ou contexto, a partir de “restos textualizados do passado”. O autor ainda aborda um problema nas análises históricas do seu tempo, o qual denomina como “paradigma documentário”. Forma pela qual os textos são lidos pelas suas dimensões fáticas ou literais, puramente formalista, ignorando os aspectos contextuais (LACAPRA, 1998).

Na Arqueologia, nesta perspectiva, a cultura material pode ser lida como texto e como signo passa ser entendida como agente ativo na ordenação da vida social, não tendo significados inerentes. Os significados são construídos em seus contextos (LIMA, 2011, p. 19; SOUSA, 2005, p. 293). Desde o final do século XX muitos estudos vêm sendo incorporados à *episteme* da disciplina, consolidando a Arqueologia da paisagem, oriunda da Arqueologia contextual, e seu potencial interpretativo em trabalhos acadêmicos e profissionais. Para alguns representantes do pós-processualismo, como Christopher Tilley e Ian Hodder, que produziram estudos seminais sobre a paisagem e espacialidade, a cultura material pode ser lida de maneiras diferentes, estando essa leitura implicitamente aberta para múltiplas interpretações (LIMA, 2011).

Contextualizar é, em última instância, localizar no tempo e no espaço. Os lugares são entendidos por Tilley (2014) como constructos sociais materializados, como “fatos existenciais elementares”, como “um meio universal da experiência” numa perspectiva fenomenológica. São cenários associados às identidades sociais e compõem a noção de pertencimento. Os lugares são constituídos por corpos humanos e não humanos, e o corpo é o meio pelo qual nós humanos sentimos o lugar e a paisagem (TILLEY, 2014).

E o que é paisagem como abordamos aqui? Enquanto categoria analisável na geografia, também com influência da fenomenologia, Milton Santos (2014) a define como materialidade formada por objetos materiais e não materiais, algo diferente do espaço cartesiano, pois é tudo aquilo que está ao alcance dos sentidos. A paisagem é tudo o que vemos e que não é formada apenas por volumes, mas por cores, movimentos, odores, sons, etc. “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 2014, p. 68).

Os sentidos também foram abordados pelas ciências sociais no mesmo contexto. Segundo Pellini (2011, p. 9), nos anos 1990 a historiadora Constance Classen e o antropólogo David Howes defendiam que os significados atribuídos aos sentidos são baseados em modelos socialmente aceitos. Portanto, a percepção seria uma construção social, o entendimento que temos do mundo a partir dos sentidos não seria fisiologicamente estabelecido, mas culturalmente determinado. “Grupos humanos reconhecem seu aparato sensorial de acordo com o contexto cultural no qual estão inseridos, criando e mudando sentidos, criando e alterando hierarquias sensoriais” (HOWES, 2006 apud PELLINI, 2011, p. 9).

E é em movimento que o ser humano percebe e dá sentido à paisagem (PELLINI, 2011; SANTOS, 2014; TILLEY, 2014) e, segundo Tim Ingold (2015, p. 38), caminhando “é o modo fundamental como os seres humanos habitam a Terra”. Os lugares, na perspectiva de Ingold (2015) são como pontos nodais formados pelo entrelaçamento das linhas vitais das pessoas em caminhada. Uma cidade ou paragem num caminho, exemplo adotado para o nosso caso, são pontos onde as linhas vitais de seus caminhantes estão fortemente atadas. Mas estas linhas não estão contidas totalmente dentro da cidade, tanto quanto os fios não estão contidos integralmente no nó (INGOLD, 2015, p. 220).

Partindo destes pressupostos teóricos, aqui expostos rapidamente, das análises sobre as fontes e sobre a paisagem, a partir dos recursos tecnológicos atualmente utilizados em pesquisas históricas e arqueológicas, percebemos que a narrativa historiográfica sobre os lugares coloniais originais de Santo Antônio da Patrulha pode não corresponder aos reais lugares históricos. Há manifestado dissenso historiográfico acerca das localizações geográficas destes lugares coloniais portugueses nas planícies do atual território do Rio Grande do Sul no século XVIII. Dissenso que decorre de interpretações descontextualizadas sobre as fontes históricas, da leitura equivocada sobre a paisagem e de um evidente esquecimento possivelmente provocado pela exiguidade de fontes. Desta forma, tentaremos desvendar estes fatos históricos que se inscrevem no contexto de expansão

dos domínios portugueses ao sul do continente e de formação das fronteiras do Rio Grande do Sul tal como as conhecemos.

2. A Guarda e a Capela: lugares coloniais originais

Começaremos com o que nos diz a historiografia e os trabalhos científicos sobre nosso tema. A fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680, nas margens do Rio da Prata, marcou o acirramento das disputas territoriais entre os súditos das coroas ibéricas nas paisagens sulinas da América.

O caminho de aproximadamente dois mil quilômetros entre Colônia do Sacramento e Sorocaba, ficou conhecido como Caminho das Tropas ou Caminho de Viamão, e foi uma importante rota de transporte de tropas de gado muar, vacum e cavalari, e de compartilhamento de “hábitos, dialetos, costumes e atividades econômicas que subvertiam as fronteiras políticas que lhes foram impostas” (BUENO *et. all*, 2021, p. 9).

Nas primeiras décadas do século XVIII, colonos luso-brasileiros abriram melhores caminhos para se comunicar e escoar recursos das novas possessões ao sul da América com os centros econômicos no sudeste brasileiro, desviando o antigo “caminho da praia” pelos “Campos de Viamão”, onde foi instalada uma Guarda e um Registro na década de 1730. O Registro e a Guarda de Viamão foram, respectivamente, um entreposto fiscal e uma guarnição militar a serviço da Coroa Portuguesa. O primeiro com o objetivo de tributar o gado⁴ tropeado da região do rio da Prata e da Vacaria do Mar, o que se constituía na principal atividade econômica naquele século para a região. O segundo tinha o objetivo de manter a ordem pública e guarnecer as fronteiras no contexto das disputas territoriais entre Portugal e Espanha (NEIS, 1975; BARROSO, 1979; JACOBUS, 1997).

A obra historiográfica sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha de maior repercussão entre os pesquisadores, e que é amplamente referenciada pelas instituições oficiais, é *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado nasce Santo Antônio da Patrulha*, de 1975, do historiador membro do Instituto Histórico e Geográfico do RS, monsenhor Ruben Neis. Uma obra de grande esforço de pesquisa, muito documentada e de grande relevância histórica para o Município. Como indica o próprio autor na introdução, uma pesquisa decorrente de uma solicitação oficial do então prefeito de Santo Antônio da Patrulha ao Cardeal Dom Vicente Scherer, em 1968, “para descobrir os inícios do povoamento daquele município e a data exata

4 Gado vacum, cavalari e muar. Este último o de maior valor pois, diante de sua força e resistência, serviria para transporte nas Minas Gerais.

da fundação da primeira Capela de Santo Antônio” (NEIS, 1975, p. 15). Esta obra, podemos dizer, configura a narrativa historiográfica oficializada⁵ sobre a fundação do Município.

O autor nos traz uma importante pesquisa sobre fontes eclesiásticas acerca da “Capella de Santo Antônio da Guarda Velha”, capela curada em 1760, e elevada a sede da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha em 1763, construída pelo sesmeiro Inácio José de Mendonça em suas terras. Sustenta o autor, a partir de interpretações sobre suas fontes, diante da parca bibliografia então existente sobre o tema e de relatos de informantes não nomeados, que a localização da primeira Capela de Santo Antônio da Patrulha teria dado origem ao centro histórico, e que a capela seria situada ao centro da avenida principal, no atual bairro Cidade Alta. Portanto, segundo o autor, influenciando outros autores, incluindo Barroso (1979) e Jacobus (1997), o Registro e a Guarda de Viamão se localizariam às margens do rio dos Sinos, no local do sítio arqueológico RS-S-263: Guarda Velha 2, registrado e pesquisado por Eurico Miller em 1965 no âmbito do Pronapa⁶, e por André Jacobus em 1995, pelo Pasap.

Neis (1975) conclui que as estruturas da Coroa portuguesa estariam instaladas literalmente nas margens do rio baseado em informações de moradores e na expressão “pegado ao rio do Sino”, escrita num roteiro realizado em 1745⁷. Desconsiderando que a forma como os agentes do século XVIII percebiam e descreviam a paisagem se difere da forma como a percebemos e descrevemos atualmente. E que para reconstruir a realidade do passado, a partir dos seus “restos textualizados”, deve se ler os textos em seu contexto.

O modelo sensorial vigente concebe o termo “pegado ao rio do Sino” como tendo o rio ao alcance dos sentidos. Mas os agentes, que descreviam e percebiam a paisagem em movimento, escreveram “pegado” num roteiro de uma viagem que duraria um ano. Em suas primeiras palavras, o mesmo documento nos dá poucas descrições sobre o terreno da Guarda.

5 Pelo fato dos órgãos oficiais do Município de Santo Antônio da Patrulha e pesquisadores reproduzirem a narrativa historiográfica em questão.

6 O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, Pronapa, funcionou entre os anos 1965 e 1970, coordenado pelo casal estadunidense Betty Meggers e Clifford Evans, vinculados ao Smithsonian Institution, de Washington, nos EUA. O programa tinha o objetivo de mapear e datar a presença pré-colonial no Brasil, desde a chegada até o contato europeu no século XVI. (DIAS, 1995).

7 *Roteiro que se fez do Caminho do Sertão, que se principia na Patrulha a onde se acha o Curral da Contagem, pegado ao Rio do Sino, para entrar a subir a Serra e seguir para Curitiba e São Paulo, ano de 1745.* Documento salvaguardado na Biblioteca Municipal de São Paulo Mário de Andrade.

28 [fevereiro] Primeiro dia de viagem; contada a tropa seguimos o caminho pela borda do Rio do Sino até o passo, que dista uma légua; tudo pantano e taquaral. (BARROSO, 1995, p. 40).

A distância de uma légua portuguesa convertida para o sistema métrico daria aproximadamente seis quilômetros, o que localizaria a Guarda não nas margens do rio, mas exatamente sobre o atual centro histórico da cidade.

Pesquisadores reconhecem a atribuição de vários nomes ao lugar que aparecem nas fontes: “Registro de Viamão”, “Registro da Serra”, “Guarda Velha”, “Curral da Contagem”, “Guarda de Viamão”, “Patrulha”, atribuindo-os a uma estrutura que gerou, com a sua instalação, o atual Município de Santo Antônio da Patrulha, e que seria fiscalizador das tropas, principal atividade econômica daquele século, naquelas paisagens. (NEIS, 1975; BARROSO, 1979; JACOBUS, 1997; KUHN, 2006).

Véra Lúcia Maciel Barroso (1979), em sua dissertação de mestrado intitulada *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*, trata sobre o tema no capítulo 4, intitulado “De Guarda à Villa”. Todo o seu texto nesse capítulo aponta para o fato de que o surgimento do povoamento que se consubstanciou na Vila, se deve à instalação da Guarda e do Registro, apesar de corroborar a afirmação de Neis (1975) sobre o sítio de funcionamento da Guarda e do Registro, a cinco quilômetros da atual sede.

Não são poucos os estudiosos do assunto que referem a importância assumida pelos Campos de Viamão, com a instalação de um registro nas suas imediações, que veio constituir a célula-mater da futura vila de Santo Antônio da Patrulha.

[...]

Dado o movimento deste caminho [das tropas], houve a necessidade de estabelecimento de uma guarda no ponto de interseção com a estrada de Laguna, que deu origem à povoação da *Guarda* [...]. (BARROSO, 1979, p. 60, 63 [grifo no original]).

Uma representação feita pelo padre jesuíta a serviço da Coroa portuguesa, Diogo Soares S.J., no contexto da colonização, uma carta topográfica manuscrita datada de 1738 (figura 1), época da criação da Guarda, pode nos demonstrar como os agentes históricos percebiam a paisagem. Marcamos onde aparece textualmente o termo “Guarda” sobre uma das paragens do caminho apontando uma posição geográfica.

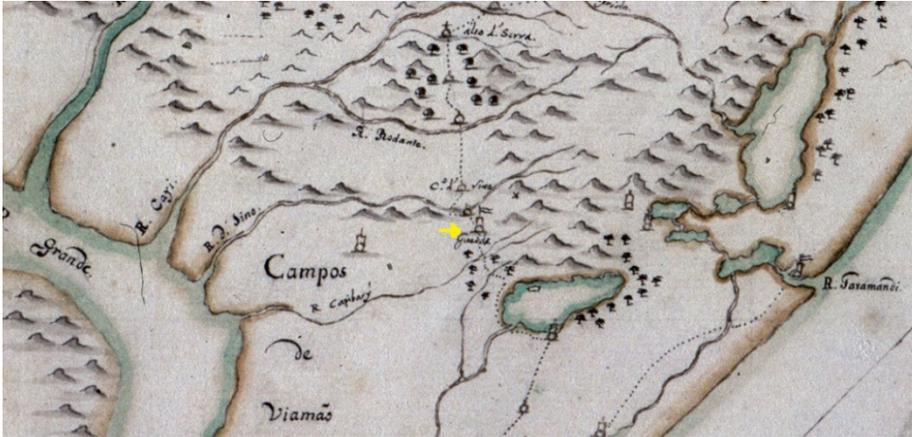


Figura 1: SOARES, Diogo. A villa da Laguna e barra do Taramandi: na costa do Brasil e America Portuguesa. 1738. Lisboa, AHU (Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino). Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.br/> (adaptado).

Este mapa representa a guarda não tão nas margens do rio dos Sinos, além de representar outra paragem do caminho entre a guarda e o rio. A partir desse mapa é que surgiram os primeiros questionamentos acerca das contradições contidas na narrativa historiográfica oficializada se comparadas com as fontes. Partimos, então, em busca de outras fontes para formar nossa hipótese.

Ao buscar na memória de Santo Antônio da Patrulha, encontramos uma fotografia da vila com datação atribuída ao final do século XIX (figura 2). Nesta imagem, antes de tudo, se observa uma vila que se formou entorno de um caminho. Além de perceber um caminho que se alarga na esquina onde há um prédio de características de prédio público, percebemos que a orientação do arruamento original condiz com a orientação leste-oeste do caminho que liga Viamão à Guarda de Tramandaí, caminho que deu origem a atual rodovia RSO30.



Figura 2: Avenida principal de Santo Antônio da Patrulha no final do século XIX ou início do século XX – Cópia do Acervo do Museu Caldas Junior.

As pesquisas recentes sobre o tropeirismo dos séculos XVIII e XIX apontam para a economia movimentada junto ao caminho das tropas. Nos sítios e fazendas lindeiras com o oferecimento de pouso, abastecimento com gêneros alimentícios e reparos se formam centros de comércio. Nas vilas, onde sempre havia uma “rua das tropas”, que abrigavam as lojas de fazenda, com uma série de ofícios artesanais como fazedores de itens de montaria e cargas, trajas, ferreiros, comerciantes de secos e molhados e utensílios (BUENO *et. all.* 2021, p. 54).

Ao observar a figura 2, pela nossa hipótese, estamos observando a antiga “Rua das Tropas”, onde ficava a Guarda e o Registro, onde havia “lojas de fazendas” e que se conformou na vila de Santo Antônio ao longo dos séculos XVIII e XIX. Até este momento da pesquisa, verificamos uma total ausência de fontes documentais produzidas pelas instituições em questão, a Guarda e o Registro, o que pode ter produzido um apagamento na memória social sobre suas localizações, afetando a construção historiográfica, como veremos adiante. Contudo, como se encaixaria a história da capela na nossa hipótese?

Neis (1975) em sua pesquisa levanta muitas fontes eclesiásticas, ordens episcopais, registros batismais, casamentos e de óbitos, majoritariamente salvaguardas no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, referentes à Capela. Julgamos que os dois principais documentos le-

vantados e transcritos pelo autor são a Portaria Episcopal de 31 de agosto de 1760, que reconhece a capela construída por Inácio José de Mendonça em suas terras como Capela Curada de Santo Antônio da Guarda Velha e o Edital de 8 de outubro de 1763 que elevou à Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha a Capela Curada na sesmaria de Inácio (NEIS, 1975, p. 153-161). Ambos documentos referenciam a proximidade da Capela com o “Registro da Serra”.

Destaca o autor não encontrar o Livro do Tombo da paróquia de Santo Antônio, onde haveria o registro do Termo de Inauguração, relata também não ter encontrado o primeiro livro de registro de batismos, sendo que o mais antigo se inicia em 1773. Mas o primeiro livro de óbitos inicia em 1760, com o primeiro sepultamento em dezembro (NEIS, 1975, p. 130). Ao mencionar os dissensos sobre a localização da primeira capela e do Registro, o autor diz:

Julgam alguns que ela [a capela] tenha estado a 6 km de distância da sede atual, no lugar ainda hoje denominado Guarda Velha. Até houve comentários da existência de restos das paredes da igreja. Em uma visita que fizemos ao referido lugar em companhia de diversas pessoas da sede e de um morador da própria localidade da Guarda Velha, conhecido como entendedor do assunto, pudemos verificar a esplêndida localização para sede da patrulha. Tivemos informações de que já foram encontradas lá umas pedras que pareciam restos de construção, de época ignorada, e que poderiam ter sido de alguma casa de moradia, das quais não se encontra mais nenhum sinal. (NEIS, 1975, p. 131).

Esta passagem nos demonstra que o lugar de funcionamento da patrulha foi atribuído a partir da indicação de um morador local, “entendedor do assunto”. Percebemos que há uma conexão com as pesquisas arqueológicas de Eurico Th. Miller, realizadas pelo Marsul em 1965, no âmbito do Pronapa. A solicitação do prefeito em 1968, e a pesquisa de Ruben Neis ocorrem poucos anos após a passagem de Miller pelo município. Há menções indiretas ao material arqueológico encontrado e às conclusões feitas pelo arqueólogo. Em seu diário de escavação do sítio registrado como RS-S-263: Guarda Velha 2, o arqueólogo registrou em 1965: “Dizem que no mesmo local houve um posto de alfândega do Império português. Alguns restos anunciam realmente uma antiga moradia de brancos”⁸. Neis (1975) parece receber a mesma informação do morador local, apesar de “alguns” julga-

8 Diário de campo do catálogo n° 390, documentação anexa do sítio RS-S-263: Guarda Velha 2 do Acervo Documental dos Sítios Arqueológicos do Marsul.

rem ser aquele sítio o local de instalação da primeira Capela.

Acessando os textos de José Maciel Junior, em *Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha*, de 1987, uma coletânea de crônicas escritas originalmente para jornais locais e regionais, em diferentes momentos, que nos apontam a existência de fontes que poderemos acessar e de eventos que podemos investigar, também nos fornece importantes memórias. O “seu Juca”, como foi conhecido, um pesquisador local, genealogista, publica em 1973, no jornal O Comercial, um texto/crônica sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha, dizendo:

[...] Será nessa década de 1730 criado um Registro no local hoje denominado Guarda Velha, situado aproximadamente cinco quilômetros da atual sede de Santo Antônio.

Ali os tropeiros tinham que pagar as taxas previstas, e ainda submeter-se à verificação aduaneira. É possível que ali se tivesse erguido uma capela como reza a tradição. Daí o ser conhecido local com o nome de Santo Antônio da Guarda Velha. (MACIEL JÚNIOR, 1987, p. 10, grifo nosso).

Nas fontes de Neis (1975) há a menção de sepultamentos que ocorreram dentro e nos arredores das capelas, que evidenciam uma igreja nova sendo construída ao lado da “capelinha” antiga:

A partir de janeiro de 1773, no livro de registro dos óbitos comecem referências à construção de uma nova igreja matriz. Em que lugar? Junto à antiga. Em diversos termos se percebe isso. Assim, em 31 de janeiro de 1773 faleceu “Domingas Ribeira, mulher que foi de Manuel Correa da Fonseca (...) e está enterrada nesta igreja paroquial de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão, junto ao lugar onde há de ser o altar lateral da igreja nova da porta direita”. Em 11 de março do mesmo ano faleceu Felix Machado, e foi “enterrado nesta Igreja paroquial dentro do corpo da obra nova da igreja”. (NEIS, 1975, p.131 – 132).

As referências à construção de uma igreja nova continuam até 1779 quando aparecem indicações nas fontes de sua conclusão, concluindo o autor que uma “capelinha velha” foi substituída por uma nova, momento em que o autor aponta textualmente para as pesquisas de José Maciel Junior (1987) sobre a segunda capela ter sido localizada no centro da Avenida Borges de Medeiros, antiga Rua Direita.

A primeira capela e igreja de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão estava localizada na antiga rua Direita, hoje denominada Borges de Medeiros, no local fronteiro à atual Prefeitura Municipal, onde se encontra a pira da Pátria. Lá foram encontrados muitos ossos humanos, sinal da localização de antigo cemitério.

[...]

Que mais queremos? São tudo indicações de que a segunda igreja matriz de Santo Antônio da Patrulha estava situada ao lado da primeira. Conforme estudos feitos pelo sr. José Maciel Júnior, historiador de Santo Antônio da Patrulha, a segunda igreja se encontrava no local em que atualmente se encontra a pira da pátria. Portanto a primeira, construída na fazenda de Inácio José de Mendonça, se encontra no mesmo lugar. O que é uma comprovação de que a fazenda de Mendonça abrangia realmente a sede da atual cidade de Santo Antônio da Patrulha.

E por fim um lembrete aos que se interessam pelo assunto: quando tiverem oportunidade, observem o lugar em que se encontrava a igreja. Que belo panorama, que paisagens se descortinavam dali! E como a igreja podia ser vista de longe! (NEIS, 1975, p. 131-132).

Encontramos um texto de Maciel Júnior (1987) publicado originalmente em 1974, dizendo:

Reza a tradição que a primeira capela foi construída no antigo sítio na margem esquerda do rio dos Sinos, por onde passava a estrada da Serra Velha, em cuja extremidade se acantonara o Registro, a repartição fiscal arrecadadora dos “Dízimos reais”.

Arruinara-se porém, a capela e seus moradores trataram de substituí-la por uma Igreja que lhes valeu foros de Paróquia por decisão régia de 20 de outubro de 1795 [...]

A nova Igreja construída de pedra e cal, coberta de telhas com cinco altares, ficava situada na rua Direita (atual Borges de Medeiros) no local fronteiro a atual Prefeitura Municipal, onde se assenta a Pira da Pátria. Atraz da Igreja foi construído o Cemitério. (MACIEL JÚNIOR, 1987, p.141).

O texto de seu Juca nos dá um indício que a primeira capela se localizava fora da Vila, atual centro histórico e que foi transferida para o centro da Rua Direita, atual Avenida Borges de Medeiros. Em outra passagem, falando sobre a “demolição da primeira igreja Matriz”, o pesquisador trans-

creve um ofício da Câmara Municipal do século XIX, sem citar exatamente qual, onde diz que providências foram solicitadas pelo Bispo da Diocese. Talvez este texto também tenha sido acessado por Neis (1975) para formular sua hipótese.

[...] escavações no alicerces da antiga Igreja Matriz desta Villa [...] no centro da rua Direita desta Villa, sendo demolida [...] e tendo por diversas vezes esta Câmara mandado escava não só o lugar da Igreja como no cemitério contíguo ao mesmo afim de juntar os ossos de nossos antepassados ali sepultados que pela escavação das aguas ficarão descobertos, expostos e pizados a pés de toda a espécie (MACIEL JÚNIOR, 1987, p. 146 -147).

Como vimos, segundo a narrativa historiográfica construída pelos pesquisadores, o templo católico, sede da Freguesia de Santo Antônio da Patrulha, originalmente “da Guarda Velha”, teria passado por vários sítios. O primeiro seria a construção na sesmaria de Inácio José de Mendonça. Embora Maciel Júnior (1987) diga ser junto ao Registro às margens do Rio dos Sinos em seu texto, parece acatar a hipótese de Neis (1975) quando publicada. A segunda teria sido construída ao lado da primeira, segundo Neis (1975), ou transferida para a Vila, na Rua Direita, segundo Maciel Jr. (1987), a terceira num imóvel particular na então Rua Direita e a quarta Igreja, a atual, construída durante os séculos XIX e XX (NEIS, 1975, p. 145-147), num lugar mais próximo ao topo da colina onde se localiza o centro histórico. Ao que parece, o cemitério acompanhou as igrejas, como era feito até meados do século XIX no Brasil em decorrência da cultura dos colonizadores.

Philippe Ariès (2012) demonstra que desde a Idade Média até o século XVIII, na Europa, houve o costume de sepultamentos próximos aos mártires e pessoas santas entre os cristãos, no interior e no entorno dos templos católicos. A Igreja era compreendida pela nave central, o campanário e o cemitério (ARIÈS, 2012, p. 42). As práticas de sepultamentos católicos foram trazidas pelos colonizadores e adotadas por quase toda a sociedade até a metade do século XIX, quando ainda davam um significado sacral para as rezas dentro das igrejas tendo os mortos sob seus pés, sentindo seus odores, expressando a sacralidade da fé (RODRIGUES, 1997, p. 21). Apenas em meados do século XIX foi que os cemitérios extramuros passaram a ser construídos em decorrência das preocupações higienistas em função da epidemia de febre amarela (LIMA, 1994; RODRIGUES, 1997; MEIRELLES, 2010). A primeira capela teria recebido o sepultamento de pessoas, inclusive de seus fundadores na década de 1760 e por toda a segunda metade do século XVIII segundo suas fontes eclesiásticas (NEIS, 1975, p. 133-134).

Pela hipótese apresentada neste ensaio, a atual Avenida Borges de Medeiros seria a “Rua das Tropas”, com trânsito de tropeiros e viajantes no século XVIII, sendo no ponto mais alto da colina do centro histórico, o espaço da Guarda e Registro, lugar citado nos textos de Maciel Junior (1987, p. 113) como “lomba da bandeira” avistado e de onde é possível avistar toda a “entrada e saída dos Campos de Viamão”. Acreditamos que a capela instalada no centro da Rua Direita seria a segunda ou terceira, em madeira, estrutura que não suportou muito mais que algumas décadas, precisando ser transferida. Acreditamos que esta capela no centro da Rua Direita, que é tratada como primeira na narrativa historiográfica de Neis (1975), foi construída para transferir a sede paróquia para o povoado da Guarda, que se formara em decorrência das atividades das instituições da Coroa portuguesa. Se a primeira Capela Curada de Santo Antônio da Guarda Velha foi instalada em outro lugar, onde seria seu sítio? Estamos diante de uma capela, cujo sítio original foi esquecido. Estamos diante de uma capela perdida!

Recorremos às fontes que dispomos para formar nossa hipótese pela análise da paisagem representada no século XVIII. Trazemos, inicialmente, uma representação cartográfica produzida por José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar, em 1763 (figura 3). Neste mapa está representado o lugar da “Capella” a sudeste do “Registo”. Importante salientar que em 1763 a capela erigida pelo sesmeiro Inácio José de Mendonça e sua esposa Margarida, já estava edificada e seria a única na região (NEIS, 1975). Portanto, julgamos que a “Capella” representada pelo autor se refira à mesma estrutura. Vale ressaltar que de acordo com a escala deste mapa, a distância do Registro para o Rio dos Sinos é de uma légua, corroborando o Roteiro de 1745. Importante dado trazido pela representação é que o traçado do caminho não passa pela Capella, indicativo consoante à narrativa historiográfica, por estar situada em terras de um sesmeiro.



Figura 3: SÁ e FARIA, José Custódio. Exemplo Geographico do Terreno que corre desde a Vila do Rio Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão.1763. Acervo da Mapoteca do Itamaraty. (recortado e assinalado).

Em uma cópia de 1931 de uma carta topográfica manuscrita de 1780, de autoria de Antonio Ignácio Rodriguez Cordova, denominado “Planta do Continente do Rio Grande” (figura 4), também é representada a localização da “Capella”, já como sede da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha. Talvez este mapa, cujas copias podem ser encontradas no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e na Biblioteca Nacional, seja uma fonte histórica objeto de interpretações equivocadas. “Freguesia”⁹ é um termo eclesiástico que o próprio Neis (1975) através de suas fontes documentais demonstra que a Capela “Curada” em 1760, na sesmaria de José Ignácio de Mendonça, se torna sede da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha em 1763, por ordem episcopal.

9 Segundo o Dicionário Histórico da Língua Portuguesa DHPB/UNESP, “Freguesia corresponde a circunscrição administrativa da paróquia, ou a própria Igreja paroquiana, a paróquia”. O termo foi considerado no senso comum sinônimo do povoado, da própria aglomeração urbana.

cio da medição a partir do “corgo”¹⁰ da “Guarda velha”, na posição noroeste, indicando que suas terras ficaria a sudeste do Registro de Viamão, tal como aparece nos mapas de Sá e Faria e de Cordova. A ausência das confrontações se explica pelo fato de ser uma sesmaria no “matto”, no lado sudeste da Guarda, entre as cabeceiras do rio Gravatahy e a paragem “Pulpito”, lugar que corresponde a posição da “Capella” e da “Freguezia” nos mapas.

Há dois fatores recorrentes de equívoco na interpretação da carta de sesmaria, um texto de 1755, no que tange a localização das terras de Inácio que podemos explicar a partir de duas partes: 1) “cabeceiras do Rio Gravatahy”, pode gerar confusão se for buscado as indicações em cartas topográficas atuais, ou em cartas topográficas do século XX. O rio Gravataí é atualmente representado com suas nascentes no Banhado do Chicolomã, mais a oeste das representações do século XVIII. 2) “princiando-se a ditto medição do sobre ditto corgo da Guarda velha pelo Rumo do Noroeste para aparte do Rio do Sino”. Esta frase, se lida como se o redator estivesse situado na Guarda, dá a entender que está indicando a sesmaria situada entre a Guarda e o rio dos Sinos. É um equívoco recorrente. As cartas de sesmarias foram redigidas tendo a própria sesmaria como ponto de referência. Considerando que o redator está se referenciando a partir da sesmaria, entendemos que é a Guarda que fica a noroeste das terras de Inácio José de Mendonça, corroborando os mapas de 1763 e 1780 apresentados.

Um mapa, que é uma representação da paisagem, retrata também um momento. Ao apresentar mapas em tempos distintos é possível perceber o movimento humano em um determinado “espaço habitado”. É esta a nossa intenção ao demonstrar as próximas duas representações cartográficas do século XIX. A partir destas representações, somadas as representações do século XVIII, perceberemos a “escrita” humana na paisagem resultante dos entrelaçamentos das linhas vitais, usando a expressão de Ingold (2015). Representações onde já não aparece mais a “Capella” ou a “Freguezia” separada da “Guarda” ou da “Patrulha”.

Salvaguardado na Biblioteca Nacional, a *Carta corographica do Império do Brazil*, de 1846, produzida por Conrado Jacob de Niemeyer, nos demonstra “S. Ant.º da Patrulha” na intersecção dos caminhos como apontados pela bibliografia e nos mapas como lugar da Guarda e Registro. Como é uma representação de todo o Brasil, prejudicou um pouco a nitidez da digitalização ao fazer o recorte. Mas podemos perceber que a distância da Vila para o rio dos Sinos é praticamente a mesma representada pelos mapas do século XVIII.

10 Uma variação da palavra córrego segundo o Dicionário Histórico de Português Brasileiro, DHPB da Unesp.



Figura 5: NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Carta corographica do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, RJ: Heaton & Rensburg, 1846. Salvaguardado na Biblioteca Nacional. (recortado e adaptado).

A *Carta topographica e administrativa da provincia de São Pedro do Sul*, de Visconde J. de Villiers de L'Île-Adam (figura 6), feita em 1847, representa a Patrulha no mesmo lugar onde os mapas do século XVIII representava a Guarda e o Registro. Pela escala apresentada pelo autor, a distância da “Villa da Patrulha” até o rio dos Sinos também é de aproximadamente uma légua. Interessante observar que neste mapa há uma povoação a leste, entre a Patrulha e a “Freguesia da Serra”, atual cidade de Osório, representado sobre a borda da Lagoa dos Barros. Por uma distorção de representação, este caminho é o mesmo representado a sudeste da cidade de Santo Antônio da Patrulha nos mapas do XVIII a sudeste da Guarda e dos atuais. Esta povoação representada pode indicar a sede original da Freguesia, nas terras de Inácio José de Mendonça, que se representava já sem capela.



Figura 6: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. Carta topographica e administrativa da provincia de São Pedro do Sul: Rio de Janeiro, RJ: Firmin Didot Frères, 1847. 1 mapa, col. Salvaguardado na Biblioteca Nacional. (recortado e adaptado)

Em suas legendas, este mapa (figura 6) traz o quantitativo de vilas, freguesias e capelas da Província do Rio Grande de São Pedro, quais freguesias são dentro das vilas, quais são fora delas, quais e quantas freguesias a cidade de Porto Alegre tinha naquele contexto. Diz textualmente que, naquela data, a Freguesia de Santo Antônio ficava dentro da “Villa da Patrulha”.

Analisando o conjunto de mapas trazidos aqui, dois do século XVIII que retratam a Capella original, primeira sede da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, e a Patrulha ou Guarda em sítios distintos, com os dois mapas do século XIX, percebemos que há um movimento da Freguesia para dentro da Vila em algum momento entre 1780 e 1846. Movimento que é referenciado nos textos de Maciel Junior (1987, p. 141) como acontecido em 1795.

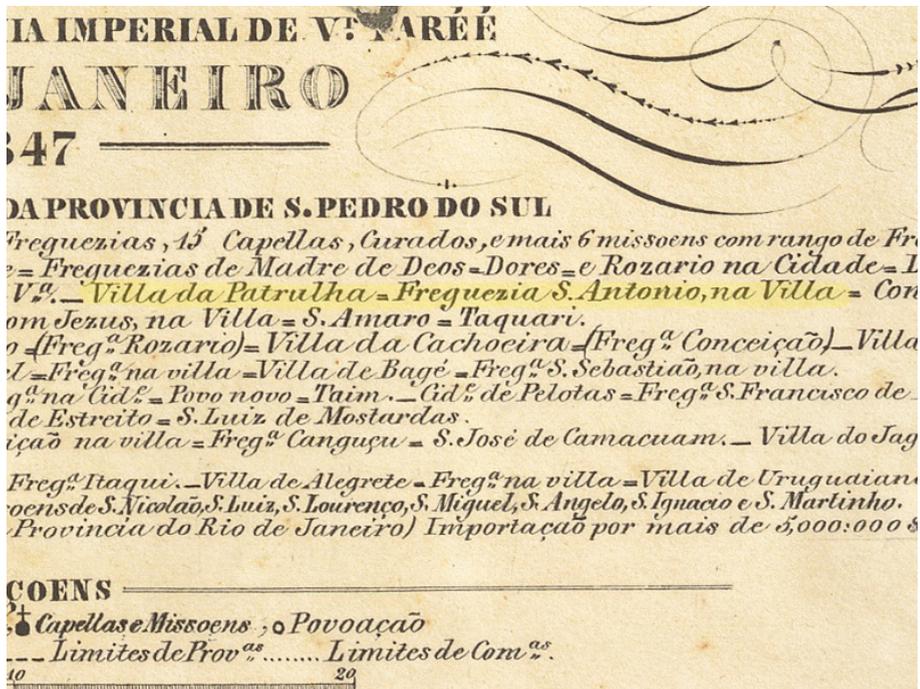


Figura 7: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. Carta topographica e administrativa da provincia de São Pedro do Sul: Rio de Janeiro, RJ: Firmin Didot Frères, 1847. 1 mapa, col. Salvaguardado na Biblioteca Nacional. (recortado e adaptado).

Tanto o mapas do século XVIII quanto a carta de sesmaria de 1755 nos dizem que as terras do sesmeiro Inácio estavam a sudeste da Guarda. Ao concluirmos que o Registro e a Guarda deram origem à vila, percebemos que precisamos localizar o sítio da primeira capela que ficaria a sudeste do atual centro histórico. Considerando a distância entre o “Registro” e margem do rio dos Sinos como uma légua portuguesa, considerando que no mapa de Sá e Faria (1763) a distância é semelhante entre a Guarda e a Capela, traçamos uma linha à sudeste de cerca de seis quilômetros a partir do centro histórico, encontramos um dos maiores e mais antigos cemitérios do município, no topo de uma colina, nas imediações da localidade denominada Portão I. Um cemitério, neste caso, é um forte indício material, pois uma vez sendo um espaço de sepultamento, como foi o lugar da capela original, dificilmente deixaria de sê-lo.

A toponímia nos aponta outro indício interessante. Da localidade de Portão I (portão primeiro) seguindo a atual rodovia RS-030, que teria sido um antigo caminho tropeiro, (ligando a Guarda e o Registro ao Caminho da Praia e a Guarda de Tramandaí), de três a quatro quilômetros para

leste, em direção à borda da Lagoa dos Barros, aproximadamente meia légua portuguesa como diz na carta de sesmaria, está a localidade de Portão II (portão segundo como denominam os moradores). Dois “portões” que podem indicar os limites de uma propriedade atravessada pela estrada, nos indicando a possível localização da sesmaria de Inácio José de Mendonça conforme a representação (figura 8).



Figura 8: Representação da localização da Capela original de Santo Antônio da Patrulha e sesmaria de Inácio José de Mendonça, segundo a hipótese da pesquisa.

A partir da comparação entre a nossa representação da localização do Registro de Viamão e a primeira Capela (figura 8), com o Mapa de José Custódio de Sá e Faria de 1763, (figura 3), podemos perceber que o caminho que passa pelo “Registro” corresponde à atual estrada que liga a Sede de Santo Antônio da Patrulha a Capivari, a Passinhos e a Viamão passando pelo antiga localidade de Lombas, também referenciada nas fontes.

A sesmaria de meia légua em quadra de Inácio pode ter tido de entre 3 a 4 quilômetros de lado, por isso traçamos um quadro de aproximadamente 3 quilômetros de lado (figura 8) para representá-la, sendo que na localidade de “Portão Primeiro” está o Cemitério do Casqueiro, no topo de uma colina, com sepultamentos do século XIX visíveis e alguns com apenas as lápides em pedra grés. Um vestígio de um lugar sacro que pode ter sido sítio de uma das primeiras capelas do território do atual Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio retrata parte de uma pesquisa histórica e arqueológica em andamento. As investigações preliminares, as interpretações sobre os documentos e sobre a paisagem nos indicam onde poderemos realizar as pesquisas arqueológicas. A atual mancha urbana de Santo Antônio da Patrulha está sobre a vila do século XIX e ambas sobre a paragem do Registro no Caminho das Tropas do século XVIII, tornando remota a possibilidade de pesquisas em sítios arqueológicos urbanos preservados. Somada à sobreposição material das estruturas em meios urbanos, há uma exiguidade de fontes documentais que pode ser uma das causas do verificado esquecimento dos lugares originais de Santo Antônio da Patrulha. A própria ação do prefeito em 1968 em solicitar à Cúria Metropolitana uma pesquisa para conhecer a história destes lugares e instituições, deixa claro a existência de um esquecimento ou, no mínimo, de uma memória social fragmentada.

A historiografia que dissemos ser oficializada produziu equívocos de interpretação sobre as fontes, que são compreensíveis diante dos contextos que as pesquisas ocorreram. A maior parte dos pressupostos teóricos pelos quais nos norteamos atualmente foram concebidos ou difundidos no Brasil após o contexto das pesquisas de Neis (1975), Barroso (1979) e Jacobus (1997). Para além disso, podemos situar alguns desses postulados como crítica aos métodos vigentes no contexto dos nossos antecessores, como no verificado “paradigma documentário”, que em última instância, produz leituras que desconsideram o contexto em que os documentos foram produzidos.

A Capela construída na sesmaria de Inácio José de Mendonça serviu de sede para a Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha até a transferência para a “Villã da Patrulha” entre o final do século XVIII e início do século XIX. As representações cartográficas apresentadas, de diferentes momentos, retratam esse movimento. Retratam, corroboradas pela carta de Sesmaria de 1755, a localização da sesmaria e da própria capela.

O caminho das tropas, que ligava Colônia do Sacramento a Sorocaba no século XVIII, também conhecido como “Caminho de Viamão”, passava pela Guarda e Registro de Viamão, que fiscalizava a entrada e saída dos “Campos de Viamão” para os “Campos de Cima da Serra” e para o “Caminho da Praia”. Santo Antônio da Patrulha se formou em decorrência das linhas vitais dos agentes históricos, vetorizadas pelos caminhos, que se entrelaçaram como um “nó” nas antigas paragens. Tanto colonos luso-açorianos, grupos indígenas colonizados e pessoas afro-brasileiras escravizadas e/ou libertas escreveram suas passagens sobre a paisagem. Os caminhos dos séculos XVII e XVIII, conformados em estradas no século XIX e em rodovias

no século XX, foram e continuam sendo vetores da ação social. Estes caminhos conduziram os caminhantes aos lugares, aos espaços habitados, cuja história se desenvolve, inexoravelmente, até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Phillipe. **História da morte no Ocidente**: da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Tradução Priscila Viana de Siqueira.
- BARROS, José D'assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, [s.i.], p. 95-129, dez. 2005. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211/1691>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- BARROS, M. L. F. M. **Tapera da Figueira**: Um estudo de caso sobre o processo ocupacional na aldeia velha no século XIX - Santo Antônio da Patrulha. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996.
- BARROSO, Vera. L. M. **Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803–1889)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.
- BARROSO, V. L. M. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 6, n. 2, p. 149-167, 31 dic. 1980.
- BARROSO, V. L. M. O Rio Grande de São Pedro sob o olhar de um português: Domingos José Marques Fernandes (1804). **Estudos Ibero-Americanos**, 31 dez. 2012.
- BOSCHI, Caio C. **Exercícios da pesquisa histórica**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.
- CRIADO BOADO, F. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. **CAPA**, 6, 1999.
- DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a Arqueologia brasileira: breve histórico da implantação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**: povoamento e conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: Tropeiros e seu negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). 2009. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Ifcs, Ufrj, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/31001017023P8/TES.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2019.

- DOMINGUES, Moacyr. A Guarda de Viamão. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha (org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 257-264.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HERBERTS, Ana Lucia. **Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios pelotas e canoas**, sc. 2009. 487 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2009.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- KULA, Witold. **Las medidas y los hombres**. 3ª ed. México: Siglo XXI ed. 1998.
- KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. 2006. 444 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2006. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.
- JACOBUS, André L. **Resgate Arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS)**. Dissertação (mestrado) História Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997
- JACOBUS, André L. O Registro de Viamão: um pedágio do século VIII na América Portuguesa. **Revista do CEPA**, v.22, n. 27/28, p. 63-76, 1998.
- JACOBUS, André L. O Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha (PASAP). In: **Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá**. BEMFICA, Corarilina R. et. all. Porto Alegre: EST, 2000.
- JACOBUS, André Luiz. O território patrulhense e o de Caraá: suas pré-histórias de suas histórias iniciais. **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: mulheres patrulhenses fazendo história II**. Porto Alegre: EST, 2012, p. 492-501.

- LIMA, Tânia Andrade de. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 87-150, 1994. DOI: 10.1590/S0101-47141994000100010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5297>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- LIMA, Tânia Andrade de. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.
- MACIEL JUNIOR, José. **Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: EST, 1987.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. **Geografia social da morte: uma análise espacial do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1850)**. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão: No Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Est/sulina, 1975.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aum Houry. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, SP, - Brasil 1993, disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços: revista do programa de pós-graduação da UFSC**, v.11, nº 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>. Acesso em: 20 out. 2020.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. 1130 f. Páginas não numeradas. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 23 set. 2022.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca; v. 43. Série publicação científica)

- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: UnB, 2007.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAHLINS, Marshall. **Como pensam os nativos**. São Paulo: Edusp, 2001.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOARES, A. **Filhos de Ñanderu caminham para Karai**: uma perspectiva sobre o protagonismo guarani no sul da América lusitana do século XVIII. Jundiaí, SP: Paco, 2020.
- SOARES, A. Arqueologia da paisagem e percepção: o caso do registro de via-mão. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 385-416, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/21981>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus**, Goiania, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul.-dez. 2005.
- SILVA, Sherol da. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação (mestrado). São Leopoldo: Unisinos – Programa de pós-graduação em História, 2009.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. História das paisagens. IN: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- TILLEY, Chris. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. **Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.24-62, 30 jun. 2014. Revista Latino-Americana De Arqueologia Historica. <http://dx.doi.org/10.31239/vtg.v8i1.10599>.

Fontes Utilizadas

Impressas

- MARSUL, Documentação anexa do sítio RS-S-263: Guarda Velha 2 do **Acervo Documental dos Sítios Arqueológicos do Museu Arqueológico do RS** – Marsul.
- MACIEL JUNIOR, José. **Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: EST, 1987.
- JACOBUS, André. **Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha (Pa-**

sap): relatório técnico parcial ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Taquara: MARSUL, 1999.

SÁ e FARIA, José Custódio de. **Exemplo Geograph'co do Terreno que corre desde a V^a. Do R^o. Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão.** 1763. Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro.

Digitais

Revista do Archivo Publico Mineiro, Ano XXIV, Vol. 1, 1933. **Demarcação do Sul do Brasil.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=679> Acessado em: 01 out. 2022.

CORDOVA, Antonio Ignacio Rodriguez. **Planta do continente do Rio Grande:** divididos em quatro provincias a saber... 1931. 1 mapa, 52,0 x 30,1cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209311/cart209311.jpg. Acesso em: 3 ago. 2022.

SOARES, Diogo. **A Villa da Laguna e Barra do Taramana na costa do Brasil e America Portugueza** a 1^a aos 28,29'31" aos 2951-57.17 de latitude austral. 1 mapa, 31,8 x 18,4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209403/cart209403.jpg. Acesso em: 3 ago. 2022.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. **Carta topographica e administrativa da provincia de São Pedro do Sul:** Erigida pela combinação das (...) muito diversamente apresentadas pelos mapas ate agora publicados e augmentado dos novos municipios e freguezias creados na assemblea provincial em 1846 e outros documentos officiaes pelo Vcde. J. de Villiers de L'le Adam. Rio de Janeiro, RJ: Firmin Didot Frères, 1847. 1 mapa, col. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_12.jpg. Acesso em: 1 out. 2022.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. **Carta corographica do Império do Brazil.** Rio de Janeiro, RJ: Heaton & Rensburg, 1846. 1 mapa, col, 150 x 150. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.jpg. Acesso em: 1 out. 2022.

Submetido em 02/10/2022

Aceito em 01/07/2023

O FORMATO GAZETA ENQUANTO GÊNERO PRECURSOR DO JORNALISMO PERIÓDICO IBERO- AMERICANO

THE GAZETA FORMAT AS A PRECURSOR GENRE OF IBERO-AMERICAN PERIODIC JOURNALISM

Eduardo Comerlato¹
Antonio Hohlfeldt²

RESUMO

A partir do século XVII, diversas publicações periódicas começaram a surgir nas oficinas tipográficas, havendo um formato em específico que viria a se destacar: as gazetas. Trata-se de um gênero editorial que deu início ao jornalismo periódico de muitas localidades, incluindo as ibero-americanas. Diante disso, o artigo realizou uma revisão bibliográfica sobre o modelo “gazeta” e empregou uma análise empírica comparativa para visualizar as tendências presentes em quatro periódicos da Península Ibérica e da América Latina. Como resultado, pode-se observar diversas similaridades entre os jornais dos diferentes países, como as materialidades de impressão e os formatos resumidos das notícias periódicas. Assim, a partir desse recorte, o trabalho tratou de projetar uma conexão entre os primórdios da imprensa lusófona e hispanofalante, na Europa e na América.

Palavras-chave: comunicação social; formatos e práticas jornalísticas; gazetas; gêneros jornalísticos; história do jornalismo.

ABSTRACT

From the 17th century onwards, various periodical publications began to appear in the typographic workshops, with a specific format that would come to stand out: the gazettes. It is an editorial genre that gave rise to periodical journalism in many locations, including Ibero-American ones. In view of this, the article carried out a bibliographical review on the “gazette” model and used a comparative empirical analysis to visualize the trends present in four journals from the Iberian Peninsula and Latin America. As a result, several similarities

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Possui graduação em Jornalismo pela PUCRS e mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Atualmente, participa do projeto de pesquisa “Possibilidades de uma História Conjunta do Jornalismo na América Latina”.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado e doutorado em Linguística e Letras pela PUCRS. Em 2008, realizou estágio pós-doutoral na Universidade Fernando Pessoa (Portugal). É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordena o projeto de pesquisa “Possibilidades de uma História Conjunta do Jornalismo na América Latina”.

can be observed between newspapers from different countries, such as the printing materials and the summarized formats of periodical news. Thus, from this perspective, the work tried to project a connection between the beginnings of the Portuguese-speaking and Spanish-speaking press, in Europe and America.

Keywords: social communication; journalistic formats and practices; gazettes; journalistic genres; history of journalism.

INTRODUÇÃO

Constituir uma história conjunta do jornalismo de diferentes países não é uma tarefa simples. Ao longo dos anos, a prática noticiosa se mostrou muito atrelada ao conceito de *nação*, adquirindo contornos próprios de acordo com a sua região de produção, sua ideia de papel social e a linguagem incorporada. Entretanto, há certos recortes que nos permitem identificar padrões conectivos em diferentes territórios, durante uma mesma temporalidade. Uma dessas possibilidades está nos conceitos de *gênero* e *formato jornalístico*: conforme a prática se desenvolveu, ela adquiriu variados modelos e estruturas diante das tecnologias e dos interesses comunitários de cada época, assumindo, assim, estratégias editoriais que viriam a se repetir significativamente.

No presente trabalho, iremos estudar um gênero através do qual se deu o início do jornalismo periódico de certos países da América Latina e da Península Ibérica: as *gazetas*. Trazendo a periodicidade para a então ocasional produção das *folhas-volantes*, no século XVII, as *gazetas* constituíram-se nas primeiras publicações que se preocuparam em manter os cidadãos informados de maneira regular. A adesão a esse conceito é fundamental, uma vez que se liga ao ideal de *atualidade*, algo inerente ao jornalismo, desde os seus primórdios.

Para a realização da pesquisa, primeiro abordaremos, em uma revisão bibliográfica, o desenvolvimento jornalístico durante a Idade Moderna, detalhando, assim, o modelo *gazeta* de acordo com Tengarrinha (2013), Sousa (2011, 2012, 2018) e Espejo (2008, 2013, 2015). Isso nos permitirá conferir conceitos que motivaram as produções destes periódicos e suas estratégias editoriais, que serão investigadas em uma análise comparativa com os seguintes objetos: a *Gazeta da Restauração* (1641); a *Gaceta de Madrid* (1661); a *Gaceta de México* (1722) e a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808). Neste *corpus*, temos exemplos lusófonos e hispânicos produzidos nas metrópoles e em suas colônias, mostrando-se importantes na medida em que renovaram as práticas jornalísticas locais. Com isso, quer-se entender como o gênero das *gazetas* foi o precursor do jornalismo periódico em territórios ibero-americanos, trazendo novos traços e contornos para a produção noticiosa dos séculos passados.

1. DAS IMPRESSÕES OCASIONAIS AOS PRIMEIROS PERIÓDICOS

Para visualizar o surgimento das *gazetas* na Idade Moderna, primeiro precisamos retroceder até a gênese noticiosa no continente europeu: foi no século XV que surgiram as primeiras notícias impressas, apenas algumas décadas após a invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg. Elas seriam publicadas em um gênero editorial que ficaria conhecido genericamente enquanto *folhas-volantes*, uma vez que se tratava de folhetos que circulavam de maneira avulsa e que tinham produção ocasional. Estima-se que os primeiros exemplares tenham surgido na Itália, a partir de 1470, mas não tardou muito para que o fenômeno se espalhasse pelos mais diferentes terrenos do Velho Mundo.

Na Península Ibérica, temos alguns notáveis casos espanhóis a partir de 1490, como a impressão da carta do descobrimento de Cristóvão Colombo e o gênero não periódico das *relaciones de sucesos* (ESPEJO, 2013), que viria a tomar conta do mercado das notícias espanholas nos séculos XVI e XVII. Enquanto isso, em Portugal, os primeiros exemplares das *folhas-volantes* passariam a circular a partir de 1550, com destaque para os relatos de naufrágios, que encantavam o crescente público com suas narrativas detalhadas e dramáticas (LANCIANI, 1990).

Havia, no entanto, dois fatores que afastavam essa produção de *relações de acontecimentos* dos conceitos atuais do jornalismo impresso: a ausência de periodicidade e a limitação monotemática das publicações. Por mais que elas circulassem com intuítos informativos, isso era feito de maneira esporádica e com baixa abrangência de assunto, deixando lacunas nos interesses socioculturais das comunidades. No entanto, essas lacunas receberiam tentativas de preenchimento logo em seguida, com formatos que passariam, então, a compilar múltiplas notícias em uma só impressão. Na Espanha dos séculos XVI e XVII, cria-se o hábito de publicação dos *avisos* impressos, que eram, grosso modo, compilações de notícias curtas proveniente de diversas áreas geográficas. Ao contrário das *relaciones de sucesos*, extensos fios narrativos e interpretativos, eles eram relatos puros e curtos, o que permitia juntar acontecimentos múltiplos em uma só publicação. Como exemplo, temos a *Relación de avisos de todo lo que ha sucedido en Roma, Napoles, Venecia, Genova, Sicilia, Francia, Alemania, Inglaterra, y Malta*, folheto avulso e não periódico impresso em Sevilha, em 1618, que trata de narrar os principais ocorridos em tais cidades, durante os primeiros meses daquele ano.

Já em Portugal, acredita-se que o surgimento das publicações pluri-temáticas tenha começado no século XVII, sendo o caso mais célebre o da *Relação universal do que sucedeu em Portugal & mais províncias do Ocidente e*

Oriente, desde o mês de março de 625 até todo setembro de 626. Contém muitas particularidades & curiosidades. Produzido pelo erudito Manuel Severim de Faria, este folheto avulso foi impresso em Lisboa, em formato *in-quarto*³, no ano de 1626, circulando entre a comunidade portuguesa para narrar diversos acontecimentos ocorridos no país e no estrangeiro durante aquele ano. Notamos que ele foi concebido como uma espécie de anuário noticioso (SOUSA; LIMA, 2012, p. 98), recebendo, posteriormente, uma nova edição que viria a tratar dos ocorridos entre março de 1626 e agosto de 1627. Mesmo que as Relações não tenham recebido continuidade, podemos discutir as contribuições dessa obra a partir de dois enquadramentos: sua capacidade de selecionar e juntar notícias em uma só coletânea, e a ideia de produção em uma frequência regular, que provavelmente era inspirada em outros almanaques e folhetos de entretenimento que circulavam anualmente na Europa durante o período, com calendários, horóscopos, curiosidades e afins.

As primeiras impressões, de fato, jornalísticas e periódicas, também surgiram naquela época, apresentando uma frequência de publicação que aumentaria gradualmente. Sousa (2011, p. 46-47) considera as seguintes impressões como as precursoras da periodicidade na Europa: em termos semestrais, as *Massrelationen (Relações de massa)*, vendidas por Michael von Aitzinger em feiras de Frankfurt, na Alemanha, entre 1587 e 1598. Enquanto isso, a periodicidade mensal seria alcançada pela primeira vez com a *Rorschacher Monatsschrift (Publicação mensal de Rorschach)*. Parecendo-se com uma revista, a publicação era comercializada mensalmente na região de Rorschach, na Suíça, com a produção de Samuel Dilbaum e Bernhard Straub, originários de Augsburg. Já as primeiras impressões semanais começaram em 1605, com a *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien (Relação de todos os feitos ilustres e histórias memoráveis)*, de Johann Carolus, em Estrasburgo (WEIL, 1962, p. 13); e com a *Nieuwe Tidinghen (Notícias Recentes)*, publicada em francês e flamengo, nos Países Baixos, por Abraham Verhoeve, estabelecendo um modelo que viria a inspirar outros jornais, internacionalmente (SOUSA, 2011, p. 48)⁴.

Estes são exemplos mais concretos de jornalismo periódico que, embora não carregassem o termo *gazeta* em seu título, viriam a se encaixar nas características do gênero, especialmente quando tratamos das publicações mensais e semanais, que se popularizariam no período. Para Tengarr-

3 O formato tinha dimensões de 13,5 x 19 cm (SOUSA; LIMA, 2012).

4 Apesar de não haver registros de gazetas publicadas diariamente, consideramos que os primeiros jornais diários provavelmente surgiram na Alemanha, com *Einkommenden Zeitungen* (1650) e *Neu-einlauffende Nachricht von Kriegs- und Welt-Händeln* (1660), ambos de Leipzig (SOUSA, 2011, p.49).

na (2013, p. 47-48), a explicação para o surgimento da imprensa periódica pode ser encontrada em um conjunto de cinco grandes fatores:

A necessidade de uma transmissão mais fluida e regular da informação, como resultado das novas dinâmicas econômicas e culturais das sociedades; o crescente interesse do público pela *notícia* que lhe permitisse um conhecimento mais seguro da realidade nacional e satisfazer a geral curiosidade crescente pelos acontecimentos internacionais (...); o progresso da tipografia (...), dando condições para uma produção mais rápida e em maior quantidade; a melhoria das comunicações, permitindo, ao mesmo tempo, uma transmissão mais célere das notícias e uma maior rapidez no envio das publicações; e o aumento da concentração urbana (TENGARRINHA, 2013, p. 47-48).

Sendo assim, nos próximos parágrafos, buscaremos investigar o surgimento do termo *gazeta* e o estabelecimento de seu formato ao longo dos anos. Isso, por sua vez, nos permitirá discutir sobre os primeiros exemplares do gênero editorial no jornalismo dos países ibero-americanos.

2. ORIGENS DO TERMO GAZETA E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO

Durante a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, Veneza foi um dos centros mais influentes de toda a Europa, tendo uma posição estratégica e comercial bastante privilegiada. Com a publicação das *folhas-volantes* e dos *avisos*, a cidade ficou caracterizada por estabelecer um dos primeiros *mercados das novidades* no final do século XV, com notícias que eram vendidas em ruas movimentadas, feiras e oficinas tipográficas. Para esse comércio, havia uma moeda de cobre, conhecida como *gazza* ou *gazzetta* (DIAS, 2006, p. 28), usada para duas atividades: a de comprar as notícias, permitindo o consumo a partir da aquisição do folheto avulso, e a de representar uma “quantia paga para se ouvirem as notícias em actos de leitura pública dos jornais e folhas ocasionais” (SOUSA, 2007, p. 51). Com o passar dos anos, isso fez com que o termo deixasse de ser exclusivamente ligado ao conceito de preço, passando, então, a se relacionar com as práticas noticiosas da época. Ou seja, a designação ficaria atrelada às impressões e aos escritores e vendedores, que então se tornariam conhecidos enquanto os *gazeteiros* (SOUSA, 2018, p. 8).

É importante ressaltar, porém, que a designação *gazeta* ainda tinha uma ampla abrangência naquele período da Idade Moderna. Isso ocorria

na medida em que ela também era muito usada no título de folhetos ocasionais, fazendo com que muitas vezes houvesse publicações com “a designação de *gazeta* que em rigor não o são (...) e outras que, sem esse título, o são efetivamente” (TENGARRINHA, 2013, p. 56-57). Não havia, portanto, a definição de um gênero periódico específico até os primeiros anos de 1600, apenas um termo que se referia à então emergente prática noticiosa.

Seria apenas no século XVI que a alcunha *gazeta* começaria a designar um modelo mais específico de jornalismo periódico, com compilações de notícias que apresentavam diferentes assuntos e que empregavam o termo em sua primeira página, indicando o surgimento de uma certa organização. Nesse sentido, não há um marco temporal definitivo, mas Weill (1962) reconhece que o termo só veio a adquirir seu sentido verdadeiro a partir de 1631, com *La Gazette* (ou *Gazette de France*), de Theophraste Renaudot, figura muitas vezes considerada como o primeiro jornalista da França. Este era um periódico publicado semanalmente, às sextas-feiras, sob os auspícios do cardeal Richelieu ao longo do reinado de Luís XIII. Em sua estrutura, “tinha, normalmente, quatro páginas, de 23 x 15 cm, e difundia, essencialmente, notícias da corte, de Paris, das províncias francesas e do estrangeiro” (SOUSA, 2008, p. 82). Tornar-se-ia o veículo mais conhecido da Europa, ainda na década de 1630, revolucionando o jornalismo da época, ao projetar o modelo noticioso francês, que estabeleceria o padrão de muitas gazetas:

Está provada a circulação do termo [gazeta] na comunicação oral italiana ao longo de todo o século XVI, com a significação precisa de *compilação de notícias*; não obstante, seu êxito internacional se deve a que, inesperadamente, essa palavra de origem italiana, que devia causar estranhamento em muitos ouvidos franceses, foi o termo que empregou em 1631 Renaudot, jornalista oficial de Luís XIII, para dar título ao seu periódico, primeiro com tal nome no sentido moderno da história, em uma publicação que foi tão bem sucedida que criou uma verdadeira enxurrada de *gazetas* em toda a Europa (ESPEJO, 2013, p. 73, tradução nossa⁵).

5 “Está probada la circulación del término [gazzetta] en la comunicación oral italiana a lo largo de todo el siglo xvi, con la significación precisa de “recopilación de noticias”; no obstante, su éxito internacional se debe a que, inopinadamente, esta palabra de origen italiano que debía resultar extraña a muchos oídos franceses, fue el término que empleó en 1631 Renaudot, periodista oficial de Luis XIII, para dar título a su periódico, primera “cabecera” en sentido moderno de la historia y publicación de tanto éxito como para crear un verdadero aluvión de «gacetas» de tal nombre por toda Europa” (ESPEJO, 2013, p. 73).

Por trás do formato de *La Gazette*, havia grandes influências da *Nieuwe Tijdinghen*, que viria a ajudar a firmar o modelo discutido por Tengarrinha (2013, p. 56). De acordo com o historiador português, há um conjunto de cinco características manifestas na popularização das gazetas do século XVII, a começar pela (1) *periodicidade*, que geralmente era mensal ou semanal. Este fator seria muitas vezes condicionado pela frequência dos serviços dos correios de cada região, pois isso afetava na distribuição de cartas informativas e de outros folhetos noticiosos, que eram resumidos nas notícias das *gazetas* e assim serviam de enquanto fonte.

Da mesma forma, outra característica das gazetas era (2) sua *noção de informação*, já que costumava abordar, em uma mesma impressão, assuntos genéricos, “tanto nacional como internacional, tocando matérias de carácter militar, político, social, cultural, econômico” (TENGARRINHA, 2013, p. 57). Nesse sentido, cabe dizer que o autor esmiúça a categoria para tratar do rigor da informação, dizendo que o modelo “não tinha normalmente como primeira preocupação transmitir os factos com exatidão, mas os primeiros relatos, instantâneos, e os boatos que corriam sobre eles” (TENGARRINHA, 2013, p. 57). Desse modo, o gênero noticioso multitemático, com seus textos resumidos e breves, distinguia-se dos discursos das *relações de acontecimentos*, que costumavam tratar apenas de um assunto, mas com muitos detalhes por impressão. Não obstante, há uma certa noção de que as notícias ocasionais e os primeiros veículos periódicos se complementavam dentro do mercado de notícias do século XVII, inclusive com menções, paráfrases e compartilhamento de fontes de um para o outro. Era comum, por exemplo, as gazetas espanholas replicarem textos de determinadas *relaciones de sucesos*, fazendo com que estas fossem convertidas em um gênero jornalístico singular, como entende Espejo (2013, p. 75). Ou seja, se realizarmos uma comparação com o presente, podemos dizer que o gênero editorial das gazetas era composto, na maioria das vezes, por informações formatadas de acordo com o atual gênero textual das notícias, sendo relatos puros sobre os ocorridos. As *relaciones*, por sua vez, assemelhavam-se às reportagens jornalísticas dos dias de hoje, uma vez que se apresentavam enquanto narrativas aprofundadas sobre certos acontecimentos.

Seguindo o modelo proposto por Tengarrinha (2013), o terceiro traço característico das gazetas era a sua condição de produção em face ao poder político de seus respectivos países; ou seja, a sua (3) *independência* enquanto instância de produção. Isso será relevante na medida em que as oficinas tipográficas e, conseqüentemente, as impressões costumavam passar por regulamentações por parte dos governos durante a Idade Moderna. Desse modo, havia padrões que variavam entre “as gazetas que contradiziam ou ao menos não apoiavam a versão oficial dos acontecimentos às que

estavam subordinadas ao poder régio, de que dependiam para obter o privilégio da impressão e licença para circular” (TENGARRINHA, 2013, p. 58). A popular *La Gazette*, por exemplo, estava vinculada à política da monarquia de Luís XIII, algo que seria replicado em outros países que seguiam o estilo que ficaria conhecido como *modelo francês*⁶, entre eles Portugal e Espanha.

Para Tengarrinha (2013, p. 59), outra característica importante para o formato está na (4) *redação*, indicando que os periódicos eram influenciados pelas seguintes figuras: a do impressor, que recebia o privilégio da venda e se apresentava praticamente como o proprietário da empresa; e a do redator. Este, por sua vez, se baseava na disposição de uma rede de correspondentes e de informadores, buscando acesso a outros folhetos informativos para a produção de seus próprios textos. Em contrapartida, tinha de seguir os prazos da periodicidade, o que já revelava características de urgência para a então nascente profissão dos gazeteiros. Cabe dizer, porém, que muitos dos veículos da época apresentavam notícias despersonalizadas, sem identificar os autores discursivos.

Por fim, o gênero também ficaria reconhecido de acordo com (5) a *prática de leitura*, que costumava ocorrer de três maneiras distintas: a primeira se dava logo após a impressão dos exemplares, que podiam ser comprados para um consumo individual. Enquanto isso, outra recepção popular, na época, acontecia de forma pública, ocorrendo em praças e locais movimentados, onde as gazetas podiam ser compartilhadas, passando de mão em mão, ou lidas em voz alta por alguém que exigia um pagamento. Era, portanto, uma leitura compartilhada, como entende Chartier (1994). Já o terceiro tipo de leitor que iria consumir os primeiros periódicos era aquele que os recebiam através dos correios, cerca de uma a duas semanas após a publicação. Ou seja, praticamente a figura dos assinantes, que viria a se popularizar posteriormente.

Com a exposição dessas características, realizaremos, a partir de agora, uma análise comparativa, que tentará encontrar padrões em um *corpus* de quatro gazetas de países ibero-americanos. Buscaremos, assim, entender como este modelo se popularizou nos primeiros capítulos da história do jornalismo periódico destas regiões.

6 Esse estilo se diferencia do *modelo inglês*, caracterizado por fatores como a liberdade de expressão, artigos opinativos, imprensa partidária, publicismo e impressões culturais e científicas (SOUSA, 2008, p. 87). Assinalamos, entretanto, que essa oposição entre o *modelo inglês* e *modelo francês*, mesmo que já consolidada no campo de investigação da história do jornalismo, é revisitada por autores como Espejo (2013), que considera que a divisão simplifica o assunto demasiadamente, assim como impede uma visão de conjunto do jornalismo europeu durante o período. Ver: ESPEJO, Carmen. European communication networks in the Early Modern Age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History*, vol. 17, n. 2, pp. 189-202, 2011. <https://doi.org/10.1080/13688804.2011.554730>.

3. UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS GAZETAS IBERO-AMERICANAS

Nos estudos sobre as origens do jornalismo ocidental, há divergências sobre qual teria sido a primeira gazeta a surgir na Península Ibérica, principalmente quando se trata de localidades espanholas. Em um de seus estudos, a pesquisadora Carmen Espejo (2015) sinaliza que, entre 1618 e 1620, circulou, na cidade de Valência, *La Gaceta de Roma*, uma publicação que reunia diversos acontecimentos internacionais. Entretanto, o impresso teve uma periodicidade irregular, o que é demonstrado pelo fato de que, no ano de 1619, por exemplo, ele foi publicado, com esse mesmo título, apenas nos meses de janeiro, março e setembro. Assim, fala-se de uma publicação semiperiódica e seriada, ou seja, com números que se sucediam, bastante similar ao gênero dos *avisos*, mas que ainda não era, de fato, uma empreitada de frequência regular. Da mesma forma, também se sabe que houve uma produção de gazetas na região de Barcelona, durante a década de 1640, com o exemplo notável de *La Gazeta* de Jaume Romeu, que circulou com frequência semanal em 1641 (ESPEJO, 2013, p. 82). Havia, no entanto, empecilhos para se considerar esta produção enquanto primeira para a nação espanhola. Entre eles, poderíamos citar o fato de que se tem poucos exemplares conservados, sendo muitos deles apenas traduções de *La Gazette*, de Renaudot, que faziam uso da língua catalã ao invés da espanhola (CRUZ SEOANE; SAIZ, 2007, p. 25-26). Para além da ausência do idioma, também é preciso lembrar que as impressões foram realizadas em um período em que a Catalunha estava sofrendo com uma disputa territorial entre a França e a Espanha, sendo difícil, pois, medir a identificação local com a Coroa de Castela, na época, uma vez que a região viria a se desenvolver de maneira singular. Diante disso, passaremos a considerar estes exemplares enquanto *tentativas* de se criar um periódico, as quais contribuíram efetivamente para o desenvolvimento jornalístico das regiões. No entanto, em nosso recorte, tomaremos a *Gazeta da Restauração* (1641) e *La Gaceta de Madrid* (1661) enquanto os primeiros periódicos de Portugal e Espanha, respectivamente. Como embasamento metodológico, nossa análise buscará identificar as cinco características classificadas por Tengarrinha (2013), que serão investigadas em uma perspectiva comparativa (HOHLFELDT, 2020a), assinalando *estratégias textuais e editoriais* (CHARTIER, 1994,) que nos permitam conectar as produções jornalísticas em territórios ibero-americanos.

Do lado português, considera-se, praticamente de forma unânime (GOMES DIAS, 2006; SOUSA, 2011; TENGARRINHA, 2013), que o advento da periodicidade começou em dezembro de 1641, com a circulação da seguinte publicação: a *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*. Com o tempo, ela

viria a ganhar a designação de *Gazeta da Restauração*, pois circulou no contexto da Guerra da Restauração⁷. Este periódico era impresso no formato *in-quarto*, oscilando entre 8 e 16 páginas, sendo a primeira delas ocupada por um frontispício com o brasão da Coroa Portuguesa e a sua devida licença, adquirida pelo proprietário Manuel de Galhegos.

Com uma frequência mensal, o periódico informava, com textos claros e concisos, sobre diversos assuntos, entre eles política, diplomacia, acontecimentos internacionais, eventos sociais, economia, cataclismas e crimes (SOUSA, 2018, p. 58). Entretanto, havia uma temática específica que prevalecia: a dos conflitos bélicos. Isso ocorreu pois, no cenário da Guerra da Restauração, a publicação trazia uma causa nacional portuguesa que visava a “contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis sobre os seus êxitos nos confrontos armados” (TENGARRINHA, 2013, p. 49). Assim, nota-se um interesse em criar uma opinião pública que auxiliasse na restauração da independência da Corte portuguesa.

Tengarrinha (2013, p. 51) entende que a maior proeza da publicação foi a de “ter tornado periódica uma informação que até aí fora irregular, ao sabor da gravidade dos acontecimentos ou da vontade dos impressores”. Desse modo, o impresso passava a ser esperado em certas datas, criando hábitos característicos da imprensa periódica — muito embora a publicação também sofresse diante de irregularidades, com meses em que saíam duas edições e outros em que um único número cobria dois meses (março-abril de 1644, por exemplo). De forma curiosa, a *Gazeta* teve sua circulação interrompida em julho de 1642, com o surgimento de um decreto que “proibia as gazetas gerais, com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas” (TENGARRINHA, 2013, p. 53). Foi apenas em outubro que ela pode voltar a circular, mas mediante uma condição: ela só poderia abordar fatos sobre o estrangeiro. Portanto, de outubro de 1642 até setembro de 1647, data de sua última edição, o veículo apresentaria um cabeçalho com a adição da designação “De Novas Fora do Reino”.

Hoje, podemos notar que a *Gazeta da Restauração* teve um papel importante na história de Portugal por dois motivos: ajudou a criar um bloco de opinião que contribuiria à independência do país, ao mesmo tempo em que colaborou na instauração da informação periódica em terras lusitanas,

7 A Guerra da Restauração (1640-1668) foi um conjunto de conflitos travados entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela, da Espanha. Começou em 1640, com um golpe que acabou com a união dinástica do Império dos Filipes, que havia mantido as duas coroas unidas por 60 anos. Então, foi apenas em 1668 que a restauração da independência de Portugal foi reconhecida pelos espanhóis.

que, nos anos seguintes receberiam outros dois veículos importantes: o *Mercúrio Português* (1663) e a *Gazeta de Lisboa* (1715).

Do outro lado da península, há autores (CIMORRA, 1946; CRUZ SEOANE; SAIZ, 2007) que consideram ter sido o periódico espanhol precursor publicado pela primeira vez, em janeiro de 1661, com o nome de *Relación o gaceta de algunos casos particulares, así políticos*. Por si só, o título já reflete a confusão terminológica presente no período, graças aos gêneros coexistentes das *relaciones de sucesos* e das *gacetas*. Apesar do nome híbrido, o veículo era essencialmente uma gazeta, apresentando um *design* de formato in-quarto, periodicidade mensal, oito páginas e textos distribuídos em uma coluna, recebendo o nome de *Gaceta Nueva* a partir da terceira edição. De acordo com Núñez de Prado (2002), o periódico foi concebido por Fabro Bemundán e era impresso na oficina de Juan de Paredes, em Madrid. Logo em sua edição inicial, os editores procuraram esclarecer os motivos que os fizeram criar o veículo:

Considerando que nas cidades populosas de Flandres, França e Alemanha, se imprime em cada semana (além das relaciones de sucesos particulares) outras com títulos de Gazetas, em que se dá notícia das coisas mais notáveis, tanto políticas quanto militares, que aconteceram na maior parte do mundo, essa será a razão que introduziremos esse gênero de impressões, já que não toda semana, pelo menos a cada mês; para que os curiosos tenham conhecimento de tais ocorridos e para que os espanhóis não fiquem sem saber das notícias que existem em grande quantidade nas nações estrangeiras (NUÑEZ DE PRADO, 2002, p. 150, tradução nossa⁸).

Com textos breves que apresentavam um estilo característico do gênero periódico, a *Gazeta Nueva* publicava notícias de cunho nacional, estrangeiro, político e, principalmente, militar, sendo muito influenciada pelo patrocínio do filho extraconjugal do Rei Felipe IV, Juan José de Austria, governador das províncias de Flandres e que, assim, descobriu a importância das gazetas como meios de informação e de propaganda política, como

8 Supuesto que en las más populosas ciudades de Flandes, Francia y Alemania, se imprimen cada semana (además de las Relaciones de sucesos particulares) otras con títulos de Gacetas, en que se da noticia de las cosas más notables, así políticas como militares, que han sucedido en la mayor parte del Orbe, será razón que se introduzca este género de impresiones, ya que no cada semana, por lo menos cada mes; para que los curiosos tengan aviso de dichos sucesos y no carezcan los españoles de noticias que abundan en las extranjeran naciones (NUÑEZ DE PRADO, 2002, p. 150).

entende Fernandez Mera (2020, p. 107). Apesar da influência, o veículo era encarado como uma empresa privada não oficial, permanecendo assim até dezembro de 1662, quando teve a sua produção interrompida. A publicação seria retomada em 1677, pelos mesmos protagonistas, que trataram de dar uma cara nova ao veículo. Isso ocorreu na medida em que Juan José de Austria foi nomeado primeiro-ministro do Rei Carlos II e decidiu voltar a trabalhar com Fabro Bremundán, agora intitulado “gazeteiro maior do Reino” e dono de uma licença que lhe permitiria imprimir o periódico idealizado na década anterior (FERNANDEZ MERA, 2020, p. 108).

Agora com um viés governamental e circulação semanal, a *Gaceta ordinaria de Madrid* surgiu em 4 de julho de 1677, na imprensa de Bernardo Villa-Diego. Assim como a sua antepassada, ela possuía atributos bem característicos dos veículos oficiais do século XVII, sendo uma imitação do modelo francês, o que seria uma constante na imprensa espanhola nos próximos anos, de acordo com Cruz Seoane e Saiz (2007, p. 27-28). A partir de então, mesmo passando por mudanças estruturais e interrupções temporárias, algo ficaria consolidado: o seu caráter de veículo oficial do governo, ganhando inclusive impressões em outras províncias, como Valencia, Zaragoza e Sevilha (ESPEJO, 2013, p. 83). Em 2 de abril de 1697, passou a se chamar *Gaceta de Madrid*, para, em 2 de outubro de 1936, virar definitivamente o *Boletín Oficial del Estado*, sendo publicado pelo governo até os dias de hoje de maneira digital.

Este é um recorte que nos permite visualizar como era complexo o processo da prática jornalística no passado, com períodos de publicações irregulares que evidenciavam as dificuldades técnicas de produção. De certa forma, isso também poderia ser percebido do outro lado do Oceano Atlântico, com o que é considerado o primeiro veículo periódico da América Latina, a *Gaceta de México* (1722). Tudo começou em 1539, quando, no território da Nova Espanha, atual México, foi instalada a primeira prensa de tipos móveis do continente americano (GODOY, 2016, p. 27). A partir de então, levou dois anos para as primeiras notícias circularem no Novo Mundo, sendo o exemplo primeiro uma *relación de sucesos* que narrava um terremoto ocorrido na Guatemala (COMERLATO; HOHLFELDT, 2023, p. 9).

Embora o território viesse a receber uma grande quantidade de *folhas-volantes* e até mesmo reimpressões da *Gaceta de Madrid* (ESPEJO, 2013, p. 83), foi apenas em janeiro de 1722 que surgiu o primeiro periódico latino-americano: a *Gaceta de México y noticias de Nueva España*, criado por Juan Ignacio Castorena, que ficaria conhecido enquanto primeiro jornalista do continente (HOHLFELDT, 2020c, p. 6). A publicação tinha frequência mensal e oscilava entre 4 e 8 páginas, agrupando informações de diferente

procedência, com preferência àquelas oriundas do México, que apareciam antes das internacionais. Com o costume de indicar a data exata dos acontecimentos, destinava-se a narrar assuntos eclesiásticos, administrativos, comerciais e sociais, como eventos e festas (BENITEZ, 2000, p. 44), não sendo necessariamente vinculada aos interesses das autoridades do Vice-reino da Nova Espanha, embora fosse submetida a um certo crivo de censura colonial.

Em sua fase inicial, o periódico alcançaria apenas seis edições, publicadas entre janeiro e junho daquele ano. No entanto, em 1728, uma segunda *Gaceta de México* passou a circular na Nova Espanha, dessa vez sob o comando do também sacerdote Juan Francisco Sahagún. Com as mesmas características de sua antepassada, mas agora com a novidade de incluir matérias científicas, colunas de meteorologia e poemas, a nova publicação circularia até 1739 e somaria 1245 edições (GODOY, 2016, p. 28), sendo impressa ocasionalmente em outras províncias mexicanas e até mesmo em outros vice-reinos da Espanha, como Lima. Com o seu fim, a região receberia outros veículos relevantes, como o *Mercúrio de México* (1742) e outra *Gazeta de México* (1784). Esta, por sua vez, era notadamente oficialista e participaria, com efeito, da revolução independentista da colônia (GODOY, 2016, p. 29).

Após a chegada de seu primeiro periódico, a América Latina viria a receber uma onda do gênero *gazeta* nos mais diferentes vice-reinos: *Gaceta de Guatemala* (1729), *Gaceta de Lima* (1743), *Gaceta de la Habana* (1764) e *Gaceta de Bogotá* (1785). Em cada um desses territórios, portanto, o jornalismo veio a se desenvolver sob a batuta do formato, algo que também viria a acontecer no Brasil, mas apenas com a chegada da Família Real na colônia, dado que a produção e circulação de impressos foi regulada pela Coroa até os primeiros anos do século XIX. Foi em 10 de setembro de 1808, praticamente quatro meses depois da criação da Imprensa Régia, que a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou pela primeira vez. Este periódico, que era “em tudo semelhante às gazetas portuguesas, notadamente à *Gazeta de Lisboa*” (BARBOSA, 2010, p. 27), visava publicar fatos e informações de interesse da Coroa Portuguesa, tendo, portanto, um caráter oficial. Com um formato *in-quarto*, era impresso em uma coluna e tinha uma extensão padrão de 4 páginas, circulando em frequência bissemanal, nos sábados e nas quartas-feiras.

Em suas notícias, a *Gazeta* falava sobre conflitos internacionais, acontecimentos do cotidiano, chegadas de navios ao Brasil, cerimônias religiosas e temas políticos, como os frequentes pronunciamentos e nomeações de Napoleão Bonaparte. Abastecia-se principalmente de informações provenientes de cartas, gazetas e folhas-volantes estrangeiras, além de

boatos recolhidos nos portos e cidades do país. Com um estilo jornalístico de brevidade, muito comum no formato, tinha o costume de separar suas notícias de acordo com a localização e a data de ocorrência. Assim, a *Gazeta* é tida como precursora, pois inaugurou o mercado local das informações:

Olhando detidamente o periódico, saltam de suas páginas múltiplas fontes de informação, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passam do mundo oral para o mundo do impresso (...). A sociedade desenvolve múltiplas formas de se comunicar e, a partir daí, de buscar e reunir informações. Há, portanto, um sistema de comunicação na cidade do Rio de Janeiro que possibilita a impressão das notícias na Gazeta (BARBOSA, 2010, p. 27-28).

Eis que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ao lado da também tardia *Gazeta de Buenos-Ayres* (1810), evidencia que, até mesmo no século XIX, o modelo de jornalismo latino-americano será o das gazetas. Afinal, como entende Benítez (2000), o *periodismo* do Novo Mundo era inicialmente uma prolongação do europeu, principalmente do que era encontrado na Península Ibérica e na França. Nesse sentido, uma história conjunta da imprensa ibero-americana se mostra possível graças ao conceito de gênero editorial, que desde os primórdios viria a influenciar na prática do jornalismo moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir do modelo das *gazetas periódicas* que os territórios ibero-americanos começaram a experimentar uma prática informativa mais próxima da que conhecemos hoje. Em nossa análise, notamos que isso ocorreu com diversas similaridades na produção noticiosa da Europa Ocidental e América Latina, com características como o uso do formato *in-quarto*, a presença do termo *gazeta* nos títulos, a confecção de notícias resumidas, a seleção de acontecimentos relevantes para cada região e a necessidade de licenciamento tipográfico frente ao governo e às leis dos respectivos países.

Apresentando formas narrativas que são as antepassadas do gênero textual das notícias, o modelo editorial das gazetas criou novas relações entre as práticas e os formatos noticiosos. Estes aspectos, por sua vez, possibilitam-nos observar como o jornalismo costuma viver em constante dinâmica desde os seus primórdios, sempre buscando cumprir o seu papel de narrar o mundo e de abastecer a eterna curiosidade humana.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BENÍTEZ, José Antônio. **Los orígenes del periodismo en nuestra América**. Buenos Aires: Lumen, 2000.
- CHARTIER, Roger. **Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna**. Madrid: Alianza, 1994.
- CIMORRA, Clemente. **Historia del periodismo**. Buenos Aires: Atlántida, 1946.
- COMERLATO, Eduardo; HOHLFELDT, Antonio. As folhas-volantes na América Latina: uma análise do fenômeno comunicacional que antecedeu o jornalismo periódico. **methaodos.revista de ciencias sociales**, 11(2),m231102a04, pp 1-14, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.17502/mrcs.v11i2.618>
- CRUZ SEOANE, María; SAIZ, María Dolores. **Cuatro siglos de periodismo en España**: De los avisos a los periódicos digitales. Madrid: Alianza, 2007.
- DIAS, Eurico Gomes. **Gazetas da Restauração**: Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006.
- ESPEJO, Carmen (orgs.). **Relaciones de sucesos en la Biblioteca de la Universidad de Sevilla**. Sevilla: Biblioteca de la Universidad de Sevilla, 2008.
- ESPEJO, Carmen. Gacetas y relaciones de sucesos en la segunda mitad del XVII: Una comparativa europea. In: Cátedra García, P. M.; Díaz Tena, M. E. **Géneros editoriales y relaciones de sucesos en la Edad Moderna**. Salamanca: SEMYR, 2013, p. 71-88.
- ESPEJO, Carmen; BAENA, Francisco. Los orígenes del periodismo en España: Una revisión metodológica. In: GARCÍA LÓPEZ, J.; BOADAS CABARROCA, S. (Coord.). **Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna**. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 2015, p. 29-40.
- GODOY, Antonio Checa. **La prensa en español y portugués en América**: Los orígenes, la independencia y las repúblicas liberales (1722-1903). Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2016.
- HOHLFELDT, Antonio. O jornalismo português e espanhol em suas colônias: História comparada e metodologia de análise. In BAPTISTA, C.;

- SOUSA, J. P. (Orgs.). **Para uma história do jornalismo em Portugal**. Lisboa: ICNOVA, 2020a.
- HOHLFELDT, Antonio. A centenária *Gazeta da Guatemala*: Paralelismos com o pioneiro jornalismo brasileiro. In: **43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2020b. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0622-1.pdf>
- HOHLFELDT, Antonio. Conectando a história de nossos jornais. In: **XV Congresso ALAIC 2020 VIRTUAL**, 2020c.
- LANCIANI, Giulia. Uma história trágico-marítima. IN: CHANDEIGNE, M (org.). **Lisboa ultramarina, 1415-1580: A invenção do mundo pelos navegadores portugueses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- MERA, María Victoria Fernández. El recorrido histórico de la *Gaceta de Madrid*. **Documenta & Instrumenta**, v. 18, 2020.
- NÚÑEZ DE PRADO, Sara. De la *Gaceta de Madrid* al *Boletín Oficial del Estado*. **Historia y Comunicación Social**, n. 7, 2002, p. 147 - 160.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no ocidente. Em: **Jornalismo, história, teoria e metodologia**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SOUSA, Jorge Pedro. **A Gazeta da Restauração**: Primeiro Periódico Português - Uma análise do discurso. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior, 2011.
- SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Maria Érica de Oliveira. Periódicos portugueses do século XVII: Forma e conteúdo. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2012, p. 95-103.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Gazeta da Restauração* (1641-1642) – A introdução do periodismo noticioso em Portugal. In: SOUSA, J. P. (Org.). **Notícias em Portugal – Estudos sobre a imprensa informativa** (séculos XVI-XX). Lisboa: ICNOVA, 2018.
- TENGARRINHA, José. **Nova história da imprensa portuguesa**: Das origens a 1865. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- WEILL, George. **El periódico**: Orígenes, evolución y función de la prensa periódica. México: Uteha, 1962.

Submetido em 28/05/2023

Aceito em 01/07/2023

IMIGRAÇÃO E FEDERALISMO – ESTADO DA ARTE E O DIÁLOGO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

IMMIGRATION AND FEDERALISM – STATE OF THE ART AND DIALOGUE IN ACADEMIC PRODUCTION

Angelita De Mello Rubin¹

Cyro Porto Martins²

Maria Medianeira Padoin³

RESUMO

O ensaio visa apresentar um levantamento prévio de trabalhos de graduação e pós-graduação produzidos em duas universidades localizadas no estado do Rio Grande do Sul, especialmente nos programas de pós-graduações da UFRGS e da UFSM, bem como trabalhos registrados junto a um grupo de pesquisa da área de história. Neste caso, o levantamento realizado se refere à produção acadêmica-científica especificamente sobre as temáticas da imigração/migrações e do federalismo. Nesse sentido, foi observado o número de trabalhos (dissertações e teses) do período de 2001 a 2021, mesmo tendo ciência que o PPGH da UFRGS fora criado em 1980 e o da UFSM em 2011. Analisamos o quantitativo/interesse pelo tema, e se há em suas referências bibliográficas a demonstração do diálogo ou do conhecimento da produção realizada dentro do próprio programa de pós-graduação em História de sua Universidade, bem como de outros programas ou áreas “afins” de outras instituições. Nesta perspectiva, percebeu-se pouco diálogo entre os programas de pós-graduação de ambas instituições de ensino bem como internamente em cada uma. Ainda assim, observou-se que determinado grupo de pesquisa, analisados neste ensaio, se mostrou ao contrário desses resultados.

Palavras-chave: Produção Acadêmica. História. Migrações. Federalismo.

ABSTRACT:

The essay aims to present a preliminary survey of undergraduate and graduate researches produced in two universities located in the state of Rio Grande do Sul, especially in the graduate programs of UFRGS and UFSM, as well as investigations registered within a History re-

1 Bolsista PIBIC/CNPq/UFSM vinculado ao projeto “América Platina”: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global”.

2 Bolsista PROBIC/FAPERGS/UFSM do projeto de pesquisa “América Platina”: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global.

3 Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Patrimônio Cultural (PPGPC); Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições.

search group. In this case, the survey carried out refers to the academic-scientific production specifically on the themes of immigration/migrations and federalism. In this sense, the number of papers (dissertations and thesis) from the period between 2001 and 2021 was observed, even though the PPGH of UFRGS was created in 1980 and UFSM's in 2011. We analyzed the quantity/interest in the topic, and if there is in its bibliographic references a demonstration of the dialogue or knowledge of the production carried out within the postgraduate program in History of its University, as well as other programs or "related" areas of other institutions. In this sense, the conclusion was that there was little dialogue between the graduate programs of both educational institutions as well as internally in each one. Even so, it was observed that a certain research group analyzed in this essay was the opposite of these results.

Keywords: *Academics Productions. History. Migrations. Federalism.*

INTRODUÇÃO

Graduações e pós-graduações nas Instituições de Ensino Superior, por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, podem oferecer aos acadêmicos (as) possibilidades que vão para além do simples cursar de matérias/disciplinas no processo de formação inicial. Por meio de diversos projetos nas três esferas de atuação do corpo docente ou da instituição de ensino em si, o corpo discente tem ao seu alcance possibilidades de experiências de amplo alcance e grande impacto nas trajetórias individuais e coletivas, tanto profissionais quanto de formações humana.

Neste sentido, as experiências acadêmicas oferecem possibilidades, remuneradas (bolsas) ou não, de pesquisas e atuações que abarcam temas diversos, muitas vezes com forte impacto social. Trabalhos de Conclusão de Graduação (TCG), Relatórios de projetos de iniciação científica e de extensão, como também as Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado fazem parte do cotidiano de vários cursos e de suas instituições.

Desta maneira, o Grupo de Pesquisa X é formado por pesquisadores das diversas esferas, entre eles: professores, pós-graduandos, graduandos e outros pesquisadores. Este Grupo foi criado com o fim de motivar os estudos que pensam, especialmente o processo histórico e a formação das sociedades, bem como as relações de poder (em vários âmbitos), tendo na história regional o seu diferencial. Uma história regional abarcada pelo complexo do Prata, ou seja, não apenas onde está a Bacia Platina, mas os territórios intimamente vinculados aos rios que irão, desde de o período pré-colonial, formar esse complexo que chamamos de região platina. Ou ainda podemos chamar de América Platina, por que não? Isto é, uma região para além das definições dos limites políticos dos estados Imperiais e dos estados nacionais que lhe caracterizam a contemporaneidade. E, ao mesmo tempo, também levando em consideração estes estados, estes limites

políticos entre “civilizações”, entre Impérios, entre províncias, entre estados-nações.

Assim, perceber que além das diferenças há, no processo histórico, um território que por sua caracterização geográfica, geopolítica, climática, economia e assim cultural possibilitam perceber o quanto podemos caracterizá-lo como uma região, a região platina, com uma sociedade e relações de poder/sociais platina. Atualmente, podemos dizer que os territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia podem compor esta região, incluindo por vezes, mesmo o Chile. Uma história que vem, de certa maneira, caracterizar o chamado Cone Sul por Amado Cervo & Mario Rapoport, em seu livro “História do Cone Sul” (1998).

Assim, feito esta breve introdução, tentamos contextualizar este ensaio, que visa demonstrar o levantamento realizado principalmente como as temáticas da imigração e do federalismo vem sendo trabalhadas (e qual sua caracterização), em dois programas de pós-graduações no RS e também no Grupo de Pesquisa X. São resultados parciais de uma pesquisa que integra dois projetos de iniciação científica, em que na produção do estado da arte se depararam com certas constatações e que aqui pretendem expô-las.

Deste modo, o presente ensaio encontra-se relacionado às preocupações e estudos do referido Grupo e pretende apresentar um levantamento prévio de trabalhos de graduação e pós-graduação produzidos em duas universidades localizadas no estado do Rio Grande do Sul, especialmente nos programas de pós-graduações da UFRGS e da UFSM. Neste caso, os levantamentos feitos nestas Instituições, no que se refere à História, priorizam os estudos sobre as temáticas da imigração/migrações e o federalismo.

Para tanto, procuramos levantar o número de trabalhos e consequente interesse pelo tema, e analisamos se em suas referências bibliográficas demonstram o diálogo ou o conhecimento da produção realizada dentro do próprio programa de pós-graduação em História e em outros programas da área.

Em um primeiro momento apresentaremos os resultados referentes à temática da imigração/migrações. Já em um segundo momento apresentaremos uma análise voltada para o PPGH/UFSM e destacaremos a produção realizada no Grupo de Pesquisa X, observando as produções dedicadas à temática do Federalismo. Dessa forma, não haverá uma comparação direta com outros programas de pós-graduação, ainda que se observe o diálogo dos trabalhos do Grupo de Pesquisa X com outros programas de História e/ou outras áreas do conhecimento.

1. A temática da Imigração

O levantamento de bibliografias a respeito do tema das imigrações se concentrou em artigos científicos, trabalhos de conclusão de graduação (TCG), dissertações de mestrado e teses de doutorado. O objetivo foi de visualizar quantitativamente o número de produções de mestrado e doutorado, bem como quais são os principais campos e áreas dos programas de pós-graduação a trabalhar com os temas das migrações e suas variações como emigração e imigração. Neste sentido, a pesquisa se deu nos repositórios institucionais, focando nas principais universidades do estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa nos repositórios institucionais de cada universidade, onde buscamos o acesso à publicação completa, esbarrou em que muitos dos estudos informados, ainda não estavam disponibilizados digitalmente (seu conteúdo), muito pelo fato de serem produzidos em período anterior de tal prática e exigência. Observamos que há trabalhos com as temáticas muito semelhantes, mas que acabam por não serem utilizados/citados por trabalhos da mesma universidade.

Desta maneira selecionamos para ser apresentado neste artigo as produções de duas instituições universitárias que se encontram no estado do Rio Grande do Sul, e que possuem estruturas semelhantes, ou seja, são universidades públicas federais. É o caso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada na cidade de Santa Maria, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizada na capital do Estado, Porto Alegre. Nesse contexto, a escolha dessas duas instituições se deu pelo fato de serem as maiores universidades públicas do Estado, bem como representar dois polos de educação distintos, a primeira concentrado o interior do Rio Grande do Sul, a segundo na capital do RS, além disso serem destas instituições os primeiros bancos de dados a serem levantados.

Sendo assim, é importante registrar sobre a criação dos programas de pós-graduações no Brasil. Estes programas iniciaram sua expansão a partir da década de 1970, principalmente na região sudeste do país e é neste tema que o pesquisador Claudio Kuczowski (2019) aponta que os programas de pós-graduação no RS também se deram a partir deste período:

No Rio Grande do Sul, aos moldes do que ocorrera em outras partes do Brasil (em diferentes proporções), a partir da década de 1970, instituem-se iniciativas centradas na pós-graduação, mais ou menos acompanhando os Planos Nacionais de Pós-graduação: I PNPG (1975-1979); II PNPG (1982-1985); III PNPG (previsto para 1986-1989 e desenvolvido apenas entre 1991-1992); IV PNPG (2005-2010); e V PNPG (2011-2020). (2019, p.57).

Contudo, no que tange a área da História em universidades públicas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou seu Programa de Pós-Graduação em História, no caso do Mestrado, na década de 1980 mais especificamente em 1986, e o Doutorado implementado já na década de 1990, em 1995 mais especificamente (KUCZKOWSKI, 2019, p.57). Já o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é ainda mais recente, o Mestrado foi aprovado pela CAPES em dezembro de 2010 e implementado em 2011 e, o doutorado iniciado em 2015 (KUCZKOWSKI, 2019, p.57). Apesar de neste texto não trabalharmos com a expressiva produção da PUCRS, é mister registrar que o curso de mestrado em História foi implantado em 1973 e o de doutorado em 1986.⁴

Considerando a implementação dos Programas da UFRGS e da UFSM, podemos constatar que as produções, principalmente na área da História, são de um período mais recente, o que impacta na quantidade de trabalhos publicados. Utilizando o exemplo da área da História, a UFRGS possui um doutorado acadêmico 20 anos mais antigo que o da UFSM.

Ainda que este trabalho seja o de coletas com temáticas específicas e não somente em relação a um programa de pós-graduação único, acarreta que em certas áreas a quantidade de trabalhos variam de acordo com o tema, o que leva uma quantidade maior de trabalhos em uma determinada área, que por sua vez, possuem um programa de pós-graduação mais antigo, até mesmo dentro da própria instituição. Não obstante, trouxemos os dados da área da História para fazer uma amostra das diferenças entre as universidades, sendo que dentro da mesma instituição muitos programas são criados no mesmo período, decorrente de políticas internas de cada instituição, bem como políticas do próprio governo. Desta maneira, comparando os trabalhos nas duas instituições de ensino superior, UFRGS e UFSM, na temática de imigração e migrações, observamos que apesar do programa de pós-graduação em história da UFRGS ter sido criado em um período anterior ao da UFSM, as produções acadêmicas apresentadas possuem certa semelhança em quantidade de trabalhos disponíveis nas plataformas institucionais das respectivas universidades⁵.

Os levantamentos que foram feitos a partir das temáticas discuti-

4 Que de certa forma não pode ser negada a importância desse programa para as produções acadêmicas em História. Contudo, este escrito se centra nas Universidades Federais, levando em quanta suas semelhanças principalmente no que tange as questões financeiras e políticas.

5 É necessário ressaltar que a quantidade de trabalhos possuem um número semelhante não representa a totalidade de produções acadêmicas das instituições analisadas. Isto é influenciada pelas postagens dos repositórios institucionais, sendo que trabalhos mais antigos, como no caso da UFRGS, podem não estarem disponíveis nesta plataforma.

das no Grupo de Pesquisa X, juntamente com históricos dos programas de pós-graduação das universidades escolhidas, nos possibilitaram uma análise da quantidade aproximada de trabalhos de cada instituição. O tema escolhido, neste tópico, foi assim o da imigração. No que se refere à UFRGS, optamos pela escolha das palavras-chave imigração e migração para pesquisar, agregada a origem dos grupos populacionais, com trabalhos do período de 2000 à 2021 que estão disponibilizados de forma online.

Na tabela abaixo⁶ podemos visualizar quantidade de trabalhos delimitados pela origem da imigração.

Tabela 1

UFRGS			
Imigrações	TCC	Dissertações	Teses
Africana	N/E*	N/E	2
Alemã	N/E	16	8
Espanhola	N/E	1	N/E
Francesa	N/E	N/E	1
Haitiana	N/E	3	N/E
Italiana	N/E	22	13
Japonesa	N/E	1	1
Judaica	N/E	1	1
Polonesa	N/E	2	N/E
Portuguesa	N/E	2	N/E
Total	N/E	48	26

Legendas: Não encontrado (N/E) online *

No que se refere a tabela 1 podemos perceber que os temas vinculados as imigrações italiana e alemãs são as que possuem maior número de dissertações e teses, no que se reflete no contexto histórico da população do estado do Rio Grande do Sul, que neste caso, possuiu uma significativa população de descendentes desses povos. Outro ponto que observamos é o número maior de dissertações do que teses, que pode ser entendido como fruto dos programas de mestrado serem criados anteriormente aos de dou-

⁶ Para esta análise não separaremos por área, pois o nosso objetivo é observar a quantidade/interesse de trabalhos feitos por cada temática da imigração e migrações

torado. Além disso, a produção de uma dissertação, geralmente, possui um tempo de dois anos para ser concluída e, a de uma tese, de pelo menos quatro anos.

Desta forma, referente a Tabela 1, outro ponto a ser abordado é a questão da pouca interligação ou conhecimento e utilização destes trabalhos dentro do próprio Programa. Selecionamos, para exemplificar, três teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a temática de Imigração Italiana, em que estes três trabalhos foram defendidos em 2004⁷; 2006⁸ e 2011⁹ respectivamente. Analisando os três, do mais antigo, defendido em 2004, ao mais novo, defendido em 2011, nos dois últimos não consta nas referências bibliográficas o registro do conhecimento/citação/utilização dos trabalhos produzidos anteriores na própria Instituição e no próprio Programa. Ou seja, apesar de abordarem locais diferentes, como também o recorte de tempo, todos trabalham com a temática da imigração italiana e questões referentes a identidade. Outro ponto a registrar, dois dos três trabalhos, tiveram o mesmo docente como orientador.

No que se refere ao tema de Migrações¹⁰, no geral, a tabela 2 já demonstra a quantidade de trabalhos analisados por Programas de Pós Graduação/ Áreas, ou seja, diversificamos a área do programa.

7 **Mal di Paese:** As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'EU (1884-1925). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

8 **Faces da Urbe:** Processos Indentário e Transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

9 **Entre o vinho e a política:** uma biografia de Celeste Gorbato (1890-1958). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

10 Foi optado por não ser incluso os trabalhos de conclusão de graduação pois no caso da UFRGS, muitos deles não aparecem nos repositórios

Tabela 2

PPG/Áreas	UFRGS/Migrações		
	TCC	Dissertações	Teses
Administração	N/E	N/E	1
Antropologia social	N/E	1	3
Biologia Molecular	N/E	N/E	1
Comunicação	N/E	2	N/E
Economia	N/E	1	1
Estudos estratégicos internacionais	N/E	1	N/E
Geografia	N/E	1	N/E
História	N/E	2	N/E
Letras	N/E	1	N/E
Total	N/E	9	6

Legendas: Não encontrado (N/E) online*

Por ter uma amostragem com menor quantidade de trabalhos, optamos por demonstrar por áreas a totalidade dos trabalhos encontrados. Nesta tabela 2, podemos perceber que o número de dissertações assim como na tabela 1 é maior do que o número de teses, levando em conta a criação anterior dos programas de mestrado, bem como seu tempo mais curto para obter o resultado do que comparado ao doutorado. Nesse sentido, podemos observar que os programas de pós-graduação/Áreas são diversos e com áreas completamente diferentes entre si. Contudo, apesar destas diferenças essas pesquisas trabalham com um tema semelhante, o que se demonstra as abrangências do interesse pela temática e a interligação com a história.

Neste contexto, analisando a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a situação é similar, porém lembrando que o período de efetivação do PPGH/UFSM- no caso da História- 2011 no que se refere ao mestrado e 2015 ao doutorado, o número de obras com a mesma temática não se destoa significativamente, considerando o mesmo período de 2011 à 2021 e estarão acessíveis de forma online nos repositórios institucionais.

Na tabela a seguir, podemos ver a quantidade de trabalhos feitos a respeito das temáticas de imigração e migrações na UFSM, também levando em consideração o local de origem ou etnia.

Tabela 3

Imigrações	UFSM		
	TCC	Dissertações	Teses
Africana	N/E	2	N/E
Alemã	1	8	N/E
Espanhola	N/E	1	N/E
Haitiana	N/E	2	N/E
Italiana	9	39	4
Japonesa	N/E	1	1
Judaica	N/E	1	N/E
Palestina	1	N/E	N/E
Polonesa	N/E	1	1
Portuguesa	N/E	2	N/E
Total	11	57	6

Legendas: Não encontrado (N/E) online *

Nessa perspectiva, essa comparação se refere aos trabalhos que estão disponíveis dos anos de 2001 à 2021 nos repositórios institucionais de cada universidade, ou seja, temos o mesmo período de análise, apesar de serem programas de pós-graduação diferenciados criado em períodos distintos. Esse número poderia variar para mais visto que diversas obras estão fora do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de que a Universidade Federal de Santa Maria concentra os programas de pós-graduação mais recente, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em História.

Podemos observar que assim como a UFRGS, a UFSM possui uma quantidade maior de dissertações de mestrado disponibilizadas do que doutorado (devido na UFSM o mestrado ter sido criado em 2011 e o doutorado posteriormente como já foi registrado). Não obstante, em comparação a UFRGS, a UFSM possui 57 dissertações de um total de 71 trabalhos de pós-graduação (ver tabela número 5 abaixo), em contrapartida a UFRGS tem um total de 89 trabalhos sobre imigração e migrações disponíveis nos seus repositórios.

Com relação aos trabalhos, seus intercâmbios e conexões, escolhemos outro tema que possui abrangência numérica semelhante com o PPGH da UFRGS. O tema escolhido foi o da Imigração Alemã. No entanto, diferentemente da UFRGS, escolhemos o Mestrado acadêmico, nesta

análise identificamos quatro trabalhos de anos diferenciados, a começar pelo ano de 2013¹¹; 2015¹²; 2016¹³; 2018¹⁴ e assim como UFRGS, os trabalhos de “Imigrantes Alemães entre estratégias políticas e sociais -1830/1891” (2013), “Gastronomia e Imigração Alemã na região central do Rio Grande do Sul” (2015) e “A participação política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul” (2016), não apresentaram¹⁵ nas suas referências as pesquisas defendidas nos anos anteriores na Instituição.

Desta maneira, apesar de não se verificar uma troca de leituras dentro deste mesmo programa, o último trabalho, do ano de 2018, intitulado “À sombra do sucesso” apresentou na sua bibliografia os respectivos trabalhos defendidos anteriormente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O que nos possibilita visualizar que há um certo intercâmbio, ainda que pequeno, de leitura desses trabalhos que apresentam temáticas semelhantes e estão no mesmo programa de pós-graduação, o que não se pode visualizar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Contudo, podemos visualizar que as temáticas dos trabalhos da UFSM, se diferenciam, como por exemplo a dissertação que se refere à gastronomia no meio imigrante alemão é distinta dos demais trabalhos que retratam a inserção políticas destes imigrantes, ou seja, apesar de ter o mesmo eixo temático, algumas dissertações, a exemplos desta se diferenciam por seus métodos de análise, como também pelo próprio objeto específico de estudo.

Desta forma, analisando o tema das migrações e suas especificidades, temos um quadro semelhante ao da UFRGS na UFSM, na tabela 4 podemos observar a produção disponível em outras áreas:

11 **Imigrantes Alemães entre estratégias políticas e sociais -1830/1891.** Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

12 **Gastronomia e Imigração Alemã na região central do Rio Grande do Sul:** Colônia de Santo Ângelo (Segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

13 **A participação política de Imigrantes Germânicos no Rio Grand do Sul:** Os *Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Bruggen*, 1851-1881. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

14 **À sombra do sucesso: Dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal- Itaara/RS, 1857-1904).** Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

15 Como a dissertação Imigrantes Alemães entre estratégias políticas e sociais -1830/1891 apresentou no primeiro ano analisados, não consideraremos este trabalho como passível de intercâmbio pois não houve dissertações mais antigas que a dele no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, que estejam disponíveis no repositório institucional pesquisado.

Tabela 4

PPG/Áreas	UFSM/Migrações		
	TCC	Dissertações	Teses
Ciências Sociais	N/E	2	N/E
Comunicação	N/E	1	N/E
Direito	1	3	N/E
Extensão Rural	N/E	1	N/E
Gestão Pública	1	N/E	N/E
História	N/E	1	N/E
Total	2	8	N/E

Legendas: Não encontrado (N/E) online *

Percebemos que assim como a UFRGS as tabelas se assemelham no que se refere a pluralidade de áreas e de programas de pós-graduação. Não obstante, na UFSM não foi encontrado teses de doutorado a respeito do tema das Migrações, o que pode nos sugerir que, corroborando com as datas de fundações dos programas de pós-graduação, os programas de mestrado na Universidade Federal de Santa Maria sejam programas mais recentes em comparação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a temática sobre Migrações não possuem tanta aderência na UFSM, visto que muitos programas de pós-graduação, além do programa em História, que abarcam esta temática na UFSM, são programas com uma certa consolidação na universidade, devido ao seu tempo e existência, bem como o volume de trabalhos já defendidos, como é o caso dos programas de pós-graduação em Direito e Ciências Sociais. Além disso, pode indicar uma preferência pela nomenclatura imigração em detrimento de migração.

Desta forma, as tabelas nos possibilitam visualizar os expressivos trabalhos que tem como temática imigração e migrações, ainda que primeiro conceito seja parte do segundo, optamos por diferenciá-los. Ainda, que o volume de trabalhos encontrados sejam significativos, através das tabelas 2 e 4 podemos perceber a pluralidade de programas de pós-graduação e áreas que abordam principalmente o tema de migrações. Nesse sentido, apesar do conceito de Imigração ser colocado somente o tipo de imigração e não outras áreas do conhecimento (de outros Programas de Pós-Graduações), como foi no caso das Migrações, na nossa análise observamos o padrão se assemelha aos de Migrações, o que demonstra a extensão da pluralidade de trabalhos e pesquisas referentes a estes temas e a permanência do interesse pelos mesmos.

No que tange ao Grupo de Pesquisa X, levantamos dissertações que abordam as diferentes imigrações. Desta forma, escolhemos duas dissertações que abarcam a imigração italiana e suas diferentes abordagens: as dissertações de Ricardo Kemmerich (2018) e Arthur Varreira (2021), ambas defendidas pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. A respeito do primeiro trabalho, o autor analisa a trajetória e memória de um imigrante italiano nos finais do século XIX, até meados do século XX. Kemmerich, analisa os conceitos de memória, como também demonstra a imigração a partir de um indivíduo. Já Arthur Varreira, analisa relações dos imigrantes Valdenses no espaço Platina e suas relações políticas e religiosas nos processos de Imigração Italiana para o Brasil, levando em conta que estes grupos não se enquadravam na figura do “imigrante católico. É perceptível que estes trabalhos se inserem nas mesmas temáticas, mas com análises e abordagens diferenciadas. Notou-se que ambos autores utilizam bibliografias semelhantes e conectadas, mas os métodos e o próprio recorte temático se diferenciam dentro do processo de Imigração Italiana.

Nesse sentido na tabela abaixo podemos visualizar as produções do Grupo X por migração e a sua relevância para as produções destas temáticas dentro da UFSM.

Tabela 5

Grupo de Pesquisa X/Migrações	
Alemã	3
Italiana	8
Japonesa	2
Migrações	4
Total	15

Legendas: Não encontrado (N/E) online. *

Assim, é nítido que o grupo possuiu uma forte expressão no campo das migrações e o espaço platina e se torna mais visível quando separamos as produções do grupo de pesquisa por tipo de migração. Nesse contexto, a tabela abaixo nos proporciona visualizar e analisar que tipo de migração é mais abordada indo ao encontro dos trabalhos mencionados e como eles se relacionam e se interconectam através das suas bibliografias, o que difere das produções analisadas anteriormente nas quais os programas de pós-graduação entre universidades possuem poucos intercâmbios e leituras

entre si, incluindo produções *intra* universidades e seus diferentes programas de pós-graduação

Tabela 6

Dissertações e Teses/ Grupo de Pesquisa X		
POR PRODUÇÕES	DISSERTÇÕES	TESES
Alemã	2	1
Italiana	2	6
Japonesa	1	1
Migrações	1	3

Legendas: Não encontrado (N/E) online. *

Desta forma se observa que as produções do Grupo de Pesquisa X refletem as realidades das análises feitas com outros programas de pós-graduação da UFSM e UFRGS¹⁶, levando em consideração que a maioria das produções do grupo foram realizadas pelos programas de pós-graduação da UFSM. Não obstante, como observamos anteriormente, o pouco intercâmbio entre as produções acadêmicas das universidades analisadas e seus respectivos programas, não se mostraram presentes nas produções do Grupo de Pesquisa, ou seja, os trabalhos do Grupo se mostram em um sentido contrário da realidade observada, tendo suas produções acadêmicas uma significativa conexão.¹⁷

Portanto, percebemos nestas análises que apesar de fazer uma investigação de trabalhos restritos às plataformas e mananciais digitais, já é possível observar que há falta de trocas de leituras da mesma instituição, que pode causar certas repetições temáticas e poucas contestações. Ainda que esta pesquisa seja feita mediante amostragens podemos perceber que esse diálogo entre os trabalhos dentro dos programas de pós-graduação, pelo menos na área da História, se mostra quase inexistente. No entanto, percebeu-se que no que se refere a trabalhos do Grupo de Pesquisa X ocorreu uma significativa divergência em relação às outras análises, mostrando assim um maior interconectividade. Desta forma, as análises para o tema do Federalismo se mostram semelhantes, mas com especificidades destoantes.

16 Por exemplo a concentração de produções em uma determinada migração.

17 No entanto, é relevante observar que as produções *intra* grupo possuem relação maior pelo fato das conectividades dos seus autores de partilharem do mesmo grupo, como também o caso de muitos desses autores possuírem os respectivos orientadores.

2. O Federalismo

No que tange à temática do federalismo, as afirmações se assemelham. Nesse sentido, analisar as produções realizadas em cursos de Graduação e Pós-Graduação indiretamente revela alguns aspectos da importância do trabalho científico em História: mapeando a historiografia é possível identificar os debates possíveis, bem como lacunas no conhecimento histórico. Assim, o levantamento de bibliografia aqui se aplica à temática do Federalismo, sejam artigos, dissertações ou teses que abordam o assunto. Em um primeiro momento, nesta parte do nosso ensaio priorizamos os trabalhos dos estudantes e pesquisadores do Grupo Pesquisa X que se dedicam a este tema como uma linha de pesquisa; à medida que a leitura desses trabalhos foi feita, as referências destes foram consultadas, sendo feita uma nova coleta nas mesmas plataformas virtuais, aí incluindo-se produções de outras universidades. Deve-se levar em consideração o momento atual, que impossibilitou a pesquisa presencial em bibliotecas para complementar esse processo de um modo geral, assim, a coleta dos trabalhos ficou limitada aos que foram encontrados em repositórios, revistas online e demais plataformas virtuais que os disponibilizassem.

No que se refere a produção do Grupo de Pesquisa X o levantamento, leitura e fichamento dos trabalhos do Grupo e fora dele, que se dedicam ao recorte espaço-temporal da América Platina nos séculos XIX e XX. Essa atividade resultou na divisão em 12 blocos temáticos, de acordo com o conteúdo de cada tese, dissertação ou artigo; resultando em um total de 90 trabalhos.

Tabela 7

Blocos Temáticos	Quantidade de Trabalhos (1996- 2021)
Análises bibliográficas e/ou historiografia	3
Conceitos	4
Conflitos de Consolidação dos Estados	12
Construção dos Estados Nacionais e Nacionalidade	3
Estado Oriental do Uruguai	7
Federalismo/Revolução Federalista	8
Revolução Farroupilha/Federalismo	4
Fronteiras, espaço e território	8
Gênero	4
Identidades Nacionais	5

Imigração	12
Independência	2
Trajetórias	16
TOTAL	90

Levantamento feito a partir da consulta em Repositórios institucionais, revistas digitais e demais ferramentas que disponibilizam acesso a trabalhos acadêmicos.

A fim de sintetizar a análise no presente artigo, iremos exemplificar com os trabalhos do Grupo Pesquisa X com a temática do Federalismo, apontando as semelhanças e possíveis diálogos entre eles. A tabela a seguir indica o número de trabalhos do PPGH/UFSM encontrados para a temática “Federalismo”:

Tabela 8

Temática	Teses	Dissertações
Estudos de trajetória	1	4
Farroupilha/República Rio Grandense	0	1
TOTAL	6	

Como se observa a partir da tabela 7, o número de trabalhos coletados nos blocos temáticos “Revolução federalista/Federalismo” e “Revolução Farroupilha/Federalismo” totalizam doze, porém, estudos de trajetória foram adicionados (tabela 8), em função de haver uma intersecção nas temáticas que se julgou pertinente para essa discussão. Além disso, como a prioridade nessa análise diz respeito às produções do PPGH/UFSM e do Grupo de Pesquisa X, a Tabela 8 indica o número final que se obteve a partir destes filtros aplicados aos trabalhos coletados que correspondem a Tabela 7.

Estudar a Revolução Farroupilha e a construção da República Rio Grandense implica em considerar o Federalismo como importante conceito e elemento das ideias políticas do contexto. Nesse sentido, a dissertação de Alessandro de Almeida Pereira (2015) pretende balizar a atuação dos municípios para a institucionalização da República Rio Grandense. Alguns termos compõem o projeto político desse contexto, incluindo soberania, autonomia e o federalismo; este último inserido na proposta de Constituição da República Rio-Grandense inclusive.

Nessa linha, a dissertação de Monica Rossato (2014) se classifica como um estudo de trajetória de Gaspar Silveira Martins, ilustrando a relevância da pesquisa sob a perspectiva da micro história para um contexto histórico complexo como a Revolução Federalista. Além de Rossato, a dissertação de Gustavo Andrade (2017) também propõe uma abordagem semelhante sobre o General João Nunes da Silva Tavares, sua trajetória, atuação na Revolução Federalista e suas relações num espaço fronteiriço.

Rossato (2014) não encontra referências de outros PPGH recentes ao ano de 2014. Mesmo assim, a interconexão aparece de outras formas, incluindo na referência a dissertação de Milena Cardoso Costa (2001) para o Mestrado em Direito Público. Por outro lado, tanto Rossato (2014) quanto Andrade (2017) ajudam a identificar lacunas sobre esse período histórico, apontando a ausência de estudos sobre outras trajetórias e as redes formadas no âmbito da Revolução Federalista. Assunto que, como um todo, ainda carece pesquisas aprofundadas. Com isso, demonstra também certa especificidade da pesquisa e da produção vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSM e do Grupo de Pesquisa X.

Numa análise genérica dos dois trabalhos citados, algumas semelhanças se apresentam de maneira clara: além da abordagem próxima, ambos se propõem a incluir a Fronteira como um elemento principal. Tais proximidades permitem inclusive o diálogo de Andrade (2017) com a dissertação de Rossato (2014); além do artigo de autoria dos mesmos, que se propõe a analisar de forma conjunta as atuações de Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares¹⁸. Dessa forma, se percebe uma ligação entre as duas dissertações e no artigo produzido em conjunto.

Como indicado na tabela 8, se optou por dividir os trabalhos que tratam sobre o Federalismo/Revolução Federalista em novas categorias para facilitar a análise. Assim, encontrou-se dois artigos que tratam do assunto com ênfase na metodologia, sendo eles de Gustavo Andrade (2017) e desse mesmo autor com coautoria de Cyro Porto Martins (2019). Através da História Oral, Andrade (2017) pretende preservar a memória familiar do General João Nunes da Silva Tavares em entrevista realizada com sua neta Yara Maria Botelho Vieira. Assim, sua abordagem se utiliza da História Oral, assim como do conceito de memória de Joel Candau. No artigo publicado com Martins (2019), por outro lado, o foco é na metodologia quantitativa e qualitativa para análise das correspondências do General Joca Tavares. Em ambos os trabalhos, a questão metodológica para tratamento da fonte

18 ANDRADE, Gustavo Figueira; ROSSATO, Mônica. Trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): relações de poder na fronteira platina. *Oficina do Historiador*, EDIPUCRS, vol. 11, n.2. Porto Alegre jul./dez. 2018.

é central para a análise, embora mantenha o foco na questão fronteiriça e nas relações estabelecidas pelo General durante o período da Federalista. Da mesma maneira, as referências em ambos os artigos indicam o embasamento e o diálogo com produções de outros PPGHS e do próprio Grupo de Pesquisa X.

Pensar a Revolução Federalista implica em pensar a Fronteira enquanto conceito e categoria analítica. Assim, ainda se pode citar o artigo de Pablo Dobke e Gustavo Andrade (2018) “Territórios e relações sociais de poder na Região Fronteiriça entre Brasil e Uruguai: os casos dos generais Joca Tavares e Aparício Saraiva”, e os artigos originados das dissertações de Rossato (2016) e Andrade (2017) como exemplos dos trabalhos do grupo que se dedicam a temáticas semelhantes, mantendo um diálogo (ainda que tímido) entre si.

A tese de Monica Rossato (2020) é mais um dos trabalhos dedicados a estudos de trajetória de um líder federalista, para a partir dele entender a especificidade da região platina e sua influência nos projetos políticos que discutem a estruturação dos estados nacionais, em especial a república brasileira em implantação. Esta apresenta um diálogo maior com dissertações e teses do PPGH/UFSM, além de outros PPGH do Brasil (UFRGS, PUCRS, UNISINOS, UFRJ) e do exterior (Argentina, Uruguai, Portugal) e de outras áreas. Incluindo trabalhos de Mestrado e Doutorado em Direito Público, Patrimônio Cultural, Letras e Ciência Política, além de História. Evidencia-se assim um diálogo mais presente na tese de Rossato (2020) com trabalhos tanto do próprio PPGH/UFSM, do Grupo de Pesquisa X e de outros Programas, procurando destacar o conhecimento produzido em nível de pós-graduação, tanto na área de História como de outras áreas.

Observamos que com o passar dos anos, especialmente a produção vinculada ao Grupo de Pesquisa demonstra um maior contato e utilização da produção resultante dos programas de pós-graduações, bem como a relação e o diálogo entre estes trabalhos. Além disso, mostra a possibilidade da interligação dos trabalhos de pesquisa desde a iniciação científica e a sua decorrente caminhada à pós-graduação. Nestes autores selecionados do Grupo de Pesquisa X, registrado no CNPq, observamos seu percurso desde a graduação (exemplos aqui oriundos da UFPEL, UFSM, UFN) à pós-graduação, também por sua produção, co-autorias e referências bibliográficas em seus trabalhos.

Em relação ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, o número de trabalhos, entre teses e dissertações, encontrados para a temática do Federalismo é maior. Ainda que não se dediquem inteiramente e aprofundem sobre o tema, aspectos relevantes sobre o conceito aparecem

em 4 teses e 6 dissertações no período 2001-2021, conforme a tabela 9 abaixo.¹⁹

Tabela 9

Temática	Teses	Dissertações
Trajetória	3	1
Revolução Farroupilha	1	1
Construção do Estado e identidade Nacional	0	2
Imaginário e conceitos	0	2
TOTAL	10	

Para além desses, alguns trabalhos dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Pós-Graduação em Ciência Política são encontrados sobre essa temática, aparecendo inclusive nas referências das produções de alguns PPGH, devido ao diálogo com a interdisciplinaridade que o tema exige. Ainda que não tenham sido incluídos nos dados e, portanto, nessa análise, salienta-se que mesmo esses das outras áreas não apresentam referências mais expressivas com trabalhos acadêmicos da área ou mesmo da História.

A fim de exemplificar, observa-se as referências na dissertação de Carla Menegat (2009), que indicam a utilização do trabalho de Álvaro Klafke (2006), frequentemente mantendo diálogo com suas análises acerca do pensamento político da elite provincial. Além desse, Rodrigo Dal Forno (2015) utiliza, dentre outros trabalhos na área de história, a dissertação de Ledir de Paula Pereira (2006) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Tanto esses trabalhos citados, quanto os demais indicados nesse levantamento, apontam para uma ausência de diálogos com trabalhos de outros PPGH (incluindo da UFSM). Ainda, dentro do mesmo programa as conexões entre esses trabalhos que se dedicam a temática do federalismo são mínimas.

Observando o conteúdo dessas teses e dissertações do PPG em História da UFRGS, bem como as referências a outros PPGH, a ausência de diálogos com a produção acadêmica foi identificada. De modo geral, as referências dos respectivos trabalhos constam pouco ou nenhum uso de trabalhos anteriores do mesmo Programa ou mesmo do PPGH/UFSM. Em comparação, os trabalhos do PPGH/UFSM ainda que de maneira tímida mantêm certa sincronia e diálogo entre si e com trabalhos externos ao Pro-

¹⁹ Os trabalhos foram acessados a partir do Repositório Digital da UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/>

grama e ao próprio Grupo de Pesquisa. No recorte proposto, ou seja, 2001 – 2020, o número de trabalhos dedicados a temática é maior para o PPGH/UFRGS, porém as interconexões são maiores considerando a produção do PPGH/UFSM.

À exemplo da análise inicial sobre a temática de imigrações e a comparação com os PPGH/UFRGS e UFSM respectivamente, se observa um número menor das teses e dissertações do PPGH/UFSM para a temática do Federalismo. Mesmo assim, as ligações entre essas produções se fazem evidentes, mesmo que em alguns casos de maneira discreta; há diálogo entre os trabalhos e uma variedade de abordagens para um assunto complexo e fundamental para se compreender o século XIX da História Platina.

A amplitude de temáticas (além das imigrações/migrações e federalismo) que o Grupo Pesquisa X permite não causa a inexistência de um diálogo entre diferentes trabalhos sob perspectivas distintas. Para além do recorte espaço-temporal proposto, as pesquisas se complementam de maneira a esclarecer fragmentos da História Platina como um todo, além de demonstrar o amplo campo de estudos e investigações que são possíveis nestes temas.

A pesquisa não se isenta, contudo, da necessidade de um diálogo ainda maior entre teses, dissertações e artigos produzidos na Graduação e Pós-Graduação em História tanto dentro de suas Instituições como para além delas. Além disso, para além do espaço dos Grupos de Pesquisa ou redes acadêmicas do conhecimento.

Com isso observamos que o espaço de um Grupo de Pesquisa, onde há interação de investigadores com pesquisadores de programas de pós-graduações e docentes orientadores fazem com que se valorize a produção no âmbito das universidades, de forma coletiva e individual, incentivando o diálogo acadêmico e a produção conjunta, nada fácil se tratando da área de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste ensaio buscou estabelecer um comparativo sobre as produções acerca do grande tema que abrange os processos imigratórios, sejam eles em processos do passado como processos que nos inserem no tempo presente. Nesse panorama, destacamos que os processos imigratórios fazem parte da história da humanidade desde do período pré-histórico até o tempo presente. O direito de migrar de uma região a outra está incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos, respaldado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Portanto o presente ensaio foi produzido em meio ao desenvolvimento de projeto de pesquisa que teve que enfrentar todas as adequações/limitações e realidade de um período de pandemia de Covid-19, e que neste espaço registra o levantamento de estudos para a produção do estado da arte dando enfoque aos trabalhos disponibilizados pelas universidades e seus programas de pós-graduações. Neste levantamento, também buscamos averiguar como as dissertações e teses especialmente referenciam outros relatórios do pós-graduação tanto de sua universidade e programa, como de outras instituições e áreas.

Assim se observou que a pesquisa acadêmico-científica e as decorrentes publicações estão intimamente relacionadas às instituições que possuem cursos de pós-graduações, e que tal temática geral é inserida tanto em linhas de pesquisa como em projetos institucionais, que estão vinculados com o território regional que as mesmas pertencem tanto ao contexto histórico de formação de tais sociedades do sul do Brasil, como sua inserção no espaço platino.

É de grande relevância que percebemos para onde o alcance da pesquisa nos grandes centros de produções acadêmicas se direciona, sé há intercâmbios que possam dialogar com diferentes campos do conhecimento científico. Além disso, buscamos demonstrar que apesar de muitos programas de pós-graduações serem recentes, como demonstramos neste trabalho, o intercambio e as trocas de conhecimento até dentro da mesma área se mostram ainda com barreiras que reverberam nas produções destes importantes instrumento e resultados acadêmicos.

Sendo assim, definiu-se o eixo que guiou esse ensaio, sendo este apresentar um levantamento e análise de trabalhos relacionados a temáticas de imigração e federalismo dos programas de pós-graduações da UFRGS e UFSM, mantendo em evidência o Grupo de Pesquisa CNPq X. Nesse sentido, associando os apontamentos feitos para cada uma das temáticas elencadas, infere-se a importância dos programas de pós-graduação nas universidades do Estado do RS para a fomentação de pesquisas aprofundadas, tanto para a imigração quanto para o federalismo e ainda o campo de possibilidades existentes.

Dado o panorama estrutural desse ensaio, a abordagem individual para cada temática permitiu observar quantitativamente a produção nos supracitados programas de pós-graduação e do Grupo de Pesquisa X. Atena-se para a forma como esses trabalhos que se interseccionam em uma temática comum mantiveram um diálogo entre si; sendo que para a UFRGS essa interligação entre os trabalhos se deu de maneira mais discreta do que para o caso da UFSM em trabalhos sobre, por exemplo, a imigração.

Após o exposto, é possível observar como o conhecimento dedicado as temáticas que envolvem a História Platina como um todo sofreram um acréscimo nos últimos anos, principalmente devido a criação dos Programas de Pós-Graduação e a importância do diálogo entre jovens pesquisadores, pesquisadores do pós-graduação e docentes, que por meio de Grupos de Pesquisa articulam o conhecimento produzido principalmente no âmbito da pós-graduação, tanto no Brasil como no exterior.

A análise individual de cada temática para cada programa de pós-graduação permitiu observar a necessidade do incentivo a um maior diálogo entre os trabalhos produzidos dentro de um mesmo programa e com outros programas, fazendo com que a valorização da área e sua qualificada produção seja registrada e divulgada como merecem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):** família, comunicação e fronteira. Dissertação (Mestrado em História - Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- ANDRADE, Gustavo Figueira. **A preservação da memória familiar sobre a atuação do General Joca Tavares durante a Revolução Federalista de 1893-1895.** Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 152, p.33-52. Porto Alegre, julho de 2017.
- ANDRADE, Gustavo Figueira; MARTINS, Cyro Porto. **Metodologias para a análise de relações de poder no espaço fronteiriço platino:** correspondências do General João Nunes da Silva Tavares durante a Revolução Federalista. Estudos Históricos, Año XI, n. 22, diciembre 2019.
- ANDRADE, Gustavo Figueira; ROSSATO, Mônica. **Trajetoária e atuação política de Gaspar Silveira Martins e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):** relações de poder na fronteira platina. Oficina do Historiador, EDIPUCRS, vol. 11, n.2. Porto Alegre jul./dez. 2018.
- AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso: Dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal- Itaara/RS, 1857-1904).** Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2015.
- BENEDUZZI, LUÍS FERNANDO. **Mal di Paese:** As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'EU (1884-1925). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

- COSTA, Milena Cardoso. **Ideias Constitucionais de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- FRIEDRICH, Fabiana Helma. **Gastronomia e Imigração Alemã na região central do Rio Grande do Sul**: Colônia de Santo Ângelo (Segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria. 2015.
- KEMMERICH, Ricardo. **Trajatória e Memória de um Imigrante Italiano**: Antônio Ceretta (1877-1943). Dissertação (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa MARIA, 2018.
- KUCZKOWSKI, Cláudio. **América Latina em Teses**: a historiografia latino-americanista nas teses dos cursos de doutorado em história no Rio Grande do Sul (1986-2016). Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa MARIA, 2019.
- MONTEIRO, Katani. **Entre o vinho e a política**: uma biografia de Celeste Gorbato (1890-1958). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- NASCIMENTO, Dorival do. **Faces da Urbe**: Processos Indenitário e Transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- NICOLOSO, Fabrício. **Imigrantes Alemães entre estratégias políticas e sociais -1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- PEREIRA, Alessandro de Almeida. **O poder local e a institucionalização da República Rio Grandense (1836-1845)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2015.
- PIASSINI, Carlo Eduardo. **A participação política de Imigrantes Germânicos no Rio Grand do Sul**: Os *Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Bruggen*, 1851-1881. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
- ROSSATO, Mônica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895)**: que Federalismo é esse? Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2020.
- ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

VARREIRA, Arthur Engster. **E eles viajaram em navios nos oceanos, lançando suas redes e sendo guiados ao porto desejado:** Migrações de Italianos Protestantes Valdenses na região fronteira platina no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa MARIA, 2021.

Submetido em 18/03/2022

Aceito em 30/06/2022

O TEMPO E O VENTO: A IMAGEM DA TECELÃ COMO PERFORMANCE E *STIMMUNG* NAS PERSONAGENS ANA TERRA, BIBIANA E LUZIA

O TEMPO E O VENTO: THE IMAGE OF THE WEAVER AS PERFORMANCE AND *STIMMUNG* IN THE CHARACTERS ANA TERRA, BIBIANA AND LUZIA

Greicy Pinto Bellin¹
Thais dos Santos Pires²

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a presença da imagem da tecelã como performance nas personagens Ana Terra, Bibiana e Luzia, do romance *O tempo e o vento* (2013), de Erico Verissimo. Para observarmos as características da tecelã, faremos uso das teorias de presença e *Stimmung* de Hans Ulrich Gumbrecht, sobretudo nas obras *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir* (2010) e *Atmosfera, ambiência, Stimmung* (2014). Buscaremos evidenciar, por meio da definição de performance abordada por Zumthor (2002), as características das personagens que podem remeter à imagem da mulher tecelã em associação com a imagem da anciã ou velha sábia. Por fim, consideraremos a existência de uma produção de presença associada às condições da maternidade, ao desaparego e à sabedoria feminina.

Palavras-chave: presença; performance; tecelã; *Stimmung*; *O tempo e o vento*; Erico Verissimo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the presence of the image of the weaver as performance in the characters Ana Terra, Bibiana and Luzia in the novel O tempo e o vento (2013), by Erico Verissimo. In order to observe the weaver's characteristics, we will make use of the theories of presence and Stimmung, by Hans Ulrich Gumbrecht, especially in the works Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir (2010) and Atmosfera, ambiência, Stimmung (2014). We will seek to highlight, through the definition of performance by Zumthor (2002), the characteristics of the three characters that can refer to the image of the weaver in association with the image of the wise old woman. Finally, we will consider the exis-

1 Mestre e doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutora pela UFPR e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária do Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE. É líder dos grupos de pesquisa Machado de Assis: novas perspectivas e abordagens (CNPq), e SEPP: Estudos de Produção de Presença, dedicado a estudar a contribuição intelectual de Hans Ulrich Gumbrecht.

2 Thais dos Santos Pires é graduada em Letras pelo Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária na mesma instituição e bolsista do PROSUP/CAPES.

tence of a production of presence associated with the conditions of motherhood, detachment and feminine wisdom.

Keywords: presence; performance; weaver; *Stimmung*; *O tempo e o vento*; *Erico Verissimo*.

INTRODUÇÃO

No imaginário literário, ao longo dos séculos, observa-se a presença da imagem da tecelã, que nos traz informações sobre o feminino e sobre a própria ancestralidade feminina. A tecelã nos remete ao ato de tecer enquanto ação e enquanto maneira de estabelecer e definir um lugar no mundo. Em *O tempo e o vento* (2013), de Erico Verissimo, encontramos três personagens que tornam presente essa imagem por meio de performance e *Stimmung*, as quais serão analisadas neste artigo: Ana Terra, Bibiana e Luzia.

A imagem da tecelã remete a significados que envolvem a dedicação de uma esposa à sua própria família, o que a manteria distante do espaço externo tradicionalmente reservado ao masculino. O ato de tecer era percebido como uma virtude feminina socialmente reconhecida, apesar da ênfase dada ao modelo de reclusão, especialmente às “bem-nascidas”, isto é, esposas de cidadãos da pólis. Lessa (2004, p. 18) afirma que as mulheres possuíam táticas para subverter a dominação masculina, não a rejeitando diretamente, nem a modificando, mas criando alternativas para estabelecer e manter uma relação de forças.

A ideia segundo a qual a tecelagem seria uma atividade exclusivamente feminina perpassa o tempo. De acordo com Freud (*apud* EFRAIM, 2012), a tecelagem se encontra entre as contribuições femininas em prol das descobertas e invenções na história da civilização. O autor associa tal produção a motivos inconscientes e naturais, pois a própria natureza parece ter fornecido às mulheres o modelo a ser imitado na tecelagem dos fios. Para Barbara Black Koltuv (2020), a figura da tecelã reflete tanto o processo como a matéria, o conceito de mulher como uma experiência e uma energia feminina que tece, é tecida e desfeita, o que sinaliza a existência de um movimento próprio. Na visão de Chevalier: “Tecido, fio, tear, instrumentos que servem para fiar ou tecer (fuso, roca) são todos eles símbolos do destino. Servem para designar tudo o que rege ou intervém no nosso destino: a lua *tece* os destinos; a aranha tecendo sua teia é a imagem das forças que tecem nossos destinos. As Moiras são *fiandeiras*, atam o destino, são divindades lunares” (CHEVALIER, 2015, p. 872).

Ao tecer criamos formas. Em *O tempo e o vento* (2013), no clã de extensa árvore genealógica, encontraremos, conforme já explicitado, três personagens tecelãs: Ana Terra, Bibiana e Luzia. Para Regina Zilberman:

As vozes delas se manifestam principalmente nos trechos intermediários, não se trata apenas de fortalecer a voz feminina, mas de narrar um romance de conquistas e instalação de uma sociedade machista do ângulo dos perdedores, as mulheres que veem seus filhos e maridos partirem para a luta que os consumirá; que se dobram aos desígnios dos mais fortes; que, apesar de fracas, resistem e garantem a subsistência e o futuro de seus descendentes. Ana e Bibiana simbolizam a persistência feminina, razão porque se convertem não apenas em ícones da história narrada, mas também em alegoria da visão de mundo adotada por Verissimo (ZILBERMAN, 2013, p. 12).

Seja no tecer dos fios, na composição de ardilosas tramas que envolvem os demais personagens ou na escrita e leitura de textos, as três personagens se comparam, na literatura, a tantas outras anteriores ou posteriores a elas, que, metaforicamente, por meio do ato de tecer em suas mais variadas formas, conseguiram dar rumo às suas próprias histórias em ambientes onde se observava a preponderância da figura masculina.

1. Metodologia

A metodologia contemplada neste artigo consiste na leitura minuciosa de “Ana Terra”, “Um certo capitão Rodrigo” e “A Teiniaguá”, partes de “O Continente”, primeiro tomo da trilogia *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, procurando mostrar que a imagem da tecelã se apresenta na narrativa como performance, a qual gera *Stimmung* na experiência literária e impacta os afetos.

Realizaremos, em primeiro lugar, uma discussão conceitual, cuja finalidade é não apenas apresentar uma definição dos conceitos a serem utilizados, mas deixar claro a forma pela qual o arcabouço teórico se mostra adequado à discussão do texto escolhido. Na sequência do artigo analisaremos a construção das personagens, sendo que a análise da personagem Luzia Cambará será feita em uma parte específica, tendo em vista que a *Stimmung* evocada em sua figuração é bastante distinta daquela que emana das personagens Bibiana e Ana Terra.

O desfecho do artigo trará as considerações finais que nos permitirão amarrar os três perfis de mulheres em torno da figura central da tecelã, ainda que cada uma delas nos traga questões específicas a serem contempladas.

2. Discussão conceitual: *Stimmung* e performance

Qualquer forma de comunicação pode trazer o que Gumbrecht (2010) chama de “produção de presença”, algo capaz de tocar os corpos das pessoas envolvidas no ato da comunicação de modos específicos e, ao mesmo tempo, variados. No *Dicionário Michaelis* (2022), a palavra *presença* significa estar presente em algum lugar, sujeito no espaço a movimentos de maior ou menor proximidade/intensidade. A poesia e a música talvez sejam os exemplos mais fortes dos efeitos que a presença pode produzir, conforme a visão de Gumbrecht: “a dimensão de presença predominará sempre que ouvimos música — e, ao mesmo tempo, é verdade que algumas estruturas musicais são capazes de evocar certas conotações semânticas” (GUMBRECHT, 2010, p. 139). Presença é, na visão do autor, tudo aquilo que pode ser fisicamente tocado, o que obviamente remete a uma sensação de tangibilidade. Os textos literários, por exemplo, têm modos de pôr em ação a dimensão de presença da tipografia, do ritmo da linguagem e até mesmo do cheiro do papel. Mesmo com o advento dos e-books, muitos leitores ainda preferem a leitura nos exemplares impressos, capaz de evocar o espaço da obra. Já Ligia Gonçalves Diniz, em *Imaginação como presença: o corpo e os afetos na experiência literária* (2020), afirma que os efeitos de presença podem ser produzidos não apenas por meio do toque físico, mas por meio da imaginação, o que será observado neste artigo nas análises da imagem da tecelã.

A *Stimmung* aparece, neste sentido, como a principal maneira de produzir presença no texto literário. Trata-se de um conceito de difícil tradução, recuperado das discussões estéticas dos primórdios da modernidade e que surge, primeiramente, em relação à música, considerando o significado etimológico de *Stimme*, “voz”, e *stimmen*, “afinar um instrumento musical”. *Stimmen*, por extensão, também significa “estar correto” ou “estar afinado”. É interessante pensar nos conjuntos de palavras que servem para traduzir o termo em algumas línguas. Em inglês temos *mood* e *climate*. *Mood* refere-se a uma sensação interior, um estado de espírito privado; *climate* diz respeito a algo que está em volta das pessoas e sobre elas exerce uma influência física. Só em alemão a palavra se reúne, a partir dos vocábulos *Stimme* e *stimmen*, podendo ser traduzida para o português como “humor” ou “clima”. Gumbrecht ainda afirma que, na sugestão pelo afinar de um instrumento musical, os estados de espírito e as atmosferas são experimentados num *continuum*, como escalas de música. Cada tom seria, dentro desta perspectiva, uma realidade física que “acontece” aos nossos corpos e nos “envolve”.

Outra dimensão importante é o clima atmosférico, que obviamente

se faz presente nos textos literários nos estados de espírito e nas atmosferas dos ambientes evocados em cada texto. É possível afirmar, nesse sentido, que os textos afetam os “estados de espírito” dos leitores da mesma maneira que o clima e a música. Por essa razão, a análise literária centrada na *Stimmung* abre uma nova perspectiva sobre a “ontologia da literatura”. O desconstrucionismo e os estudos culturais fazem afirmações sobre a ontologia dos textos em relação ao paradigma da representação, sendo que *Stimmung* não pressupõe tal paradigma no centro da questão. Para Gumbrecht (2014, p. 14), ler com a atenção voltada a *Stimmung* significa olhar para a “dimensão textual que nos envolve e envolve nossos corpos, enquanto realidade física, catalisando sensações interiores sem que questões de representação estejam necessariamente envolvidas”. Tais elementos aparecem com frequência em *O tempo e o vento*, e não apenas pela presença da palavra “vento” que compõe o título da trilogia, mas por simbolizar a dinâmica das ações que envolvem os personagens em seus cenários, além dos instrumentos como a roca, a tesoura e a cítara que, por meio da performance das diferentes personagens tecelãs, impactam e catalisam determinadas sensações nos leitores.

David Wellbery reconstruiu a história do termo *Stimmung*, explorando as várias camadas históricas e semânticas do termo. As atmosferas e os ambientes incluem a dimensão física dos fenômenos, e as suas formas pertencem à esfera da experiência estética que consiste, na visão de Gumbrecht, na simultaneidade de efeitos de sentido e efeitos de presença (GUMBRECHT, 2014). O momento da experiência estética engloba um evento individual, e tal experiência não pode ser induzida nem garantida a priori, o que faz com que não haja uma prova científica desses eventos além da certeza daqueles que os experimentam. Ler em busca de *Stimmung*, em suma, não pode significar simplesmente “decifrar” atmosferas e ambientes, pois estes não têm significação fixa e dependem da experiência de leitura de cada um. Concentrar-se nas atmosferas e nos ambientes também permitiria aos estudos literários uma proximidade estética que, em grande parte, já desapareceu.

Seria difícil, em um primeiro momento, pensar que a declamação de um poema poderia afetar os leitores ou ouvintes que não compreendem a língua das obras em questão, mas o fato é que podemos ser afetados mesmo sem saber a língua do texto declamado devido ao que chamamos de performance. De fato, existe, dentro da perspectiva defendida por Gumbrecht, uma afinidade especial entre a performance — a maneira pela qual um texto é lido — e a *Stimmung*. E como a performance gera *Stimmung*? A ideia de performance sempre esteve no centro da teoria do texto poético oral, tendo sido difundida por Paul Zumthor (2005), resultando em um in-

teresse particular por oralidades diversas em diferentes espaços e tempos que ocupa, por sua vez, os novos pesquisadores da chamada literatura oral. Vista desse modo, a performance tornou-se, ao longo dos tempos, um importante fenômeno em toda e qualquer manifestação de linguagem oral ou escrita, tendo sido assimilada, enquanto conceito, por vários estudiosos, entre eles Judith Butler. De acordo com Gumbrecht:

Foi a obra de Judith Butler, *Bodies That Matter* (1993), seu livro mais importante até agora, que, ao trazer para a discussão a “materialidade” do corpo e a inércia que essa materialidade opõe a qualquer tipo de transformação, pela primeira vez provocou o construtivismo como ponto de partida largamente aceito nas discussões então abertas na filosofia de gênero: “O que proponho no lugar dessas concepções de construção é um regresso à noção de matéria, não como sítio ou superfície, mas como processo de materialização que estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, fixidez e superfície que chamamos matéria”. Butler quer dizer que não basta uma simples decisão para alterar o gênero de uma pessoa, como o construtivismo parece sugerir; são necessárias formas de comportamento e de ação, mantidas ao longo do tempo (nesse contexto, Butler recorre ao conceito de “performance”), capazes de moldar e de produzir diferentes formas e identidades corporais (GUMBRECHT, 2014, p. 85-86).

A importância do pensamento de Butler reside na desestabilização do conceito de gênero enquanto construção exclusivamente sociocultural. Para a autora, o gênero poderia ser definido como “uma representação que constitui *performativamente* a aparência de sua própria fixidez interior” (BUTLER, 2021, p. 127). Logo, performance e materialidade do corpo são relevantes para a construção da categoria gênero enquanto ferramenta para a análise do texto literário. A voz também seria, nesse sentido, outro elemento de grande importância. Ao olharmos para a literatura, a performance está para o narrador da mesma forma que a voz está para o ouvinte, ao passo que a narrativa oral em presença não se desvencilha do corpo no ato de sua transmissão. A voz está no corpo e o corpo está na voz, assim afirma Zumthor (2005, p. 89): “A voz emana do corpo, mas sem corpo a voz não é nada”, ou seja, voz e corpo vivem juntos. O corpo é o condutor vivo e voraz onde se inscrevem todos os movimentos, cores, gestos e sensações de toda a narrativa. Esses movimentos são capazes de gerar presença e *Stimmung*, pois o corpo inteiro está envolvido na performance: “O corpo, por sua própria materialidade, socializa a performance, de forma fundamental [...] A

performance é uma realização poética plena: as palavras nela são tomadas num único conjunto gestual, sonoro, circunstancial tão coerente (em princípio) que, mesmo se distinguem mal palavras e frases, esse conjunto como tal sentido” (ZUMTHOR, 2005, p. 86-87).

O corpo seria, portanto, o peso sentido na experiência textual e a performance não apenas se conecta a ele, mas também ao espaço. Esse entrelaçamento se valoriza por uma noção de teatralidade, que surgiu antes de se pensar em performance, resultando na eficácia textual que implica competência e comanda uma presença e uma conduta. A palavra “teatro”, para Gumbrecht (2010), designa uma cultura em que os atos comunicativos são uma performance fundada no corpo, apesar da performance se situar num contexto cultural e situacional. A condição necessária a uma teatralidade com performance é a identificação, pelo espectador/ouvinte, de um outro espaço e a percepção de uma alteridade espacial marcando o texto.

Performance é um termo antropológico, referindo-se, por um lado, às condições de expressão e da percepção, e designando, por outro, um ato de comunicação e um momento tomado como presente. Por isso, a performance realiza uma “concretização”, podendo ser considerada um momento da recepção. Toda a leitura produtiva pode gerar um prazer, mas é preciso reintegrar nessa ideia de produtividade o conjunto de percepções sensoriais. A recepção se produz em performance ou leitura, no entanto, somente o sujeito ouvinte ou leitor encontra a obra de maneira pessoal. Posto isso, poderia a imagem da tecelã em *O tempo e o vento* (2013) ser considerada como performance a partir da perspectiva de presença e *Stimmung*? Esta é a questão que o presente artigo procurará elucidar, conforme análise a seguir.

3. Adentrando na discussão de *O tempo e o vento*: Ana Terra e Bibiana em meio aos fios da ordem patriarcal

Em “O Continente”, volumes 1 e 2, Erico Verissimo constrói uma genealogia da formação das famílias Terra e Cambará, marcada pelos fatos históricos do Rio Grande do Sul, desde as dominações portuguesas e espanholas nos Sete Povos das Missões até a Revolução Federalista. A árvore genealógica presente na edição da Companhia das Letras de 2013 permite observar o entrelaçamento entre as famílias. Ana Terra, uma das personagens mais marcantes de toda a trilogia, produz forte presença a partir da inserção dos quatro elementos da natureza, pois contém “Terra” no sobrenome, navega pelo vento para atribuir sentido em cada capítulo de sua vida, reconhecendo sua face no elemento água enquanto lava roupa no rio, sendo que o fogo é o caminho pelo qual seu coração cresce e amadurece.

Observa-se, logo de saída, que a sucessão de ambiências e atmosferas confere à narrativa uma *Stimmung* muito peculiar, que remonta à época da formação histórica do Rio Grande do Sul, tema principal, aliás, de toda a saga de Verissimo.

A narrativa nos mostra que o vento, conforme já explicitado, se insere nos importantes acontecimentos da vida de Pedro Terra, Licurgo Cambará, Maria Valéria e, principalmente, Ana Terra e sua neta Bibiana. Assim como o vento muda conforme as estações do ano, o que nos permite uma analogia das fases da vida com a primavera, verão, outono e inverno, a primeira fase da vida de Ana pode ser considerada uma pré-primavera, a qual se realizaria com o casamento, considerando que a personagem já contava 25 anos e desejava se casar. O conjunto da trilogia de Verissimo perpassa muitas primaveras, mas é preponderantemente marcada pelo inverno e pelo vento, elemento importante na vida dos gaúchos. O vento é, desta forma, um dos elementos atmosféricos que mais gera *Stimmung* e impacta os afetos do leitor, remetendo a memórias e crenças ancestrais, e ocasionando determinadas sensações físicas a depender do contexto em que esse elemento é retomado na narrativa. O maior exemplo disso se observa em um dos dizeres mais famosos de Ana Terra, que remete ao ciclo da vida manejado pela tecelã em sua íntima relação com a paisagem e com as ambiências que se sucedem na narrativa, conjurando o clima fúnebre presente em várias de suas partes: “Noite de vento, noite dos mortos” (VERISSIMO, 2013, p. 83).

Desde o início da ação, percebe-se que o pai de Ana, Manoel Terra, e seus irmãos representam a ordem de subsistência da família e da fazenda. Mesmo submetida a eles na primeira parte da narrativa, a personagem acaba por tecer sua própria história perante o poder patriarcal. Ao longo desta tessitura aparece a figura da roca, que apresentará determinados significados metafóricos, sinalizando a força do elemento feminino. A roca de Ana Terra era a mesma usada por sua avó, o que prova que o ato de tecer é um costume enraizado e que passa de geração em geração. O instrumento, portanto, vai povoando a vida das netas e imprimindo um significado peculiar na narrativa, destacando-se na descrição do mobiliário da família no capítulo que inicia após a fala de Bibiana, e que marca a transição de “O sobrado II” para “Ana Terra”: “O mobiliário era simples e rústico: uma mesa de pinho sem verniz, algumas cadeiras de assento e respaldo de couro, uma arca também de couro, com fechos de ferro, um armário meio desmantelado e, sobre um estrado, a velha roca de D. Henriqueta” (VERISSIMO, 2013, p. 97). Tal descrição é capaz de provocar *Stimmung* ao criar uma simultaneidade entre passado e presente e conjurar elementos que compõem o mobiliário, impactando o leitor com uma forte sensação de retomada do passado histó-

rico do estado gaúcho nas imagens do armário desmantelado e dos rústicos móveis que compõem o cenário.

As origens da roca são relatadas na primeira vez em que ela é mencionada no romance: “D. Henriqueta olhava desconsolada para a velha roca que estava ali no rancho, em cima do estrado. Era uma lembrança de sua avó portuguesa e talvez a única recordação de sua mocidade feliz” (VERISSIMO, 2013, p. 89). Tal imagem também impacta os afetos do leitor, trazendo não apenas suas próprias memórias ancestrais e uma sensação nostálgica, mas também o peso da ancestralidade feminina e a condição metafórica do ato de tecer, materializado na construção do próprio destino. Essa sensação aparece entremeada à suposta presença sobrenatural de D. Henriqueta em determinado ponto da narrativa, em que a roca se faz presente evocando a *Stimmung* da fazenda de Manoel Terra, saqueada pelos castelhanos e abandonada por Ana Terra e sua família:

Ficaram em silêncio. Mas não puderam dormir. Ana escutava o tá-tá-tá da roda, que agora se confundia com as batidas apressadas de seu próprio coração e com as do coração de Pedro, que ela havia apertado contra o peito. Devia ser a alma de sua mãe que voltava para casa à noite e, enquanto dormiam, punha-se a fiar. Sentiu um calafrio. Quis erguer-se, ir ver, mas não teve coragem. — É ela, mãe? — sussurrou Pedro. — Ela quem? — A vovó. — Tua avó está enterrada lá em cima da coxilha. — É a alma dela. — Não é nada, meu filho. Deve ser o vento. Em outras madrugadas Ana tornou a ouvir o mesmo ruído. Por fim convenceu-se de que era mesmo a alma da mãe que vinha fiar na calada da noite. Nem mesmo na morte a infeliz se livrara de sua sina de trabalhar, trabalhar, trabalhar... (VERISSIMO, 2013, pp. 122-123).

Durante a leitura nos deparamos com a simultaneidade da presença do som da roca e das batidas do coração da personagem. As supostas aparições da mãe morta trabalhando e o calafrio de Ana evidenciam o significado que a roca, como metáfora e também como imagem, iria imprimir na vida das mulheres do clã dos Terra Cambará. Segundo Chevalier (2015), a roca simboliza o desenrolar dos dias, a existência do fio que deixará de ser tecido quando o instrumento parar de funcionar. Separada do fuso, a roca, pequena vara de cana, apresenta ainda uma significação fálica e sexual, representando o fio das gerações. Ela não deixa de ser, portanto, uma metáfora de como a mulher pode tecer de alguma forma o seu destino perante o poderio patriarcal. Isso é verdadeiro no caso de Ana Terra, que

acaba por subverter determinadas regras desse poderio ao se apaixonar pelo mestiço Pedro Missioneiro e se entregar afetiva e sexualmente a ele. É possível perceber, sobre esse aspecto, que a paixão pelo indígena remete, em um primeiro momento, a um respiro na consistente estrutura do poder patriarcal na estância onde Manoel Terra não permitia a Ana ter espelho ou ouvir música. Os sons que Pedro faz com sua flauta, por sua vez, inquietam a alma da moça, sensação esta posteriormente reforçada pela gravidez proibida, que demonstra o potencial feminino de gerar outra vida como uma espécie de trunfo para o enfrentamento do pai e dos irmãos. Simone de Beauvoir (2019) afirma, em *O segundo sexo: fatos e mitos* que a mácula do nascimento invariavelmente recai na mãe:

São as mulheres - parcas ou moiras - que tecem o destino humano; mas são elas igualmente que cortam os fios. Na maioria das representações populares, a morte é mulher, e é às mulheres que cabe chorar os mortos, porquanto, a morte é obra sua. Tem, assim, a Mulher-Mãe um rosto de trevas: ela é o caos de que tudo saiu e ao qual tudo deve voltar um dia [...] (BEAUVOIR, 2019, p. 207).

A ação de romper com o poder do núcleo masculino e patriarcal vem de dentro da casa dos Terra, com a gravidez de Ana. Com a morte de D. Henriqueta, na companhia do filho Pedrinho e a herança da roca, Ana assume o lugar da mãe como “a mulher da casa”. Logo depois, vem a batalha contra os castelhanos, que ela encara visando salvar o filho e a cunhada da morte, colocando-se na linha de frente do estupro e da violência. Após a devassa, veio a possibilidade de sua ida para Santa Fé, viagem na qual leva a roca e a prata, únicos objetos que sobrevivem ao ataque dos castelhanos. Já em Santa Fé, com o novo rancho e compelida a uma nova vida, a ancestralidade se torna presente por meio da roca: “[...] O único móvel que possuíam era a velha roca de D. Henriqueta. Dormiam todos no chão em esteiras feitas de palha [...]” (VERISSIMO, 2013, p. 142). A presença da roca se materializa no texto por meio da *Stimmung*, considerando o barulho que o instrumento fazia, bem como o ritmo do trabalho da tecelã que nela se sentava, o qual representa, aliás, o ritmo da própria vida e do próprio destino.

Quando Pedrinho se tornou Pedro Terra e Ana já começava a esperar também que o filho voltasse da guerra, ela mesma aparece fiando sozinha, como Penélope, que fica aguardando Odisseu voltar da guerra de Tróia. A performance do “fiar sozinha” coaduna com a aparência de seu destino naquele momento, de estar sozinha aguardando o filho e ao mesmo tempo fazendo o mundo girar por meio da roda que costura: “Olhava para a roca e lembrava-se dos tempos lá na estância, quando a alma da sua

mãe vinha fiar na calada da noite. A roca ali estava, velha e triste, e Ana Terra sentia-se mais abandonada que nunca, pois agora nem o fantasma de sua mãe vinha fazer-lhe companhia” (VERISSIMO, 2013, p. 148). Observa-se, nessa passagem, que o narrador usa o verbo “sentir”, o que reforça a *Stimmung* relacionada ao reconhecimento da profundidade interna da personagem, vinculada com a representação ancestral associada à roca. Nesse ponto da narrativa, a própria ancestralidade aparece como presença, a qual se materializa, conforme já explicitado, por meio do instrumento herdado das ancestrais.

Já afirmamos que a neta Bibiana também teve a vida marcada pela roca, o que sinaliza a constância do seu pedalar na narrativa, reforçando a evocação da *Stimmung*. Isso se observa no desfecho do capítulo “Um Certo Capitão Rodrigo”, em que Bibiana está sozinha com os filhos e pedalando na roca, a esperar pelo retorno do marido fugido: “— E naquele novembro ventoso, Bibiana passou os dias a trabalhar, a cuidar dos filhos e a esperar notícias do marido. [...] — Que velho? — perguntou Bibiana, deixando por um instante de pedalar na roca” (VERISSIMO, 2013, p. 284). Além de Ana Terra, que possuía uma forte intimidade com o vento, nota-se a presença desse elemento envolvendo a neta, o que reforça o impacto psíquico que contribui para a construção da *Stimmung* e é também por ela gerada. Na sua espera pelo marido, Bibiana nos traz, ainda, a presença da solidão, sendo acompanhada pelo vento enquanto constituinte da ambiência que configura a própria *Stimmung*.

Com os filhos ao redor, a peça lhe estimulava os pensamentos enquanto tecia: “Horas havia em que Bibiana se ficava a fiar na velha roca, tendo a seu lado Anita num berço e Bolívar a seus pés a brincar com ossos de boi e sabugos de milho. Era nessas horas que ela pensava mais, como se o barulho da roca lhe estimulasse as ideias” (VERISSIMO, 2013, p. 259). Essa imagem possui uma performance e remete a Décima (ou Láquesis, na mitologia grega), a segunda Parca. Láquesis representa o nascimento efetivo, o corte do cordão umbilical, o crescimento e desenvolvimento da vida, a responsabilidade em puxar e enrolar o fio, o que é representado por Bibiana. Ainda no mesmo capítulo, o narrador aproxima Bibiana de Ana Terra, o que aparece na fala de um dos personagens: “O padre agora via na moça a decisão de Ana Terra: o mesmo jeito de falar, quase a mesma voz. Teve saudade da velha, com que costumava manter longas conversas ao pé do fogão, nas noites de inverno. [...] A própria Bibiana sentiu que era Ana Terra, quando respondeu” (VERISSIMO, 2013, p. 243). Ana e Bibiana, portanto, estavam ligadas em alma, assim como Ana havia sido à D. Henriqueta, que parece ter continuado a amparar a filha mesmo após a morte, reforçando a retomada da ancestralidade como presença.

A geração de mulheres tecelãs aparece simbolizada na figura da figueira, que, assim como o salgueiro, é símbolo da imortalidade. Essa árvore se faz presente em toda a narrativa de *O tempo e o vento*, representando a genealogia dos personagens e simbolizando, também, a ancestralidade e a sabedoria. A figueira acompanha, imóvel, ao desenrolar de toda a narrativa, podendo ser considerada quase uma personagem e produzindo presença nos seus leitores, os quais sentem que é possível visualizá-la de perto. Segundo Chevalier (2015), a figueira é uma das árvores que simboliza a abundância. Ela ainda contém um aspecto negativo: quando seca, torna-se a árvore do mal. Clarissa Pinkola Estés, em *A ciranda das mulheres sábias* (2007), compara a árvore com a vida da mulher. Para a autora, toda árvore possui abaixo da terra uma versão primeva de si, e por baixo da terra abriga uma “árvore oculta”. A alma oculta da árvore empurra a sua energia sábia e verdadeira para cima, e o mesmo ocorre com a vida de uma mulher: “por baixo da terra existe uma ‘mulher oculta’ que cuida do estopim dourado, aquela energia brilhante, aquela fonte profunda que nunca será extinta” (ESTÉS, 2007, p. 31). A força e a performance das personagens Ana Terra e Bibiana, velhas sábias ou tecelãs, não há como ser suprimida, pois delas é tecido o fio da vida e a árvore genealógica pode prosseguir.

Verissimo acentua a importância das mulheres na obra e a intensa relação entre Ana e Bibiana, uma vez que segue narrando a saudade da Bibiana gestante que se recorda da avó ao pedalar na roca: “E em certos dias em que o minuano soprava, enrolada num xale e pedalando na roca (pois agora que estava cada vez mais pesada não podia ir ajudar o irmão na venda) Bibiana pensava na avó, que costumava dizer-lhe que o destino das mulheres da família era fiar, chorar e esperar” (VERISSIMO, 2013, p. 249). Pode-se experimentar, nesse trecho, a *Stimmung* própria da sina das mulheres naquela época, em uma ambiência da qual os elementos da natureza, entre eles o vento, não deixam de fazer parte enquanto elemento primordial do contexto onde estavam inseridas.

Brunel correlaciona a união das mulheres à capacidade que as fiandeiras possuem de criar vínculos e intrincadas relações entre si, das quais não podem se libertar:

[...] o que liga as fiandeiras ao tempo, o que as torna dependentes entre si e faz delas representações do feminino cotidiano, guardiãs da divina fertilidade terrestre, dos cuidados preciosos de vigília nos períodos do dia e da vida, do rigor inflexível das leis que regem a relação com a morte, seja de todas as nossas pequenas mortes individuais, seja do desaparecimento em geral (BRUNEL, 2000, p. 371).

A tesoura é outro instrumento próprio de costura que aparece na narrativa, e que tem um significado peculiar na vida de Ana Terra: “Naquela noite nasceu o filho de Ana Terra. A avó cortou-lhe o cordão umbilical com a velha tesoura de podar. E o sol já estava alto quando os homens voltaram, apareceram e vieram tomar mate. Ouviram o choro de criança na cabana, mas não perguntaram nada nem foram olhar o recém-nascido” (VERISSIMO, 2013, p. 118). A performance da parteira é também narrada:

A criança veio ao mundo roxa e muda, meio morta. Ana segurou-lhe os pés, ergueu-a no ar, de cabeça para baixo, e começou a dar-lhe fortes palmadas nas nádegas até fazer a criaturinha berrar. E quando a viu depois com os beicinhos grudados no seio da mãe a sugá-los com fúria, foi lavar as mãos dizendo ao pai que estava no quarto naquele momento:

— É mulher.

E a seguir, sem amargor na voz, quase sorrindo, exclamou:

— Que Deus tenha piedade dela!

Desde esse dia Ana Terra ganhou fama de ter “boa mão” e não perdeu mais parto naquelas redondezas. Às vezes era chamada para atender casos a muitas léguas de distância. Quando chegava a hora e algum marido vinha buscá-la, meio afobado, ela em geral perguntava com um sorriso calmo:

— Então a festa é para hoje?

Enrolava-se no xale, amarrava um lenço na cabeça, apanhava a velha tesoura e saía (VERISSIMO, 2013, p. 142).

Por meio de sua performance, reiterada no início do trecho através da repetição de verbos no passado, e também como parca do destino, Ana Terra prediz um destino àqueles que traz ao mundo: se é mulher, que Deus tenha piedade, pois é mais uma que irá esperar e sofrer. A personagem parece, por meio dessa sentença, fazer um balanço de sua vida, tem fama de boa parteira e não se pode excluir a ideia de que seu sucesso resulta na perpetuação do clã. Adiante na narrativa, o nascimento de Bolívar, primeiro filho de Bibiana e Rodrigo Cambará, estabelece um contraponto à noção cristalizada de destino feminino, anteriormente vaticinado por Ana Terra. Há um louvor pelo nascimento de um filho homem, em cena onde se encontra novamente a tesoura de Ana como forma de conjuração da presença daquela que era capaz de desfiar o destino:

Outubro passou e o filho de Bibiana não nasceu, contrarian-

do todas as previsões. Mas a uma hora do dia 2 de novembro ela começou a ter dores muito fortes e por volta das quatro da tarde uma criança recém-nascida berrava na casa de Rodrigo Cambará.

— Logo no Dia de Finados! lamentou-se Bibiana. Estava estendida na cama, muito pálida, de pálpebras pisadas. Rodrigo tomou nas suas a mão da mulher e respondeu:

— Mas foi no Dia de Finados que nós nos conhecemos, minha prenda. A mulher sorriu um sorriso cansado. D. Arminha entrou no quarto e fumigou-o com alfazema. Pedro veio olhar o neto e ficou a mirá-lo em silêncio, sorrindo com os olhos. Rodrigo exclamou:

— Mais um Cambará macho! O sogro não respondeu. Lançou um olhar enviesado e tristonho para a mesa, em cima da qual jazia a velha tesoura de Ana Terra (VERISSIMO, 2013, p. 250).

A ancestralidade retomada como presença se faz sentir na figura de Bibiana, que possui uma personalidade forte e persistente, similar à de sua avó. O próprio nome da personagem aliás, remete a essa presença, mais especificamente no prefixo *bi*, utilizado antes do nome, sinalizando que ela é duas vezes Ana Terra. As duas mulheres possuem um sistema de valores muito parecido, baseado na importância conferida à família e à descendência. A presença da ancestralidade será também evidente em Bolívar, cujo temperamento é muito similar ao de seu pai, o capitão Rodrigo, o que lançará Bibiana em uma espiral de sofrimento que culminará na trágica morte do filho em um duelo digno de faroeste no desfecho de “A Teiniaguá”.

As tecelãs que enfocamos até aqui conciliam a carga metafórica de uma tesoura e de uma roca que lhes acompanham, apontando para a capacidade de trazer vida ao mundo ou de fazer os acontecimentos girarem. É na performance do pedalar e do pensar que elas vão encontrando os fios que lhe permitirão serem “senhoras de seus destinos”, mesmo nos bastidores de um mundo dominado pelos homens e pelas guerras encenadas por eles. Muito semelhante a Penélope, a vida das três mulheres do foco de Erico Verissimo na família Terra Cambará é marcada pelo fiar, pela guerra e pela espera. Ana Terra esperava Pedrinho; Bibiana esperava Rodrigo Cambará, assim como Penélope esperava Odisseu, que partiu para a guerra logo após o nascimento do filho, Telêmaco. Os elementos confluem, os fios se enlaçam e passamos aos apontamentos da última parca ou tecelã: Luzia Cambará.

4. Um capítulo sombrio: Luzia, a que tece no escuro

A personagem Luzia, que aparece no capítulo “A Teiniaguá”, é uma moça adotada pelo velho Aguinaldo Silva, misterioso homem oriundo do Nordeste e que se estabelece em Santa Fé e faz fortuna por meio de empréstimos e hipotecas relacionadas às propriedades importantes da região, entre elas a casa de Pedro Terra. Luzia é prometida em casamento com Bolívar Cambará, filho de Bibiana e do capitão Rodrigo. Trata-se, a princípio, de um casamento político, tendo em vista que Bibiana tem um plano para recuperar a propriedade de seu pai. Isso não impede, contudo, que Bolívar se apaixone verdadeiramente por Luzia. É perceptível, ao longo da narrativa, o quanto ela causa impacto nos demais personagens e, também, no leitor: “Tinha-a na mente tal como a vira no Sobrado na festa de seu aniversário, toda vestida de preto, junto duma mesa, a tocar cítara com seus dedos finos e brancos” (VERISSIMO, 2013, p. 338). O Dr. Carl Winter, um dos principais personagens dessa parte da narrativa, fica fascinado ao observá-la, pois a moça evocava a musa da tragédia, Melpômene, a melodiosa, o que aponta para uma presença perturbadora e sinalizadora de perigo. Winter a compara com a bela e jovem bruxa moura que, segundo a lenda gaúcha, foi transformada em lagartixa, cuja cabeça consistia em uma pedra de brilho ofuscante e que seduzia os homens, de forma que observamos um elemento universal, sintetizado na musa da tragédia, se transformar em um elemento da mitologia local, a Teiniaguá. Essa lenda se faz presente nos escritos regionalistas de Simões Lopes Neto, cujo herói Blau Nunes é, aliás, citado por Verissimo.

Luzia fascina todos os homens de Santa Fé não somente por sua beleza, mas também por sua origem. Ela vem da cidade, é uma moça rica, possui roupas elegantes, gestos delicados e opiniões próprias, além de falar bonito, recitar versos e tocar cítara, contrastando com o ambiente e com as pessoas de Santa Fé, o que a torna deslocada nesse cenário. Isso faz com que Bolívar considere difícil conversar com a noiva: “Não podia resistir ao olhar dela: dava-lhe um acanhamento que ele nunca sentira diante de mulher alguma e, por se sentir acanhado, ficava com raiva da moça, de si mesmo, de tudo e de todos” (VERISSIMO, 2013, p. 359). O que mais chama a atenção do Dr. Winter são os olhos de Luzia, cuja cor o médico alemão não consegue definir, pois parecem mudar conforme o dia. Às vezes eram esverdeados, outras vezes estavam cinzentos, mas tinham “uma fixidez e um lustro de vidro e pareciam completamente vazios de emoção” (VERISSIMO, 2013, p. 359). Por isso mesmo, ele a julga doente do espírito e incapaz de amar, pois olhava pessoas e objetos com a mesma indiferença, o que faz com que sinta necessidade de saber o que se passava nos pensamentos da estranha mulher. O personagem conseguiria aos poucos descobrir as reais motivações

da jovem, mas o que pressentia dava-lhe um frio horror, sensações essas que vão intensificando a *Stimmung* caracterizada por um clima sombrio, lúgubre e fúnebre.

Luzia representa a transgressão das regras sociais estabelecidas para as mulheres de seu tempo, seja enquanto mulher e senhora do sobrado, seja enquanto esposa e mãe. Ao contrário das descendentes de Ana Terra, Luzia não renuncia à sua condição de mulher pela maternidade, e não se empenha pela manutenção da vida, o que a torna inadequada ao perfil das mulheres rio-grandenses, pois desafia os padrões morais e sociais, rompendo com as convenções da época. Ao tornar-se mãe, ela dá ao filho o nome de Licurgo, que segundo seus próprios dizeres é um nome noturno, apresentando um som escuro e um tom dramático, reforçando a já mencionada *Stimmung* característica, aliás, do período romântico, no qual se desenrola a ação de “A Teiniaguá”.

Além de ser comparada a uma bruxa, Luzia remete às deusas escuras, mais especificamente a Lilith, ao lado profano, corpóreo e nada santo da mulher, aquele ligado ao pecado original e que desvia o homem do caminho correto: “Não podia resistir ao olhar dela: dava-lhe um acanhamento que ele nunca sentira diante de mulher alguma” (VERISSIMO, 2013, p. 359). Esse olhar também impacta o leitor, corroborando a sensação psicológica oriunda da *Stimmung* provocada pela performance de Luzia. A personagem pode ser considerada uma proscrita pelo fato de ter sido adotada, ao passo que Lilith, citada nos Evangelhos Apócrifos, foi também banida na tradição do patriarcado por não aceitar se submeter à autoridade do marido, o que reforça seu espírito de bastardia. Tal espírito pode ser observado em Luzia, sendo que sua personalidade doentia transforma a vida de Bolívar em um pesadelo, em um espectro mórbido que se inicia com ofensas verbais e descamba para agressões físicas: “Luzia fitava as pessoas com a mesma indiferença com que olhava para as coisas: não fazia nenhuma distinção entre o noivo, uma mesa ou um bule” (VERISSIMO, 2013, p. 338). A personalidade doentia da moça pode ser comprovada por outros acontecimentos, entre eles a relação entre o sadismo e o prazer sexual. Há depoimentos de Bibiana sobre os castigos corporais que Luzia infligiu em Bolívar, incluindo a ocasião em que o casal viajou para Porto Alegre e o rapaz presenciou a satisfação da esposa ao contemplar os cadáveres, vítimas da epidemia de cólera-morbo:

— Logo que ficamos sabendo da peste eu quis vir embora. Ela ficou furiosa. Disse que não tinha feito aquela viagem cansativa só pra passar um mês em Porto Alegre. Quando falei que a gente podia pegar o cólera, ela me chamou de

covarde. Assim, fomos ficando. Eu andava desorientado, desconfiava da água que bebia, das coisas que comia. Não podia dormir de noite. Sentia por todos os lados cheiro de morte, de podridão. Mas Luzia andava contente. Ficava na janela olhando as pessoas que caíam na rua. Às vezes ia pra fora pra esperar a carroça que vinha recolher os defuntos, ia olhar de perto a cara deles... Uma vez chegou a entrar numa casa onde estavam velando um defunto e ficou olhando. Fazia todas essas coisas mas de noite, na cama, tremia e chorava de medo. E quando eu convidava pra vir embora, ela não queria. “Só mais uns dias, Boli”, ela dizia, “só mais uns dias” (VERISSIMO, 2013, p. 424-425).

O acontecimento narrado por Bolívar causa um estranhamento e sensação de desconforto a respeito de Luzia, tornando possível o estabelecimento de um comparativo entre a personagem e a imagem de Morta (ou Átropos, na mitologia grega), a terceira Parca responsável por cortar o fio da vida. Não era a primeira vez que Luzia demonstrava um certo olhar para a morte e para o trânsito entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, o que evidencia não apenas a ligação com o sombrio, mas a própria *Stimmung* criada pelas referências lúgubres acerca de sua personalidade. Há também outro momento em que se torna evidente a presença da tecelã que realiza a mediação entre os portais da vida e da morte: “Puseram uma vela acesa na mão de Aguinaldo, e Luzia teve de apertar-lhe os dedos com os seus para que o avô pudesse sustentar a vela. [...] Winter olhava para Luzia e via que ela estava gozando aquele momento” (VERISSIMO, 2013, p. 378). Outro aspecto importante a ser salientado é o desejo de vestir o avô com as próprias mãos, o que a levou a ficar fechada por muito tempo no quarto com o cadáver, tornando ainda mais evidente uma necessidade ainda mais profunda: se aproximar da morte e de seus rituais.

Um dos primeiros registros do ato de tecer está em Atena ou Minerva, deusa da sabedoria, do trabalho e das artes, e em Aracne, filha de um tintureiro de lã, que organiza um duelo para eleger o bordado mais bonito. Aracne mostra como a mulher está condenada ao ato de tecer, que assume um componente simbólico, remetendo à tessitura de teias e estratégias para enredar as pessoas, o que a torna muito similar a Luzia. Assim como a roca acompanha as mulheres da família Terra Cambará, a cítara é o objeto que acompanha a esposa de Bolívar:

Seu rosto estava iluminado por uma luz de bondade que a transfigurava. Sentou-se junto do consolo, abriu o estojo de madeira e tirou de dentro dele a cítara. Fez tudo isso com

gestos cuidados e tranquilos como quem segue um rito. Tirou alguns acordes do instrumento e depois começou a tocar uma valsa brilhante. Winter observava-a, perplexo. A melodia alegre encheu a sala. A senhora do juiz aproximou-se mais de Luzia e, com a mão atrás da orelha, tentava escutar, com uma expressão de estranheza nos olhos ainda úmidos. [...] Luzia olhou para o noivo, com olhos inexpressivos, e continuou a tocar (VERISSIMO, 2013, p. 367-368).

A música hipnotiza, encanta e enfeitiça quem a aprecia, sendo elemento fundamental para a criação da *Stimmung* que perpassa toda a narrativa. É certo que não escutam apenas com os ouvidos, pois o complexo da audição envolve todo o corpo. No texto literário, assim como o clima atmosférico, cada som percebido é uma forma de realidade física que exerce impacto sobre nossos corpos, ao mesmo tempo que os envolvem: “Tinha uma voz grave e musical. [...] Aquela voz tinha feitiço, punha-lhe uns arrepios no corpo” (VERISSIMO, 2013, p. 356). Segundo Gumbrecht (2014), ler e ser afetado pelo som ou pelo clima é uma das formas de experiência mais fáceis e menos intrusivas, é um encontro com o nosso ambiente físico. Ao nos depararmos com a cena na qual Luzia toca a cítara, somos invadidos pela sensação de realmente escutar o som do instrumento, o que nos torna, conseqüentemente, enfeitiçados pela princesa moura que ela personifica por meio de sua performance musical sombria.

Segundo Chevalier (2015), na tradição uraliana, a cítara é construída pelo feiticeiro com elementos heteróclitos, em que figuram espinhas de peixe, ossos de animais, uma pele, cabelos ou pelos. É um atributo de Terpsícore, musa da dança, que traduz em gestos os sons do instrumento para exprimir as emoções. É também um dos atributos da temperança, nome de uma das cartas do tarô, que remete ao equilíbrio das situações e dos sentimentos tempestuosos. É o domínio do desejo, a junção do ativo e do passivo, simbolizando o mistério da criação: “suas cordas correspondem aos níveis do mundo; sua caixa, fechada de um lado e aberta do outro, como a carapaça da tartaruga, representa uma relação entre a terra e o céu, como o voo do pássaro ou o encantamento da música. A cítara simboliza o canto do universo” (CHEVALIER, 2015, p. 260). Ao tocar tal instrumento, a dimensão da presença predomina, permitindo que Luzia exerça a performance do tecer no escuro e gerando ainda mais *Stimmung*, o que é reforçado na cena na qual o Dr. Winter sente-se enfeitiçado ao contemplar a personagem dedilhando a cítara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem da mulher tecelã traz informações ancestrais do feminino enraizadas na cultura de vários séculos, fortalecendo-se na literatura por meio das histórias de deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana. Personagens como Penélope, Aracne, as Parcas ou as Moiras, são tecelãs que apareceram em inúmeras figurações ao longo da tradição literária, seja em seu significado primordial, que remete ao ato de tecer a vida, seja em seu significado mais sombrio, que remete à morte. Cada uma das personagens analisadas em *O tempo e o vento* (2013) produz presença e *Stimmung* em suas performances como tecelãs. Ao passo que Ana Terra e Bibiana representam a preservação do tecer a vida, por meio da roca ou da tesoura, Luzia representa o feitiço, a destruição e o corte desse fio por meio da melodia entoada na cítara e por seu comportamento considerado estranho pela maioria dos personagens.

Durante a narrativa de “Ana Terra”, “O Capitão Rodrigo” e “A Teiniaguá”, a performance da tecelã fica evidente no manuseio da roca, da tesoura ou da cítara, causando o que Gumbrecht (2010) chama de efeitos de presença. O manuseio desses instrumentos faz com que sejamos afetados por seus sons, que impactam os afetos e causam uma sensação psicológica provocada pela própria *Stimmung*, criada, aliás, pelas próprias atmosferas dos três capítulos estudados, as quais podem ser sintetizadas pela presença do vento e da figueira, que remete à ancestralidade, e do ambiente fúnebre no capítulo da Teiniaguá, dentre outros.

Conforme aponta Chaves (1972), mulheres como Bibiana tornam-se força de preservação, pois cabe a elas assegurar a continuidade de um mundo que se volta sempre para o futuro. E para garantir esse futuro, essas personagens enfrentam a dor da perda e a espera pelo fim das guerras, lutando silenciosamente contra as Teiniaguás que ameaçam destruir suas famílias. Luzia também é uma mulher forte, mas a sua força, ao contrário de Bibiana e Ana Terra, não advém da manutenção da descendência, sublime função materna, e sim do desapego, do fim de ciclo, da sexualidade e da música que seduz e aniquila os homens. Luzia é, portanto, a tecelã que tece no escuro, individualista e misteriosa, sempre centrada em seus desejos particulares.

A lição que Ana Terra deixa para seu clã é a de abrir os olhos para além do tangível, o que conduz ao estabelecimento de relações a princípio inexplicáveis e configuradas na transmissão do costume de tecer continuamente na roca. Todavia, num plano mais profundo e metafórico, essas ligações nos permitem identificar uma linha mestra que conduz as vidas das mulheres da família, conforme passam as gerações. E essa linha é urdida

justamente pela roca, de forma que cada personagem consegue imprimir sua própria particularidade, dando o seu ponto diferenciado, fazendo uma leve alteração na agulha, o que resulta em novos contornos, em fios particulares encontrados até nas circunstâncias mais difíceis, como quando Ana Terra tem sua família e a estância devastadas e resolve mudar-se para Santa Fé, enxergando, no novo território, o principal fio de sua identidade como mulher: ser parteira, isto é, uma preservadora da vida.

Sendo assim, a roca fantasma, unida aos fantasmas da própria memória familiar, evoca as Parcas em seu fiar do destino humano. Pode-se afirmar que Ana cerziu uma vida para si, para Pedro e para sua neta Bibiana, arrematando o bordado feito por sua mãe, Henriqueta, que vinha no legado da avó portuguesa. A Teiniaguá, por sua vez, personifica Aracne em virtude de sua tessitura no escuro, e Lilith por sua presença sombria, misteriosa e demoníaca. Ao finalizar as análises, portanto, torna-se possível referendar as tessituras entre os diferentes perfis de tecelãs por meio da performance. Ana e Bibiana são personagens que viveram as condições da maternidade na imagem da roca e da tesoura, nas quais configura-se a tessitura do destino numa época em que o fado imposto à mulher tinha fortes raízes fincadas na estrutura patriarcal. A misteriosa Luzia, por fim, enfeitiça ao tocar a cítara, como a viúva negra que mata o macho após a cópula, tecendo as teias nas quais enreda os homens e deferindo-lhes o golpe fatal. O ato de tecer, portanto, é capaz de produzir presença e gerar *Stimmung*, em um trabalho consciente do tecelão Erico Verissimo, que consegue, por meio de sua maestria, separar linhas e dominar pontos na feitura de uma das grandes narrativas integrantes do cânone da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BRUNEL, Pierre. (org.) *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind et. al. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- CHAVES, Flávio Loureiro. Erico Verissimo e o mundo das personagens. In: *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 71-85.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- ESTÉS, Clarissa Pinkola. *A ciranda das mulheres sábias*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2010.
- _____. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2014.
- EFRAIM, Raquel. Penélope, tecelã de enganos. *Kínesis*, vol. IV, n° 08, Dez 2012, p. 135-146.
- KOLTUV, Barbara Black. *A tecelã: uma jornada iniciática rumo à individuação feminina*. Trad. Eliane Fittipaldi Pereira. 1ª ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2020.
- PRESENÇA. In: *Dicionário Michaelis português brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/presen%C3%A7a/>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento, parte I: O Continente*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ZILBERMAN, Regina. “Prefácio: Um romance para todos os tempos”. In: VERISSIMO, Erico. *O Tempo e o vento, parte I: O Continente*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Sueli Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Submetido em 27/06/2022

Aceito em 02/11/2022

A (AUTO)NARRATIVA E A EXPERIÊNCIA PROMOVENDO A (AUTO)FORMAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO MILITAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA - RS

*THE (SELF)NARRATIVE AND EXPERIENCE PROMOTING
(SELF)TRAINING IN THE HISTORICAL CONTEXT OF
MILITARY EDUCATION AT COLÉGIO TIRADENTES DA
BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA - RS*

Tatiana Teixeira dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar como as experiências (auto)formativas contribuem no trabalho docente dentro do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria -RS. Apresentou-se um breve histórico do CTBM. Analisando o contexto histórico do ambiente escolar e das docentes, quais foram as experiências mais significativas para as educadoras, contribuindo ou não em sua trajetória (auto)formativa para o trabalho docente; os sentidos elaborados por elas sobre suas experiências para trabalho docente no ambiente escolar do ensino militarizado. Os resultados mostraram que as experiências significativas revelam que a educação é compreendida como um processo de (auto)transformação da realidade social onde as educadoras estão inseridas.

Palavras-chave: (Auto)formação, Trabalho docente, História do Ensino militar; Ambiente militarizado.

ABSTRACT

This article aims to identify how (self) formative experiences contribute to the teaching work within Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria -RS. A brief history of the CTBM was presented. Analyzing the historical context of the school environment and the teachers, which were the most significant experiences for the educators, contributing or not in their (self) formative trajectory for the teaching work; the meanings elaborated by them about their experiences for teaching work in the school environment of militarized teaching. The results showed that the significant experiences reveal that education is understood as a process of (self)transformation of the social reality where the educators are inserted.

Keywords: (Self)training, Teaching work, History of Military Education; Militarized environment.

¹ Doutoranda em História na Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista CAPES, mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC - 2018).

INTRODUÇÃO

O artigo que segue trata das (auto)narrativas e das experiências como meio de promoção à (auto)formação dos educadores do Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria.

As (auto)narrativas foram motivadas a partir de memoriais e compuseram os dados coletados em 2018 durante a pesquisa para a realização da minha dissertação de mestrado, na cidade de Santa Maria, RS, no Colégio Tiradentes da Brigada de Ensino Militar. Este foi o instrumento de coleta de dados que mobilizou as recordações dos educadores sob o aspecto das suas experiências, primeiramente como alunas e, conseqüentemente, como educadoras.

Discorro ainda que a equipe docente que atua no Colégio Tiradentes é cedida pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, divide o espaço com policiais militares da Brigada Militar, uns atuam diretamente no cumprimento do plano pedagógico e outros são responsáveis pela educação militar, pode-se dizer.

É instigante notar que a presença de professores cedidos pela Secretaria de Educação do Estado do RS em uma instituição de ensino com instrutores militares pode criar uma dinâmica peculiar. Enquanto os professores têm a responsabilidade de ensinar as disciplinas curriculares aos alunos, os instrutores militares podem enfatizar a disciplina, hierarquia e valores militares.

Essa coexistência de dois grupos distintos de profissionais na mesma instituição pode criar desafios e oportunidades, por um lado, pode haver conflitos de interesses e divergências na abordagem pedagógica. Por outro lado, pode haver uma possibilidade de troca de conhecimentos e experiências entre os dois grupos, o que pode enriquecer a prática pedagógica, assim como pode proporcionar o processo de (auto)formação para os docentes e a formação dos alunos.

É importante destacar que, embora os instrutores militares possam enfatizar a disciplina e a hierarquia, isso não significa que os valores democráticos e os direitos humanos devam ser deixados de lado. É fundamental que os alunos sejam educados para respeitar a diversidade, a liberdade e a cidadania, independentemente do contexto em que estejam inseridos.

Em resumo, a presença de professores e instrutores militares em uma mesma instituição pode criar uma dinâmica peculiar e desafios para a prática pedagógica. No entanto, é possível que essa coexistência gere oportunidades de troca de conhecimentos e experiências entre os dois grupos, desde que os valores democráticos e os direitos humanos sejam respeitados.

1. CONCEITUANDO (AUTO)FORMAÇÃO, (AUTO)NARRATIVA E EXPERIÊNCIA

Faz-se necessário ressaltar que a formação é um ato contínuo, que vai muito além do processo escolarizado realizado dentro das instituições formais, com continuidade quanto se ingressa na profissão docente, prolongando-se o processo e tornando-se (auto)formativo ao longo da vida pessoal e profissional.

A (auto)narrativa explana a escrita da vida e faz os educadores entenderem a própria experiência que é adquirida ao longo de sua trajetória, proporcionando a (auto)formação. Segundo Bueno (2002, p.23), “no momento em que é reconstituído seu percurso de vida, o docente exercita a reflexão e, dessa maneira, faz um exercício reflexivo e toma consciência, tanto no âmbito pessoal como coletivo”. Vê-se, então, que a (auto)narrativa consiste em um meio em que se é pensado, escrito e modificado no momento que ocorre a escrita por parte do participante.

Um dos principais instrumentos utilizados para coletar as informações foram as (auto)narrativas através dos memoriais, que apresentam um conjunto de informações que pode ser detalhada pelos educadores. Estes, associados a seus relatos históricos, analíticos e críticos, apresentam fatos e acontecimentos que constituem a trajetória acadêmico-profissional dos investigados.

Tal escrita, realizada através de memorial, é considerada uma (auto)narrativa, pelo fato de narrar a si mesma, além de se tratar da história de vida de cada um, estimulando suas memórias e as vivências de cada pessoa, enquadrando-se na perspectiva de (auto)biografia, de tal modo que o leitor possa ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido, podendo ou não ser elencado de forma cronológica.

Segundo Souza (2006, s/p), “adota-se o método (auto)biográfico e as narrativas de formação como um movimento de investigação-formação, seja na formação inicial ou continuada de professores, bem como na (auto) formação, considerando a ideia de um processo de formação”.

Entende-se, no entanto, a narrativa (auto)biográfica através de “uma tríplice dimensão: como fenômeno (o ato de narrar-se reflexivamente); como metodologia de investigação (a narrativa como fonte de investigação); e como processo (de aprendizagem, de autoconhecimento e de (res)significação do vivido” (ABRAHÃO, 2011, p.166).

As (auto)narrativas articulam-se com o saber proporcionado pela experiência, havendo uma relação dialética entre diferentes conhecimentos e a vida. Para Cordeiro (2007, p. 63), “[...] a transformação do aconteci-

mento em experiência vincula-se ao sentido e ao contexto vivido por cada sujeito.”

Pensar dentro dessa perspectiva (auto)biográfica, em que as memórias docentes são contempladas através das narrativas, como nesse estudo, significa dar voz às pessoas e, em particular, às docentes, oferecendo-lhes liberdade para que sejam ouvidas e se façam ouvir. Como diz Souza (2007, p. 64), “a memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamentos de experiências” e tais deslocamentos possibilitam uma condição favorável para que ocorra o processo (auto)formativo.

Através desse processo (auto)formativo, que foi desencadeado pelas (auto)narrativas, é que se apresentam as memórias, que para Souza acontecem (2007, p. 63), “[...] como um processo de recuperação do eu, e, a memória narrativa, como virada significativa, marca um olhar sobre os diferentes tempos e espaços, os quais articulam as lembranças e as possibilidades de narrar as experiências”.

Nota-se, então, que esse aprendizado (auto)formativo ocorre cotidianamente por meio das experiências que as(os) mesmas(os) consideram relevantes para a sua prática docente, ou seja, segundo Souza (2007, p. 63), “a memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo [...]”, pois são significativas e individuais e envolvem aspectos emocionais e particularidades vivenciadas por cada um, tanto no aspecto profissional como no pessoal.

Essas memórias, quanto partilhadas, tornam-se ressignificadas, tanto no aspecto pessoal quanto no profissional, mobilizando o ato de reflexão e proporcionando a construção de novos conhecimentos. Além disso, o ato de compartilhar nossas memórias pode nos ajudar a construir novos conhecimentos e habilidades. Em resumo, a partilha de memórias pode ser uma forma poderosa de aprendizado e desenvolvimento pessoal e profissional. Ela pode nos ajudar a crescer como indivíduos, aperfeiçoar nossas habilidades transformando-se em (auto)formação, e até mesmo inspirar outras pessoas.

O ambiente escolar é um lugar “privilegiado” para a produção de memórias, pois elas contribuíram para a formação da personalidade dos sujeitos – alunos e sujeitos docentes. Isso ocorre porque a escola é um local onde passamos uma grande parte de nossas vidas e onde ocorrem muitas experiências importantes que moldam a nossa personalidade e caráter. Alunos e professores podem recordar momentos de aprendizagem desafiadores, momentos de socialização com colegas, atividades extracurriculares, eventos escolares e até mesmo situações de conflito.

Para os alunos, as memórias escolares podem influenciar sua identidade e autoestima, e moldar suas atitudes em relação ao aprendizado e à educação. Já para os professores, as memórias escolares podem ajudá-los a refletir sobre sua prática pedagógica, a desenvolver novas estratégias de ensino e a melhorar seu relacionamento com os alunos. Segundo Menezes (2007, p. 26), “essa memória tem uma temática central – a aquisição de determinados conhecimentos sistematizados, escolhidos por um grupo social com imprescindíveis para a sua permanência.”

Verifica-se que tais conhecimentos determinam o acolhimento nos grupos sociais, percebendo-se claramente isso nas instituições escolares ao longo da vida profissional. Além disso, a escola é um lugar onde fazemos conexões sociais importantes, estabelecemos amizades e criamos redes de apoio. Essas conexões sociais podem ser úteis na vida profissional, seja para encontrar empregos, fazer networking ou encontrar mentores.

Por fim, é importante ressaltar que a escola também pode ser um lugar onde são adquiridos valores importantes, como a empatia, o respeito, a tolerância e a responsabilidade social. Esses valores podem influenciar a forma como nos relacionamos com os outros e como somos percebidos pelos grupos sociais. Por meio das (auto)narrativas, há a observação da construção do conhecimento dentro das trajetórias de vida e trabalho, que se apoiam na memória. Segundo Brandão (2008, s/p):

Entendemos por trajetória de vida ou trajetória identitária o processo de apreensão da realidade da qual cada indivíduo, mergulhado numa cultura (social, ampla e familiar) abstrai, a partir de sua percepção única, reordena e transforma em um projeto, profissão, modo e estilo de vida.

Dessa maneira, o sujeito seleciona suas experiências conforme sua vivência e está envolvido emocionalmente, de forma inconsciente, tornando-as influenciáveis e influenciado(a), formando diferentes elos, transformando-os em saber que se tornará sua trajetória de vida, transformando-se, em memórias e estas, como diz Brandão (2008, s/p), “estabelecem a nossa individualidade”.

Essas memórias são divididas em grupos, sejam informais ou de pesquisa (pesquisador), e causam a aproximação entre os membros desses grupos, com seus anseios, desejos, alegrias e frustrações. Ao compartilhar essas lembranças, há a valorização e compreensão, estreitando os laços e surgindo uma nova relação. Como diz Souza (2007, p. 4), “A memória é escrita num tempo que permite deslocamentos sobre as experiências [...] inscreve-se como uma construção social e coletiva e vincula-se às aprendi-

zagens e representações advindas da inserção do sujeito em seus diferentes sociais.”

Sobre isso, percebe-se o quanto os grupos sociais contribuem para aproximação e troca de experiências estreitando as relações e ainda agregando essas trocas de experiências para a suas práxis cotidiana. Quando nos relacionamos com outras pessoas em um contexto social, temos a oportunidade de compartilhar nossas experiências e aprender com as experiências dos outros. Essa troca de informações e vivências pode nos ajudar a ampliar nossos horizontes, a adquirir novos conhecimentos e a desenvolver novas habilidades.

Outrossim, quando nos relacionamos com outras pessoas em um contexto social, neste caso vislumbramos o ambiente escolar, estreitamos nossas relações e fortalecemos nossas conexões sociais. Isso pode ser muito importante para a nossa saúde mental e emocional, pois nos sentimos apoiados e compreendidos pelos outros membros do grupo social. Quando nos sentimos parte de um grupo social, também nos sentimos mais motivados e engajados em nossas atividades cotidianas.

Logo, as trocas de experiências em grupos sociais podem contribuir para a práxis cotidiana das pessoas. Quando aprendemos novos conhecimentos e habilidades em um contexto social, podemos aplicá-los em nossas atividades cotidianas e melhorar nossas vidas de diversas maneiras. Além disso, as trocas de experiências em grupo social também podem ser uma fonte de inspiração e motivação para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Ainda para Brandão (2008, s/p), no que se refere sobre memórias, “[...] toda a memória é conhecimento, como processo de aprender-ensinar-construir. Fazer, desfazer, refazer (se) – uma investigação, por meio da (auto)biografia, do sentido de nossas e das trajetórias seguidas”.

Essa evocação às memórias, às escolhas realizadas e aos resultados exige reflexão, pois o que fica registrado é aquilo que foi significativo naquele momento, que teve um sentido e indica uma futura direção. O resultado das experiências pessoais e profissionais tece relações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho. São esses resultados que proporcionam a (auto)formação da práxis docente.

Assim, essa modificação que ocorre depois da análise das experiências vividas e sentidas, como Thompson (1981) registra, causa diferentes aspectos, que trazem avanços na trajetória de vida, ou os que geram o caos e a desordem, mas se acredita que eles favorecem a ruptura com o “antigo”, incorporando-se naturalmente à sintaxe de experiências sentidas.

Pensando dialeticamente o conceito de experiência, procurou-se percebê-lo através de larga produção empírica com o intuito de construir um suporte sólido para seus trabalhos. A abordagem dialética do conceito de experiência busca entender a complexidade e a dinamicidade desse conceito, considerando que ele está sempre em constante transformação e que é influenciado pelas relações sociais e históricas.

Thompson propõe a distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida. A segunda aproxima-se daquilo que Marx e Engels (1998) mencionam sobre a consciência social, pois é a relação entre as experiências sobre as ações históricas que não poderiam ser adiadas ou falsificadas pela “falsa consciência”. Acrescenta Thompson (1981, p. 277):

[...] Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo, dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente.

O processo de (auto)formação acontece efetivamente a partir das experiências históricas conquistadas e apreendidas tanto por homens quanto pelas mulheres de forma concreta. Ainda nesse sentido, descreve Müller (2003, p.341):

Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como reflexos na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre as totalidades do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia[...].

Segundo Moraes e Müller, (2003, p. 12) ao realizar a distinção entre experiência I – experiência vivida e experiência II - experiência percebida por Thompson (apud Moraes e Müller, 2003, p. 12), entende-se que a experiência percebida seria a consciência social, nos termos definidos por Marx. A experiência vivida seria aquela resultante das experiências vivenciadas na realidade concreta, que se choca com a experiência percebida:

A experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experienciar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia (THOMPSON, 1981 apud MORAES; MÜLLER, 2003, p.13).

Isso significa que a vivência da experiência proporciona a releitura das práticas, preceitos e, ao mesmo tempo, pode contribuir para a constituição das identidades de classe, de gênero, de geração e de etnias. “A experiência constitui um referencial que nos ajuda a avaliar uma situação, uma atividade, um acontecimento novo” (JOSSO, 2004, p. 49).

Isto é relevante quando se trata de experiência, que é concernente ao ser humano, em sua caminhada única, realizada de encontro a relações sociais, profissionais, humanas, que se acumula no tempo, com situações e variações. Este é um processo individualizado; ou seja, a experiência é um processo único, pois cada indivíduo vai registrar a sua vivência de formas diferentes e torná-la experiências diferentes. Assim diz Wosniak (2016, p. 268):

A experiência para Dewey é um processo do viver que se relaciona de maneira intensa e contínua entre o mundo e o sujeito. Dessa relação brotam conflitos, resistências, impressões. Destes elementos, por sua vez, emergem as experiências, envoltas em ideias e emoções.

Analisa-se a experiência com o significado de integração entre os fatos, objetos e o sujeito; assim também ocorre com as experiências no campo educacional, pois a experiência como objeto da sua (auto)formação na prática docente só ocorre à medida em que o docente reflete sobre a sua experiência em sala de aula, visto que as ideias e os fatos são inexistentes fora da experiência.

Nóvoa (1999, p. 18) sugere uma sistematização no que se refere à análise das experiências, ou seja, “a capacidade para transformar a experiência em conhecimento e a formalização de um saber profissional de referência”. Então, as (auto)narrativas deveriam, como cita o mesmo autor, fazer parte de uma concepção abrangente de formação de professores, além do auxílio nas práxis docente construída a partir do discernimento da experiência.

Por isso, para Schwartz (2010), “a experiência é formadora desde que a pessoa tenha condições de refletir sobre ela, ou seja, que ela proporcione a formação profissional, formação contínua e a (auto)formação”. No que se refere a experiências e aos sujeitos, diz Cordeiro (2007, p. 62):

Os sujeitos da experiência que dão ponto de chegada e de partida de suas vivências, dando-lhes abertura, escuta, implicação e modificando-se, a partir da constante exposição aos saberes advindos da experiência, dos ritos de iniciação e dos intercâmbios culturais [...]

Assim são os sujeitos envolvidos nas experiências que ditam o ponto de chegada para as suas experiências determinantes. O pesquisador(a) é um mero espectador(a) do relato dessa vivência, analisando com os olhos do próprio sujeito a importância dada por ele(a).

Dessa forma, a (auto)formação é um processo autônomo de si mesmo, apoiado no coletivo, com a ideia de ser colaborativo, onde cada experiência e vivência são somadas e representa um caminhar de emancipação crítica, supondo a ideia de inacabado mencionado por Freire (2005), da incerteza, que nada em educação está pronto, acabado, pois é um processo de construção diária.

A partir dessa concepção de formação idealizado por Freire, vê-se a ideia de (auto)formação com essa proximidade com a análise da experiência, como uma fonte de inspiração para o processo de desenvolvimento pessoal e profissional, pois a (auto)formação ocorre na aprendizagem pela experiência, ou seja, ocorre de forma contínua, interativa e reflexiva. Conforme Santos apud Dewey (1958, p. 118):

[...] a experiência, para ser educativa, deve conduzir a um mundo expansivo de matérias de estudo, constituídas por fatos ou informações, e de ideias. Esta condição somente é satisfeita quando o educador considera o ensino e a aprendizagem como um processo contínuo de reconstrução da experiência.

O educador deve considerar todo e qualquer tipo de experiência é relevante para o processo educativo, pois carrega consigo uma bagagem de vivências, culturas, que o constituem como ser social, tanto dele(a) quanto da equipe discente; somente assim a experiência apresentada torna-se de fato relevante para a construção de um novo processo de conhecimento, isto só corre se o docente tem um olhar cuidadoso para aproveitar tais experiências em suas aulas. Cotidianamente, observam-se vivências que se tornam significativas para o processo evolutivo dentro e fora do contexto educacional, como diz Westbrook (2010, p. 37), “a experiência alarga os conhecimentos”. Desse modo, enriquece o espírito, dando significado mais profundo à vida.

É relevante mencionar o quanto a metodologia adotada pelo docente pode contribuir para a desvelamento destas experiências que possam contribuir com a (auto)formação, vemos que as metodologias que podem contribuir assertivamente com o desvelamento destas experiências auto formativas, são as metodologias ativas, onde o aluno é o centro do processo educativo, o professor é coadjuvante neste cenário de aprendizagem,

Vale dizer que a experiência corrobora com o crescimento do indivíduo tanto no sentido educacional quanto espiritual, tornando o bem viver menos conflituoso, proporcionando novas reflexões sobre mundo no qual se vive. No processo educativo analisado por Santos apud Dewey, à proporção que se vivenciam os fatos, produzem-se as experiências e, a partir dessa reflexão, um novo aprendizado se constrói, de certa maneira se (auto)formando, ou seja, a formação ocorre à medida em que há experiência.

Thompson (1981, p.16), “reflete sobre a experiência que surge de modo espontâneo para o ser social, nesse caso o docente, experiência que surge espontaneamente no ser social [...]”. Dessa forma, surgem as mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, pois exerce pressões sobre a consciência social.

A (auto) formação, conforme Lopes (1991, s/p.), “é um ato pelo qual o sujeito (auto) conscientiza-se e influencia o seu próprio processo de formação pela tomada de consciência de suas ações de modo retroativo”. Assim, projetam-se as aprendizagens e as experiências de vida para o processo de (auto) formação, tornando-as significativas para o sujeito do processo.

Para Loss (2015, p. 38947),” o ato de autoformar-se significa vivenciar as experiências do eu individual e coletivo para projetar-se a novas possibilidades para ser, conhecer, fazer, conviver e viver plenamente”. Ainda conforme Loss (2015, p. 38947), a “autoformação objetiva mobilizar e\ou provocar as pedagogas por meio de questionamentos” à reflexão sobre a experiência de ser pedagoga numa instituição militar. Esse ato reflexivo faz o sujeito voltar o seu “olhar” para suas dimensões internas (pensamentos, conceitos, sensações e sentimentos) e externas (experiências e ações cotidianas). Para tanto, a reflexão, como princípio da (auto)formação, requer o despertar do espírito crítico do sujeito, no sentido de formar opiniões e juízos sobre suas relações e experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar das experiências como (auto)formadoras, verifica-se como o campo de pesquisa é fértil, amplo e dinâmico. Entende-se que cada um envolvido no processo de ensino-aprendizagem, ou melhor, processo (auto)formativo, reflete sobre as suas próprias vivências, da sua trajetória de vida e docente e, a partir delas, vai construindo, então, o processo (auto) formativo.

Percebe-se, então, que esse aprendizado (auto)formativo ocorre cotidianamente, por meio das experiências que os mesmos elencaram como relevantes dentro da sua prática docente. As experiências individuais também são significativas, envolvendo aspectos emocionais e particularidades vivenciadas por cada um, seja no aspecto profissional ou no pessoal.

Ademais, a (auto)formação faz com que o sujeito(a) repense seus atos, seja autocrítico, reavalie suas prioridades dentro ou fora da sala de aula e a maneira como interage com o outro(a). Isso possibilita o autocohecimento e constrói, assim, novas experiências.

As experiências (auto)formativas no trabalho docente realizado no Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria podem partir do envolvimento com o corpo discente, mas também envolvem a intervenção da equipe diretiva para atingir os objetivos traçados pela instituição. O quadro docente também pode oferecer apoio nesse processo.

O envolvimento com o corpo discente pode se dar por meio da observação e escuta dos alunos e alunas, o que pode permitir uma compreensão mais ampla de suas necessidades e interesses. A partir disso, os professores podem desenvolver práticas pedagógicas mais adequadas e eficazes, que levem em consideração as características e especificidades dos alunos.

Por sua vez, a intervenção da equipe diretiva pode ser importante para definir os objetivos da instituição, bem como para estabelecer políticas e diretrizes que orientem o trabalho docente. A equipe diretiva pode oferecer suporte e orientação aos professores para que estes possam desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes e adequadas aos objetivos da instituição.

É importante ressaltar que as experiências (auto)formativas no trabalho docente podem envolver tanto a formação inicial quanto a formação continuada. Os professores podem participar de cursos, palestras, oficinas e outras atividades de formação, tanto internas quanto externas à instituição, para aprimorar suas competências e habilidades.

Em resumo, as experiências (auto)formativas no trabalho docente realizado no Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria contor-

nam o abarcamento com o corpo discente, a intervenção da equipe diretiva e o apoio do quadro docente. Essas experiências podem ser importantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas e eficazes, que contribuam para o alcance dos objetivos da instituição.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; PASSEGGI, Maria da Conceição. As narrativas de formação, a teoria do professor reflexivo e a autorregulação da Aprendizagem: uma possível aproximação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 165-172, maio/ago. 2011.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal - RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordino. Memória (auto)biográfica como prática de formação. In: **Revista @mbienteeducação**. São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jul. 2008.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.11-30, jan./jun.2002.
- CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. Experiência, histórias de leitura e formação: bastidores da leitura e cenas da escola. In: _____. **Histórias de vida e formação de professores**. Boletim 01, Secretária de Educação a distância, Ministério da Educação, março/2007.
- EGGERT, Edla; SILVA, Marcia Alves da. O 'dentro' e o 'fora' do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora. **Educação Unisinos**, v. 14, n.1, p. 59-65, jan./abr. 2010.
- JOSSO, Marie-Chirstine. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 373-383, mai./ago. 2006.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.22-40, 1991.

- LOSS, Adriana Salete. **A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação**. 37^a Reunião Nacional da Anped - Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira. Florianópolis: Anped, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção Clássicos Filosofia Ciências/Sociais)
- MENEZES, Jaci Martins Ferraz. Memória, autobiográfica e relatos de formação: a escola, a sala de aula e o fazer docente. In: CORDEIRO, Verbeena Maria Rocha. **Histórias de vida e formação de professores**. Boletim 01, Secretária de Educação a distância, Ministério da Educação, março/2007.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Tempos em que a “razão deve ranger os dentes”**: E.P. Thompson, história e sociologia. XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS. Campinas: Unicamp, 2003.
- MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e utopia**: Thompson e a História. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n.1 p.11-20, jan./jun. 1999.
- SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **A noção de experiência em John Dewey, a educação progressiva e o currículo de ciências**. Associação Brasileira de pesquisa em Educação em ciências. Campinas, 2011.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiência: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida e formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.
- SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010.
- THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1981.
- WOSNIAK, Fábio; LAMPERT, Jocielle. Arte como experiência: ensino/aprendizagem em Artes Visuais. **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 258-273, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/gear-te>. Acesso em: 23 mai. 2021.

WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio; ROMÃO, José Eustáquio; RODRIGUES, Verone Lane. (org.). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Submetido em 02/05/2023

Aceito em 01/07/2023

RESENHAS

O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES RURAIS NO PAMPA DO BRASIL MERIDIONAL

Anderson Romário Pereira Corrêa¹

Essa é uma resenha do livro *Rural Workers, Sindicatos and Collective Bargaining in Rio Grande do Sul*, publicado por *Springer International Publishing*, em 2022. O livro foi publicado em inglês e em minha tradução livre, o título ficou assim: *Trabalhadores rurais, sindicatos e negociação coletiva no Rio Grande do Sul*. O autor, Davide Carbonai, nasceu no dia 30 de maio de 1974, em San Giovanni Valdarno, província de Arezzo, na Itália. É professor adjunto no Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS, leciona nos programas de Pós-Graduação em Administração e Ciência Política da UFRGS, e no Pós-Graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Possui doutorado em Sociologia Econômica (Università di Teramo, 2005) e graduação/mestrado em Ciência Política (Università di Firenze, 2001). Foi pesquisador visitante na Université Catholique de Louvain-la-Neuve (2009) e na Università di Firenze (2012).

No Capítulo I, Carbonai escreve que o trabalho rural no Rio Grande do Sul é uma saída da extrema pobreza para muitos assalariados rurais e nem sempre garante um padrão de vida adequado. Os trabalhadores recebem um salário extremamente baixo que é pago por um trabalho difícil, exaustivo e até mesmo perigoso. Em 2019, no RS, o salário mínimo regional era de R\$ 1.236,15, por mês, por uma jornada semanal de 44 horas. Como problemática o autor questiona se o atual sistema representativo (sindical) representa de fato os trabalhadores rurais? Se existe diferença entre os sindicatos de trabalhadores rurais? Para que servem os sindicatos de trabalhadores rurais? Pesquisa quali-quantitativa, com diversas técnicas (metodologia indutiva, comparativa e análise de fontes documentais). O autor realizou entrevistas (não estruturadas) entre 2020 e 2021 com representantes de diferentes regiões do Estado. Fez uma revisão bibliográfica para identificar as principais abordagens em relação à temática: PECK (1996); BOIOTO (1991); COOK (2007); NORONHA (2000) e BACCARO (2008). O livro destaca a teoria das relações industriais e as estratégias de mobilização que buscariam criar identidades coletivas. O autor, amparado em Hodson, (1991), escreve que existem quatro mecanismos que os trabalhadores utilizam para permanecerem satisfeitos com seu trabalho:

¹ Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa - São Borja. Mestre em História pela PUCRS. Membro Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

1) reconstruir (reenquadrar) os significados atribuídos às suas tarefas; 2) construir espaços de autonomia em sua rotina de trabalho nos quais as habilidades de resolução de problemas possam ser expressas; 3) potencializar as relações com um ou mais colegas de trabalho de forma a fortalecer relações sociais capazes de construir identidades coletivas positivas e desenvolver mecanismos de solidariedade dentro do grupo e 4) aprimorar o conjunto de tarefas que esses trabalhadores realizam diariamente. (HODSON, 1991 e 2001 apud CARBONAI, 2022.p.06)

Carbonai diz que sua pesquisa demonstra que estes mecanismos são parcialmente ativados. Ele aborda a ação coletiva dos trabalhadores rurais através de seus sindicatos e na busca por melhores salários e qualidade das condições de trabalho. Embora ele perceba que muitos trabalhadores não são representados, sobretudo aqueles que estão na informalidade e ou não amparados por acordos coletivos, penso que seja importante lembrar que existem outras formas de ações coletivas dos trabalhadores rurais. O autor descarta abordagens teóricas mais estruturalistas e opta por abordagens que, sem deixar de considerar os condicionantes estruturais, privilegiam as estratégias dos sujeitos. Seu trabalho está mais próximo à teoria disposicionalista em sociologia.

Para a revitalização do movimento sindical, o autor concorda com Croucher e Wood (2017) quando estes dizem que o papel dos ativista é fundamental. O autor então questiona: “Quem seriam os ativistas que deveriam revitalizar o sindicalismo dos trabalhadores rurais?” (CARBONAI, 2022. p.06) Outra referência teórica, usada por Carbonai, aponta que existem três questões fundamentais para a revitalização do movimento sindical: “1) aumento da eficiência e instrumental básico (formar militantes); 2) governança e organização interna; 3) repensar os recursos sindicais.” (LEVESQUE e MURRAY, 2006 apud CARBONAI, 2022. p.06).

Em alguns casos a negociação coletiva pode não trazer melhoras significativas e nesse sentido é importante considerar a estrutura da negociação coletiva, os esforço sindicais e o conflito nas relações de trabalho no campo. As questões fundamentais são: “Quais cláusulas contratuais estabelecidas por meio de negociação coletiva resguardam os direitos e a saúde dos trabalhadores rurais? O que mudou desde que a reforma trabalhista foi promulgada?” Para melhorar as condições salariais a negociação coletiva local é muito importante. Outros temas importantes são a fragmentação da representação e a falta de protestos e greves que estão praticamente ausentes. O resultado destes últimos aspectos é um quadro instável que favorece o lado mais forte das relações trabalhistas. As diferenças das microregiões

do Estado, norte e sul/fronteira, se devem a profundas raízes históricas dos sistemas agrários. Alguns estudos citam a diferença de dotação de capital social em favor do norte em detrimento do sul. Que o sul teria uma vida comunitária mais frágil. Carbonai diz que as diferentes dotações de capital social não garantem relações de trabalho mais inclusivas ou melhores condições de trabalho para os assalariados rurais. Eu destaco que, sobre o capital social, os primeiros sindicatos de trabalhadores são criados nas cidades do litoral e da região da campanha, que naquele contexto (República Oligárquica) eram as cidades que reuniam as condições para este fenômeno (associativismo/mutualismo/urbanização...). (CORRÊA, 2019)

No Capítulo II, são discutidas a identidade de classe, condições de trabalho e mercado de trabalho. Sobre os sistemas regionais de produção rural no Rio Grande do Sul, o autor descreve que o soja é plantado em todas as regiões do norte do Rio Grande do Sul, o arroz é plantado próximo a Fronteira Oeste. O uso de máquinas para colheitas ocorre no norte e no oeste. As maiores fazendas (estâncias) estão presentes, sobretudo, nas planícies da campanha e do sul (sudoeste e sudeste). (FRANTZ e SILVA NETO, 2015 apud CARBONAI, 2022.p.15) Essas diferenças também irão impactar na diferença de tarefas, métodos de cultivo e trabalho. Existe um maior número de empregados permanentes no pampa e nas regiões ao redor de Vacaria, onde foram encontrados sindicatos de trabalhadores rurais muito ativos. Existe uma maior presença de trabalhadores qualificados no norte e no oeste. Apesar dessas diferenças regionais, uma questão que os iguala é a participação política: *“protestos e greves estão ausentes em quase todos os lugares.”* (CARBONAI, 2022.p.16)

A paisagem da campanha e fronteira mudou e houve a introdução de novas tecnologias e culturas. O autor diz que nas entrevistas percebeu a ausência do termo classe, classe trabalhadora e de trabalho. Os entrevistados falam em serviço, que, segundo Carbonai, enquanto o trabalho produz trabalhadores o termo serviço produz servos. Sobre a transformação da paisagem no pampa eu destaco a tese de Montebianco (2021) que demonstrar espaços de resistência às transformações ocorridas nos últimos tempos, principalmente a resistência ao soja, e a preservação de um modo de vida pastoril pampiana.

Carbonai diz que são cada vez menos perceptíveis elementos que caracterizem marcadores de identidade. O autor diz que a identidade gaúcha praticamente se desvaneceu. Segundo ele, entre os trabalhadores, essa figura mítica do gaúcho não existe mais. Com exceção em Alegrete, em que o autor diz: *“Antônio era capataz: administrava outros trabalhadores rurais em uma grande fazenda em Alegrete (na fronteira oeste do Rio Grande do Sul). Ele está aposentado, mas continua trabalhando. Antônio lembra os gaúchos de 30 anos*

atrás, conforme descrito por Leal (2021).(...)”(CARBONAI, 2022.p.18) Em Mostardas, por exemplo, a identidade dos trabalhadores rurais é com a cultura e a comunidade quilombola. Particularmente, gostei da abordagem de Carbonai pelo viés das identidades coletivas. Embora ele não discuta o conceito de identidade e nem como elas são construídas. Também não discute o conceito de consciência de classe. Acho que ele poderia ter explorado mais esse aspecto. Em leitura recente que fiz de Julie Greene (2021), conclui que, para ela, classe é uma experiência que se faz historicamente em todos os campos (econômico, ideológico, político) e é experimentada por diferentes clivagens e identidades, em ações coletivas ou não, em todos os espaços e momentos (mesmo o trabalho não assalariado). Carbonai explorou um pouco a identidade “comunitária” (regional) do gaúcho e poderia ter observado questões etárias, de gênero/sexo e de raça/etnia (nesse último caso ele comenta sobre os quilombolas).

Carbonai escreve que os trabalhadores rurais não querem revelar as relações tensas no trabalho. o autor especula que os trabalhadores podem ser intimidados pelos patrões. Os trabalhadores não aparecem nas assembleias para discutir os acordos coletivos. A relação entre os sindicatos e os trabalhadores rurais se limita, muitas vezes, à assistência médica e estes não sabem que existem acordos coletivos.

O trabalho rural, além de mal pago, é arriscado. De 2018 à 2019 houve um aumento no número de acidentes fatais no trabalho rural. A morte no trabalho na agropecuária pode passar dos 200 casos por ano, entre aproximadamente 160 mil trabalhadores. Depois da reforma trabalhista cada vez mais os trabalhadores rurais são contratados como multitarefas e ou polivalência. Isso aumenta o risco de acidente. Foram relatados diversos e sérios problemas relacionados à segurança no trabalho.

Em 2019 haviam registrados mais de 83 mil trabalhadores assalariados rurais. Na região noroeste, são 17.500; no nordeste do estado são 14.400; na região central são 10.000, na região metropolitana são 12 mil e na região da campanha e sul são 28.000. Existe um mercado de trabalho para aproximadamente 160.000 trabalhadores assalariados rurais. Metade destes, sem contrato formal de trabalho. Esse último caso favorece o *dumping social*, que é a falta de direitos mínimos aos trabalhadores e, inclusive, casos de trabalho análogo à escravidão. Carbonai sugere que os sindicatos dos trabalhadores e dos patrões poderiam trabalhar em conjunto para reduzir a informalidade e incentivar os acordos coletivos.

No Capítulo III é feita a discussão do sindicalismo dos trabalhadores rurais. Embora a Lei 13.467/17 tenha alterado mais de 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o sindicalismo brasileiro con-

tinua sob uma grande interferência estatal. É mantida a unidade sindical, a negociação coletiva é mantida em âmbito local e pelo setor profissional. A reforma alterou o sistema de negociação coletiva onde define que os acordos negociados se sobrepõem ao legislado. Para o autor, *“ao reduzir os direitos trabalhistas previstos na lei, avanços significativos em favor do trabalhador só podem ocorrer por meio da negociação de melhores condições.”* (CARBONAI, 2022.p.38)

Quando uma classe profissional não está sindicalizada e os sindicatos divididos, existe espaço para maior degradação do trabalho. Alguns sindicatos conseguem colocar no acordo coletivo uma cláusula que determina a ida até o sindicato para casos de demissões, mas, segundo o sindicato, os patrões dizem pro trabalhador não ir e estes não vão. Existem cerca de 400 STRs no Rio Grande do Sul, num estado composto por 497 municípios. Estes sindicatos são filiados à três federações sindicais. A federação que representa os assalariados é a FETAR (Federação dos Trabalhadores rurais Assalariados do Rio Grande do Sul). Em 2015 oito sindicatos resolveram criar uma federação dedicada somente aos trabalhadores rurais assalariados (FETAR): Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Bagé, Vacaria, São Borja, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Itaqui, Santana do Livramento e Uruguaiana. Segundo o autor, em Bagé, no ano de 1985, foi assinado o primeiro acordo coletivo dos trabalhadores rurais. Destaco aqui que a cidade de Bagé possui uma rica história de luta sindical, em 1927 a sede e direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) foi transferida para Bagé. A cidade de Bagé, na Campanha do Rio Grande do Sul, era conhecida, no meio operário e sindical, como a capital anarquista do pampa. (CORREIA, 2016)

Já do lado dos patrões, a FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) representa cerca de 130 sindicatos rurais. Eles só possuem uma federação. O capital (patrões e capitalistas) está unido, enquanto o trabalho (trabalhadores) está dividido. Alguns questionamentos surgem a partir das problematizações feitas no decorrer da pesquisa: Quem representa os assalariados naqueles municípios que não tem SRT? Todos os STRs assinam acordos coletivos? Os sindicatos que representam tanto agricultores (ou pecuaristas) familiares quanto os trabalhadores assalariados não é uma contradição? Os STRs que são filiados à FETAG ou à FETRAF representam os assalariados? É um cenário complexo com diferentes lógicas de mobilização, valores políticos e histórias sindicais.

Carbonai escreve sobre a negociação coletiva e diz que ela ocorre entre dois sindicatos em nível local: um STR e um sindicato ruralista (patronal). Se não for atingido um acordo, um juiz do trabalho resolve a disputa. Isso se um dos sindicatos levar a questão ao Tribunal. Em 2022, 34%

dos municípios são abrangidos por acordos coletivos. Nas regiões sul (Sul e Campanha), que possuem grandes latifúndios e número significativo de assalariados, o percentual de municípios com acordos coletivos é maior. Nas regiões Sul e Campanha cerca de 72% dos trabalhadores estão aparados por acordos coletivos. Isso significa aproximadamente 60.000 trabalhadores assalariados. Nos municípios onde não há acordo coletivo, mais da metade destes estão nas regiões da Serra e Planalto, vigora o salário mínimo regional. Em termos quantitativos a FETAR está mais relacionada ao Pampa e Campanha, mais presente onde existe o maior número de assalariados rurais e assinam acordos coletivos.

Existe um conjunto de limitações que os STRs possuem para realizar as negociações coletivas. Dificuldade de ordem legal e de ordem cultural. Os protestos são muito raros e é difícil visitar as fazendas (distantes). Existem resistências dos sindicatos rurais (patronais) e da FARSUL. Mesmo quando o sindicato é atuante a cultura política do campo não favorece o sindicalismo ou a mobilização coletiva. A ausência de greves e de protestos também impacta negativamente nas negociações coletivas. Os acordos coletivos são normalmente semelhantes, sem diferenças significativas entre regiões ou ao longo do tempo. Os acordos mais diferenciados são os acordos que envolvem trabalhadores assalariados nas lavouras de soja da região sul, que tendem a ser mais generosos. A negociação leva a um salário maior do que o mínimo estadual e acima da inflação. É importante destacar que o autor ouviu o relato de uma greve de trabalhadores rurais em Uruguaiana, envolvendo dezessete trabalhadores. Aproveito para lembrar de outros tipos de mobilizações e ações coletivas dos trabalhadores rurais, que ocorreram em Uruguaiana e na região, que foram os acampanamentos e ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos anos 2000.

Nos acordos coletivos, Carbonai encontrou cláusulas sobre participação em assembleia, sobre contribuição sindical (voluntária), valores por alimentação e hospedagem, acréscimo e adicional por periculosidade e auxílio funeral. Na metade dos acordos analisados aparecem outras cláusulas como o quadrênio. Os cargos e salários são diversificados, como o exemplo do capataz que tem um salário base mais alto. Em alguns acordos aparece o bônus por trabalho noturno. Existem contratos com cláusulas como o auxílio transporte e para custear creche para os filhos dos trabalhadores. Cláusulas como Banco de Horas e doma de cavalos são importantes mas menos comuns. No caso da doma o trabalhador ganha um salário a mais por cavalo domado. Em outros poucos contratos existem cláusulas sobre alimentação extra por produtividade, como por exemplo, o arroz e a carne. Cláusulas sobre a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa rural são raros. Questões relacionadas à saúde do trabalhador e a acidentes de trabalho

são difíceis de serem colocadas nos acordos. Uma alternativa, para superar certos limites e ampliar a margem de manobra e avanço nas negociações, seria, através de mudança na legislação, terminar com os acordos municipais e passar a adotar acordos regionais.

Quando o autor visitou algumas sedes de STRs percebeu que existem, geralmente, consultórios médicos de diferentes especialidades. Esse tipo de assistência médica está presente em todos os sindicatos filiados à FETAR e na maioria dos filiados à FETAG. Os STRs da região sul e campanha oferecem serviços médicos e sociais. Um desses dirigentes, ao refletir sobre a atuação do seu sindicato, exclamou: *“Isso é um sindicato ou uma empresa de serviços?”* (CARBONAI, 2022.p.59)

No Capítulo IV, Carbonai destaca as contradições que acontecem no momento das negociações coletivas no setor agropecuário do Rio Grande do Sul e compara com o modelo argentino de sindicalismo de trabalhadores rurais. O sindicalismo brasileiro é local e fragmentado com os sindicatos filiados a três federações e a duas centrais nacionais. Uma parte dos sindicatos não assina acordos coletivos e parte destes nem sequer demonstram interesse. O sindicalismo rural também se divide entre os trabalhadores da agricultura familiar e de trabalhadores assalariados rurais. Os sindicatos filiados a FETAR (de assalariados rurais) são mais comprometidos. Estes estão na região sul e na campanha (região do latifúndio). Nesses casos os acordos coletivos garantem ganhos reais e mais algumas vantagens. Para melhorar a representação dos trabalhadores, entre as sugestões apontadas, seria ocorrer negociações em âmbito regional ou estadual e a criação de novos sindicatos regionais dedicados aos assalariados rurais. O problema do Brasil não é a liberdade sindical e sim o sindicalismo único. Somente um sindicato local possui a carta sindical. Existem trabalhadores que não são representados e que não estão amparados por acordos coletivos e que nunca estarão se esse modelo continuar. A maioria dos sindicatos da FETAR estão na região do pampa, da campanha, como já foi dito, mas existem exceções, como o caso do município de Alegrete, onde o sindicato dos trabalhadores rurais é filiado à FETAG. Ele representa os agricultores (pecuristas) familiares e os assalariados rurais.

Na Argentina, na província de Corrientes, cidade de Santo Tomé, vizinha à cidade de São Borja, o salário de peão é cerca de R\$2.134,99 e em São Borja é de R\$ 1.300,00. Na Argentina a negociação coletiva ocorre em âmbito nacional com a participação de representantes dos patrões, dos empregados e do Governo Federal (tripartite). A organização sindical dos trabalhadores rurais é menos fragmentada e mais unificada. Em comum, os sindicatos de trabalhadores rurais brasileiros e argentinos tem a prestação de serviços sociais e assistenciais. Na Província de Corrientes não há greves de trabalha-

dores rurais. A autonomia local dos sindicatos de trabalhadores rurais, no Rio Grande do Sul, não garante avanços em termos salariais. Carbonai diz que num contexto onde prevaleceu uma cultura que teima em ser contrária ao conflito e a greves, somente um sindicalismo centralizado pode garantir a representação dos trabalhadores e melhorias significativas. Penso que essa cultura contrária ao conflito pode ser observada em relação às ações sindicais e não pode ser generalizada ao mundo do trabalho no campo. Retomo aqui os exemplos das ações do MST na região da campanha, com vários acampamentos, ocupações e assentamentos (embora eles também tivessem dificuldades em mobilizar os trabalhadores dessa região). (SANTOS, 2012)

No Capítulo V Carbonai escreve que em 2017 duas leis foram aprovadas sobre o trabalho temporário e sobre a legislação trabalhista (leis 13.429, 13.467 e 13.019/1974). O primeiro ato do governo eleito em 2018, foi a dissolução do Ministério do Trabalho, em 1º de Janeiro de 2019. Ainda nesse ano a chamada lei da liberdade econômica (lei 13.874) acarretou em novas alterações na CLT. Outra Emenda Constitucional (EC 103) alterou o sistema previdenciário. Diversas medidas provisórias em 2020 alteraram a regulamentação trabalhista (Ex.: Lei 14.020). Durante a pandemia o governo federal adotou Medidas Provisórias (MP) para incentivar as demissões e obstruir os sindicatos (MP 927/2020 e MP 936/2020). Em 2020 a taxa média de desemprego foi de 13,5%. Nos últimos anos a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil e ao mesmo tempo os lucros dos bancos e das instituições financeiras só tem aumentado. Além dessa desigualdade planejada, acrescenta-se a exploração do trabalho nos latifúndios onde aparecem os casos de trabalho análogo à escravidão. No governo Bolsonaro reduziu-se drasticamente os recursos para o combate ao trabalho análogo ao trabalho escravo. A bancada ruralista é uma das maiores e mais atuantes no Congresso. Essa bancada ruralista exige a ampliação do financiamento rural, flexibilização da legislação trabalhista e da legislação de proteção ambiental. Chama as demarcações de terras indígenas e áreas de proteção ambiental de obstáculos ao agronegócio.

Os STRs no Rio Grande do Sul são divididos em centenas de sindicatos locais, três federações e duas centrais, com diferentes níveis de filiação dentro do sistema partidário. Os patrões, ruralistas, são unificados em uma única entidade, a FARSUL e com poderosos representantes políticos em âmbito estadual e federal. Ao mesmo tempo um agenda política antissindical e antiambiental, com o apoio do agronegócio, avança. Os entrevistados por Carbonai sugerem algumas alternativas para melhorar as negociações coletivas e as condições de trabalho: acordo coletivo centralizado (estadual), criação de sindicatos regionais de assalariados representados por assalariados, maior diálogo social, um consórcio de empresas para contratação de

trabalhadores rurais (usando escalas de trabalho), formas de representação e financiamento sindical mais transparentes. Segundo Carbonai são justamente essas questões estruturais, políticas, que impedem a melhoria das condições de trabalho. Para a renovação da prática sindical é necessário o desenvolvimento de identidades coletivas com a mobilização de especialistas externos e o desenvolvimento das lideranças sindicais. Quem são os ativistas políticos no Rio Grande do Sul que podem revitalizar os sindicatos de trabalhadores rurais e resolver os problemas de precariedade? Enquanto isso avança no congresso a PEC 196/2019 que modifica o sistema de relações trabalhista visando a adequação à convenção nº 87 da OIT. Ainda não se esboçou um plano para se contrapor a isso tudo. Trago para reflexão o exemplo do nordeste, em Pernambuco, por exemplo, a ação combativa e classista do trabalhadores rurais e de seus STRs podem ser atribuídas a uma história de mobilizações coordenadas estrategicamente pelos partidos de esquerda, que, mesmo no período da Ditadura Militar e na “clandestinamente”, investiram na formação militante e nas organizações sindicais. (LIMA, 2012)

Para Carbonai existe um amplo espaço de manobras e iniciativa. O trabalho informal poderia ser reduzido pela introdução de um consórcio de empregadores ou por um grupo de pequenos empresários. Ao invés da informalidade poderiam trabalhar regularmente. O sistema de barganhas locais poderia ser substituído pelas negociações estaduais. Novos sindicatos de trabalhadores rurais poderiam ser criados em âmbito regional. Poderia ser criado um sistema de controle de qualidade sobre os produtos que certifique a qualidade do trabalho, das relações de trabalho. Para Carbonai deve ser construído um sentimento de identidade de classe e sindical.

Davide Carbonai diz que a questão política também deve ser enfrentada. A bancada ruralista controla $\frac{1}{4}$ do Congresso e possui representantes do R.S. Os trabalhadores estão parcialmente representados e um novo sistema de relações trabalhistas com representação política é urgente. Os sindicatos de trabalhadores rurais engajados no R.S podem copiar estratégias e formas de resistência às constantes pressões sistêmicas, tentando avançar observando os riscos e possibilidades de novos espaços.

Os trabalhadores rurais foram uma das categorias que por último adquiriram os direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil. Isso ocorreu na década de 1970, com a Lei nº 5.889/73 e pelo Decreto nº 73.626/74; também previsto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988. Um atraso de trinta ou quarenta anos em relação às demais categorias. Davide Carbonai nos apresenta uma fantástica contribuição para conhecermos a realidade dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, o sindicalismo rural e suas formas de atuação. Nos mostra os limites e os desafios para essa categoria de trabalhadores. Apesar de todas as dificuldades e precariedades, percebi

que o maior número de empregados permantes e assalariados está na campanha (pampa). É a região das grandes propriedades, das estâncias, das plantações de arroz e, agora, do soja. Região com STRs muito ativos, com a maior proporcionalidade dos acordo coletivos, e estes acordos conquistando as melhores condições para os trabalhadores dessa região. Incluindo salários melhores e outras vantagens como na alimentação, gratificações e os sindicatos com assistências de saúde e pretação de outros serviços. Sobre as questões políticas levantadas por Carbonai, primeiramente penso que existem diversas formas de ação coletiva reivindicatórias dos trabalhadores rurais ocorrendo. Talvez uma das questões não seja tanto a falta de cultura de conflito e luta de classes e sim os mecanismo de controle burocrático sobre os sindicatos (governança e gestão). Em segundo lugar, concordo com a necessidade da formação militante. Me limito a dizer que é possível pensar na revitalização militante através de uma estratégia de inserção e formação de militantes nos setores de assalariados rurais que fomente a participação, a mobilização, a organização (uma estratégia de partido como no caso do nordeste citado acima) que com unidade na ação e num programa, respeite as bases, as autonomias locais e municipais (com democracia radical e participativa, com federalismo político). (BEAKLINI, 2009. p.291)

Enfim, sugiro fortemente a leitura do livro *Rural Workers, Sindicatos and Collective Bargaining in Rio Grande do Sul*, de David Carbonai, para aqueles e aquelas que se interessam pelas condições de trabalho e de vida desses trabalhadores subalternos que são os trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

- BEAKLINI, Bruno Lima Rocha. **A interdependência estrutural das três esferas: uma análise libertária da organização política para o processo de radicalização democrática.** 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira. Sindicalismo revolucionário e anarco - sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898 ? 1928). **ESTUDIOS HISTÓRICOS** (RIVERA), v. 01, p. 01-17, 2016.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira; CARBONAI, D. O movimento operário gaúcho na República Velha: uma análise de quantitative history. **ESTUDIOS HISTÓRICOS** (RIVERA), v. 21, p. 01-12, 2019.
- GREENE, Julie. Rethinking the boundaries of class: labor history and the-

ories of class and capitalismo. **Labor: Studies in working class history**, v. 18, n, 2, 2021

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**.2.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MONTEBLANCO, Felipe L. **Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do pampa remanescente no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, R.S, 2021.

SANTOS, A. L. M. dos, & De David, C. (2012). Luta pela terra e disputas territoriais na região da Campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel - RS. **REVISTA NERA**, (20), 175–192. <https://doi.org/10.47946/rnera.voiz0.1855>

DISCURSOS E
CONFERÊNCIAS

PORTO ALEGRE CIDADE, 1822

Adriano Comissoli¹

Conferência proferida em 16 de novembro de 2022 no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Uma parte dos elementos da conferência é resultado de minha tese de doutorado, financiada pela CAPES.

1. Agradecimentos e aproximações

Boa tarde! É um prazer ser recebido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ainda que não seja minha primeira visita. De fato, minha estreia no Instituto se deu no ano 2000, em companhia dos professores Eduardo Neumann e Fábio Kühn, quando eu era estudante de História pela UFRGS. O Instituto era uma novidade para mim, que ignorava sua importância e participação na produção e divulgação de conhecimento sobre o passado. Hoje compreendo a importância da instituição em proteger e oferecer acervos, bem como em discutir história. Considero um mérito retornar enquanto palestrante.

O mérito não é particularmente meu, trata-se de uma conquista coletiva. Hoje, em 2022, não sou um iniciante dos estudos históricos, sou professor numa boa universidade federal, a de Santa Maria. Os Programas de Pós-graduação em História são uma realidade consolidada e os profissionais originários do nosso estado são respeitados no país e para além dele. Da mesma forma, o Instituto modificou-se e atualizou-se. Renovaram-se membros, sua revista assumiu papel importante – o último número traz alguns alunos e egressos da UFSM – além de desenvolver projetos relevantes, muitos deles em parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Destaco a publicação da correspondência do governador Paulo José da Silva Gama, em 2008, a qual uso com frequência em minhas pesquisas, sendo citada em diferentes revistas e livros.² Nos seus 102 anos, o Instituto permanece relevante e dialoga com frequência com outros produtores historiográficos como os programas de pós-graduação em História de diferentes universidades.

A minha alegria em oferecer-lhes uma palestra se deve ao bom momento da historiografia brasileira, para o qual o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul contribui.

1 Departamento de História/UFSM

2 MIRANDA, Márcia Eckert & MARTINS, Liana Bach (Coord). Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG, 2008.

2. A data, 14 de novembro de 1822

Hoje é 16 de novembro de 2022. Há 200 anos e 2 dias atrás, Porto Alegre passou da condição de vila à de cidade. Para compreendermos o significado disso é necessário discutirmos algumas nomenclaturas no império marítimo português: freguesia, vila e cidade. Tais palavras funcionam também como categorias explicativas para o período ao qual me reportarei.

Todas as três guardam significados múltiplos. Em parte referem-se a povoações que reúnem populações, nomeiam espaços que abrigam comunidades. As freguesias referem-se às paróquias criadas pela Igreja Católica, as quais recebem um pároco, um padre residente responsável pelos preceitos religiosos. As vilas tem um caráter político: são povoações dotadas de Câmara de Vereadores, entidade responsável pelo governo local. As vilas, via de regra, reuniam diversas freguesias. O título de cidade eram conferido às vilas de particular importância, geralmente incidindo em direitos – nomeados como liberdades – e alguns privilégios, sendo comum que os mesmo repetissem os que foram concedidos à cidade do Porto (Boxer, 2002, p. 291). Tratava-se de anunciar a importância do núcleo populacional a partir de sua designação. A denominação de cidade não chegava a estabelecer cargos administrativos diferentes dos que haviam na vila, antes sim reconhecia funções existentes e anunciava a predominância sobre uma região. As vilas, por exemplo, não se subordinavam às cidades. No caso da vila de Porto Alegre, era sua condição de capital que a distinguia, auxiliando a alcançar o título de cidade.

Em 1822, o nome Porto Alegre estava ligado a dois recortes, o da freguesia e o da vila. A freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre correspondia a apenas uma fração da vila de Porto Alegre, que abarcava outras freguesias, como a de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos e, posteriormente, Nossa Senhora das Dores. É verdade que a freguesia de Madre de Deus correspondia aproximadamente ao que hoje é o município de Porto Alegre, abrangendo a atual área do centro histórico, que concentrava a maior fração da população. Contudo, quando nos referimos à vila de Porto Alegre, estamos falando de uma espaço muito mais amplo e com diferentes núcleos populacionais. O nome Porto Alegre está embebido em ambiguidade, quando nos referimos ao passado. Dessa maneira, vou destacar quando me referir especificamente à freguesia, chamando-a Madre de Deus. Quando utilizar Porto Alegre, me refiro à sua condição de vila e de cidade.

Em 14 de novembro de 1822, Dom Pedro I, já titulado imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, passou carta de lei erigindo a vila de Porto Alegre em cidade, “com todos Fóros, Liberdades, e Prerrogati-

vas, de que gozam as outras Cidades deste Imperio”. Justificou a decisão pelo

muito que os seus habitantes se faziam dignos da Minha Imperial Contemplação, não só pelos briosos feitos, e sacrificios, que em diversas épocas tinham obrado a bem da Patria; mas tambem pelo seu nobre entusiasmo, e zelo da sagrada causa, e Independencia deste vasto Imperio, e pelos seus puros sentimentos de fidelidade, amor e adhesão á Minha Augusta Pessoa.³

A honra respondia à representação apresentada por Francisco Xavier Ferreira em 12 de outubro do mesmo ano, por ocasião da aclamação do imperador, um momento tão festivo quanto marcante para o projeto de nação que se aplicava (Souza, 1999).

A data e os envolvidos nos auxiliam a compreender em que condição a elevação de Porto Alegre à condição de cidade ocorreu. Estamos falando do mesmo ano e contexto da independência brasileira. Dom Pedro era então o imperador constitucional do Brasil, comprometido não apenas com a independência, mas com a adoção de uma constituição alicerçada na soberania popular por meio de sua representação política e direcionada à divisão de poderes.

Francisco Xavier Ferreira era deputado da Junta de Governo Provisório do Rio Grande do Sul, pois em fevereiro de 1822 o último governador-geral, nos moldes do período colonial e Antigo Regime português, foi substituído por um governo chamado pelos contemporâneos de representativo, eleito por um número inédito de participantes, como também outras províncias haviam praticado a partir de 1821. A princípio, essas Juntas de Governo respondiam às Cortes de Lisboa e não mais ao rei Dom João VI. Entretanto, com a progressiva ruptura entre Portugal e o Brasil, as Juntas das províncias brasileiras se aliaram ao príncipe Dom Pedro e seus partidários. O movimento foi mais imediato para as províncias do centro-sul brasileiro, que formaram o núcleo político do Estado-nação que emergia.

Pensar a elevação à condição de cidade para Porto Alegre remete a conhecer as condições da povoação no período, bem como as transformações políticas que se operavam.

3 Carta de 14 de novembro de 1822 https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carta_sn/antioresa1824/carta-40655-14-novembro-1822-573776-publicacaooriginal-97041-pe.html consultado em 14 de novembro de 2022.

3. O que era Porto Alegre em 1822?

A resposta repousa sobre duas características principais: era um centro populacional e capital política e administrativa da província do Rio Grande do Sul.

Dario Scott estima a população da freguesia de Nossa Senhora de Madre de Deus em 6.650 habitantes, o que considerou proporcional a 8,2% da província (SCOTT, 2021, p. 76). Neste ano já existiam 5 vilas no RS e dezenas de freguesias, de modo que podemos considerar o percentual significativo para apenas uma freguesia. A população livre compunha 62,2%, os escravizados, 37,8%. Os habitantes masculinos eram 59,4% e as mulheres, 40,6%, um evidente desequilíbrio da razão entre sexos. Significa que havia maioria livre, mas um expressivo contingente escravo, além de um predomínio masculino em ambas as categorias.

Segundo Luciano Costa, a população negra era bastante expressiva tanto na condição de escravos quanto na de libertos, isto é, escravos que haviam alcançado a liberdade. Os números do autor são para anos um anteriores a 1822, mas com proximidade suficiente para os considerarmos. Entre 1805 e 1810 os ex-escravos oscilaram entre 23 e 25% dos moradores de Nossa Senhora Madre de Deus (Gomes, 2022). Tais números se explicam pelo crescente comércio humano dirigido ao Rio Grande do Sul, do qual comerciantes de Porto Alegre eram articuladores importantes. Um número expressivo dos escravos africanos era de jovens de 10 a 14 anos, que com o passar dos anos alcançavam a liberdade por meio de serviços prestados e acúmulo de pequenas economias (Berute, 2022). Portanto, devemos considerar que aos 37% de escravos negros somava-se um grande número de negros livres (denominados na época pelos vocábulos pretos, crioulos, cabras, mulatos, pardos). Ou seja, a comunidade negra da freguesia de Madre de Deus não era acidental, mas parte da estrutura populacional e da força de trabalho da povoação. Aqueles que se dedicarem a produzir genealogias de múltiplas gerações, poderão demonstrar que muitas famílias negras da atualidade remontam ao passado mais distante de nossa capital. Se antiguidade oferece legitimidade às demandas políticas de uma população, devo afirmar que a população negra de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul é extremamente antiga.

Se os escravos eram negociados é por que um grupo mercantil bastante atuante habitava Porto Alegre. A pujança do comércio se mostrava na presença recorrente de negociantes na Câmara de Vereadores local. Entre 1767 e 1828 os negociantes foram 48% dos oficiais da Câmara (Comissoli, 2012). Muitos destes comerciantes eram responsáveis pelo movimento portuário, o qual se verifica nas listagens de confissão realizadas na época da

quaresma: entre 1790 e 1805 os tripulantes de embarcações oscilaram entre 9,1 e 15,9% das pessoas que realizaram os preceitos religiosos na freguesia de Madre de Deus (Freitas, 2022). Via de regra eram embarcações de pequeno porte, capazes de navegar a barra da lagoa dos Patos ou destinadas ao tráfego dos rios locais (Berute, 2011).

Os comerciantes se fizeram presentes também na Irmandade de Misericórdia local, que em 1822 foi confirmada pelo imperador e seguiu construindo seu hospital, um dos maiores prédios do período e construído especificamente para o atendimento medicinal (Meirelles, 2022). A Misericórdia era ao mesmo tempo uma instituição de caridade, um símbolo de prestígio aos seus integrantes e um espaço de sociabilidade. A convivência dos mais abastados também se efetuava em jantares e pequenos bailes, além do comparecimento ao Teatro Nacional de Porto Alegre, organizado pelo padre Amaro de Souza Machado, que atraía algumas companhias artísticas, tanto de dramaturgia quanto musicais (Comissoli, 2015).

Na direção da orla os quartéis militares abrigavam soldados. Havia naturais do Rio Grande do Sul e oriundos de outras regiões do império português, destacados para o belicoso ambiente do extremo sul da América, o que fazia de Porto Alegre uma receptora de novos habitantes, alguns dos quais terminavam por se fixar.

No entorno do povoado, espalhavam-se chácaras e sítios que forneciam os víveres cotidianos. Porto Alegre, contava um expressivo número de agricultores, denominados na época como lavradores (Gomes, 2018). Portanto, a capital abrigava comerciantes, padres, uns poucos médicos e professores, soldados, artífices, lavradores, escravos, marinheiros e muitas crianças abandonadas pelas famílias (Silva, 2021). Porto Alegre era a residência de pessoas de diferentes tipos, sendo palco de convivências e conflitos.

No papel de capital desde 1773, Porto Alegre contava alguns órgãos únicos como o palácio do governador, a Junta da Fazenda, a ouvidoria, a Junta da Justiça, a alfândega, o correio, inúmeros estabelecimentos da administração militar, além do tabelionato. Reuniam-se na povoação as instituições administrativas responsáveis por toda a província e esse elemento determinou em grande medida o desenvolvimento da localidade. Inúmeras cartas e pessoas se dirigiam de ou para Porto Alegre a fim de comunicar providências para o cuidado da população e do território. Contratos eram validados em seus cartórios e soldados originários de outras regiões acantonados em seus quartéis. A vida política mostrava-se ímpar na capital devido aos inúmeros oficiais administrativos e a partir de 1821 a realização de eleições criou uma participação pública inédita.

4. Os tempos da política em Porto Alegre

Um dos mais importantes cargos administrativos era o de governador-geral do Rio Grande de São Pedro, o qual também era chefe militar e fora estabelecido em 1809. Contudo, em 1820 o posto vagou. Seu ocupante, o Conde da Figueira (1818-1820), licenciou-se para reunir-se com Dom João VI. Dado que o conde deixou o Rio Grande sem substituto nomeado, foi necessário recorrer ao alvará régio de 1770, que estipulava a formação de um governo trino provisório, que foi formado pelo tenente-general Manuel Marques de Souza, o ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e o vereador Antônio José Rodrigues Ferreira. Eram respectivamente o oficial militar mais graduado, o ouvidor e o vereador mais velho da vila que era a capital.

A formação do governo provisório expressou ambiguidade e tensão política. No nível mais imediato a ausência de governadores titulares sempre gerava apreensão nos governados, que aproveitavam para expressar insatisfações sobre o governante que se afastara e testavam os limites dos interinos (Abril, 2015; Comissoli, 2008). Essa prática mostrou-se recorrente durante a dominação portuguesa na América, sugerindo que os substitutos e interinos não contavam com a mesma legitimidade dos titulares. Contudo, em agosto de 1820 a Revolução do Porto deu início ao movimento liberal português em defesa da adoção de uma constituição escrita e da divisão de poderes. Em setembro do mesmo ano as notícias não teriam alcançado Porto Alegre, mas os atores políticos dispunham de outras fontes de aprendizado político.

Pelo Rio Grande do Sul já circulavam desde 1810 periódicos e panfletos considerados subversivos pelo governo português, pois eram originários de Buenos Aires e das Províncias Unidas do Rio da Prata e defendiam as ideias liberais e de ruptura frente a Espanha. As ordens aos oficiais militares lusos eram recolher e destruir tais escritos, vigiando também a circulação de estrangeiros, especialmente espanhóis, que atuassem como disseminadores de ideias contestadoras aos poderes estabelecidos (Pimenta, 2015, P. 125-126). A professora Helga Piccolo, a cinquenta anos, chamou a atenção para a preocupação portuguesa frente a um perigo de contaminação ideológica devido ao ingresso de “papeis incendiários” (Piccolo, 1972). De fato, uma bem estruturada rede de informantes estendia-se de Porto Alegre, passando por Rio Pardo ou Rio Grande, e alcançando Montevidéu e Buenos Aires. Os humores políticos desagradavam muito as autoridades portuguesas e inegavelmente adentravam o Rio Grande do Sul, de forma escrita ou oral. As barreiras contra as ideias mostravam-se menos eficazes do que o desejável.

Manuel Marques de Souza encabeçara durante décadas um dos ramos de espionagem portuguesa. No quartel de Rio Grande chegaram informantes e espiões vindos de Montevideú, Maldonado, Santo Domingo Soriano e do forte de Santa Teresa, no qual o comandante dispunha de “um espia efetivo, e não me descuido de os enviar”.⁴ Resumos de acontecimentos escritos à mão, gazetas e relatos obtidos de contrabandistas eram apresentados com frequência. Em agosto de 1810, o general Patrício José Correia da Câmara, comandante de Rio Pardo, recebia relatos de Antônio Pinto da Fontoura sobre a situação de Buenos Aires e Montevideú, prestadas por um tenente de Blandengues espanhol de nome José Gervásio Artigas.⁵ Ou seja, os moradores do Rio Grande do Sul acompanhavam com proximidade as iniciativas de contestação política dos vizinhos hispânicos e suas propostas de autogoverno. Tamanha foi a proximidade que entre 1811 e 1814 os irmãos Antônio e Bento Gonçalves da Silva, Pedro Vieira, Francisco Bicudo, Manuel Carneiro Pinto da Fontoura e Gabriel Ribeiro de Almeida “empunharam armas contra os adversários de Artigas, incluindo as forças portuguesas de 1811” (Pimenta, 2015, p. 225). Antes da conclusão do processo independência brasileiro todos estariam arrolados nas forças militares a serviço do príncipe Pedro.

Como o general Manuel Marques de Souza outros militares radicados ou naturais do Rio Grande do Sul vieram a participar diretamente dos acontecimentos relativos à independência. Essa participação foi precedida entre 1810 e 1820 de anos de luta contra forças revolucionárias de Buenos Aires ou de Artigas e da ação de inteligência concretizada por coleta e repasse de informações (Comissoli, 2018). O coronel Francisco das Chagas Santos, encarregado de comandar a província de Missões e capturar e queimar os “papéis revolucionários, e infamatórios”, veio a ser eleito deputado suplente na Assembleia Constituinte de 1823. João de Deus Mena Barreto, que conduziu tropas em 1811 na ação portuguesa para impedir a tomada de Montevideú por Buenos Aires, compôs a Junta de Governo a partir de 1822. Defendo que faz sentido interligar os anos de serviço militar, quando assistiram e participaram das agitações platinas, como o posterior exercício da política ampliada, que se vivenciou a partir de 1820. Para além das ideias chegadas de Portugal a partir da revolução do Porto, estes sujeitos tiveram uma outra fonte de aprendizado político.

4 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, maço 19, documento 28. Ofício de Manuel Marques de Souza a Dom Diogo de Souza, 02 de julho de 1810.

5 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, maço 21, documento 278B. Ofício de Antônio Pinto da Fontoura a Patrício José Correia da Câmara, 14 de agosto de 1810.

No Rio de Janeiro, apesar da distância, o intendente de Polícia, Paulo Fernandes Viana, alertava ao príncipe João, em 1814 sobre circular em “verbalmente e por escrito expressões “pouco respeitadas, e muito insultantes do governo e à nação portuguesa”, inclusive por um “papel que já se acharia, segundo Viana, em poder do príncipe regente” (Pimenta, 2015, p. 223). E “Viana dizia conhecer tais fatos por “conversações populares” de espanhóis que corriam “pelos botequins” do Rio de Janeiro e Rio Grande” (Pimenta, 2015, p. 224). Em resumo, os exemplos de Buenos Aires ressoavam pelo Brasil e em especial na fronteira imediata que era o Rio Grande de São Pedro.

A proposta de redação de uma constituição e a autorização de liberdade de imprensa pelas Cortes Gerais e Extraordinárias de Lisboa em 1821 lançaram a faísca necessária a um ambiente volátil.⁶ A explosão se deu por meio da comunicação impressa: multiplicaram-se os jornais e panfletos no Brasil e a política passou a assunto cotidiano. Os periódicos subiram de três em 1820 para 26 (1821) e para 38 (1822) e editados e publicados não apenas no Rio de Janeiro, mas igualmente no Pará, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e na Cisplatina. Os panfletos cresceram de modo ainda mais impressionante: de 8 (1819–1820) dispararam para 143 (1821) e depois para 179 (1822) (Pimenta, 2015, p. 363). Nota-se que o fim do controle sobre o que era possível ser escrito e publicado revelou que muitas pessoas tinham o que comunicar e um número ainda maior estava ávido por conhecer tais ideias. Províncias desprovidas de imprensa como o Rio Grande recebiam materiais por seus portos ou por correspondência e nos anos de 1821 e 1822 cartas de moradores de Porto Alegre eram publicadas em jornais no Rio de Janeiro, apresentando a outros espaços as agitações e manifestações políticas locais (Varela, 1915). As diferentes ações convergiam na ideia de que a adoção de uma constituição seria capaz de regenerar a política e o equilíbrio da sociedade. Contudo, divergia-se sobre os meios de respaldar a constituição e discutia-se e testava-se os instrumentos legítimos para estabelecê-la. E Porto Alegre, compondo o mundo português e abrigando muitos dos envolvidos na experiência platina, foi palco e laboratório de ideias e práticas políticas.

6 Em 4 de julho a primeira lei de liberdade de imprensa foi aprovada e em 12 de julho de 1821 é assinada a versão definitiva, incluindo os os domínios de além-mar. Ver IPANEMA, 1940, pp. 134-146.

5. Motins, tropas e pressão política

Para compreender o momento histórico e os acontecimentos sediados em Porto Alegre montei a tabela abaixo, que oferece referências cronológicas e relaciona diferentes conjunturas.

A primeira coluna indica os debates que mobilizaram o mundo português e depois a nação brasileira em formação. O objetivo é estabelecer conjunturas que interliguem as experiências imediatas em Porto Alegre com as que se deram em outras províncias ou em Portugal. É importante destacar que os debates e conflitos se desenharam simultaneamente como específicos e amplos, isto é, embora os acontecimentos possam ser delimitados no espaço eles se contribuía a um grande panorama de reelaboração política, tais como peças de um mosaico (Jancsó e Pimenta, 2000).

A segunda coluna indica os responsáveis pelo governo da província. Destaco que com a saída do Conde da Figueira em 1820 foi estabelecido um governo provisório utilizando o disposto pelo Alavrá Régio de 12 de dezembro de 1770. Portanto, a alteração era provisória e orientada por regras da monarquia tradicional, não se tratou de mudança diretamente motivada pela Revolução do Porto e por ideias liberais. Estas só vieram a tomar corpo com a formação da Junta de Governo Provisório em 1822. Os nomes são semelhantes, mas é fundamental diferenciar o Governo Provisório e a Junta de Governo Provisório, pois se alicerçaram em legitimidades completamente distintas. O Governo Provisório de 1820 ainda estava respaldado pelo poder régio, enquanto a Junta de Governo Provisório ancorava-se em determinações das Cortes de Lisboa.

A Junta de Governo Provisório contou três composições distintas. Na primeira, João Carlos de Saldanha cumpriu o papel de presidente e João de Deus Mena Barreto o de vice-presidente. Com a demissão de Saldanha, Mena Barreto passou a presidente, marcando a segunda composição. Na terceira e última versão a Junta foi presidida pelo Brigadeiro José Inácio da Silva, que já participava desde a primeira composição no papel de Secretário dos Negócios da Guerra. É oportuno destacar que Silva também participou da rede de inteligência nas décadas anteriores, pois ocupou o cargo de Ajudante de Ordens do governador e recebia os ofícios dos comandantes de fronteira contendo os inúmeros relatos sobre as agitações políticas em Montevideu e Buenos Aires.

Debates políticos no mundo português	Governos do Rio Grande de São Pedro	Manifestações políticas em Porto Alegre
<p>De agosto de 1820 até final de 1821: debate constitucional em Portugal e no Brasil. Positividade da proposta constitucional.</p>	<p>Conde da Figueira, governador-geral entre 1818 e setembro de 1820</p> <p>Governo provisório, entre 22 de setembro de 1820 e agosto de 1821 (baseado no Alvará Régio de 1770)</p>	<p>Sem ocorrências</p> <p>16 de abril de 1821, motim de tropas exige o juramento da constituição</p> <p>1º de agosto de 1821, insurreição pressionando por “governo representativo”</p>
<p>Do final de 1821 ao final de 1822: tensão entre Brasil e Portugal e reivindicações de independência</p>	<p>João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, governador-geral de agosto de 1821 a fevereiro de 1822</p>	<p>16 de outubro de 1821, conspiração do coronel Antero José Ferreira de Brito</p> <p>22 de fevereiro de 1822, eleição da Junta de Governo Provisório com manifestação popular</p> <p>1822, demissão de João de Saldanha e temor de que o mesmo mobilizasse tropas contra a independência</p> <p>Agosto de 1822, Mena Barreto estaciona tropas de Milícias em torno de Porto Alegre diante das suspeitas de que um grupo ligado a João de Saldanha pretendia tumultuar as eleições de deputados constituintes</p>

<p>Do final de 1822 ao final de 1823: discussão sobre a independência e sobre a hierarquia dos poderes no Brasil constitucional</p>	<p>Junta de Governo Provisório, 2^a composição, entre setembro de 1822 e novembro de 1823 (demissão de Mena Barreto)</p>	<p>Outubro de 1822, interceptação de correspondência atribuindo plano de João de Saldanha para impedir a independência e o governo constitucional</p>
	<p>Junta de Governo Provisório, 3^a composição, entre novembro de 1823 e março de 1824 (posse de José Feliciano Fernandes Pinheiro)</p>	<p>Maio de 1823, prisão do cidadão Antônio Cândido Ferreira por portar e ler panfleto contra o veto absoluto do imperador sobre a constituição</p> <p>Junho de 1823, Gaspar e José Luiz Mena Barreto estacionam tropas em torno de Porto Alegre para forçar o juramento ao imperador com direito ao veto absoluto</p>

Por fim, as trocas políticas se estabilizaram com a criação do cargo de presidente de província. Este novo administrador era nomeado pelo imperador, nos termos da constituição de 1824, e diferente dos anteriores governadores-gerais, não dispunha de poderes militares, que eram administrados pelo novo cargo de comandante de armas. O primeiro presidente foi José Feliciando Fernandes Pinheiro, uma figura híbrida no panorama rio-grandense. De um lado, contava cerca de vinte anos de habitação na província, na qual fora juiz de alfândega e contraíra matrimônio, tornando-se genro de um coronel das tropas regulares. Acompanhara o exército na expedição de 1811, no papel de auditor das tropas, o que lhe concedeu maior proximidade com os oficiais das tropas e com a vida militar. Por outro lado, era um bacharel em Direito, formado em Coimbra, diferente dos oficiais militares e pequenos nobres que governaram no período da capitania. Por fim, tivera intensa vida política entre 1820 e 1824, sendo eleito deputado das Cortes de Lisboa e Deputado Constituinte, atuando muitas vezes como secretário das sessões. Além de presidente de província foi eleito senador em 1826, tanto pelo Rio Grande quanto por São Paulo, sendo efetivado na representação da última província, da qual era natural.

Portanto, os envolvidos com o governo em Porto Alegre estiveram próximos aos eventos do Rio da Prata e bastante ativos na representação política durante o processo de independência. Contudo, não foram os únicos. Outros grupos também se manifestaram.

A primeira das manifestações políticas públicas ocorreu na madrugada de 26 de abril de 1821, no âmbito das adesões espontâneas e entusiasmadas à adoção de uma constituição escrita. A perspectiva de uma constituição grassou tanto por Portugal quanto pelo Brasil – nessa fase entendidos enquanto parte de um mesmo corpo político – e foi compreendida como a cura de todos os males políticos e sociais. É seguro afirmar que a constituição foi compreendida enquanto a grande positividade de seu tempo, gerando a identificação das pessoas enquanto constitucionais (Bastos, 2003). Em Lisboa, as Cortes Gerais e Extraordinárias, que trabalhavam pela regeneração política do reino de Portugal, converteram-se em Cortes Constituintes e anunciaram a futura redação da constituição. Prontamente, em inúmeras partes do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves programaram-se cerimônias de juramento à futura carta. Em Porto Alegre, na data de 23 de abril, o juramento público foi anunciado para o dia 30 do mesmo mês. Portanto, deve ter sido com alguma surpresa que no dia 26 a tropa estacionada na vila tenha acordado a população soltando um foguete e tocando o rebate, passando a arrancar as autoridades de suas casa pra conduzi-las à praça em frente à igreja. Ali os vereadores, o ouvidor, o juiz de fora, o vigário-geral, os oficiais da Fazenda e outros foram obrigados a jurar

a constituição. Dois dos coagidos eram integrantes do governo provisório interino, que assumiu com a ausência do Conde da Figueira.

o Batalhão de Infantaria, e Artilharia desta Província armado, e municiado de pólvora e bala, e conduzindo 2 bocas de fogo marcham dos seus Quartéis e se postou na Praça da residência de Governo desta Vila, onde ao sinal de um foguete do ar, tocou o rebate, e sucessivamente se lhe reuniram a Tropa do regimento de Infantaria da primeira Linha da Ilha de Santa Catarina; o Piquete de Cavalaria da Guarda dos Governadores, e Capitães Gerais; Praças avulsas da Legião de São Paulo, e Soldados Guaranis; e proclamaram a Religião, a El Rei Nosso Senhor; e a Constituição, com grandes e tumultuosos alaridos.

(...)

Ao amanhecer repetiu a Tropa os seus gritos requerendo as disposições do ouvidor, Juiz de Fora, tesoureiro, e Escrivão da Junta da Real Fazenda, Almoxarife, e outros Empregados. Reuniram-se os Membros do Governo na sua residência, a Câmara no Paço do Conselho, o Clero na Praça, e depois de reiteradas vozerias da soldadesca, que disposições dos referidos Empregados prestaram a tropa espontaneamente, e sem ordem superior o Juramento à Constituição, findo o qual salvaram com vinte e um tiros.⁷

Dentre as tropas reunidas é interessante mencionar a presença dos “Soldados Guaranis”, muito possivelmente compostos pelas milícias da região denominada Fronteira de Missões ou Província de Missões. Trata-se de um raro indício da participação de indígenas durante o processo de independência no Rio Grande do Sul, mas sugere a ação de camadas populares envolvidas nos mesmo.

Há um paradoxo desafiador no motim. De um lado a constituição deveria expressar a adesão espontânea a um construto político, a entrega do poder político ao Estado de boa vontade pela população. Entretanto, tudo se se dera motivado pela coerção e o juramento fora feito à ideia de constituição, já que a mesma não havia começado a ser escrita: as Cortes ainda discutiam sua forma e conteúdo. O juramento parece referir-se à obediência a algo que estava por se produzir, mas no qual se depositava o potencial de reequilibrar a ordem social. Finalmente, as tropas não fizeram mais do que adiantar em alguns dias o juramento que já havia sido marca-

7 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Carta de 27 de abril de 1821 do governo interino para o Rio de Janeiro, A 1.04, fl. 155v-157.

do. Negando-se a esperar quatro dias valerem-se da força para empreender o juramento imediato e inverteram a hierarquia estabelecida: ao invés das tropas atenderem à convocação do governo provisório, elas obrigaram a administração pública a seguir as determinações da “soldadesca”, um termo que sugere a ausência de oficiais.

Nos relatos disponíveis, nota-se uma ausência importante. O tenente-general Manuel Marques de Souza não é mencionado durante a fase de coerção dos oficiais administrativos e de governo. De fato, ele é referido após o juramento da constituição, quando menciona-se que as tropas dirigiram-se à sua casa, após o tumulto inicial. Compreendo que Marques de Souza não foi preso ou coagido, em especial porque ao ser convocado pelas tropas, saiu de sua casa com promessas de pagamento de soldos atrasados, do que resultou a saudação dos soldados e uma projeção de pacificador. Teria o velho militar – conhecedor dos sobressaltos políticos platinos - se inspirado nos múltiplos motins que acompanhara pela rede de inteligência portuguesa desde 1810? A despeito de ter recriminado as ações dos buenai-rensenses e dos montevidéanos, teria aprendido algo sobre a manifestação de massas e a importância de um governo composto por habitantes da comunidade, em oposição a um governador nomeado pelo poder central?

É importante notar que Marques de Souza, o ouvidor Joaquim Sena Ribeiro e o vereador Antônio José Rodrigues Ferreira representavam uma forma de autogoverno, a primeira experiência da província. O tenente-general era natural da freguesia de Rio Grande e vivera toda sua vida na região. O ouvidor chegara em 1814 e há laços de sociabilidade com a elite local, pois em 1815 despontou como irmão da Mesa da Misericórdia e em 1822 foi eleito deputado da Assembleia Constituinte. Como muitos juizes e desembargadores, Sena Ribeiro parece ter se ajustado à sociedade local, tornando-se um integrante da mesma (Schwartz, 1979). Quanto ao vereador, embora fosse natural do norte português, reprisava a trajetória de muitos de seus colegas, que ao alcançarem o cargo já eram comerciantes estabelecidos em Porto Alegre, casados e com vários parentes na feguesia e na vila. Portanto, acredito não ser exagero considerar que, abertas as possibilidades políticas no período, Marques de Souza tivesse arquitetado um movimento para ampliar a legitimidade de seu governo, passando-o de provisório para definitivo. Nesse caso, ele teria apresentado uma resposta possível ao panorama de transformações, da mesma forma que ocorria no Rio de Janeiro (Slemian, 2006).

O governo provisório não se manteve por muito mais tempo e deixou de existir em 20 de agosto de 1821, quando João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun tomou posse como governador-geral – o último nomeados

por Dom João VI. Antes disso, a Câmara da vila de Porto Alegre reportou em 1º de agosto a existência de uma facção dedicada a estabelecer um “governo representativo ou provisório, usando os facciosos da força armada” e “tirando a liberdade do povo” (Comissoli, 2011, p. 165). Mais uma vez, um rompante havia se processado, possivelmente alimentado pelas notícias de que o novo governador-geral se dirigia ao Rio Grande do Sul. Indicado pelo rei, este oficial terminava por representar uma forma de governo tradicional e que naquele momento estava sob fortes críticas. Ainda não se atraitava uma proposta portuguesa e outra brasileira, mas a adesão mais explícita ao movimento liberal e constitucional frente à defesa das prerrogativas da monarquia.

Como indicado no quadro acima, em outubro, uma nova conspiração teve lugar. Aproveitando-se da ausência do governador Saldanha, que dirigira-se à província de Missões, o coronel de milícias Antero José Ferreira de Brito incitou oficiais militares a tomar o controle de Porto Alegre, segundo os relatos posteriores “a fim de formar um novo governo”. Dessa vez, a ação foi impedida pela mobilização do vigário geral Antônio Vieira da Soledade (um dos coagidos de abril) e de outros oficiais. Em carta o governador relatou que

Todas as Classes de Cidadãos, o Corpo do Comércio desta Praça, Empregados Públicos, e Militares todos, todos se armaram, e correram desde logo à Sala do Governo a apresentar-se ao Ajudante de Ordens, oferecendo derramar todo o seu sangue para conservar a boa ordem, ao Governo que legitimamente se acha estabelecido.⁸

Portanto, no episódio de outubro teria ocorrido o inverso ao de abril. Ao invés das tropas mobilizarem-se para obrigar os oficiais ao juramento constitucional, dessa vez foi um conjunto social amplo que se mobilizou em defesa do governador. É difícil identificar os estratos sociais com precisão, pois a expressão “Todas as Classes de Cidadãos” sugere que havia diferentes tipos de cidadania. Seria uma referência a grupos econômicos distintos? É difícil afirmar, em especial porque o grupo dos cidadãos era seguido do “Corpo do Comércio”, dos “Empregados Públicos, e Militares”. Quero defender que a expressão cidadãos já havia avançado para além da concepção de Antigo Regime que circunscrevia os aptos a participar da Câmara. Ao mesmo tempo, não é seguro afirmar que esta cidadania se esten-

⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Carta de 3 de novembro de 1821 do Governador João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. Correspondência dos Governadores. Códice A2.01, fl. 6v-7v.

desse a todos os moradores da vila e da província.

É importante destacar que Antero José Ferreira de Brito, identificado como cabeça da conspiração, era sobrinho do tenente-general Manuel Marques de Souza. Quando seu plano foi frustrado pela mobilização do vigário, Antero refugiou-se na propriedade de seu tio na freguesia de Viamão, onde ambos foram presos. Remetidos ao Rio de Janeiro como conspiradores, foram favorecidos pelos acontecimentos, pois o príncipe Dom Pedro abertamente romperá com as Cortes portuguesas e o afastamento entre Brasil e Portugal ampliara-se. Com isso, os dois prisioneiros foram entendidos enquanto defensores do projeto constitucional e autonomista brasileiro frente ao representante do Antigo Regime e do novo “despotismo” das Cortes de Lisboa, o que incidiu no perdão a ambos. Marques de Souza faleceu em 1822, enquanto Ferreira de Brito começou uma carreira militar de alcance nacional que o levaria a importantes postos e ao título de Barão de Tramandaí (1855).

Enquanto João de Saldanha governava o Rio Grande, as tensões políticas moveram-se da adesão à constituição para o relacionamento entre Brasil e Portugal. Cresceram as reivindicações brasileiras de que cada um destes compunha um reino e, por conseguinte, deveria elaborar uma constituição própria por meio de deputados de suas províncias. A maioria da assembleia portuguesa era contrária a tal interpretação, defendendo que o Brasil deveria subordinar-se ao que fosse redigido em Lisboa. Nesse confronto, a convocação por Dom Pedro em 1821 de um Conselho de Procuradores de Províncias, dedicado a elaborar uma lei para o Brasil, significou um passo decisivo na ruptura entre as partes do império português.

Foi nessa fase política que o Rio Grande do Sul aderiu à proposta de substituição dos antigos governadores-gerais por uma Junta Governativa, conforme instrução das Cortes lisboetas. Pela primeira vez, o governo provincial foi definido por um sistema eletivo. Segundo o decreto de 1º de outubro de 1821

Serão eleitos os Membros das mencionadas Juntas por aquelles Eleitores de Parochia da Provincia, que puderem reunir-se na sua Capital, no prazo de dous mezes, contados desde o dia em que as respectivas autoridades da mesma Capital receberem o presente Decreto.⁹

9 Decreto de 1º de outubro de 1821 das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, Collecção das Leis do Brazil de 1821, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Desse modo, os responsáveis pela indicação dos integrantes da Junta Governativa eram os eleitores de paróquia. Estes eram eleitos pelos moradores das diferentes freguesias na proporção de um para cada duzentos fogos, ou seja, tratava-se de uma eleição em dois níveis (Dolhnikoff, 2022, P. 340). Em cada freguesia se indicavam representantes que posteriormente deveriam reunir-se em Porto Alegre, a capital, para então proceder à eleição dos membros da junta. Em fevereiro de 1822, iniciaram-se a segunda fase dos trabalhos eleitorais e novamente manifestações imprevistas alteraram o rumo dos acontecimentos

“eis que se apresentam consideráveis Autoridades Eclesiásticas, Civis, e Militares, e imenso Povo clamando, protestando, não só de viva voz, como por meio de fortes representações” contra a prática do mencionado Decreto, que ordenava o retorno de Dom Pedro. “Vendo os eleitores, que a Assembléia se convertia em tumulto, e que os gritos se faziam ouvir de toda a parte, pedindo um Governo Representativo.

Dois dos eleitores foram corridos a pedradas, os juízes Luís Correia Teixeira de Bragança e José Teixeira da Matta Baccellar. “houveram os mais violentos debates entre Povo, Tropa, e Eleitores” (Comissoli, 2011, p.145).

Note-se que embora a linguagem e as ideias liberais estivessem em franco avanço, os debates eram “violentos”, as ideias eram gritadas de “viva voz” e conduziam-se por “fortes representações”. Ou seja, embora se defendesse que a Constituição representasse um avanço racional e ponderado em direção à civilização, não se excluía o uso da força e o confronto físico, chegando-se a “correr a pedradas” os possíveis dissidentes e discordantes por serem “anticonstitucionais”, “corcundas”, “pés-de-chumbo”, “facciosos” ou “partidários”.

Tais episódios não devem nos surpreender e não atestam uma vivência da política particular no Rio Grande do Sul. Eles foram vivenciados em diferentes lugares do Brasil. O site e banco de dados Impressões Rebeldes, dirigido por Luciano de Figueiredo, lista seis ocorrências de manifestações políticas em 1820 e 1821, incluindo algumas contrárias à saída de Dom João VI do Brasil. As ações ocorreram em Pernambuco, Cisplatina, Rio de Janeiro e Ceará, além das que descrevemos em Porto Alegre.¹⁰

¹⁰ Impressões Rebeldes <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revoltas/#timeline-revolt> consultado em 14 de novembro de 2022.

No caso da formação da Junta de Governo do Rio Grande do Sul a pressão surtiu efeito e ao invés de obedecer ao decreto decidiu-se por um “governo representativo”, que ao invés de sete teve nove membros. E mais uma vez as legitimidades e as ideias se manifestaram de modo misto, pois se a Junta tinha por objetivo substituir o governador-geral, a pressão popular terminou por eleger por unanimidade a João Carlos de Saldanha como presidente do novo governo. O resultado foi uma fusão entre os elementos tradicionais e inovadores, com o órgão colegiado abrigando um indicado do rei, representantes da sociedade local, militares e letrados. As soluções para a crise política vivenciada estavam em aberto e as opções eram testadas de diferentes modos.

Com a oscilação do debate constitucional para o debate sobre emancipação do Brasil a Junta de Governo começou a discordar entre si. Para a maioria de seus integrantes, o presidente João Carlos de Saldanha era suspeito de tramar planos contra a independência, os quais incluíam a mobilização de tropas na província Cisplatina. Em agosto de 1822, com a efetivação de uma Assembleia Constituinte já nos horizontes brasileiros, novas suspeitas surgiram. Neste mês deveriam ser realizadas as eleições para deputados constituintes, mas cartas anônimas davam notícias de grupo ligado a João de Saldanha pretendia tumultuá-las. Saldanha já havia solicitado demissão da presidência da Junta, mas esta recusou-se a conceder a dispensa, justamente por desconfiar do antigo governador-geral.

Em carta datada de 28 de agosto, Saldanha, ainda presidente da Junta, apresentou sua versão e queixou-se de não ser avisado de uma reunião extraordinária da Junta, enquanto o vice-presidente, marechal João de Deus Mena Barreto, marchava para Porto Alegre à frente de quatro tropas de milícias. Saldanha afirmou ser avisado de tal intento por uma carta anônima e logo interrompeu o encontro secreto bem como a marcha das tropas, alegando que os corpos de guarnição estacionados em Porto Alegre eram suficientes para manter sob controle qualquer possível tumulto popular. Ao final afirmava que estes dois fatos eram uma usurpação direta de sua jurisdição e uma demonstração de desprezo para consigo.¹¹

A versão da Junta Governativa e de Mena Barreto era bastante diversa e demonstra a divergência entre eles e o presidente. Conforme se aproximavam as eleições paroquiais para deputados constituintes, a Junta foi avisada “por algumas pessoas, de que huma facção pretendia embarçar as Eleições, e que em consequencia de tais avizos se havia aproximado os Milicianos á Capital”. O temor se baseava nas inúmeras notícias de

11 Carta de 28 de agosto de 1822 de João Carlos de Saldanha, Revista do Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, n 7. 1922. P. 213.

que Saldanha tramava uma intriga junto a “um temível partido”. A ameaça provinha da grande popularidade do presidente da Junta, que solicitando sua demissão teria por intento gerar uma agitação para que o povo o reconduzisse ao cargo e pudesse dissolver a Junta. Assim os deputados negavam a dita demissão no dissimulado intuito de “evitar tumultos populares, de conservar a ordem pública, e dar tempo a que os Povos e a Tropa fossem mudando de opinião a respeito daquele General, ao passo que fossem tendo notícia de que ele não aderiria à causa do Brasil”.¹²

Segundo relato da Junta, Saldanha requisitou demissão da presidência no momento em que o vice-presidente Mena Barreto se encontrava fora de Porto Alegre inspecionando as tropas de milícias. Avisado de que Saldanha pretendia embarçar as eleições, Mena Barreto conduziu as mesmas tropas de milícias e as estacionou nas cercanias da freguesia de Madre de Deus. Reunindo-se com a Junta, à exceção de seu presidente, Mena Barreto votou pela deposição do mesmo. O clímax se deu quando Saldanha adentrou a reunião com a carta anônima que o avisara da aproximação dos milicianos. “Vendo, pois, o governo quanto estava eminente o perigo, e que em um momento tão terrível é quando mais a Província reclamava a energia do Governo”¹³, o brigadeiro Félix José de Matos, deputado, “perguntou resolutamente” se Saldanha estava envolvido com a facção que pretendia atrapalhar as eleições, ao que o último negou. O presidente propôs uma alternativa de compromisso na qual o governo se manteria em sessão permanente durante as eleições, juntamente com os comandantes dos Corpos, enquanto dois sargentos-Mores, filhos de Mena Barreto, se manteriam nos quartéis de sobreaviso prontos a agir sob ordens exclusivas de seu pai. Realizando-se as eleições no dia seguinte, sob vigilância do governo e de seus membros entre si, finalmente aceitou-se a demissão de Saldanha. A Junta julgava finalmente haver transcorrido tempo suficiente para que a não adesão de Saldanha à causa do Brasil se tornasse pública na província.

João de Deus Mena Barreto foi empossado novo presidente e comandante de armas por haver já “derramado seu sangue pela defesa desta Província em uma das ações, que Comandou conta os insurgentes de Buenos Aires”, o que o capacitava a “empenhar todas as suas forças para desfazer intrigas e manter a união e tranquilidade pública do seu País Natal”.¹⁴ É claro que sua capacidade de mobilizar quatro tropas de milicianos para neutralizar a suposta facção contrária à independência e a cooperação de

12 Carta de 29 de agosto de 1822 da Junta de Governo Provisório, Revista do Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, n 7, 1922. P. 69.

13 Idem. P. 70.

14 Idem. P. 72.

seus filhos dentro dos quartéis.

Durante a presidência de Mena Barreto, as opiniões contrárias ou minimamente desviantes foram duramente perseguidas. Na vila de Rio Pardo, onde uma bandeira foi hasteada com os dizeres “Independência e União” no lugar de “Independência ou Morte” um inquérito foi implantado para desbaratar a ofensa ao novo símbolo nacional.¹⁵ As investigações resultaram na prisão de dois moradores de Porto Alegre, o mestre de Primeiras Letras Tomás Inácio da Silveira e João de Deus, que servira como capitão de Milícias de Homens Pardos na província de São Paulo. Os acusados disseram-se vítimas de um boato: foram comunicados que um decreto que alterara a legenda da bandeira. Sem saber precisar a origem do rumor foram soltos sem nenhuma penalidade (Miranda, 2006, p.159).

O cidadão Antônio Cândido Ferreira foi preso sob acusação de compactuar com um panfleto subversivo. A origem do drama começou na freguesia de Taquari, em março de 1823, quando o vigário da mesma, Antônio Pereira Ribeiro, manifestou-se publicamente contra a ideia de veto absoluto do imperador sobre os trabalhos da Assembleia Constituinte. Redigiu uma proclamação e a fez circular, acompanhando o ritmo das discussões públicas que se estabelecera desde 1820.

Passando de mão em mão, a proclamação chegou às mãos de Antônio Cândido Ferreira por meio de João Pereira Viana, hóspede do deputado da Junta, Francisco Xavier Ferreira. Antônio Cândido leu o escrito sem considerá-lo perigoso, motivo pelo qual não hesitou em repassá-lo ao Tenente-Coronel Gaspar Francisco Mena Barreto – filho do presidente da Junta - quando este o solicitou. Não obstante, Gaspar usara de dissimulação, pois em poucos dias Antônio Cândido foi intimado a comparecer ao ouvidor José Maria de Sales Gameiro, cunhado de Gaspar e genro de João de Deus, que após interrogatório deu-lhe voz de prisão, cumprindo ordem da Junta de Governo.¹⁶

Preso, Antônio Cândido escreveu um manifesto no qual questionava o motivo de ser preso: não era autor da proclamação, não sustentara o fim do veto absoluto e não trabalhara para disseminar a opinião. Perguntava o motivo de apenas ele ser detido, enquanto o deputado Francisco Xavier Ferreira permanecia em liberdade após confessar em depoimento ter lido o mesmo papel; “era de esperá-lo no lugar do meu destino, o que não aconteceu; e então é bico ou cabeça? Será esta a forma do Juízo?”¹⁷ O ouvidor

15 Carta de 7 de dezembro de 1822 do Secretário da Junta de Governo Provisório, Revista do Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, n 7, 1922. P. 195

16 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Vol. 8. Op. Cit. P. 159-165.

17 Idem, ibidem.

Peçanha era classificado enquanto “servil ao seu absoluto sogro e seus particulares interesses”. O injustiçado Antônio Cândido terminou libertado pelo imperador, que considerou ilegal a prisão por não serem as opiniões políticas um crime.

Gaspar Francisco Mena Barreto e seu cunhado demonstram ter atuado favoravelmente ao veto absoluto do imperador. Em junho do mesmo 1823, Gaspar e seu irmão José Luiz mobilizaram tropas para marchar a Porto Alegre e conduzir um juramento de fidelidade ao imperador e à constituição, ressaltando que a mesma deveria se fazer digna do monarca e conceder-lhe o poder de veto (Varela, 1915, p.160-161). As autoridades civis e militares participaram do ato que se assemelha em seu formato ao motim de abril de 1821, pois em ambos a despeito das pretensões constitucionais o que se assistia era a coerção por meio das forças militares. A ação intempestiva dos dois Mena Barreto, entretanto, acabou comprometendo a posição da família. Se o ato recebeu a aquiescência do governo local não contou com a simpatia da Assembléia Constituinte, no Rio de Janeiro, que exigiu providências de Dom Pedro I. O resultado foi a demissão de João de Deus Mena Barreto da presidência da Junta de Governo e sua remoção de Porto Alegre, o que encerrou o momento de projeção política da família.¹⁸

6. Considerações finais

Concluo desse cenário que o período entre 1820 e 1823 foi de muita contestação política e de frequentes confrontos de palavras e de punhos. Em Porto Alegre, a vila que ascendera à cidade, o processo de independência certamente não foi suave ou tranquilo. Ao contrário, a manifestação e o debate político foram praticados de diferentes formas. Grupos ligados às forças militares mostraram capacidade de interveção política e por mais de uma vez pretenderam orquestrar a política na província. A alternância de projetos políticos, tensões e reverses, sugere que o resultado da adoção de uma constituição e da efetivação da emancipação do Brasil frente a Portugal, foi imprevisível para os atores que o viveram.

Dom Pedro estava ciente do quanto o desfecho esteve em aberto e ao atender a representação do deputado Francisco Xavier Ferreira, integrante do “governo representativo”, premiou a adesão dos constitucionais que apoiaram a ruptura com Portugal. Tratava-se de estabelecer laços entre o grupo político de Dom Pedro I e as elites políticas do Rio Grande do Sul,

18 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Cartas de 14 de novembro e de 2 de dezembro de 1823 da Junta de Governo Provisório. Correspondência dos Governadores, Códice A 2.01, fls. 104-104v. e 107v.-108.

garantindo a unidade em torno do monarca, que cumpria o papel de imperador-contrato (Souza, 1999). A condição de cidade para Porto Alegre selava o contrato político que atrelava o Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro e ao Brasil.

Estabelecido o rompimento frente a Portugal, fazia-se necessário definir quem seriam os participantes da nova nação e dentre estes os dirigentes da mesma. Embora possamos vislumbrar ou conjecturar sobre os soldados que compuseram as mobilizações de tropas, sobre as pessoas que brandiram pedra contra os “corcundas” ou sobre os inúmero que leram papéis subversivos, devemos admitir que a diversidade social da nova cidade não foi totalmente incorporada. Outros contratos ficaram pendentes de ser negociados e celebrados. Cabe a nós, calcados em nosso conhecimento sobre o passado, estabelecer projetos para nosso futuro capazes de maior inclusão e que não ignorem o quão diversa é nossa sociedade.

O contrato de uma constituição baseada na justiça social já celebramos, há agora que cumprí-lo.

Muito obrigado!

Santa Maria, 14 de novembro de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIL, Victor Hugo. Governadores Interinos: Cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (c.1705 – c.1750). Niterói: tese de doutorado/UFF, 2015.
- BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Porto Alegre: tese de doutorado/UFRGS, 2011.
- BERUTE, Gabriel Santos. “Que despacha para Porto Alegre”: tráfico negreiro, redes mercantis e seus agentes (séculos XVIII e XIX). In. KÜHN, Fábio e SCOTT, Ana Silvia Volpi. Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos, 2022.
- BOXER, Charles R. O império marítimo português 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COMISSOLI, Adriano. Os “homens bons” e a Câmara municipal de Porto Alegre (1767-1808). Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2008.

- COMISSOLI, Adriano. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808–c.1831). Rio de Janeiro: tese de doutorado/UFRJ, 2011.
- COMISSOLI, Adriano. “Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar”: perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828), *Topoi*, v. 13, n. 25, jul-dez 2012, pp. 77-93.
- COMISSOLI, Adriano. Porto Alegre oitocentista: misericórdia, jantares e teatro. In. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: História Reveladas IV. Porto Alegre: Evangraf/Ed. Da ISCMPA, 2015.
- COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Indias*, v. LXXVIII, n. 272, 2018. pp. 113-146.
- DOLHNIKOFF, 2022, P. 340 Miriam. Eleições. In. OLIVEIRA, Cecíli Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. (Orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil. História, Memória e Historiografia*. São paulo: EdUSP, Publicações BBM, 2022. pp. 340-343.
- FREITAS, Denize Terezinha Leal. “Gentes do mar” em Porto Alegre: interligando regiões e nações na América Portuguesa (1790-1805). In. KÜHN, Fábio e SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2022.
- GOMES, Luciano Costa. *Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII*. Porto Alegre: tese de doutorado/UFRGS, 2018.
- GOMES, Luciano Costa. Africanas, africanos e afrodescendentes na formação de Porto Alegre: escravidão, plebe negra e comunidades de matriz banto entre 1772 e 1802. In. KÜHN, Fábio e SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2022.
- IPANEMA, Marcelo de. *Legislação de Imprensa. Leis de Portugal e leis de D. João*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- JANCSÓ, István. & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In. MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

- MEIRELLES, Pedro von Mengden. Irmanados sob o manto de Nossa Senhora: elites porto-alegrenses e a irmandade da Santa Casa de Misericórdia. In. KÜHN, Fábio e SCOTT, Ana Silvia Volpi. Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos, 2022.
- MIRANDA, Márcia Eckert. A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831). Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.
- MIRANDA, Márcia Eckert & MARTINS, Liana Bach (Coord). Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820–1823). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003
- PICCOLO, Helga I. L. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822 – Dimensões, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972. PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1080-1822). São Paulo: Hucitec, 2015.
- SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- SCOTT, Dario. Livres e escravizados: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872). São Leopoldo: Oikos, 2021.
- SILVA, Jonathan Fachini. Os filhos do destino: a exposição e os expostos no extremo sul do Brasil (Porto Alegre, 1772-1837). Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- SLEMIAN, Andréa. Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- VARELA, Alfredo. Revoluções Cisplatinas. A república riograndense. Porto: Livraria Chardron, 1915.

DISCURSO DE POSSE DE BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA COMO SÓCIO TITULAR DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Bruno José Queiroz Ceretta¹

Sessão solene em homenagem à Professora Doutora Nelly Martins Ferreira Candeias, presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (in memoriam) e posse de novos sócios

Sala da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – SP, 26 de novembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da velha e sempre nova Academia do Largo de São Francisco,

Professor Celso Fernandes Campilongo,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

Professor Jorge Pimentel Cintra,

Ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Senhoras e senhores,

I.

Nesta circunstância em que meu primeiro juízo é de agradecimento, pela admissão e posse nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, um segundo discernimento apresenta-se complementar: tripla a direção da construção de pontes. Precedente do Estado rio-grandense e membro da organização-irmã lá existente – o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul –, espero que minha participação na Instituição paulista permita recordar os laços inquebrantáveis entre os dois importantes componentes da nossa Federação.

Muito mais do que uma honra – imerecida, detalho –, gostaria de

¹ Membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em *Diritto Pubblico* pela Universidade de Roma I “La Sapienza”. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sócio (vice-presidente) do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL). Colabora com instituições históricas e culturais. E-mail: bc@brunoceretta.com.br.

acrescentar uma perspectiva mais ampla, transcendendo o plano do mero personalismo e recordando a comunhão de trajetórias entre os dois Estados brasileiros.

*

E não haveria como ser diferente. O Rio Grande do Sul tem origens não apenas comuns com São Paulo, mas, dito de uma melhor forma, com maior precisão, tem parcela expressiva de sua gênese demográfica e cultural nestas terras. No plano *macro*, as movimentações desenvolvidas no decorrer dos séculos XVII e XVIII comprovam isso largamente, e, no enfoque *micro*, a Genealogia também o corrobora de modo peremptório.

Superadas, hoje, quaisquer desarmonias, constituem dois dos mais expressivos eixos intelectuais do nosso País, que certamente continuarão a contribuir para a compreensão das grandes questões nacionais, tanto no presente quanto no futuro, por meio de seus Institutos Históricos e Geográficos.

*

II.

Um exemplo dos elos historiográficos entre São Paulo e Rio Grande do Sul foi Alcides de Freitas Cruz, cuja memória gostaria de oportunamente recordar. Natural de Porto Alegre, nascido em 14 de maio de 1867, cursou Direito nestas Arcadas, tendo pertencido à turma de 1897.

No transcorrer de seus estudos profissionais, tornou-se um administrativista de primeira grandeza. Foi um dos fundadores da Escola Livre de Direito de Porto Alegre, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Legou contribuições também fora do meio jurídico. Sua produção na seara jornalística é expressiva. Líder negro, foi um parlamentar atuante por cinco legislaturas.

Hoje, o contributo que gostaria de lembrar é, justamente, no âmbito historiográfico.

Em 5 de março de 1908, foi admitido como sócio-correspondente deste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

No ano seguinte, participou do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, no Rio de Janeiro. Tomou parte, ainda, do 1º Congresso de História Nacional, em 7 de setembro de 1914, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com trabalhos posteriormente publicados pela Livraria do Globo, de Porto Alegre.

Menciono suas publicações “Vida de Raphael Pinto Bandeira”, de

1906; “Epithome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata”, de 1907; “A incursão de Frutuoso Rivera às Missões Brasileiras ou A Campanha de 1828” e “Antigo Forte de Santa Tecla”, ambos de 1914.

Alcides Cruz pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico gaúcho e ao Instituto Histórico e Geográfico paulista. Quando de seu desaparecimento, em 19 de fevereiro de 1916, “O Exemplo”, jornal escrito no período pós-abolição, publicou a nota:

Dr. Alcides Cruz. Teve fim à o hora de segunda-feira última a trajetória terrena da existência de Alcides Cruz, erudito preceptor de coisas de direito em a faculdade desta Capital e conhecidíssimo talento de historiador patricio.

Nascido em 1867 nesta capital, o recém-extinto fora em sua juventude estudar em São Paulo, onde fez brilhante curso jurídico.

Volveu em seguida ao estado natal e, envolvendo-se [sic] em política, tomou posição definida e saliente no seio do partido castilhistas.

Patriota até quase ao nativismo, o dr. Alcides Cruz era investigador devotado dos homens e cousas do passado rio-grandense, tendo escrito a propósito deles, trabalhos de alto valor.

Era autor e tradutor de várias obras, o que lhe facultou grande renome, além da honra de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Já de há algum tempo era também deputado estadual, e no exercício de tal mandato salientou-se em ocasiões várias seu extraordinário preparo intelectual.²

Alcides exemplifica e ilustra como o interesse pela História não se encerra em fronteiras, as quais, em muitos casos, expressam ficções não coincidentes com a dinâmica expressa pelas forças sociais.

*

2 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CAMPOS, Vanessa Gomes de. “Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro”: o professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916). In: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Memorial do Legislativo/ALRS (orgs.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p. 44. As demais referências biográficas de Alcides Cruz foram extraídas desta mesma obra.

III.

Gostaria de comentar, ainda, outro caractere que se faz presente na trajetória de Alcides Cruz: o diálogo entre o Direito e a História. Como advogado, bem como doutorando desta Casa, sinto-me feliz por aqui estarmos, no momento em que recorro sua memória.

Livros e mais livros foram escritos e, seguramente, uma infinidade de obras ainda virá a lume sobre a relação entre o Direito e a História. Múltiplas são as perspectivas, as possibilidades, as linhas interpretativas e os diálogos entre as fontes.

O ponto que me parece central é, na verdade, bastante simples: o conhecimento histórico pode situar cada instituto jurídico em seu devido contexto, recordando, também, o papel que incumbe a cada instituição. Fora das cogitações teóricas, pode demonstrar-se um encargo complexo, árduo e inevitavelmente controverso. Porém, necessário. Fundamental.

Coincide, aqui, com o que fazem os Institutos Históricos e Geográficos ao velarem pela memória e pela conservação da História, revivificando fatos, efemérides e questões que em maior ou menor medida compõem o cerne e a substância de muitas das teses jurídicas.

Jamais existiu uma compreensão admissível da fenomenologia jurídica sem o amparo histórico e tampouco existirá uma compreensão histórica adequada sem a consideração do arcabouço jurídico-normativo.

Isso, naturalmente, não implica um determinismo de um eixo perante outro, mas, sim, o reconhecimento de certa força transversal que percorre as Ciências Sociais, atestando para algumas unidades epistemológicas mínimas.

Eis a complementariedade.

*

Perpassei, nestas palavras concisas – procurando respeitar da melhor forma a conveniente solicitação de brevidade – por três pontos: em primeiro lugar, organizacional, salientando como o escopo de nossas Entidades integram panoramas socioculturais coincidentes; em segundo, memorando figuras – o grande Alcides Cruz –, como recomendam certos costumes orientadores de nossas Instituições; por fim, com uma breve reflexão jurídica, como motiva tanto o ambiente em que nos encontramos quanto a minha formação pessoal.

Encerro com o mesmo pensamento com que iniciei esta comunicação: o sentimento de gratulação. Muito obrigado.

DOCUMENTAÇÃO

A CARTA DE LEI DE 1773 E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Alexandre Veiga¹

Uma das condições primordiais no trabalho de qualquer agremiação voltada ao estudo e análise de episódios importantes do curso civilizacional, como é o caso de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, é estar sempre atenta aos eventos que podem expressar a natureza desses episódios, ainda que tenham sido produzidos em locais distintos daqueles que são seu principal objeto de reflexão. Nesse sentido, a sessão “Documentação” do presente volume da Revista do IHGRGS publica, na íntegra, a carta de Lei promulgada há 250 anos, que deixou evidente a preocupação com o fim de práticas discriminatórias, semelhante às que recentemente ocorreram no Estádio de Mestalla, na cidade de Valência, Espanha.

Neste episódio, proferindo manifestações de cunho racista, a torcida do time local ofendeu o jogador brasileiro Vini Jr, demonstrando práticas cristalizadas na cultura do país. Em Portugal, neste mesmo mês de maio em que houve a ocorrência desse triste episódio, em 25 de maio de 1773, um dos mais expressivos líderes políticos do movimento filosófico iluminista, o Marquês de Pombal, orientou o rei Dom José I a baixar uma legislação que tratava de outro tipo de discriminação, a que se fazia contra o povo judeu e quaisquer outras minorias habitantes do país.

Para marcar essa data, o IHGRGS publica o inteiro teor da determinação régia que encerrou o tratamento discriminatório até então mobilizado contra os denominados cristãos novos, que passaram a ter os mesmos direitos concedidos aos demais súditos do reino de Dom José I. Ao propor a conexão entre estes dois episódios, separados no tempo e no espaço, pressupõe o IHGRGS a possibilidade de avaliar que algumas práticas exigem um destemor expressivo da sociedade para que sejam modificadas, pois entende que há muito ainda a se compreender desses fenômenos e seu importante legado para nossa sociedade. As práticas discriminatórias, antes voltadas aos judeus, e atualmente ocorrendo com mais frequência contra os descendentes de povos africanos, continua a pressionar a humanidade para que se mobilize contra tais atitudes.

Essa compreensão do fenômeno, como se pode depreender, é uma questão há muito debatida, sendo que a perspectiva de mudança continua reduzida. A proposição feita pelo Marquês de Pombal ao Rei Dom José I

1 Historiador e arquivista, mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tinha como principal argumento o fim do tratamento diferenciado existente entre os denominados “cristãos novos” – aqueles recém convertidos ao credo católico – dos que professavam a fé em Cristo, chamados de “cristãos velhos”. Essas expressões foram criadas e impostas por uma igreja que exigia a exclusividade religiosa nas terras da Coroa portuguesa, exigindo de seus habitantes o respeito para uma única doutrina religiosa como sendo a verdadeira fé.

O édito real veio desconstituir tal realidade, permitindo que todos os habitantes do Reino pudessem professar livremente sua crença, pois entendeu-se que tal condição não o tornaria um vassalo menos importante aos olhos do Rei. Nesse sentido, a proposta encerrava séculos de perseguições ao povo judeu em Portugal, permitindo que tais populações pudessem desenvolver sua religião sem que o estado interferisse nessa questão. Essa compreensão da realidade, obviamente, resultava da mobilização feita por Pombal contra as ordens religiosas em geral, mas com maior ênfase contra os jesuítas, acusados de formar um corpo religioso com ambições demasiado terrenas.

Para compreender essa dinâmica, vale lembrar que a ascensão do poderoso Marquês à posição de principal gestor da máquina estatal do Império lusitano ocorreu na esteira da enorme tragédia que se abateu sobre Lisboa, em 1º de novembro de 1755, quando um terremoto no litoral do país provocou enorme deslocamento de água, que destruiu boa parte da metrópole portuguesa, ao qual foi seguido um incêndio de proporções ainda maiores, causando imensa devastação.

Tal episódio, por ter ocorrido num dia de extrema religiosidade – o Dia de Todos os Santos – provocou em boa parte da comunidade portuguesa e europeia uma importante dúvida a respeito da existência de uma divindade responsável pela vida dos habitantes desse plano de existência. Para muitos intelectuais, era inconcebível que Deus houvesse permitido a ocorrência de um evento, que ceifou milhares de vidas, justamente numa data em que milhares de pessoas professavam sua crença.

Foi nesse contexto que o Marquês de Pombal propôs e foi aceito pelo Rei Dom José I a edição do texto legal que determinava, na prática, o fim da primazia religiosa católica. Desse modo, ao buscar reduzir a presença religiosa nos domínios reais, a legislação que aqui apresentamos passou a ser uma das mais potentes e importantes demonstrações de luta pelo fim da discriminação, num exemplo que até hoje tem repercussões em nosso cotidiano. Essa proposição, por sua importância na história da civilização, merece ser lembrada, e o IHGRGS se propõe a trazer tal conteúdo ao conhecimento de seus leitores.

CARTA DE LEI DE 25 DE MAIO DE 1773²

Dom José por graça de Deus, Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Aos Vassallos de todos os Estados dos Meus Reinos, e Senhorios, saúde. Em Consultas da Mesa do Desembarço do Paço, e do Conselho Geral do Santo Offício da Inquisição, e da Mesa de Consciência, e Ordens, Me foi presente; Que havendo a Igreja na sua primitiva Fundação; no seu sucessivo progresso; e na propagação dos Fiéis, que a ela se uniram; recebido no seu regaço, como Mãe Universal, Gentios e Judeus convertidos; sem distinção alguma, que fizesse diferentes uns dos outros por uma separação contrária à Unidade do Cristianismo, que é indivídua por sua natureza; Sendo o sangue dos Hebreus o mesmo idêntico sangue dos Apóstolos, dos Diáconos, dos Presbíteros, e dos Bispos por eles ordenados, e consagrados; Sendo este sempre o constante, e inalterável espírito da mesma Igreja, e da Doutrina, e Disciplina, que dele, e delas emanaram em todos os Dezoito Séculos da sua duração; sem outras modificações, que não fossem; a de que os *Neófitos* batizados depois de adultos, como recentemente convertidos à Fé, se reputavam por *Cristãos Novos*; e por *Cristãos Velhos* os que por muito tempo perseveraram na Fé por Eles professada, quando recebiam o Sacramento do Baptismo; para se suspender aos Primeiros a Colação das Honras, e Dignidades Eclesiásticas, enquanto não excluía com a sua firmeza a presunção de voltarem ao Vômito; e para os Segundos não só ficarem pela sua perseverança inteiramente hábeis nas suas pessoas para tudo o referido; mas também para transmitirem esta Canónica habilidade, e legitimidade a todos os seus Descendentes, que como Eles viveram na mesma santa crença de seus Pais, e Avós convertidos; Sendo este sempre o mesmo constante espírito, e a mesma sucessiva e inalterável Doutrina, com que a Sede Apostólica, e os Sumos Pontífices, Cabeças Visíveis da mesma Igreja, honraram os Filhos, Netos, e mais Descendentes dos próprios Judeus, que do Gueto da Cidade de Roma, e de outras Sinagogas, se converteram à Santa Fé Católica; conferindo-lhes todos os Offícios Civis, todos os Benefícios, e Dignidades Eclesiásticas; os Bispados, Arcebispados, e Púrpu-

2 <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8009727>

ras Cardinalícias; sem excepção, ou reserva alguma; Sendo este espírito, e esta Doutrina da Igreja Universal, o mesmo espírito, e a mesma Doutrina das outras Igrejas Particulares de todas as Nações mais pias, e ortodoxas da Cristandade; Sendo este Direito, e estes factos, que nele se estabelecem, de uma demonstrativa certeza por si mesma notória; E vendo a referida Mesa do Desembargo do Paço, que aos sobreditos respeitos se achava a Igreja Lusitana de mais de cento e cinquenta anos a esta parte em uma diametral contradição, não só com as referidas Igrejas Particulares das Nações mais Católicas; mas também até com a mesma Igreja Romana, Mãe e Mestra de todas as outras Igrejas Particulares, que dela não podem separar-se sem abuso, e ofensa da União Cristã; Não pôde deixar de fazer as mais assíduas indagações para investigar, e descobrir a causa com que nos meus Reinos, e Domínios, se introduziu, e fez grassar a dita distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*; não como a Igreja Universal, e as Particulares o têm praticado, para provarem a firmeza da Fé dos convertidos; mas sim para daquela distinção se deduzir a perpétua inabilidade, que por aquele longo período de tempo tem infamado, e oprimido um tão grande número dos Meus fiéis Vasallos; Ponderando a mesma Mesa por uma parte, que em efeitos das suas aplicações, viera a verificar pela notoriedade de factos históricos da mais qualificada certeza, cronologicamente deduzidos; e por Documentos autênticos, e dignos do mais inteiro crédito; que desde o glorioso Governo do Venerável Rei Dom Afonso Henriques até o Governo do Senhor Rei Dom Manuel, nem ainda os mesmos Judeus das Sinagogas destes Reinos tiveram neles a exclusiva dos Offícios Políticos, e Civis, que depois se maquinou contra os Novos Convertidos; Em tal forma, que no Reinado do Senhor Rei Dom Fernando, o Hebreu *Dom David* foi seu grande Privado; o outro Judeu *Dom Judas* Tesoureiro Mor do seu Real Erário; No Reinado do Senhor Rei Dom João I consta, que não só dera privilégios aos Hebreus convertidos, por mercê do ano de mil quatrocentos vinte e dois; mas também; que havendo-lhe apresentado o seu Físico Mor *Moisés* uma Bula do Santo Padre Bonifácio Nono, datada em Roma a dois de Julho de mil trezentos oitenta e nove, em que veio inserta outra de Clemente VI, dada em Avinhão a cinco de Julho de mil duzentos quarenta e sete; e determinando ambas as referidas Bulas; *Que nenhum Cristão violentasse os Ju-*

*deus a receberem o Baptismo; Que lhes não impedissem as suas festas, e solenidades; Que lhes não violassem os seus cemitérios; E que se lhes não impusessem tributos diferentes, e maiores daqueles, que pagassem os Cristãos das respectivas Províncias; Ordenou aquele grande Monarca em Provisão de dezassete de Julho de mil trezentos noventa e dois; Que aos mesmos Hebreus fossem pontualmente observados todos os referidos Privilégios, seguindo nisto o exemplo da Cabeça Visível da Igreja; com o mesmo fim de afeiçoar, e atrair a Ela os referidos Hebreus; No Reinado do dito Senhor Rei Dom Manuel, quando (depois da expulsão dos mesmos Judeus, ordenada no ano de mil quatrocentos noventa e seis) a irrisão, com que a plebe de Lisboa chamava Cristãos Novos aos Conversos que tinham ficado neste Reino, causou o horroroso motim, que padeceu a cidade de Lisboa no ano de mil quinhentos e seis; ocorreu logo o mesmo Pio, e Iluminado Monarca, que tinha ordenado a dita expulsão dos Hebreus Profitentes, a obviar as divisões, e os estragos, que aquela perniciosa denominação tinha feito nos seus Vassallos; não só naturalizando todos os ditos Novos Convertidos pela sábia Lei do primeiro de Março do ano próximo seguinte de mil quinhentos e sete; mas também passando a constituir nela a favor dos mesmos Novos Convertidos o título oneroso, que lhes foi concedido nas palavras; “Item lhes prometemos, e Nos apraz, que daqui em diante não faremos contra eles nenhuma Ordenação, nem defesa, como sobre Gente distinta, e apartada; mas assim nos apraz, que em tudo sejam havidos, favorecidos, e tratados como próprios Cristãos Velhos, sem deles serem distintos, e apartados em coisa alguma.” Lei, e Título, que no Reinado próximo seguinte se repetiram pela outra igual Lei de dezasseis de Dezembro do ano de mil quinhentos vinte e quatro; Ponderando por outra parte, que pelo exame, que fizera nos Estatutos de todas as Dioceses, nas Constituições de todas as Ordens Regulares, e nos Regimentos de todos os Tribunais destes Reinos, tinha verificado, que contra a disposição das referidas Leis, não houvera distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, nem Inquirições a elas respectivas, antes da funesta maquinação abaixo declarada; Ponderando por outra parte, que sendo o sobredito estado o que constituía o Sistema de todas as Leis Eclesiásticas, e Seculares, e dos louváveis, e nunca alterados costumes de Portugal; quando no Governo infeliz de El-Rei Dom Henrique se tratou da Sucessão da Coroa Vacilante destes Reinos; sendo um dos Opositores a*

Ela o Prior do Crato Dom António, com um forte Partido; e tendo maquinado os denominados Jesuítas; não só fazerem passar a mesma Coroa a domínio estranho com a colusão, que foi manifesta por todas as Histórias; mas também dividirem, e dilacerarem todas as Classes, Ordens, e Grémios do mesmo Reino; com o outro objectivo de assim lhes tirarem as forças, com que viram que haviam de procurar resistir aos seus enormíssimos atentados; não houve estratagem, que não maquinassem com aqueles dois fins; já suscitando aquela sediciosa distinção de *Cristãos Novos*, e *Cristãos Velhos* reprovada pelas sobreditas Leis dos Senhores Reis Dom Manuel, e Dom João III; por se ter visto pelo caso do motim do ano de mil quinhentos e seis, que era o Estratagem mais adaptado para causar divisões populares, e tumultos; já indo escogitar no então novo Estatuto da Sé de Toledo (que nela fora poucos anos antes sugerido, e introduzido com os semelhantes fins particulares, e carnaís, que causaram em Espanha as controvérsias mais ardentés) um pretexto para autorizarem, e introduzirem nestes Reinos aquela Reprovada Distinção; já inventando que D. Violante Gomes, Mãe do sobredito Dom Antonio, tinha sangue dos ditos *Novos Convertidos*, para inabilitá-lo por *Cristão Novo*; já trabalhando para excluí-lo (como excluíram) com o referido pretexto pelo despotismo, com que naquele tempo obravam nas Três Cortes de Lisboa, de Madrid, e de Roma; já prosseguindo na mesma Cúria em Causa comum com os Ministros Espanhóis daquele crítico tempo (e com o mesmo objecto da divisão, e dilaceração dos meus Vassallos) em fazer valer a dita sediciosa distinção com o clandestino, e extorquido Breve, que se dirigiu à Universidade de Coimbra em Nome do Santo Padre Xisto V, para que os chamados *Cristãos Novos* não fossem providos nos Benefícios dela; com o outro Breve expedido em Nome do Santo Padre Clemente VIII a dezoito de Outubro do ano de mil e seiscentos, para ampliar a dita proibição a todas as Dignidades, Canonicatos, e Prebendas das Catedrais, Colegiadas, e até as Paróquias, e Vigairarias com Cura de Almas; com o outro Breve expedido em nome do Santo Padre Paulo V em dez de Janeiro de mil seiscentos e doze; já tomando por pretextos os referidos Breves, (obreptícios, subreptícios, e extorquidos com as narrativas de falsas causas) a fim de que por efeito da mesma conhecida Prepotência, com que obraram naquelas calamitosas conjunturas, estabelecessem

com as suas irresistíveis intrigas, até por Alvarás, e Cartas do mesmo Governo estranho (por Eles introduzido neste Reino) a dita exclusiva dos chamados *Cristãos Novos* para não entrarem nos empregos, e Ofícios de Justiça, ou Fazenda Real; e para constrangerem os Prelados Diocesanos, os seus respectivos Cabidos, as Ordens Regulares (que sempre oprimiram), e ultimamente mesmo as Ordens Militares, a fazerem Estatutos Exclusivos dos ditos chamados *Cristãos Novos*; e a impetrarem na Cúria de Roma as Confirmações deles; em que os Curialistas, que expediram os referidos Breves, ficaram tão inconciliavelmente contrários a si mesmos, que os Irmãos, e Primos com Irmãos dos mesmos, que em Portugal faziam *Cristãos Novos*, inábeis, e infames, eram com o seu mesmo sangue ingênuos, e hábeis na Corte de Roma, e seus Estados, para todas as Dignidades, e Honras Eclesiásticas, Políticas e Civis acima indicadas; além de laborarem os mesmos breves nas obrepções, e notórias subrepções, que desde o princípio se manifestaram ineficazes por sua natureza; como diametralmente contrários ao Espírito da Santa Igreja Universal; ao dos Cânones Sagrados; ao de todas as Igrejas Particulares; e ao do Sistema das Leis, e dos louváveis costumes destes Reinos; Ponderando, por outra parte, que havendo sempre a Igreja procurado atrair com prémios os Catecúmenos, e Novos Convertidos; e tendo-o assim praticado os Apóstolos, e os Seus Sucessores, desde a Primitiva Igreja até o dia de hoje; de sorte que os Cânones até os chegaram a absolver das soluções dos Dízimos; era fácil de ver, que se o prémio das Conversões em Portugal houvesse de continuar a ser uma perpétua infâmia, uma perpétua segregação, e uma perpétua inabilidade de todas as pessoas dos Novos Convertidos, e dos seus Descendentes; seria impossível que houvesse Conversões verdadeiras, enquanto a Divina Providência não obrasse um milagre superior a todas as causas naturais, para suspender os efeitos delas nas vocações dos mesmos Convertidos. A Mesa da Consciência, e Ordens, depois de concordar com todo o referido, acrescentou, que naquele Tribunal se não conheceram Inquirições *de genere* até o tempo dos sobreditos Breves introduzidos nas Ordens Militares com a sobredita Prepotência. E finalmente o Conselho Geral, guiado pelas luzes da Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, que nele mandei ver, e também com ela conforme igualmente Me representou; Que fazendo examinar, e combinar, por uma par-

te nos seus Arquivos, se tinha havido as referidas Inquirições *de genere* anteriores aos ditos Breves; lhe constou por um completo exame, que tais Inquirições não tinha havido; quando aliás lhe constara legalmente, que no período de tempo, que decorreu desde a Fundação daquele Tribunal pelo Santo Padre Paulo III no ano de mil quinhentos trinta e seis, até o Primeiro Breve *De Puritate* do outro Santo Padre Xisto V, foram providos muitos Inquisidores, muitos Familiares, e muitos Oficiais, cujos Provimientos se acham nos mesmos Arquivos; como nelles se achariam as suas respectivas Inquirições, se na realidade houvessem existido; assim como existem todas as que se processaram depois do sobredito Breve *De Puritate*; E que fazendo examinar igualmente o número de Penitenciados, que se processaram naquele Primeiro período de tempo, em que nunca houve habilitações *de genere*; e o número de Réus penitenciados no Segundo período, que decorreu desde o tempo das Introduções das referidas habilitações até este presente; achara, que os Apóstatas naquele Primeiro período mais felizes, e conforme aos Espíritos da Igreja, e aos louváveis costumes de todas as Nações (que são os mesmos destes Reinos), foram sempre muito raros, e em pequeno número; quando pelo contrário depois do Segundo período triste, e lutuoso, foram os mesmos Réus de ano em ano sendo cada vez mais numerosos, com uma desproporção incomparável.

E porque como Rei, e Senhor Soberano, que na temporalidade não reconhece na Terra Superior; Como Protector da Igreja, e Cânones Sagrados nos meus Reinos, e Domínios, para os fazer conservar na sua pureza; Como outrossim Protector da reputação, e honra de todos os Meus Fiéis Vassallos de qualquer Estado, e condição que sejam, para remover deles tudo o que lhes é injurioso; e como Supremo Magistrado para manter a tranquilidade pública da mesma Igreja, e dos mesmos Reinos, e Domínios, e a conservação dos mesmos Vassallos em paz, e em sossego; removendo dela, e deles tudo o que é opressão, e violência; e tudo o que os pode dividir, e perturbar neles a uniformidade de sentimentos, que constituem a união Cristã, e a Sociedade Civil, que à sombra do Trono devem gozar de uma inteira, e perpétua segurança; Conformando-me não só com os uniformes Pareceres das sobreditas Consultas; mas também com a dos outros concordes Pareceres dos Ministros dos Meus Conselhos de Estado, e de Gabinete, que ultimamente

ouvi sobre todo o conteúdo nelas; E usando no mesmo tempo de todo o Pleno, e Supremo Poder, que nas sobreditas matérias da manutenção da tranquilidade pública da Igreja; dos Meus Reinos, Povos, e Vassallos deles; e da sua honra, e reputação; Recebi imediatamente de Deus Todo Poderoso; Quero, Mando, Ordeno, e é Minha Vontade que daqui em diante se observe aos ditos respeitos o seguinte;

- I. Mando que a Lei do Senhor Rei Dom Manuel, expedida no Primeiro de Março do Ano de mil quinhentos e sete; e a outra Lei do Senhor Rei Dom João o III dada em dezasseis de Dezembro do Ano de mil quinhentos vinte e quatro, em que proibiram a sediciosa, e ímpia distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, sejam logo extraídas do Meu Real Arquivo da Torre do Tombo, e de novo publicadas, e impressas com esta, para fazerem parte dela, como se nela fossem inteiramente incorporadas.
- II. Mando, que as mesmas duas saudáveis Leis; não só fiquem por esta reintegradas na sobredita forma; mas também que sejam inteiramente restituídas, contra o dolo, com que foram suprimidas na última compilação das Ordenações, como se nela houvessem sido incorporadas; Removendo por efeito desta retroacção o malicioso e visível atentado, com que a referida Compilação se maquinou, com o sinistro fim de postergar, e fazer esquecidas as mesmas saudáveis Leis; pois que sem o referido mau fim, e sem os outros da mesma natureza, que hoje são notórios; seria impraticável que no Ano de mil seiscentos e dois se publicasse um novo Corpo de Leis, desnecessário, e intempestivo, havendo poucos anos antes precedido a publicação dos que contêm as Sábias Leis dos Senhores Reis Dom Manuel, e Dom João o III; tanto mais decorosas, e providentes, como é manifesto.
- III. Mando, que as sobreditas duas Leis, e as que à semelhança delas Tenho Mandado publicar sobre as outras inabilidades que nestes Reinos se maquinaram, e introduziram com os mesmos sinistros objectos de sedições e de discórdias; fiquem constituindo desde o dia, em que esta passar pela Chancelaria, em diante as únicas Regras da ingenuidade, ou inabilidade de todos os meus Vassallos, de qualquer Estado, e condição que sejam; Para se terem por inábeis, e infames os que desgraçadamente incorrerem nos abomináveis crimes de Lesa Majestade, Divina, ou Humana; e por eles forem sentenciados, e condenados nas penas estabelecidas pelas Ordenações do Livro Quin-

to, Título Primeiro, e Título Sexto, com os Filhos, e Netos, que deles procederem; sem que contudo a referida infâmia haja de influir de alguma sorte nem nos Bisnetos; nem nos que deles procederem; E para se terem por ingênuos, e hábeis todos, e quaisquer dos outros Vassallos Naturais dos Meus Reinos, e seus Domínios, cujos Avós não houverem sido sentenciados pelos sobreditos abomináveis crimes.

- IV. Mando, que restituindo-se todas as habilitações, e Inquirições ao feliz, e devido estado, em que (com tanto benefício da paz da Igreja Lusitana, do sossego público, e da honra, e reputação dos Povos destes Reinos, e seus Domínios) estiveram por todos os Séculos, que precederam às sobreditas sediciosas maquinações; não haja para os Habilitandos daqui em diante outros Interrogatórios, que não sejam os que se dirigem às provas da vida, e costumes, quando os Habilitandos ou nas suas próprias pessoas; ou nas de seus Pais, e Avós não tiverem inabilidade, ou infâmia de Direito; Servindo para as mesmas Inquirições, e Habilitações de Regras invariáveis os mesmos Interrogatórios, que se continham nas Constituições anteriores aos referidos Breves chamados *De Puritate*; e os mesmos, que se ficaram conservando nas Constituições do Bispado da Guarda, cujos Prelados Diocesanos prevaleceram sempre com a sua Apostólica constância contra as sugestões, coacções, e violências, a que alguns dos outros Prelados cederam por Colusões, e a que outros, depois de grandes resistências, vieram por fim a sucumbir, oprimidos das invencíveis forças, que contra Eles se empregaram naqueles calamitosos tempos.
- V. Mando, que todos os Alvarás, Cartas, Ordens, e mais Disposições, maquinadas, e introduzidas para separar, desunir, e armar os Estados, e Vassallos destes Reinos, uns contra os outros em sucessivas, e perpétuas discórdias, com o pernicioso fomento da sobredita distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, fiquem desde a publicação desta abolidos, e extintos, como se nunca houvessem existido, e que os registos deles sejam trancados, cancelados e riscados em forma, que mais não possam ler-se; Para que assim fique inteiramente abolida até a memória de um atentado cometido contra o Espírito, e Cânones da Igreja Universal; de todas as Igrejas Particulares; e contra as Leis, e louváveis costumes destes Meus Reinos; oprimidos com tantos, tão funestos, e tão deploráveis estragos por mais de Século e meio, pelas sobreditas maquinações maliciosas.

VI. Mando, que todas as Pessoas de qualquer Estado, qualidade, ou condição que sejam, que depois do dia da publicação desta Minha Carta de Lei; de Constituição Geral; e Editto perpétuo; ou usarem da dita reprovada distinção, seja de palavra, ou seja por escrito; ou a favor dela fizerem, e sustentarem discursos em conversações, ou argumentos; Sendo Eclesiásticas, sejam desnaturalizadas, e perpetuamente exterminadas dos Meus Reinos, e Domínios, como revoltosas, e perturbadoras do sossego público; para neles mais não poderem entrar; Sendo Seculares Nobres, percam pelo mesmo factio (contra Eles provado) todos os Graus da Nobreza, que tiverem, e todos os empregos, Ofícios, e bens da Minha Coroa, e Ordens, de que forem providos, sem remissão alguma; E sendo Peões sejam publicamente açoitados, e degradados para o Reino de Angola por toda a sua vida.

E esta se cumprirá tão inteiramente, como nela se contém, sem dúvida ou embargo algum, qualquer que ele seja. Para o que Mando à Mesa do Desembargo do Paço; Conselho Geral do Santo Offício; Mesa da Consciência, e Ordens; Regedor da Casa da Suplicação; Junta da Inconfidência; Conselhos da Minha Real Fazenda, e dos Meus Domínios Ultramarinos; Governador da Relação, e Casa do Porto; Presidente do Senado da Câmara; Governadores das Armas; Capitães Gerais; Desembargadores; Corregedores; Ouvidores; Juizes; Magistrados Civis, e Criminais destes Reinos, e seus Domínios, a quem, e aos quais o conhecimento desta em quaisquer casos pertencer, que a cumpram, guardem, e façam inteira, e literalmente cumprir, e guardar, como nela se contém, sem hesitações, ou interpretações, que alterem as Disposições dela; não obstante quaisquer Leis, Alvarás, Cartas Régias, Assentos intitulos das Cortes, Disposições, ou Estilos que em contrário se tenham passado ou introduzido; porque todos, e todas de Meu Motu próprio, Certa Ciência, Poder Real, Pelo, e Supremo, Derrogo, e Hei por Derrogados como se deles fizesse especial menção em todas as suas partes, não obstante a Ordenação, que o contrário determina, a qual também derrogo para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor João Pacheco Pereira, Desembargador do Paço, do Meu Conselho, que serve de Chanceler Mor destes Reinos, Mando, que a faça publicar na Chancelaria, e que dela se remetam cópias a todos os Tribunais, Cabeças de Comarcas e Vilas destes Reinos, e seus Do-

mínios; registando-se em todos os lugares, onde se costumam registrar semelhantes Leis; e mandando-se o Original dela para o Meu Real Arquivo da Torre do Tombo.

Dada no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, aos vinte e cinco de Maio de mil setecentos e setenta e três.

PROJETOS

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.



No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.



Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br